

QUADRO 33. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Segundo Posição na Ocupação, Região Centro-Sul, 1983
(em 1.000 pessoas)

(continua)

Posição na Ocupação	I - Rio de Janeiro		II - São Paulo		III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul		IV - Minas Gerais e Espírito Santo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado	166,0	64,1	806,0	63,0	746,0	21,5	1.188,0	52,2
Por conta própria	41,0	15,8	161,0	12,6	1.053,0	30,4	479,0	21,0
Empregador	19,0	7,3	58,0	4,5	74,0	2,1	109,0	4,8
Não remunerado	33,0	12,7	254,0	19,9	1.592,0	45,9	502,0	22,0
Total	259,0	100,0	1.279,0	100,0	3.465,0	100,0	2.278,0	100,0

Posição na Ocupação	Centro-Sul Parte (1)		VIII - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás		Centro-Sul	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado	2.906,0	39,9	391,0	44,3	3.297,0	40,4
Por conta própria	1.734,0	23,8	294,9	33,4	2.028,9	24,9
Empregador	260,0	3,6	47,4	5,4	307,4	3,8
Não remunerado	2.381,0	32,7	149,7	17,0	2.530,7	31,0
Total	7.281,0	100,0	883,0	100,0	8.164,0	100,0

(1) Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

ERRATA

	Onde se lê:	Leia-se:
- pág. 70, 5ª linha	nºveis mais longos	períodos mais longos
- pág. 74, quadro 31:		
I - Rio de Janeiro	4.383,2	4.388,2
III - Rio Grande do Sul	346,5 e 867,2	3.485,0 e 8.762,0
IV - Centro-Sul - Parte	757,9	7.579,0
- pág. 76, quadro 33:		
Não remunerado - Centro-Sul Parte	261,8	2.618,0
Total - Centro-Sul Parte	757,9	7.579,0
- pág. 78, quadro 33:		
Empregador - Rio de Janeiro	1,7	17,0
- pág. 79, quadro 34:		
Total - 1984/79	10,5	19,5
- pág. 80, quadro 35:		
IV - Espírito Santo Brasil	7,8 e 9,2	78,0 e 92,0
	6,6	66,0
- pág. 81, quadro 35:		
I - Rio de Janeiro	49,0	40,9
III - Rio Grande do Sul	146,6	145,6
- pág. 84, quadro 38:		
Rio de Janeiro - Tratorista - 1980	1.615,7	1.515,7
Mato Grosso do Sul - Tratorista - 1986	1.488,6	1.438,6
Centro-Sul - Trabalhador Permanente - 1980	1.001,7	1.031,7
Paraná - Trabalhador Eventual - 1975	50,2	53,2
- pág. 85, quadro 39:		
São Paulo - Administrador - 1986/85	20,5%	28,5%
São Paulo - Capataz - 1985/75	EPR	...
- pág. 113, 1ª e 4ª linha	17,91	17,19
- pág. 114, 3ª e 2ª linha	... tanto no Estado de São Paulo (6,36 em 1986 contra 6,49 em 1985), como no Estado do Paraná ... (em US\$ / libra peso)	... no Estado de São Paulo (6,36 em 1986 contra 6,49 em 1985), mas ligeiramente inferior no Estado do Paraná ... (em US\$ / libra peso)
- pág. 118, quadro 60		
- pág. 119, quadro 61:		
Piauí	991 (3)	629 (3)
- pág. 229, 1ª e 4ª linha	... as culturas de arroz, feijão, milho e mandioca terão 100% do VBC para produtores pequenos e médios e 80% para os grandes;	... as culturas de feijão e mandioca terão 100% do VBC qualquer que seja a categoria do produtor, enquanto que as de arroz e milho terão 100% do VBC apenas para os pequenos e médios produtores e 80% para os grandes;
- pág. 248, 7ª e 3ª linha	... (PIB), na agricultura;	... (PIB); na agricultura,
- pág. 248, nota 6	Tyler, Willham	Tyler, William
- pág. 250, 7ª e 5ª linha	... cerca de dois bilhões e setecentos milhões não se destinam propriamente aos assentamentos, são recursos ... Considerando que sejam assentadas 290.000 famílias no ano de 1987, cerca de dois bilhões e setecentos milhões se destinam propriamente aos assentamentos, excluindo os recursos ... Considerando que sejam assentadas 290.000 famílias no ano de 1987 (40.000 remanescentes de 1986 e 250.000 referentes a 1987), ...
- pág. 252, quadro 133	Área (ha) Nº Imóveis	Desapropriação Área (ha) Nº de Imóveis

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola



PROGNÓSTICO 86/87

ISSN 0100 5316

Prognóstico 86/87	São Paulo	v.15	p.1-259	1986
-------------------	-----------	------	---------	------

APRESENTAÇÃO

A política agrícola brasileira vem demandando, cada vez mais, análises que possibilitem a adoção de medidas concretas na solução de seus problemas, bem como sejam capazes de gerar informações para decisões a nível da empresa rural.

Tais aspectos justificam e realçam a importância deste Prognóstico, com características da região Centro-Sul, fruto do trabalho dos técnicos do Instituto de Economia Agrícola, que contaram com grande apoio e informes de instituições públicas e privadas de diversos Estados.

A experiência desenvolvida em anos anteriores e os objetivos atualmente perseguidos levaram a retardar sua divulgação ao público, visto que se procurou incorporar os resultados da intenção de plantio das culturas anuais em São Paulo e Estados limítrofes, a fim de permitir uma primeira visão agregada das colheitas da safra 1986/87 ora em andamento.

Além das perspectivas de curto prazo, este volume procura fornecer uma visão retrospectiva dos primeiros anos da década de oitenta e poderá se constituir em obra de consulta a todos quantos se interessam pela agricultura. Algumas limitações, inerentes a um trabalho dessa complexidade, ainda permanecem e poder-se-á superá-las nas próximas edições.

São Paulo, dezembro de 1986.



GILBERTO DUPAS

Secretário de Agricultura e Abastecimento

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste Prognóstico só foi possível graças à colaboração de diversas entidades da Região Centro-Sul, que forneceram aos técnicos do Instituto de Economia Agrícola informações indispensáveis à análise da agricultura dessa região.

Em particular, agradecemos às seguintes instituições:

GOIÁS: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-GO), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-GO) e Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Região Centro-Oeste;

MATO GROSSO DO SUL: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-MS), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) – Agência Regional do Estado de Mato Grosso do Sul, Centro Nacional de Pecuária de Corte, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-CNPC) e Superintendência Nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Mato Grosso do Sul;

DISTRITO FEDERAL: Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Departamento de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD);

MINAS GERAIS: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BEMGE – Seguradora, Companhia de Financiamento da Produção (CFP) – Agência Regional do Estado de Minas Gerais, Delegacia Federal de Agricultura do Estado de Minas Gerais (DFA-MG), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) e Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, particularmente à Assessoria de Planejamento e Coordenação (ASPLAN), Grupo de Análise Conjuntural e Departamento de Padronização e Classificação de Produtos de Origem Vegetal (DPC-POV);

PARANÁ: Companhia de Financiamento da Produção (CFP) – Agência do Estado do Paraná, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, particularmente ao Departamento de Economia Rural (DERAL);

SANTA CATARINA: Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e Instituto de Planejamento e Economia Agrícola (CEPA-SC);

RIO GRANDE DO SUL: Centro Nacional de Pesquisa do Trigo (CNPT-EMBRAPA), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-RS), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) – Agência Regional do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN) – Banco do Brasil, Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (FECOTRIGO), Fundação de Estatística Econômica, Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e Instituto Sul-Riograndense de Carnes.

PROGNÓSTICO 1986/87

Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 — INTRODUÇÃO	9
2 — DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA	13
3 — ESTIMATIVA DE CUSTO DE PRODUÇÃO SAFRA 1986/87	29
4 — MERCADO DE FATORES	43
- Defensivos	45
- Fertilizantes	57
- Mão-de-obra	69
- Sementes	86
- Terra	93
- Trator	103
5 — MERCADO DE PRODUTOS	111
- Algodão	113
- Alho	123
- Arroz	128
- Batata	135
- Café	139
- Cana-de-açúcar	147
- Cebola	154
- Feijão	157
- Mandioca	168
- Milho e Sorgo	173
- Oleaginosas: Soja e Amendoim	180
- Tomate	192
- Trigo	195
- Carnes	199
- Leite	212
- Ovos	216
6 — POLÍTICA AGRÍCOLA	219
- Política Econômica	221
- Crédito Rural	227
- Preços Mínimos	234
- Programa de Seguro Rural	237
- Tributos na Agricultura	243
- Infra-Estrutura	242
- Reforma Agrária	248
- Fatos Sociais Rurais	254

PROGNÓSTICO 86/87

Publicação Anual do Instituto de Economia Agrícola

Corpo Técnico do IEA

Diretor Geral: Devancyr Aparecido Romão

ASSESSORIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Antonio Ambrósio Amaro, Fátima Regina de Barros, João Batista de Mattos, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, Richard Domingues Dulley, Waldemar Pires de Camargo Filho.

DIVISÃO DE LEVANTAMENTOS E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Luiz Henrique de Oliveira Piva

Abel Ciro Minniti Igreja, Alice Midori Shimura (**), Ana Maria Montargio Pires de Camargo, Arnaldo Lopes Junior (**), Celma da Silva Lago Baptistella, Denise Viani Caser, Elizabeth Alves e Nogueira, Francisco Alberto Pino, Ismar Florêncio Pereira, José Edielzon Barbosa, José Roberto Vicente, Julien Sze Lee (**), Manuel Joaquim Martins Falcão, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demétrio Santiago, Milton Nogueira de Camargo, Nilton Geraldo Santos de Albuquerque, Pérsio Dutra (**), Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Samira Aoun Marques, Sílvia Buzatti Filinto (**), Vera Lúcia Feraaz dos Santos, Maria Cristina Teixeira de Jesus.

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: Maria de Lourdes do Canto Arruda

Albino Eugénio Ferreira Zirlis, Alfredo Tsunehiro, Célia R.R.P. Tavares Ferreira, Claus Floriano Trench de Freitas, Domingos Desgualdo Netto, Eloisa Elena Bortoleto, Everton Ramos de Lins, Flavio Condé de Carvalho, José Roberto da Silva, Lídia Hathue Ueno, Marina Brasil Kocho, Mário Antonio Margarido, Marisa Zeferino Barbosa, Natanael Miranda dos Anjos, Nelson Giulietti (*), Paulo Augusto Wiesel, Pérsio de Carvalho Junqueira, Sebastião Nogueira Junior, Sylvia Regina Hellmeister, Yuly Ivete Miazaki de Toledo.

DIVISÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: José Luiz Teixeira Marques Vieira

César Roberto Leite da Silva, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Sebastião de Lima, Malimíria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho, Regina Junko Yoshii, Roberto de Assumpção, Terezinha Joyce Fernandes Franca, Vilma Aparecida Barban, Yara Chagas de Carvalho, Valquiria da Silva.

DIVISÃO DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Hiroshige Okawa

Afonso Negri Neto, Ana Maria Pereira Amaral, Arthur Antonio Ghilardi, Denyse Chabaribery, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, Ikuyo Kiyuna, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Sergio Augusto Galvão Cezar, Sílvia Toledo Arruda, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos.

DIVISÃO DE APOIO À PESQUISA

Diretor: Elcio Umberto Gatti

Antonio Roger Mazzei, Celuta Moreira Cesar Machado, Julio Humberto Jimenez Ossio, Luiz Carlos Miranda, Maria Aurea Cassiano, Maria de Lourdes Barros Camargo, Nilce da Penha Migueles Panzutti.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Cleusa Batista Pastori

Aguri Sawatani Negri, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriela Menni Ferréri, Toyoko Kiyota.

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Antonio Ambrósio Amaro, Arthur Antonio Ghilardi, Flavio Condé de Carvalho, José Luiz Teixeira Marques Vieira, Maria Carlota Meloni Vicente.

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Av. Miguel Estéfano, 3900 - 04301, São Paulo, SP.

Telefone: (011) 276-9266

Telex: (011) 34067 - SAGR-BR e (011) 22484 - SNSC-BR

Impresso no Setor Gráfico do IEA

Av. Miguel Estéfano, 3900 - 04301, São Paulo, SP

Telefone: (011) 577-4022 - ramal 685

(:) Realizando curso de pós-graduação.

(**) Técnicos da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP).

1 - INTRODUÇÃO

A economia brasileira registrou inegáveis progressos em 1986 com a implantação do Plano Cruzado, que podem ser traduzidos pelo crescimento do Produto Interno Bruto estimado entre 10% e 12%. Enquanto a produção industrial mostrou ganhos expressivos, trabalhando quase que à plena capacidade em diversos de seus segmentos, a agricultura, porém, não pôde acompanhar esse desempenho sequer na tendência, pois estimativas preliminares de preço e de produção dos principais produtos agrícolas no Estado de São Paulo mostram o pior resultado (-41,7%) desde 1975/76, principalmente devido às perdas relativas de quantidades produzidas (-21,8% em relação à safra anterior). Esse panorama parece não diferir muito nos demais Estados da Região Centro-Sul, onde a agricultura tem papel preponderante na economia.

A nível de Governo e de entidades do setor, tais resultados devem se revestir de importância ao evidenciar a situação dos agricultores e servir de subsídios à formulação de política agrícola, tendo em conta as perspectivas de produção durante um programa de estabilização econômica sob uma ótica eminentemente urbano-industrial.

Há que se ressaltar todavia que, embora a renda bruta da agricultura se mostre desfavorável, o fim da correção monetária sobre os saldos devedores dos débitos rurais, antiga reivindicação dos produtores, veio compensar as perdas registradas.

Note-se, também, que ao se excluir o café, duramente atingido no volume de produção, as perdas do valor real tornam-se mais brandas (-25,7%). De modo geral, os produtos mais influenciados pelas cotações internacionais foram os que obtiveram resultados mais desfavoráveis neste ano agrícola, -63,3% em relação ao valor de 1984/85.

Tal comportamento é decorrência natural das cotações internacionais de vários produtos agrícolas que se encontram deprimidas em razão dos elevados estoques mundiais e que aparentemente estão levando a uma guerra de preços, onde são frequentes os subsídios diretos e indiretos, como forma de reduzi-los. Ao mesmo tempo, reflete as colheitas no Centro-Sul, reduzidas drasticamente por condições climáticas adversas na safra 1985/86.

Outro aspecto bastante sério para o País é a redução provocada pela diminuição dos saldos comerciais, comprimidos, de um lado, pela redução das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais e, por outro, pelas necessidades de importação de alimentos, a fim de procurar atender à crescente demanda interna, exacerbada pelo aumento do poder de compra e maior nível de emprego da população consumidora, após vários anos de recessão econômica que fizeram com que também a produção de alimentos fosse reduzida, pois os produtores não teriam a quem vender maiores quantidades.

A constatação de que a solução da questão agrícola passava pela solução salarial, ou pela alavancagem institucional, parece estar se confirmando quando se observa o crescimento das

vendas de alimentos em 1986 e ao início da nova safra, visto que a expansão da agricultura en-
contra-se apoiada no fortalecimento dos mercados de produtos e de fatores.

Para 1987, os primeiros levantamentos já indicando ampliação de área plantada, a con-
firmar a confiança depositada pelos agricultores, podem não se traduzir em aumentos da produção,
em decorrência do menor emprego de insumos, quer seja pela escassez ou pelos preços cujo tabela-
mento não vem sendo respeitado, e evidentemente das condições climáticas, conduzindo a pontos im-
portantes a serem considerados pelo Governo, no limiar de uma nova fase da vida brasileira.

Assim, evidencia-se que se a agricultura pode prescindir de subsídios líquidos, não
pode ter sua renda diminuída por políticas de preços artificiais ou sob injunção de interesses
eleitorais, pois fortalece-se o consenso da necessidade dos debates livres e democráticos, par-
ticularmente quando as medidas de emergência, habitualmente usadas, parecem se esgotar.

Mais uma vez na definição e aplicação de uma política econômica desenvolvimentista,
mas austera, a seleção de prioridades e de decisões gerará conflitos antagônicos, podendo-se an-
tever dificuldades para harmonizá-los em termos sócio-econômicos. Como garantir o abastecimento
interno; como aumentar o superávit comercial para pagar a dívida externa; como prover recursos
financeiros de crédito agrícola que tem sido escasso; como retirar ordenadamente os subsídios;
como incentivar a maior participação de recursos próprios dos agricultores; como liberar os pre-
ços dos alimentos e preservar o poder de compra da população consumidora submetida a outras
pressões inflacionárias; como elevar a produtividade - essas são algumas das questões prioritá-
rias que o Plano de Metas terá que atender, sem esquecer do papel dos Governos estaduais quando
se considera um quadro de descentralização institucional.

É preciso frisar que o Prognóstico não é futurologia e sim uma tentativa de, partin-
do-se de análises do recente comportamento do setor agrícola, mostrar expectativas do próximo
ano agrícola. É preciso lembrar, também, que tal tentativa é sempre difícil, pois o passado po-
de não ser uma base sólida para indicar o futuro, isto sem mencionar o fato de que a conjuntura
econômica é sempre cercada de incertezas e fatos que escapam ao controle dos indivíduos, das em-
presas e do próprio Governo.

O objetivo deste trabalho é, pois, prover informações ao processo de decisões para a
agricultura.

(IEA, 22/12/86)

desempenho da agricultura paulista

2 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

Para a safra 1985/86 as estimativas preliminares de preço e de produção dos principais produtos agrícolas no Estado de São Paulo mostram o pior resultado desde 1975/76, em virtude da redução no volume decorrente da forte estiagem e da perda em preços reais.

Quando se procura analisar o período 1975/76 a 1985/86, pode-se observar que ocorreram reduções relativas nas quantidades produzidas em apenas quatro safras, das quais, sem dúvida, esta última é a de maior expressão (-21,8%). De outra parte, verificou-se ganhos em sete safras, sendo as mais significativas aquelas registradas em 1976/77, 1978/79 e 1984/85 em relação às safras imediatamente anteriores. Todavia, ao se analisar as variações de valor real da produção, o panorama praticamente é de alternância de ganhos e perdas entre safras, situando-se o decréscimo desta última em 41,7%. Porém, ao se excluir o café que apresenta ciclo definido de produção, observa-se que as perdas de valor real tornam-se mais brandas, à exceção de 1982/83. Comumente, os decréscimos ocorridos em volume de produção de café vieram acompanhados de perdas reais em preços médios anuais (quadro 1).

De modo global a agricultura, responsável por 69,4% do valor total da produção agrícola do Estado, foi bem mais atingida que a pecuária neste ano de 1986. Assim, os produtos vegetais mostram perdas de 50,3% e 27,3%, respectivamente, em termos de valores reais e quantitativos. Abolindo-se do cálculo o café, que apresentou drástica queda de produção (65,7%), essas taxas passam a -33,9% e -2,7%. Os produtos animais, por sua vez, experimentaram acréscimo de 2,4% em termos físicos e decréscimo de 3,8% em termos reais (quadro 2).

Os produtos mais influenciados pelas cotações internacionais (café, cana-de-açúcar, laranja e soja) foram os que obtiveram resultados mais desfavoráveis neste ano agrícola. Em relação a 1984/85 perderam 63,3% em valor real da produção, 35,8% em volume produzido e 22,9% em preços reais.

Tanto os cereais (arroz, feijão, milho e trigo) com decréscimos de valor real da produção (14,5%), de quantidade produzida (24,0%) e de preços reais (11,3%), quanto as oleaginosas (algodão, amendoim e soja) que perderam 4,8% em preços reais, 3,3% em volume físico e 8,0% em valor real, tiveram um desempenho bem melhor que os produtos classificados como de exportação.

Dentre todos os produtos vegetais, com quebra na quantidade e decréscimo em preços reais, e conseqüentemente perda em valor, destacam-se: café, cana-de-açúcar, laranja, soja, feijão da seca e de inverno, limão, amendoim da seca, chá e mamona. Com preços reais maiores porém com quantidades decrescentes aparecem: tomate envarado, amendoim das águas, batata de inverno e feijão das águas. Com preços e volume maiores que os de 1984/85, podem ser citados: algodão, banana, batata da seca e batata das águas (quadro 3).

Em termos de área, a expansão ocorrida com arroz, banana, cana-de-açúcar, cebolas de muda e de soqueira, feijão de inverno, milho e trigo foi suficiente para resultar em aumento da área cultivada no Estado (1,7%), embora as culturas de produtos bastante expressivos como algodão, amendoim, batata da seca e de inverno, café, feijão das águas e da seca, mamona, mandioca, soja, tangerina, tomate e uva de mesa tenham sofrido forte retração (quadro 4).

Quanto ao rendimento médio, as maiores perdas foram para: café (-63,9%), feijão das águas (-41,5%), amendoim das águas (-27,9%), feijão de inverno (-22,2%), trigo (-21,9%), laranja (-13,4%), tangerina (-9,8%), arroz (-7,8%) e batata das águas (7,2%). Ganhos em produtividade foram detectados para: algodão, banana, batata da seca, cebola de muda e de soqueira, mamona, mandioca, soja, tomate envarado e rasteiro e uva de mesa (quadro 4).

Para os produtos de origem animal, a perda em valor real em 1986 foi consequência de variação positiva de 2,4% no volume de produção e do decréscimo de 18,8% em preços reais. Para carne suína, aves de corte e ovos foram registradas maiores quantidades neste ano; pois houve um aumento na oferta visando a atender a crescente demanda por esses produtos, ocasionada pelos problemas oriundos da escassez da carne bovina. O leite apresentou perdas tanto em volume quanto em preços reais, mostrando que essa atividade ainda não encontrou uma política capaz de solucionar seus graves problemas.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, cana-de-açúcar (17,6%), café (13,1%), aves para corte e ovos (12,0%), milho (6,2%), leite (5,7%), laranja (5,4%) e algodão (5,2%) perfazem 65,2% do valor global da produção. Destaque-se que os produtos influenciáveis pelas cotações do mercado internacional são responsáveis por 39,2% do valor, enquanto que os cereais e as oleaginosas quase que essencialmente dependentes do mercado interno respondem por 12,3% e 9,1%, respectivamente.

- RECEITA BRUTA, CUSTO OPERACIONAL E RECEITA LÍQUIDA (1)

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), relativos a estatísticas de custos de produção, preços recebidos pelos produtores e de previsão de safra, possibilitam, ao final de cada ano agrícola, um cálculo dos resultados econômicos das principais atividades no Estado de São Paulo.

O resultado econômico da safra 1985/86 representa um parâmetro adicional para subsidiar o produtor rural no seu planejamento de curto prazo. É bom lembrar, porém, que as decisões relativas à composição da produção a nível de propriedade rural estão condicionadas ao comportamento de outros fatores técnicos e econômicos, tais como preços mínimos, valores básicos de custo (VBC), disponibilidade de crédito, evolução dos preços dos produtos no mercado nacional e internacional, assim como disponibilidade de infra-estrutura produtiva.

A nível de Governo e demais entidades ligadas ao setor, a apresentação dos resultados econômicos reveste-se de importância ao evidenciar a situação de liquidez dos produtores para o financiamento específico a cada produto, na próxima safra, constituindo-se em subsídios para a política de crédito e perspectivas relativas à produção.

As estimativas de custos de produção, elaboradas pelo IEA no início do ano agrícola 1985/86 e que constituem a base de cálculo para este trabalho, sofreram reformulações, principalmente em decorrência do Plano de Estabilização Econômica do Governo, uma vez que embutiam expectativas de inflação futura. A extinção da correção monetária, a partir de fevereiro, acarretou

(1) Estimativa preliminar foi apresentada na revista "Agricultura: Situação e Perspectivas 1986/87", editada pelo Instituto de Economia Agrícola.

mudanças no cálculo dos encargos financeiros, reduzindo o montante inicialmente calculado para a maioria das culturas, visto que as taxas utilizadas incluam, além dos juros reais, a cobrança monetária referente ao número de meses do empréstimo de custeio.

Os preços considerados para o cálculo da receita constituem-se em estimativas, sendo que para a maior parte das culturas das águas e para as da safra da seca, cujas produções já foram em grande parte comercializadas, esses preços devem representar remunerações próximas efetivas, a nível do produtor. Para culturas de ciclo longo, cuja comercialização ainda está em curso, casos da mandioca, café, laranja, etc., os preços constituem-se em estimativas preliminares, sujeitas a alterações. A cana-de-açúcar, embora faça parte deste último grupo de produtos tem preço definitivo, uma vez que foi congelado em fevereiro.

As produtividades utilizadas para a obtenção da receita bruta correspondem ao 5º levantamento da Previsão de Safras (IEA/CATI) para o ano agrícola 1985/86, exceção feita ao trigo cuja estimativa é do Departamento de Comercialização do Trigo (CETRIN), tendo em vista que para esta cultura o IEA ainda não dispunha de valores definitivos.

As receitas brutas, os custos operacionais e as receitas líquidas para o ano agrícola 1985/86 dos principais produtos do Estado de São Paulo são apresentados nos quadros 5 a 8.

Esses resultados econômicos devem ser analisados com a devida cautela, uma vez que se baseiam, em sua grande maioria, em estimativas regionais, devendo ser adaptados para cada caso em particular, principalmente em função das condições climáticas adversas durante o ciclo agrícola analisado, que em muitos casos obrigaram os produtores a realizarem operação de replantio, ou mesmo devido a variações de produtividades nem sempre consideradas neste trabalho.

Para a análise do resultado econômico, construiu-se um indicador de desempenho, definido pela relação entre receita líquida e receita bruta multiplicada por cem ($RL/RB \times 100$). Esse índice mostra o percentual da receita bruta por atividade que o produtor dispõe para remunerar os custos fixos de produção e despesas gerais, não computados pela metodologia de custo operacional de produção adotada pelo IEA em suas estimativas (vide capítulo 3).

Em relação às oleaginosas, a soja foi a cultura que apresentou maior índice de desempenho econômico (46%). O preço do produto para esta safra foi considerado razoável pelos produtores, o qual, conjugado ao nível de produtividade alcançado, foi responsável por tal resultado. Contudo, convém salientar que esta análise tem característica de média regional, uma vez que houve problemas de queda de produtividade e custos adicionais de replantio na cultura a nível do Estado, o que alteraria esta performance, se fossem aqui considerados. Mesmo para a região em análise, Ribeirão Preto, a cultura da soja já obteve melhor desempenho em anos anteriores, com exceção da safra agrícola 1984/85, em que o Governo surgiu como o grande comprador do produto, para garantir a renda dos sojicultores (quadro 5).

Os produtores de algodão obtiveram um bom desempenho econômico, com índices que ficaram próximos de 40%, a nível das regiões analisadas, exceção feita àqueles produtores da região de Campinas que, eventualmente, tiveram na safra 1985/86 custos adicionais no combate ao "bico do". Houve ganhos reais de preços do produto em relação à safra agrícola 1984/85, quando o resultado econômico apresentou-se bastante desfavorável. Os níveis de produtividade alcançados, acima das expectativas, mesmo levando-se em conta a estiagem de 1985, foram, também, os responsáveis pelo bom desempenho apresentado pela cultura.

O amendoim vem apresentando nos últimos anos receitas líquidas negativas, acentuadas na safra das águas de 1985/86 na região de Marília, devido à estiagem no início do ciclo agrícola e chuvas em abundância na época da colheita, o que levou à significativa queda de produtividade e aumento de custo médio unitário. O índice de desempenho para esta região foi de -72% para a safra das águas e de -48% para a safra da seca. Este resultado mostra que nem mesmo o custo

operacional de produção foi coberto no ano agrícola 1985/86 nesta região. Em Ribeirão Preto, onde o amendoim vem sendo cultivado em rotação com a cana-de-açúcar, a cultura teve um melhor desempenho, apresentando índice de 21%. O nível de capitalização destes produtores possibilitou, neste ano, a estocagem da produção do amendoim, à espera de uma eventual melhoria no preço, o que poderá provocar, ainda, uma alteração dos resultados econômicos apresentados para região de Ribeirão Preto.

Entre os cereais, foi a cultura de arroz irrigado que se destacou em termos de resultado econômico, com um indicador de desempenho de 45%. O produto foi comercializado, na média, um pouco acima do preço mínimo. Mas é a produtividade alcançada neste sistema de cultivo de arroz a principal responsável pelos melhores resultados, uma vez que o arroz de sequeiro, apresentando um nível de produtividade 50% inferior ao do arroz irrigado, obteve um índice de desempenho de apenas 10% (quadro 6).

Para o feijão, houve uma grande diferença de desempenho entre as safras das águas e da seca. Embora os preços tenham sido considerados bons nas duas épocas de comercialização, a queda acentuada de produtividade da safra das águas resultou em indicadores de desempenho de -20% (feijão-TA) e -48% (feijão-TMA). Na safra da seca, houve uma recuperação dos níveis de produtividade, resultando em índices de desempenho econômico de 29% para o feijão - TM e de 43% para o feijão - TMA. Observa-se pelos dados apresentados que, desde que as condições de comercialização mostrem-se favoráveis, o uso de tração animal ou mista, na condução da cultura, mostra-se como uma boa alternativa a qualquer tipo de produtor de feijão, principalmente para pequenos produtores.

O milho apresentou, de um modo geral, a mesma performance da safra anterior (1984/85). Os indicadores de desempenho variaram de 13% (média do Estado de São Paulo) a 44% para a região de Ribeirão Preto. Esta variação de resultado econômico está relacionada aos níveis de produtividade alcançados nas diversas regiões, influenciados, no caso de algumas delas, pela estiagem ocorrida no segundo semestre de 1985. O preço do milho foi considerado razoável, sendo que os produtores do Estado foram beneficiados, ainda, por uma bonificação, tendo em vista melhor qualidade do grão. Deve ser lembrado, todavia, que a remuneração referente às compras efetuadas pelo Governo foram parceladas, o que pode diminuir os níveis de rentabilidade apresentados para o produto.

A cultura do trigo apresentou um bom rendimento em 1986, devido, principalmente, à maior preocupação na condução da cultura por parte dos produtores, resultando num indicador de desempenho de 34%. Saliente-se que, à semelhança do milho, este resultado pode se alterar levando em conta que o pagamento pelo Governo, único comprador do produto, será feito em 5 parcelas, sendo a última a ser paga em fevereiro. Dependendo da taxa de inflação daqui para frente, a perda do produtor poderá ser de maior ou menor intensidade.

As olerícolas, batata, cebola e tomate apresentaram, de um modo geral, os maiores índices de desempenho econômico no rol das atividades aqui analisadas. Os preços foram, sem dúvida, os maiores responsáveis por tal comportamento. A cebola de muda, colhida no final do segundo semestre de 1986 no Estado, obteve uma remuneração ímpar, resultando em índice de desempenho econômico de 87%, fato que, em grande parte, se deve à frustração da safra nordestina. Já a cebola de bulbinho obteve preços considerados baixos, mas a produtividade possibilitou um bom resultado econômico, com um índice de 35% (quadro 7).

Tanto a batata das águas como a da seca tiveram uma evolução de preços reais bastante favoráveis em relação às safras passadas. Apesar do cultivo das águas ter sofrido bastante com a estiagem de 1985 no Estado, com queda de produtividade, o índice de desempenho econômico foi de 44% contra 56% para a batata da seca.

O tomate envarado para mesa apresentou, também, aumentos reais de preços bastante estimuladores na safra 1985/86, resultando num índice de desempenho de 61%. O preço do tomate ras teiro, para fins industriais, foi afetado em termos de expectativas, após a decretação do Plano Cruzado. A tendência apresentada de baixa nos preços colocou o produto em último lugar dentre as olerícolas aqui analisadas, em termos de resultado econômico, apresentando um índice de 24%. Vale lembrar que esta é uma cultura considerada de menor risco em relação às demais olerícolas em decorrência dos contratos de venda antecipada da produção que, geralmente, mantêm a remuneração desta atividade em níveis bastante estáveis.

A cana-de-açúcar apresentou resultados econômicos desfavoráveis a nível das regiões analisadas, com índices de desempenho de 3% para a região de Ribeirão Preto e de -24% para a região de Campinas. As estimativas de custo de produção representam valores médios da cana nova, soca e ressoça para os fornecedores autônomos destas regiões. Portanto, os resultados econômicos apresentados, certamente, estarão subestimados ao se considerar a situação de fornecedores que obtêm mais de três cortes da cana e, principalmente, no caso de cana própria de usina, com média de quatro a cinco cortes, o que implica uma diminuição do custo médio por tonelada colhida. Todavia, é importante registrar queda real no preço do produto em relação à safra agrícola 1984/85, devido, em grande parte, ao congelamento do preço da cana em fevereiro.

A mandioca vem apresentando na safra 1985/86 um rendimento bastante superior ao da safra passada que, conjugado aos preços, mostra um quadro que, à primeira vista, parece bastante animador, com um índice de desempenho econômico de 62%. Porém, afora o nível médio de produtividade que poderá se alterar até o final da colheita, o que afetaria a rentabilidade do produto, há de se considerar outros dois aspectos da cultura que a colocam num patamar bem mais modesto em termos de desempenho econômico. O primeiro aspecto diz respeito à dificuldade que os produtores de mandioca vêm enfrentando na comercialização do produto nesta safra. Muitos dos produtores vêm mantendo a mandioca no chão, devido a problemas de colocação do produto nas fábricas de farinha, inviabilizando, neste caso, os resultados econômicos apontados. Outro aspecto a ser analisado diz respeito à própria característica do cultivo da mandioca, que representa, em média, ciclo de ano e meio, o que indica que o índice de desempenho acima está relacionado a um capital empatado por um período maior, em relação às culturas de ciclo curto.

Das culturas perenes, a da banana foi, sem dúvida, a que apresentou melhores resultados. O preço e os bons níveis de produtividade na safra 1985/86, tanto para a banana de várzea como para a banana de morro, resultaram em acréscimos reais de receita, por unidade de área, de grande magnitude. Os aumentos de preços verificados decorreram dos bons resultados das exportações no primeiro semestre de 1986, que coincidiram com a forte demanda no mercado interno após a decretação do Plano Cruzado, evitando o decréscimo de preços no período de maior colheita (maio/junho). Os índices de desempenho foram de 71% e 73% para a banana de várzea e de morro, respectivamente (quadro 8).

A uva comum de mesa apresentou, também, boas condições de produtividade e preços, o que influenciou no índice de desempenho, de 37%.

Os preços observados até o momento na comercialização do café vêm evidenciando a situação de escassez do produto, pela queda acentuada de produtividade na safra analisada. No período compreendido entre setembro de 1985 a fevereiro de 1986 os preços do produto chegaram a triplicar, em termos reais, mas, em média, apresentando evolução abaixo do índice de inflação. Na região de Ribeirão Preto, não se obtiveram resultados econômicos positivos, onde a queda de produtividade foi muito mais acentuada em relação às demais regiões. O índice de desempenho nesta região foi de -2% contra 49%, para a região de Campinas, e de 48% para a região de Bauru.

A laranja apresentou na safra 1985/86 índice de desempenho econômico de apenas 4%. Es

se resultado conjuga, de um lado, a quebra de produtividade de 12,8%, estimada até o momento para o Estado de São Paulo, e de outro, a forte redução nos preços reais recebidos pelos citricultores, refletindo a queda das cotações internacionais do preço do suco e a disponibilidade de estoques que o Brasil vem mantendo. Provavelmente, este é um dos piores resultados que a citricultura obteve nos últimos dez anos. Todavia, parece que o mercado começa a mostrar sinais de fortalecimento, podendo parte dos produtores de laranja vir, ainda, a ser beneficiada com melhores preços.

A queda de produtividade da cultura do chá e a fraca evolução de preço, em relação à safra 1984/85, levaram este produto a apresentar um dos piores desempenhos da safra analisada, com um índice da ordem de -70%. O produto vem apresentando problema de colocação nas fábricas na região produtora, sugerindo que parte dos produtores encontra-se, eventualmente, em piores condições das aqui apresentadas.

Ao analisar os índices de desempenho econômico entre culturas é necessário que se tenha em mente qual deveria ser o percentual da receita bruta suficiente para remunerar os custos fixos de cada atividade em particular e, a partir daí, comparar este percentual com o índice de desempenho apresentado. Quanto maior a relação $\frac{CF}{RB}$ (custo fixo/receita bruta), maior deverá ser o índice de desempenho econômico para que seja garantida a permanência do produtor na atividade, no longo prazo. Há de se levar em conta, também, ao se analisar tais índices, o risco envolvido em cada cultura e o período de tempo em que os recursos fixos ficam comprometidos.

(IEA, 28/11/86)

QUADRO 1. - Variações Relativas ⁽¹⁾ de Valor Real e de Produto Físico da Agricultura Paulista, 1975/76 a 1985/86

Ano	Variação do Valor Real da Produção		Variação da Produção (volume)	
	Geral (%)	Sem café (%)	Geral (%)	Sem café (%)
1975/76	-7,3	0,2	-3,1	9,9
1976/77	31,5	-0,3	35,8	4,6
1977/78	-13,4	-1,1	-0,4	-1,6
1978/79	16,4	16,3	11,0	13,2
1979/80	-8,4	-2,6	3,2	8,2
1980/81	4,6	3,2	8,4	4,0
1981/82	-8,6	-3,5	3,7	11,6
1982/83	-19,2	-24,3	3,4	0,2
1983/84	0,6	2,5	-2,2	-2,8
1984/85	8,6	2,3	10,7	8,9
1985/86	-41,7	-25,7	-21,8	-1,3

⁽¹⁾ Variação em relação à safra precedente.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2. - Estimativa de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de São Paulo, 1984/85 a 1985/86

Produto	Quantidade		Preço		Unidade	Valor corrente		Valor real de 1985/86 ⁽³⁾ (Cz\$)
	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	Cr\$/unidade	Cz\$/unidade		Cr\$ milhão 1984/85	Cz\$ 1985/86	
			1984/85	1985/86 ⁽²⁾				
Algodão	609,5	643,1	26.000,00	78,00	arroba	1.056.467	3.344.120	1.157.233
Amendoim das águas	221,0	139,3	21.800,00	77,00	sc. 25kg	192.712	429.044	148.471
Amendoim da seca	65,0	53,9	33.800,00	71,00	sc. 25kg	87.880	153.076	52.972
Arroz	496,8	499,8	57.770,00	136,00	sc. 60kg	478.336	1.132.880	392.033
Banana	789,2	1.074,2	22.000,00	1.300,00	tonelada	173.624	1.396.460	483.245
Batata das águas	213,0	215,4	28.500,00	172,00	sc. 60kg	101.175	617.480	213.679
Batata de inverno	151,2	124,2	113.100,00	340,00	sc. 60kg	285.012	703.799	243.550
Batata da seca	172,8	175,2	47.300,00	292,00	sc. 60kg	136.224	852.640	295.056
Café	493,2	169,2	1.480.000,00	3.000,00	sc. 60kg	12.165.600	8.460.000	2.927.583
Cana-de-açúcar	121.950,0	120.360,0	58.000,00	94,64	tonelada	7.073.100	11.390.870	3.941.811
Cebola de muda	170,3	201,0	4.100,00	4,10	quilograma	698.229	824.100	285.180
Cebola de soqueira	52,8	66,0	1.300,00	3,30	quilograma	68.640	217.800	75.370
Chá	49,4	48,8	720,00	1,23	quilograma	35.568	60.024	20.771
Feijão das águas	141,6	66,0	73.800,00	323,00	sc. 60kg	174.168	355.300	122.952
Feijão de inverno	71,4	69,6	194.700,00	441,00	sc. 60kg	231.693	511.560	177.025
Feijão da seca	150,0	141,6	136.000,00	360,00	sc. 60kg	340.000	849.599	294.004
Laranja	8.894,4	7.890,7	17.300,00	18,00	cx. 40,8kg	3.771.400	3.481.191	1.204.666
Limão	350,9	340,1	25.000,00	35,00	cx. 40,8kg	215.012	291.752	100.961
Mamona	26,5	15,5	837,00	1,23	quilograma	22.180	19.065	6.597
Mandioca	650,0	669,8	152.800,00	312,00	tonelada	99.320	208.978	213.679
Milho	2.970,6	3.093,6	28.500,00	78,00	sc. 60kg	1.411.035	4.021.680	1.391.702
Soja	960,0	915,0	55.000,00	129,00	sc. 60kg	880.000	1.967.250	680.767
Tangerina	667,9	485,5	13.900,00	26,40	cx. 40,8kg	227.544	314.147	108.711
Tomate envarado	379,7	374,4	30.500,00	116,00	cx. 27kg	428.920	1.608.533	556.633
Tomate rasteiro	350,0	350,0	450,00	0,78	quilograma	157.500	273.000	94.472
Trigo	295,7	314,4	116.000,00	200,00	sc. 60kg	571.686	1.048.000	362.660
Uva de mesa	88,6	100,0	9.640,00	23,00	cx. 8kg	106.763	287.500	99.489
Aves de corte	443,8	488,2	3.040,00	9,70	quilograma	1.349.152	4.735.540	1.638.734
Carne bovina	426,7	419,0	88.000,00	250,00	arroba	2.503.307	6.983.333	2.416.582
Carne suína	82,7	90,0	91.200,00	202,00	arroba	502.816	1.212.000	419.413
Casulo ⁽⁴⁾	6,0	6,2	6.500,00	21,00	quilograma	39.000	130.200	45.056
Leite ⁽⁵⁾	1.711,6	1.684,8	1.066,00	2,18	litro	1.824.566	3.672.864	1.270.994
Ovos ⁽⁵⁾	528,0	565,0	1.670,00	5,30	dúzia	881.760	2.994.500	1.036.246
Valor total da produção					Crescimento real = -41,7%	38.290.390	64.548.280	22.336.930
Valor total da produção sem café					Crescimento real = -25,7%	26.124.790	56.088.280	19.409.350
Valor total da produção de origem vegetal					Crescimento real = -33,9%	31.189.790	44.819.850	15.509.910
Valor total da produção de origem vegetal sem café					Crescimento real = -33,7%	19.024.190	36.359.850	12.582.330
Valor total da produção de origem animal					Crescimento real = -3,8%	7.100.600	19.728.440	6.827.025
Valor total da produção a preços de 1984/85					Crescimento físico = -21,8%	38.290.390	29.949.870	

(1) 5ª estimativa de safra, junho de 1986.

(2) Estimativa preliminar baseada em informações disponíveis até outubro de 1986.

(3) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1984/85 = 100).

(4) Milhões de litros.

(5) Milhões de dúzias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3. - Evolução da Quantidade Produzida, Preços Recebidos e Valor da Produção, Estado de São Paulo, 1984/85 e 1985/86
(em percentagem)

Produto	Quantidade ⁽¹⁾	Preço ⁽²⁾		Valor da produção	
		Corrente	Real ⁽³⁾	Corrente	Real ⁽³⁾
Algodão	5,5	200,0	3,8	216,5	9,5
Amendoim das águas	-37,0	253,2	22,2	122,6	-23,0
Amendoim da seca	-17,1	110,1	-27,3	74,2	-39,7
Arroz	0,6	135,4	-18,5	136,8	-18,0
Banana	36,1	490,9	104,5	704,3	178,3
Batata das águas	1,1	503,5	108,8	510,3	111,2
Batata de inverno	-17,9	200,6	4,0	146,9	-14,5
Batata da seca	1,4	517,3	113,6	525,0	116,6
Cafê	-65,7	102,7	-29,8	-30,5	-75,9
Cana-de-açúcar	-1,3	63,2	-43,5	61,0	-44,3
Cebola de muda	18,0	0,0	-65,4	18,0	-59,2
Cebola de soqueira	25,0	153,8	-12,2	217,3	9,8
Chá	-1,2	70,8	-40,9	68,8	-41,6
Feijão das águas	-53,4	337,7	51,5	104,0	-29,4
Feijão de inverno	-2,5	126,5	-21,6	120,8	-23,6
Feijão da seca	-5,6	164,7	-8,4	149,9	-13,5
Laranja	-11,3	4,0	-64,0	-7,7	-68,1
Limão	-3,1	40,0	-51,5	35,7	-53,0
Mamona	-41,5	47,0	-49,1	-14,0	-70,3
Mandioca	3,0	104,2	-29,3	110,4	-27,2
Milho	4,1	173,7	-5,3	185,0	-1,4
Soja	-4,7	134,5	-18,8	123,5	-22,6
Tangerina	-27,3	89,9	-34,3	38,1	-52,2
Tomate envarado	-1,4	280,3	31,6	275,0	29,8
Tomate rasteiro	0,0	73,3	-40,0	73,3	-40,0
Trigo	6,3	72,4	-40,3	83,3	-36,6
Uva de mesa	12,9	138,6	-17,4	169,3	-6,8
Aves de corte	10,0	219,1	10,4	251,0	21,5
Carne bovina	-1,8	184,1	-1,7	179,0	-3,5
Carne suína	8,8	121,5	-23,3	141,0	-16,6
Casulo	3,3	223,1	11,8	233,8	15,5
Leite	-1,6	104,5	-29,2	101,3	-30,3
Ovos	7,0	217,4	9,8	239,6	17,5

(1) 5ª estimativa de safra, junho de 1986.

(2) Estimativa preliminar baseada em informações disponíveis até outubro de 1986.

(3) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1984/85 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4. - Área Plantada, Rendimento Médio e Evolução Percentual dos Principais Produtos Vegetais da Agricultura Paulistam 1984/85 e 1985/86

Produto	Área (10Cha)		Evolução percentual	Rendimento médio (kg/ha)		Evolução percentual
	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾		1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	
Algodão	382,0	329,6	-13,7	1.596	1.951	22,2
Amendoim das águas	108,5	94,9	-12,6	2.037	1.469	-27,9
Amendoim das seca	46,9	39,1	-16,6	1.386	1.378	-0,6
Arroz	309,4	337,7	9,1	1.606	1.480	-7,8
Banana	44,9	47,0	4,7	18.609	24.729	32,9
Batata das águas	11,1	12,1	9,0	19.189	17.802	-7,2
Batata de inverno	7,5	6,2	-17,3	20.160	20.032	-0,6
Batata da seca	9,0	8,7	-3,3	19.200	20.138	4,9
Café ⁽²⁾	836,8	801,4	-4,2	637	230	-63,9
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	1.951,7	2.034,0	4,2	74.995	71.822	-4,2
Cebola de muda	11,0	11,6	5,5	15.482	17.328	11,9
Cebola de soqueira	3,3	4,0	21,2	16.000	16.510	3,2
Chã	5,2	6,1	17,3	9.490	8.000	-15,7
Feijão das águas	227,8	131,3	-20,4	622	364	-41,5
Feijão de inverno	67,1	34,1	25,3	1.064	828	-22,2
Feijão da seca	190,9	131,9	-4,7	786	778	-1,0
Laranja ⁽²⁾	645,1	674,4	4,5	16.403	14.203	-13,4
Limão ⁽²⁾	22,0	23,9	8,6	21.150	19.589	-7,4
Mamona	26,0	14,4	-44,6	1.019	1.073	5,3
Mandioca ⁽²⁾	54,0	50,1	-7,2	20.344	20.801	2,2
Milho	1.155,8	1.230,0	10,7	2.570	2.417	-6,0
Soja	495,5	456,8	-7,8	1.937	2.003	3,4
Tangerina ⁽²⁾	28,9	23,5	-18,7	24.664	22.251	-9,8
Tomate envarado	7,7	6,8	-11,7	49.312	55.053	11,6
Tomate rasteiro	10,4	9,6	-7,7	31.731	36.458	14,9
Trigo	156,4	213,0	36,2	1.891	1.476	-21,9
Uva de mesa	8,2	8,0	-2,4	11.648	13.356	14,7
Área total	6.823,1	6.940,2	1,7			
Área de produtos de alimentação	2.274,5	2.442,1	7,4			
Área de produtos exportáveis	3.976,2	4.106,7	3,3			

⁽¹⁾ 5ª estimativa de safra, junho de 1986.

⁽²⁾ Rendimento calculado com base na área em produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1985/86

(em cruzado)

Cultura	Rendimento (1)		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.
Algodão (TM) (Sub-região de Orlândia)	172,6	arroba	13.462,80	78,00	7.903,45	45,79	5.559,35	32,21
Algodão(TMA) (Sub-região de Avaré)	105,9	arroba	8.260,20	78,00	5.556,00	52,46	2.704,20	25,54
Algodão (TM) (Dira de Campinas)	142,0	arroba	11.076,00	78,00	6.774,25	47,71	4.301,75	30,29
Algodão (TM) (Dira de Campinas (3))	142,0	arroba	11.076,00	78,00	9.632,98	67,84	1.443,02	10,16
Algodão (TM) (Sub-região de Araçatuba)	128,4	arroba	10.015,20	78,00	6.245,30	48,64	3.769,90	29,36
Amendoim das águas (TM) (Dira de Ribeirão Preto)	80,7	sc.25kg	6.213,90	77,00	4.895,02	60,66	1.318,88	16,34
Amendoim das águas (TM) (Dira de Marília)	47,0	sc.25kg	3.619,00	77,00	6.219,28	132,33	-2.600,28	-55,33
Amendoim da seca (TM) (Dira de Marília)	57,4	sc.25kg	4.075,40	71,00	6.032,42	105,09	-1.957,02	-34,09
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	19,0	sc.50kg	1.168,50	61,50	2.577,07	135,64	-1.408,57	-74,14
Soja (TM) (Dira de Ribeirão Preto)	33,9	sc.60kg	4.373,10	129,00	2.344,65	69,16	2.028,45	59,84

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1985/86 baseado no 5º Levantamento de Previsão de Safras do IEA - CATI

(2) Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

(3) O custo referente a defensivos baseou-se em recomendações de técnicos da CATI/SAA para o combate ao "bicudo".

Observação: Tecnologia utilizada: TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 6.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1985/86

(em cruzado)

Cultura	Rendimento (1)		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.
Arroz irrigado (TM)(Vale do Paraíba)	50,9	sc.60kg	6.922,40	136,00	3.768,54	74,04	3.153,86	61,96
Arroz sequeiro (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	25,9	sc.60kg	3.522,40	136,00	3.210,98	123,98	311,42	12,02
Feijão das águas (TA)(Dira de Sorocaba)	3,8	sc.60kg	1.227,40	323,00	1.474,80	388,11	-247,40	-65,11
Feijão das águas (TMA)(Dira de Sorocaba)	6,2	sc.60kg	2.002,60	323,00	2.961,55	477,67	-958,95	-154,67
Feijão da seca (TMA)(Dira de Sorocaba)	13,4	sc.60kg	4.824,00	360,00	2.763,08	206,20	2.060,92	153,80
Feijão da seca (TM)(Dira de Sorocaba)	14,2	sc.60kg	5.112,00	360,00	3.643,20	256,56	1.468,80	103,44
Milho (TM)(Estado)	40,3	sc.60kg	3.143,40	78,00	2.730,39	67,75	413,01	10,25
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	52,1	sc.60kg	4.063,80	78,00	2.272,19	43,61	1.791,61	34,39
Milho (TMA)(Dira de Sorocaba)	30,0	sc.60kg	2.340,00	78,00	1.964,57	65,49	375,43	12,51
Milho (TM)(Dira de Sorocaba)	33,0	sc.60kg	2.574,00	78,00	1.855,59	56,23	718,41	21,77
Trigo (TM)(Sub-região de Assis)	24,6	sc.60kg	4.920,00	200,00	3.245,39	131,93	1.674,61	68,07

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1985/86 baseado no 5º Levantamento de Previsão de Safras do IEA - CATI, exceção do trigo, cuja produtividade utilizada é do Departamento de Comercialização do Trigo (CETRIN).

(2) Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

Observação: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 7.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Outras Culturas Não Perenes, Estado de São Paulo, 1985/86
(em cruzado)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.
Batata das águas (TM) (Dira de Sorocaba)	307,1	sc.60kg	52.821,20	172,00	29.544,71	96,21	23.276,49	75,79
Batata da seca (TM)(Dira de Sorocaba)	353,6	sc.60kg	103.251,20	292,00	44.906,44	127,00	58.344,76	165,00
Cana-de-açúcar ⁽³⁾ (TM) (Dira de Ribeirão Preto)	73,1	t	6.903,56	94,44	6.668,73	91,23	234,83	3,21
Cana-de-açúcar ⁽³⁾ (TM) (Dira de Campinas)	72,4	t	6.837,46	94,44	8.450,62	116,72	-1.613,16	-22,28
Cebola de muda (TM)(Dira de Sorocaba)	380,3	sc.45kg	136.908,00	360,00	19.584,04	51,50	117.323,96	308,50
Cebola de bulbinho (TM) (Dira de Sorocaba)	371,7	sc.45kg	55.197,45	148,50	35.732,70	96,13	19.464,75	52,37
Mandioca ⁽⁴⁾ (TMA)(Sub-região de Assis)	26,8	t	8.361,60	312,00	3.167,23	118,18	5.194,37	193,82
Tomate envarado (TMA) (Dira de Sorocaba)	1.939,1	cx.28kg	224.935,60	116,00	88.318,19	45,55	136.617,41	70,45
Tomate rasteiro irrigado (TM)(Estado de São Paulo)	36.307,0	kg	28.319,46	0,78	21.358,42	0,59	6.961,04	0,19

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1985/86 baseado no 5º Levantamento de Previsão de Safras IEA-CATI.

⁽²⁾ Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

⁽³⁾ Considerada a média de cana nova, soca e ressoca.

⁽⁴⁾ Cultura de ano e meio. Deve-se levar em conta que a receita líquida auferida pela cultura da mandioca refere-se a um período superior as demais culturas.

Observação: Tecnologia utilizada: TM=Tração motomecanizada; TMA= tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 8.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1985/86

(em cruzado)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.	Por ha	Por unid.
Banana de várzea (TM)(Sub-região de Registro)	36,4	t	47.320,00	1.300,00	13.585,75	373,23	33.734,25	926,77
Banana de morro (Litoral)	33,0	t	42.900,00	1.300,00	11.455,79	347,15	31.444,21	952,85
Cafê (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	3,2	sc.60kg	9.600,00	3.000,00	9.790,16	3.059,43	-190,16	-59,43
Cafê (TMA)(Dira de Campinas)	6,8	sc.60kg	20.400,00	3.000,00	10.322,83	1.518,06	10.077,17	1.481,94
Cafê (TM)(Dira de Bauru)	4,8	sc.60kg	14.400,00	3.000,00	7.516,19	1.565,87	6.883,81	1.434,13
Laranja - produção (TM) (Estado)	436,0	cx.40,8kg	7.848,00	18,00	7.542,79	17,30	305,21	0,70
Uva niágara - produção(TM) (Sub-região de Jundiá)	2.538,0	cx.5,0kg	58.374,00	23,00	36.527,40	14,39	21.846,60	8,61
Chã da Índia - produção (TM)(Sub-região de Registro)	8.000,0	kg	9.840,00	1,23	16.627,57	2,08	-6.787,57	-0,85

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1985/86 baseado no 5º Levantamento de Previsão de Safras do IEA-CATI. No caso da laranja foi considerada uma quebra de 12,8% para o Estado de São Paulo.

⁽²⁾ Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

Observação: Tecnologia utilizada: TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

**estimativa de custo
de produção**

3 - ESTIMATIVA DE CUSTO DE PRODUÇÃO, SAFRA 1986/87

- ESTADO DE SÃO PAULO

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) vem elaborando, sistematicamente, estimativas de custo de produção das principais atividades agropecuárias do Estado de São Paulo.

O Prognóstico apresenta uma síntese dos gastos a serem feitos pelos produtores, por item de despesas, das culturas das águas e perenes ⁽²⁾ no ano agrícola 1986/87, elaborada no final do 1º semestre de 1986. As previsões para a safra da seca e de inverno serão calculadas no final do segundo semestre e publicadas, posteriormente, no boletim "Informações Econômicas".

A metodologia de custo adotada pelo IEA é de Custo Operacional de Produção, que engloba as despesas diretas do produtor durante o ciclo agrícola de cada cultura - tais como: sementes, adubos e corretivo, defensivos e herbicidas, mão-de-obra, combustíveis e lubrificantes, em balagem, juros bancários de custeio -, além de despesas com operações realizadas por empreitada. Adicionam-se a esses desembolsos efetivos do produtor os custos indiretos representados pela depreciação de máquinas e implementos e do pomar no caso das culturas pérenes.

As matrizes de coeficientes técnicos, que constituem base de cálculo para as estimativas anuais de custo, são elaboradas a partir de levantamentos realizados junto aos produtores. Periodicamente, essas matrizes são revistas com o objetivo de retratar as modificações nos sistemas de produção adotados para cada cultura. Para as estimativas de custo de produção do ano agrícola 1986/87, foram revistas e atualizadas as matrizes das culturas de soja, arroz de sequeiro, arroz irrigado, algodão, milho, cana, amendoim, café, laranja e banana. As alterações nessas matrizes resultaram de contratos regionais com os extensionistas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CATI-SAA) e com técnicos de cooperativas de produtores agrícolas. No caso da cultura de milho (Ribeirão Preto) e do arroz irrigado, as mudanças nos coeficientes técnicos de uso de fatores foram acompanhadas de alterações dos níveis de produtividade, por unidade de área. Para as demais culturas, mantiveram-se os níveis estimados anteriormente.

O procedimento normal de levantamento dos preços de insumos que o IEA vem adotando para a elaboração dos custos de produção é a coleta dos preços em vigor nos mercados de São Paulo e regiões produtoras por ocasião da elaboração das estimativas, projetando-os de acordo com a época de utilização dos mesmos. No entanto, neste ano, devido às medidas decretadas pelo Plano

(²) Dados detalhados de coeficientes técnicos de utilização de fatores e de despesas de uma gama maior de produtos foram apresentados no Boletim Técnico "Informações Econômicas" do mês de julho de 1986.

de Estabilização Econômica do Governo Federal, o IEA adotou, para a maioria dos insumos usados no cálculo de suas estimativas, os preços tabelados ou congelados, expurgando a expectativa de inflação, tradicionalmente embutida nas estimativas de custo de produção. Todavia, os valores dos custos de produção publicados neste documento sofreram uma revisão e apresentam-se com alguns ajustes em relação às primeiras estimativas, especificamente os relativos às despesas com calcário, mão-de-obra e juros bancários de custeio.

Para cada insumo ou fator de produção, utilizou-se da seguinte metodologia:

- a) mão-de-obra: os valores de salários da mão-de-obra comum e tratorista foram obtidos, inicialmente, nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) do Estado de São Paulo, através de levantamento de salários rurais realizado pelo IEA/CATI em abril de 1986. Entretanto, esses valores encontravam-se defasados dos salários atualmente pagos no setor agrícola, como também no tocante a algumas tarefas empreitadas, notadamente aquelas realizadas manualmente. Dessa forma, procedeu-se aos ajustes necessários na elaboração deste documento, através de contatos realizados com técnicos ligados ao setor nas regiões produtoras;
- b) fertilizantes e corretivo: para os fertilizantes simples e formulados foram considerados os preços máximos a nível de consumidor final, tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços (Resoluções CIP nº 181, de 29/05/86, e 182, de 03/07/86), acrescidos do custo de frete estimado em Cz\$330,00/t, em média, para as várias regiões do Estado de São Paulo. No caso dos adubos formulados que não constavam da tabela CIP, optou-se por utilizar os preços das fórmulas que mais se aproximavam daquelas adotadas nas matrizes de coeficientes, uma vez que o CIP não havia autorizado a comercialização das fórmulas não tabeladas. O preço do calcário e dos respectivos fretes regionais, que haviam sido coletados nas regiões produtoras por ocasião da elaboração das primeiras estimativas, sofreram reajustes, uma vez constatado que foram adquiridos efetivamente pelos produtores por valores mais elevados aos previamente esperados;
- c) defensivos e herbicidas: para esses insumos, os preços considerados foram aqueles tabelados através da Resolução CIP nº 184, de 03/07/86, completados com informações das diversas firmas produtoras, tendo em vista que o CIP não contemplou em sua tabela todos os produtos utilizados nas estimativas de custo operacional de produção;
- d) sementes e mudas: para o algodão, cujo monopólio de produção é da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, considerou-se o preço estipulado oficialmente. Para as demais sementes e mudas, os preços adotados nas estimativas referem-se aos praticados no mercado pelas firmas que as comercializam ou aos coletados nas regiões produtoras, exceção feita ao feijão, cujo preço de semente utilizado corresponde ao grão comum, levantado pelo IEA. No caso de regiões que utilizam sementes tratadas de algodão e de arroz, estimou-se o custo do tratamento, acrescentando-o aos preços;
- e) máquinas e implementos: os custos diários de operação de máquinas e implementos foram calculados com base no preço de maquinaria nova. De maneira geral, os valores utilizados foram os constantes na tabela divulgada pelo Diário Oficial da União, de 02/06/86, complementados com informações colhidas junto aos fabricantes. O custo diário do maquinário compõem-se dos gastos com combustíveis e lubrificantes, filtros, reparos, seguro e garagem. Para esses insumos, consideraram-se os preços congelados no primeiro semestre de 1986. A depreciação foi estimada pelo método linear, considerando-se a vida útil da máquina ou implemento, o número de dias anuais de uso e seu valor residual. O valor da depreciação imputado à cada cultura corresponde ao número de dias em que a máquina ou implemento é utilizado no ciclo agrícola da respectiva cultura;
- f) outros insumos: para os demais insumos, tais como embalagens, arames, pregos, mourões, etc consideraram-se os preços vigentes no mercado no final do primeiro semestre de 1986;
- g) juros bancários: as taxas utilizadas para o cálculo dos juros bancários de custeio foram obti

das através de uma ponderação entre a taxa de juros agrícola (10% a.a.) e a taxa de mercado (estimada em 52% a.a.), observando os mesmos limites de financiamento estipulados pelo Banco Central para os Valores Básicos de Custeio (VBCs), para cada cultura. Os juros bancários foram calculados sobre 50% do custeio estimado pelo IEA para cada cultura, levando em conta que as liberações dos empréstimos de custeio são efetuadas parceladamente durante o ciclo agrícola. Levou-se em conta, também, para o cálculo dos encargos financeiros, o número de meses do ciclo de cada cultura.

As estimativas de custo operacional de produção das diversas culturas do Estado de São Paulo, para o ano agrícola 1986/87, são apresentadas nos quadros 9 a 12.

As participações dos itens componentes das estimativas de custo operacional para a safra agrícola 1986/87 sofreram alterações drásticas em relação àquelas dos primeiros anos da década de oitenta, quando o processo inflacionário elevava, ano a ano, a participação dos encargos financeiros nas estimativas. Atualmente, com a maior estabilidade de preços na economia, a análise das participações relativas dos itens no custo operacional torna-se mais clara, possibilitando visualizar quanto, efetivamente, representam os montantes de gastos com cada insumo ou fator de produção (quadro 13).

De um modo geral, as participações com mão-de-obra apresentam-se maiores em relação à estimativa inicial elaborada no final do primeiro semestre. Detectou-se que os salários rurais apresentaram uma evolução de alta no período pós-Plano Cruzado, pelo menos a nível das regiões produtoras analisadas. Esse fato deve estar associado, entre outras causas, à disputa inter-setorial da mão-de-obra, pelo aquecimento da economia. Há que se dar maior destaque às despesas relativas a este fator de produção nas culturas do feijão - TA (51%) e mandioca - TMA (50%), em que as características do processo produtivo, com pouca mecanização, são responsáveis por tais resultados.

Nas culturas de algodão e café, embora à primeira vista não despontem entre aquelas com grande participação desse item de custo, se acrescidos os valores de colheita empreitada manualmente, passa a haver participações significativas do item de despesas com mão-de-obra (algodão - TMA, 37%; algodão - TM, 33%; café - TMA, 36%; e café - TM, 40%).

As despesas com adubo e corretivo são relevantes para todos os produtos analisados. Uma das causas do encarecimento desses insumos está ligada à sua distribuição que ficou acumulada em período restrito, onerando o frete. As participações deste item de custo tem maior destaque para o arroz de sequeiro (34%), café (de 26% a 31%), feijão TMA (33%), milho TM (37%) e soja (31%).

Despesas com operação de máquinas constituem-se, também, num item de custo com grande representatividade entre as culturas, devido às características dos sistemas de produção no Estado de São Paulo, em que a motomecanização é fator predominante. Nota-se que apenas para os cultivos de feijão - TA, mandioca e tomate envarado ocorrem pequenos percentuais de participação deste item de custo. No caso da mandioca, deve-se considerar as despesas com empreita, que correspondem ao preparo do solo com utilização de trator. A do arroz desponta entre as culturas com maior participação deste item de custo (23% para o arroz irrigado e 25% para o arroz de sequeiro), assim como para a de cana-de-açúcar (23%) e de milho TM (26%).

Os gastos com sementes têm peso significativo na cultura da batata (35%) explicado, em parte, pela utilização em São Paulo de sementes certificadas vindas dos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina.

As culturas que tiveram as estimativas de custos bastante oneradas com o item de defensivos foram as de laranja (17%), de amendoim - TM (16%) e de arroz irrigado (13%).

O item "outros" apresenta percentual elevado somente para o tomate envarado, devido às características próprias da produção, que utiliza materiais diversos tais como mourões, esta

cas, arames e embalagens, que nesta safra tiveram participação de 46% no custo operacional.

Os encargos financeiros de custeio passam a apresentar para a próxima safra pequenas participações, em geral, se comparados a anos anteriores. Vale lembrar, todavia, que esses encargos referem-se a juros reais de custeio e que a taxa de juros de mercado tem-se elevado rapidamente nos últimos meses, onerando sobremaneira os produtores que têm que complementar créditos de custeio à taxa de juros de mercado. Os principais produtos básicos de alimentação - arroz de sequeiro, feijão, mandioca e milho -, além do amendoim, tiveram para safra 1986/87 limites de 100% de financiamento do VBC à taxa de juro agrícola de 10% a.a. Entretanto, as demais culturas serão oneradas com taxas médias de juros que variam de 18,4% a.a. a 26,8% a.a., dependendo do montante de crédito complementar necessário a cada uma, tendo em vista que as taxas de juros bancários em vigor no mercado, em agosto e setembro, permaneceram em torno de 52% a.a.

No tocante aos custos de depreciação, a participação mais elevada deste item (17%) foi na citricultura devido, principalmente, à agregação nos custos de depreciação de máquinas dos referentes à depreciação do pomar. Vale lembrar que o percentual de depreciação apresentado pelo café encontra-se subestimado, devido a não se computar, neste caso, o custo referente à depreciação do cafezal.

Ao se comparar as estimativas de custo operacional de produção da safra 1986/87 com as da safra anterior (1985/86), observa-se aumento médio em torno de 40% para os principais produtos agrícolas.

No entanto, eliminando-se os encargos financeiros e o item de custo relativo à depreciação, obtém-se um percentual médio de aumento de 60%. A preocupação em se analisar a variação dos custos de produção agrícola sem as despesas referentes aos encargos financeiros, que no período anterior ao Plano Cruzado eram corrigidos pela correção monetária embutida na taxa de juros bancários de custeio, é que esse procedimento permite uma melhor análise da evolução dos custos somente em decorrência dos aumentos dos preços dos insumos.

Para alguns produtos agrícolas os percentuais de aumento são bastante diferentes da média e podem ser explicados por aumentos de preços diferenciados dos principais fatores de produção, conjugados com suas respectivas participações nas estimativas de custos.

O custo diário de mão-de-obra apresentou um aumento da ordem de 100% para tratoristas e de 110% para a mão-de-obra comum, e os preços dos insumos foram de 87% para sementes, 36% para óleo diesel, 18% para os principais defensivos e herbicidas e 77% para os adubos.

Deve-se ter em conta, todavia, que os acréscimos diferenciados estão também associados aos períodos de utilização desses insumos na agricultura. Assim, ao se comparar os preços dos adubos utilizaram-se os preços de setembro de 1985 e os tabelados em 1986, enquanto que para os defensivos os preços referem-se a novembro de 1985 comparados com os tabelados em 1986. Dessa forma, era de se esperar que os insumos e fatores que não foram congelados (a exemplo da mão-de-obra) ou que foram utilizados no início do ciclo agrícola passado apresentassem percentual de aumento em relação àqueles utilizados mais tardiamente.

- REGIÃO CENTRO-SUL

Além das estimativas de custo de produção elaboradas para as principais culturas do Estado de São Paulo, o IEA apresenta neste documento estimativas de custo de produção de alguns produtos para os Estados da Região Centro-Sul, elaboradas pelas instituições estaduais. Como os critérios adotados diferem de Estado para Estado houve necessidade de padronizá-los, baseando-se

na metodologia de custo operacional do IEA, a fim de possibilitar a comparação dos valores apresentados. Esta análise, todavia, deve ser feita com bastante cautela, tendo em vista as discrepâncias entre os sistemas de produção adotados para uma mesma cultura entre os Estados e, mesmo, em relação à apropriação dos preços dos insumos e fatores de produção na elaboração das estimativas (quadro 14).

A estimativa de custo do algodão dos Estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná variou de Cz\$67,63/@ a Cz\$83,35/@, situando-se pouco acima dos valores apresentados para São Paulo, cuja variação ficou entre Cz\$57,39/@ a Cz\$65,61/@, dependendo da região do Estado analisada.

Para o amendoim, o único Estado que apresentou estimativa de custo foi o Paraná, com um valor inferior ao Estado de São Paulo, tanto em termos de unidade de área cultivada, como também por unidade de produto, embora a produtividade do Estado do Paraná tenha se apresentado inferior à de São Paulo.

No caso do arroz irrigado, as estimativas para os Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina variaram de Cz\$96,85 a Cz\$138,82 por saco de 60kg. O custo para São Paulo foi estimado em Cz\$109,91 por saco de 60kg, sendo que é o Estado que possui menor nível de produtividade em relação aos analisados.

No caso do arroz de sequeiro, as estimativas de custo variaram de Cz\$98,22, para Santa Catarina, a Cz\$146,47 para Minas Gerais, por saco de 60kg. O Estado de São Paulo apresentou um custo, por unidade de área, bastante próximo aos demais Estados (Cz\$3.018,27), e o menor custo por saco produzido (Cz\$111,79), exceção feita ao Estado de Santa Catarina, que apresentou custo de Cz\$98,22 por saco.

Para o feijão, os custos apresentados pelo Estado de Minas Gerais ficaram bastante superiores aos dos demais Estados da Região Centro-Sul. Para os dois níveis de produtividade, os custos por saco produzido situaram-se acima de Cz\$300,00, enquanto que a variação dos custos entre os outros Estados foi de Cz\$168,20, para Santa Catarina, a Cz\$232,46 para o Paraná. O Estado de São Paulo apresentou um custo médio de Cz\$220,00 por saco.

O custo para o cultivo da mamona no Paraná apresentou-se bastante inferior ao de São Paulo, tanto por unidade de área (Cz\$2.722,75/ha e Cz\$4.230,48/ha, respectivamente), como por unidade de produção (Cz\$123,76/sc. 60kg e Cz\$211,52/sc. 60kg, respectivamente).

Para a mandioca, as estimativas de custo apresentaram uma grande variação entre os Estados analisados: de Cz\$263,57/t para a mandioca de Santa Catarina a Cz\$542,59/t para a mandioca de Minas Gerais. No Estado de São Paulo, o custo mostrou-se bem inferior ao dos demais Estados, Cz\$182,80 por tonelada, sendo que o nível de produtividade de 25t/ha, superior à média, pode ser uma das explicações para o fato. Convém lembrar, ainda, que a mandioca tem um ciclo de cultivo que varia de 12 meses a 24 meses e que, portanto, torna-se praticamente inviável este tipo de análise comparativa inter-regiões, sem informações detalhadas de cada sistema de produção.

No caso do milho, os diferentes níveis de produtividade parecem ser um dos fatores responsáveis pelas diferenças entre os custos apresentados pelos Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para níveis de produtividade acima de 50sc. de 60kg por hectare, as estimativas de custos ficaram próximas aos Cz\$60,00/sc. Os Estados de Minas Gerais e Paraná foram os que apresentaram os maiores custos por unidade de produto. O Estado de São Paulo, por outro lado, apresentou em média, nas suas estimativas, os menores valores por saco de milho produzido, variando de Cz\$49,70 a Cz\$59,35.

A soja, com exceção de Minas Gerais onde apresentou um baixo nível de produtividade (20sc. 60kg por hectare) e maior custo por unidade (Cz\$181,48/sc.60kg), aparentemente, é o pro

duto com maior homogeneidade de custos entre os Estados analisados, incluindo São Paulo. O Estado de Mato Grosso do Sul, entretanto, apresentou o menor custo por hectare e por saco produzido (Cz\$2.927,00 e Cz\$97,56, respectivamente), bastante semelhante ao do Estado de São Paulo (Cz\$2.799,96/ha e Cz\$93,33/sc.).

Finalmente, ao comparar as estimativas de custo da produção de café tem-se para o Estado de Minas Gerais, valores que variam de Cz\$940,25 a Cz\$1.306,40 por saco produzido, para as produtividades de 20 a 10 sacos por hectare. No Estado de São Paulo para níveis de produtividade de próximos de 12 sacos por hectare, os custos, em média, se aproximam de Cz\$1.100,00 por saco beneficiado.

(IEA, 24/11/86)

QUADRO 9.- Estimativa de Custo Operacional de Produção de Oleaginosas, por Hectare, Estado de São Paulo, 1986/87

(em cruzado)

Cultura	Produtividade		Mão-de obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita empreitada	Depreciação ⁽³⁾	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unid.											
Algodão (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	165	arroba	606,30	347,10	2.143,43	1.378,57	1.175,70	104,00	2.640,00	371,35	925,83	9.692,28	58,74
Algodão (TMA) (Dira de Sorocaba)	100	arroba	699,82	186,00	1.290,79	469,49	868,11	104,00	1.500,00	276,41	559,92	5.954,54	59,54
Algodão (TM)(Dira de Campinas)	145	arroba	672,80	332,41	1.938,40	576,81	1.327,05	104,00	2.175,00	411,71	784,18	8.322,36	57,39
Algodão (TM)(Dira de Campinas)(4)	145	arroba	724,80	332,41	2.209,57	1.210,18	1.415,48	104,00	2.175,00	441,38	900,86	9.513,68	65,61
Algodão (TM)(Dira de Araçatuba)	100	arroba	751,72	188,60	847,41	794,23	959,75	179,00	1.500,00	296,46	571,40	6.088,57	60,88
Amendoim das águas (TM)(Dira de Marília)	79	sc.25kg	1.164,58	966,96	687,38	1.279,95	1.451,50	432,80	-	447,14	174,51	6.604,82	83,61
Amendoim das águas (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	90	sc.25kg	1.617,47	1.008,00	955,74	777,70	920,72	533,00	-	287,80	169,54	6.270,00	69,67
Mamona (TMA)(Dira de Presidente Prudente)	20	sc.60kg	2.302,30	15,10	538,19	8,25	614,43	-	-	208,44	543,77	4.230,48	211,52
Soja (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	30	sc.60kg	227,84	470,89	870,41	219,52	619,24	-	-	203,84	188,22	2.799,96	93,33

⁽¹⁾ Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível, lubrificantes etc. e tração animal.

⁽²⁾ Foram incluídos: seguro obrigatório e desbaste para o algodão; transporte da produção e sacaria para o amendoim.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

⁽⁴⁾ O item de custo referente a defensivos baseou-se nas recomendações da CATI/SAA para o combate do "bicudo".

Observação: Tecnologia utilizada: TM = Tração motomecanizada; TMA = Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10.- Estimativa de Custo Operacional de Produção de Cereais, por Hectare, Estado de São Paulo, 1986/87

(em cruzado)

Cultura	Produtividade		Mão-de obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita empreitada	Depreciação (3)	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unid.											
Arroz irrigado (TM) (Dira do Vale do Paraíba)	55	sc.60kg	900,68	780,30	1.011,70	779,55	1.385,34	390,00	-	486,09	311,42	6.045,08	109,91
Arroz sequeiro (TM) (Dira de Ribeirão Preto)	27	sc.60kg	402,22	207,00	1.032,66	7,50	746,08	108,00	187,50	237,63	89,68	3.018,27	111,79
Feijão das águas (TA)(Dira de Sorocaba)	10	sc.60kg	1.034,05	290,00	358,79	76,85	97,80	40,00	-	74,85	39,53	2.011,87	201,19
Feijão das águas (TMA)(Dira de Sorocaba)	16	sc.60kg	787,70	290,00	1.301,99	437,12	715,64	56,00	-	236,88	74,76	3.900,09	243,75
Milho (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	60	sc.60kg	242,23	223,90	1.161,41	63,00	794,54	180,00	-	255,15	111,00	3.031,23	50,52
Milho(TMA)(Dira de Sorocaba)	45	sc.60kg	735,92	226,20	764,51	-	499,68	180,00	-	164,19	100,30	2.670,80	59,35
Milho (TM)(Dira de Sorocaba)	50	sc.60kg	198,20	231,38	876,64	-	662,84	200,00	-	225,57	90,40	2.485,03	49,70

(1) Foram incluídos:reparos de máquinas, combustível, lubrificante, etc. e tração animal.

(2) Foram incluídos:sacaria, taxa de polder para o arroz irrigado e transporte, feito por empreita, de produção de milho.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Observação: Tecnologia utilizada: TM = Tração motomecanizada; TMA = Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 11.- Estimativa de Custo Operacional de Batata, Cana-de-açúcar, Cebola, Mandioca, Tomate Envarado, por Hectare, Estado de São Paulo, 1986/87

(em cruzado)

Cultura	Produtividade		Mão-de obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita empreitada	Depreciação (3)	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unid.											
Batata das águas (TM) (Dira de Sorocaba)	413	sc.60kg	2.648,49	17.391,00	10.513,44	5.133,58	5.548,93	3.027,29	-	2.429,14	2.965,60	49.657,46	120,24
Cana-de-açúcar (nova) (TM)(4) (Dira de Ribeirão Preto)	100	t	1.207,52	2.046,00	2.394,46	906,72	3.208,40	-	1.261,00	1.055,27	2.215,84	14.295,21	142,95
Cana-de-açúcar (soca) (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	78	t	511,24	-	1.055,05	618,27	1.276,79	-	938,34	421,85	589,56	5.411,10	69,37
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM)(Dira de Ribeirão Preto)	60	t	466,34	-	1.055,05	618,27	1.172,75	-	721,80	386,60	540,58	4.961,39	82,69
Cana-de-açúcar (nova) (TMA)(4)(Dira de Campinas)	95	t	2.579,20	1.353,00	2.333,28	1.093,86	4.046,26	-	-	1.332,61	2.292,52	15.030,73	158,22
Cana-de-açúcar (soca) (TMA)(Dira de Campinas)	62	t	1.414,00	-	1.055,05	456,43	1.461,58	-	-	481,21	587,87	5.456,14	88,00
Cana-de-açúcar (ressoca) (TMA)(Dira de Campinas)	52	t	1.250,30	-	1.055,05	456,43	1.309,47	-	-	432,13	545,55	5.048,93	97,09
Cebola de muda (TM)(Dira de Sorocaba)	420	sc.45kg	5.242,36	2.401,49	5.566,99	1.919,26	3.991,68	4.206,00	-	2.075,50	1.823,45	27.226,73	64,82
Mandioca (TMA)(4)(Dira de Marília)	25	t	2.269,20	500,00	715,83	4,78	38,52	800,00	-	25,28	216,41	4.570,02	182,80
Tomate envarado (TM)(Dira de Sorocaba)	2.089	cx	30.628,04	421,20	19.578,24	11.548,28	9.023,73	72.660,96	-	5.305,27	9.638,65	158.804,37	76,01

(1) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível, lubrificantes, etc.

(2) Foram incluídos: sacaria para a batata; embalagem e outros insumos para o tomate; as operações de aração e gradeação realizadas por empreita na mandioca e para a cebola a operação de corte.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

Observação: Tecnologia utilizada: TM = Tração motomecanizada; TMA = Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 12.- Estimativa de Custo Operacional de Produção de Culturas Perenes, por Hectare, Estado de São Paulo, 1986/87

(em cruzado)

Cultura	Produtividade		Mão-de obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita empreitada	Depreciação ⁽³⁾	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unid.											
Banana de morro (Dira do Litoral)	24	t	4.262,36	-	6.117,18	1.278,20	154,33	721,00	-	-	1.959,34	14.492,41	603,85
Banana da várzea(TM)(Dira do Litoral)	30	t	3.250,79	-	6.117,18	2.246,50	2.189,51	721,00	-	559,46	2.270,74	17.355,18	578,50
Cafê (Dira de Ribeirão Preto) (TM)	12	sc.60kg	3.448,25	-	4.328,47	254,37	1.850,56	294,55	2.400,00	576,99	1.289,06	14.442,25	1.203,52
Cafê (Dira de Campinas) (TMA)	12,2	sc.60kg	3.024,20	-	3.867,22	794,54	1.526,09	65,55	1.586,00	695,94	1.113,53	12.673,17	1.038,78
Cafê (Dira de Bauru)(TM)	10,4	sc.60kg	2.674,87	-	2.417,87	664,77	1.923,06	271,03	1.560,00	547,81	974,94	11.034,35	1.061,00
Laranja formação 1ª a 4ª ano (TM)(200 pés) (Estado de São Paulo)	-	-	7.451,41	2.200,00	3.867,27	4.069,04	6.293,98	-	-	2.496,61	3.200,11	29.578,42	-
Laranja produção (TM)(Estado de São Paulo)	500	cx.	2.645,38	-	1.974,71	2.054,41	2.315,70	-	-	2.035,23	1.204,67	12.230,10	24,46
Uva Niágara formação 1ª e 2ª ano (5.400 pés)(TM) (Dira de Campinas)	-	-	32.567,70	60.000,14	19.360,65	2.825,09	7.480,55	9.548,00	-	2.375,55	17.658,81	151.816,50	-
Uva Niágara produção(TM) (Dira de Campinas)	3.100	cx.	23.881,00	-	14.425,66	2.401,56	1.776,60	15.500,00	-	6.649,99	7.769,97	72.404,78	23,36
Chã da Índia formação 1ª a 3ª ano (TM)(9.000 pés) (Dira do Litoral)	-	-	14.251,42	12.284,99	10.733,35	142,35	2.716,42	75,00	-	853,60	5.387,27	46.444,40	-
Chã da Índia produção (TM)(Dira do Litoral)	11.200	kg	5.363,64	-	5.306,49	471,71	4.341,28	75,00	-	2.407,57	2.084,79	20.050,48	1,80

(1) Incluídos reparos de máquinas, combustível, lubrificantes, etc.

(2) Outros insumos; transporte de cascalho para a banana; cobertura morta para a uva.

(3) Inclui também depreciação do pomar com base no custo de formação.

Observação: Tecnologia utilizada: TM = Tração motomecanizada; TMA = Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

QUADRO 13.- Participação dos Itens Componentes das Estimativas de Custo Operacional, Estado de São Paulo, Safra 1986/87

(em percentagem)

Produto	Mão-de obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas	Colheita por empreita	Outros (1)	Encargos financeiros de custeio	Depreciação de máquinas (2)	T o t a l
Algodão (TMA)	12	3	22	8	14	25	2	9	5	100
Algodão (TM)	8	4	21	12	15	25	1	9	5	100
Amendoim (TM)	22	15	13	16	18	-	7	3	6	100
Arroz irrigado (TM)	15	13	17	13	23	-	6	5	8	100
Arroz sequeiro (TM)	13	7	34	-	25	6	4	3	8	100
Batata (TM)	5	35	22	10	11	-	6	6	5	100
Cafê (TMA)	24	-	31	6	12	12	1	9	5	100
Cafê (TM)	24	-	26	4	15	16	2	9	4	100
Cana (TM) (3)	9	8	18	9	23	12	-	14	7	100
Cebola de muda (TM)	19	9	20	7	15	-	15	7	8	100
Feijão (TA)	51	14	18	4	5	-	2	2	4	100
Feijão (TMA)	20	8	33	11	18	-	2	2	6	100
Laranja produção (TM)	21	-	16	17	19	-	-	10	17	100
Mandioca (TMA)	50	11	16	-	1	-	17	5	-	100
Milho (TMA)	27	8	29	-	19	-	7	4	6	100
Milho (TM)	8	8	37	1	26	-	7	4	9	100
Soja (TM)	8	17	31	8	22	-	-	7	7	100
Tomate envarado (TM)	19	-	13	7	6	-	46	6	3	100

(1) Induções, desbaste e seguro, obrigatório do algodão; taxa de polder para arroz irrigado; aração e gradeação para a mandioca; transporte da produção para o a

(2) mendoim e milho; corte da cebola; outros insumos.

(3) Inclui depreciação do pomar para a laranja.

(3) Cana nova, cana 29 corte e cana 30 corte, DIRA de Ribeirão Preto.

Observação: Tecnologia utilizada: TM= Tração motomecanizada; TMA= Tração motomecanizada e animal; TA= Tração animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 14.- Estimativas de Custo Operacional de Produção para as Culturas de Algodão, Amendoim das Águas, Arroz Irrigado, Arroz de Sequeiro, Feijão das Águas, Mamona, Mandioca, Milho, Soja e Café para os Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Safra 1986/87

Estado	Cultura	Produtividade por hectare	Operações (Cz\$/ha)	Insumos (Cz\$/ha)	Outros (Cz\$/ha)	Depreciação de máquinas (Cz\$/ha)	Juros bancários de custeio (Cz\$/ha)	Custo Operacional Total	
								Cz\$/ha	Cz\$/Unid
MS	Algodão	120,0 @	5.101,00	3.087,00	-	-	-	8.188,00	68,23
MG	Algodão	133,3 @	6.775,00	1.821,72	-	-	419,09	9.015,81	67,63
MG	Algodão	80,0 @	4.890,00	1.468,71	-	-	309,98	6.668,69	83,35
PR	Algodão	110,0 @	4.085,78	2.508,36	125,45	458,06	358,29	7.535,94	68,51
PR	Amendoim	70,0 sc. 25kg	2.246,69	1.350,53	66,36	284,64	256,72	4.205,16	60,07
MS	Arroz irrigado	70,0 sc. 50kg	3.084,00	3.696,00	-	-	-	6.780,00	96,85
MG	Arroz irrigado	66,7 sc. 60kg	6.480,00	1.718,71	-	-	399,59	8.598,40	128,91
RS	Arroz irrigado	76,9 sc. 50kg	4.359,53	2.884,42	1.321,53	1.574,64	535,30	10.675,42	138,32
SC	Arroz irrigado	83,3 sc. 50kg	5.968,50	2.740,50	-	-	-	8.709,00	104,55
SC	Arroz irrigado	66,7 sc. 50kg	4.237,50	2.589,35	1.000,00	-	-	7.826,85	117,34
MS	Arroz sequeiro	20,0 sc. 60kg	1.114,00	1.429,00	-	-	-	2.543,00	127,15
MG	Arroz sequeiro	23,3 sc. 60kg	1.930,00	1.324,21	-	-	158,54	3.412,85	146,47
PR	Arroz sequeiro	25,0 sc. 60kg	1.544,41	1.241,26	49,28	269,68	193,79	3.298,42	131,94
SC	Arroz sequeiro	33,3 sc. 60kg	1.953,75	1.317,00	-	-	-	3.270,75	98,22
MG	Feijão	16,7 sc. 60kg	2.935,00	2.029,14	-	-	242,00	5.206,14	311,74
MG	Feijão	11,7 sc. 60kg	2.384,00	1.219,87	-	-	175,58	3.779,55	323,03
PR	Feijão	12,0 sc. 60kg	1.363,58	1.002,10	41,95	205,60	176,30	2.789,53	232,46
SC	Feijão	25,0 sc. 50kg	2.485,25	1.916,54	-	-	-	4.401,79	176,07
SC	Feijão	17,0 sc. 50kg	2.008,00	1.238,00	-	-	-	3.246,00	190,94
SC	Feijão	13,3 sc. 50kg	1.536,00	701,00	-	-	-	2.237,00	168,20
PR	Mamona	22,0 sc. 50kg	1.979,56	383,00	40,82	143,04	176,33	2.722,75	123,76
MG	Mandioca	20,0 tonelada	6.670,00	3.424,74	-	-	757,10	10.851,84	542,59
MG	Mandioca	14,0 tonelada	5.410,00	1.632,29	-	-	528,17	7.570,46	540,74
PR	Mandioca	20,0 tonelada	5.068,16	488,40	102,55	297,64	407,95	6.364,70	318,24
SC	Mandioca	25,0 tonelada	5.477,50	1.111,75	-	-	-	6.589,25	263,57
SC	Mandioca	18,0 tonelada	3.600,00	1.155,75	-	-	-	4.755,75	264,21
MG	Milho	40,0 sc. 60kg	1.339,00	1.681,00	-	-	-	3.020,00	75,50
MG	Milho	50,0 sc. 60kg	2.845,00	772,23	-	-	176,33	3.793,56	75,87
MG	Milho	33,3 sc. 50kg	2.430,00	562,98	-	-	145,90	3.138,88	94,26
PR	Milho	47,0 sc. 60kg	1.786,37	1.321,39	58,30	338,42	229,85	3.734,33	50,59
RS	Milho	58,0 sc. 60kg	1.210,67	1.454,12	-	530,48	220,11	3.415,38	58,88
SC	Milho	80,0 sc. 60kg	3.002,04	1.534,18	-	-	-	4.536,22	56,70
SC	Milho	80,0 sc. 50kg	2.842,84	2.034,23	-	-	-	4.877,07	60,96
SC	Milho	50,0 sc. 60kg	2.028,90	694,34	-	-	-	2.723,24	54,46
MS	Soja	30,0 sc. 50kg	985,00	1.942,00	-	-	-	2.927,00	97,56
MG	Soja	30,0 sc. 60kg	2.129,00	1.481,12	-	-	234,65	3.844,77	128,15
MG	Soja	20,0 sc. 60kg	2.080,00	1.328,09	-	-	221,52	3.629,61	181,48
PR	Soja	36,0 sc. 60kg	1.111,13	1.952,22	59,34	430,39	287,79	3.840,87	106,69
RS	Soja	25,0 sc. 50kg	878,31	1.431,38	-	321,05	208,85	2.839,59	113,58
SC	Soja	30,0 sc. 50kg	1.773,60	1.819,56	-	-	-	3.593,16	119,77
SC	Soja	27,0 sc. 50kg	2.312,35	1.166,09	-	-	-	3.478,44	128,83
MG	Café	20,0 sc. 60kg ⁽¹⁾	11.280,00	6.596,00	-	-	929,00	18.805,00	940,25
MG	Café	10,0 sc. 60kg ⁽¹⁾	8.805,00	3.614,00	-	-	645,00	13.064,00	1.306,40

(1) Café beneficiado.

Fonte dos dados básicos: Secretaria de Agricultura e Pecuária (Mato Grosso do Sul), Empresa de Assistência e Extensão Rural (Minas Gerais), Secretaria de Estado da Agricultura/Departamento de Economia Rural (Paraná), Instituto Rio Grandense do Arroz (Rio Grande do Sul) e Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Santa Catarina).

4 - MERCADO DE FATORES

- DEFENSIVOS

O setor de defensivos agrícolas no Brasil, assim como outros setores da economia, apresentou um quadro de retração de vendas no período 1981 a 1983. Contudo, em 1984 houve uma recuperação, pois as vendas registraram acréscimo de 13,2% em termos reais, quando comparadas com as do ano anterior em decorrência, principalmente, do ataque intenso de pragas nas culturas de soja, algodão e citros, da reposição de estoques de revendedores e cooperativas e do aumento das exportações de defensivos, especialmente de herbicidas.

Em 1985, segundo a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), as vendas se mantiveram praticamente no mesmo nível, tendo sido comercializadas 128.714t de produto comercial, representando aumento de 2,8%, em relação a 1984, enquanto que, de princípio ativo, foram comercializadas 51.532t, ou seja, mais 2,6%. Em valores reais, o volume de Cz\$4,14 bilhões representou decréscimo de 4,4%, em relação a 1984, o que pode ser explicado pela menor disponibilidade de recursos de crédito rural e pelo alto nível de preços desses insumos em relação às cotas dos produtos agrícolas (quadro 15).

Analisando-se as vendas de defensivos a nível de classe, em termos de produto comercial, registrou-se, em 1985 pequeno acréscimo em todas as classes entre 0,7% a 7,6%, em relação ao ano anterior. Entretanto, em termos de princípio ativo, somente os inseticidas apresentaram aumento (15,5%), em relação a 1984, em face da persistência do ataque de pragas nas culturas de soja, algodão e citros.

O consumo aparente (produção + importação - exportação), em 1985, somou 50.165t, em termos de ingrediente ativo, sendo 9,3% inferior ao ano anterior, tendo em vista uma redução tanto na importação como na produção nacional, aliado ao aumento das exportações. No caso das importações, registrou-se decréscimo nas classes de fungicidas de 31,9% e de herbicidas de 6,2%, em relação ao ano anterior; em contrapartida os inseticidas tiveram acréscimo de 6,6% (quadro 16).

A produção nacional de defensivos em 1985, em termos de ingrediente ativo, apresentou decréscimo de 1,9% em relação a 1984, passando de 57.233t para 56.116t, em face da redução de 7,8% na produção de fungicidas, passando de 20.300t em 1984 para 18.716t em 1985, sendo que a queda na produção está relacionada ao decréscimo da demanda causado pela prolongada estiagem nas Regiões Sul e Sudeste. As demais classes apresentaram, no referido período, pequenos acréscimos (inseticidas 0,8% e herbicidas 1,5%).

Quanto às exportações, essas totalizaram 19.056t em 1985, com incremento de 19,4%, em relação ao ano anterior, demonstrando que os produtos nacionais acabados vêm ganhando importância a cada ano, com maior grau de integração vertical do setor, pois algumas matérias-primas e

produtos acabados passaram a ser produzidas internamente, muito embora, o País continue apresentando déficit comercial nesse setor. A classe de defensivos que teve maior relevância sobre o total exportado em 1985, foi a dos herbicidas com 12.536t, correspondendo a 65,8% do total; em segundo lugar estão os fungicidas com 5.729t (30,0%); e em terceiro os inseticidas com 791t (14,2%) (quadro 16).

Do total de vendas, em 1985, a Região Centro-Sul ficou com o primeiro lugar com 116.994t, ou seja, 90,0% em termos de produto comercial, sendo seguida pela Região Nordeste com 11.223t (9,0%). As unidades da Federação que mais se destacaram, na Região Centro-Sul, foram São Paulo com 43.991t (38,0%), Paraná (18,0%) e Rio Grande do Sul (17,0%), onde estão localizadas as culturas mais tecnificadas do País e que, portanto, exigem maior utilização de insumos (quadro 17).

As explorações agrícolas que mais utilizaram inseticidas foram: citros, com 31,0% do total vendido, soja com 23,0% e algodão, 12,0%, que sofreram intensos ataques de ácaros. Já para os fungicidas, os resultados foram: citros 35,0% do total, batata inglesa, 14,0% e café, 10,0% (quadro 18). No caso dos herbicidas, predominaram as seguintes culturas: soja, com 36,0% do total, cana-de-açúcar (27,0%) e batata inglesa (16,0%) (quadro 19).

A implantação do Programa de Estabilização Econômica ocorreu justamente quando o Conselho Interministerial de Preços (CIP) deveria conceder aumento para os preços de defensivos, em torno de 40,0%, tendo em vista que, de acordo com os custos de produção das indústrias do setor, os preços estabelecidos pela última resolução do CIP, que datava de 30/01/86, se encontravam defasados. No início de julho de 1986, o CIP, através das Resoluções nº 183 e nº 184, divulgou tabelas com os preços máximos nacionais de defensivos agrícolas, tanto a nível de indústria como de revenda, sendo, também, tabelados os preços, com a inclusão da Assistência Técnica, em ambos os casos. Na média, houve redução de 4,0% sobre os preços que estavam sendo praticados em 27/02/86, o que pode ser explicado pela retirada dos custos financeiros embutidos nos preços, diante da expectativa inflacionária (quadro 20).

Vale destacar que, em média, as vendas diretas da indústria ao produtor rural representam apenas 17,0% do total comercializado, enquanto que revendedores e atacadistas detêm 50% do mercado e as cooperativas 33%.

No primeiro semestre de 1986, o setor de defensivos apresentou uma escassez de oferta, principalmente de fungicidas, em decorrência do aumento na demanda, especialmente para a cultura do trigo que apresentou grande expansão da área de plantio na Região Sul. Outro problema observado ocorreu em relação aos estoques de matérias-primas, insuficientes para atender ao aumento da produção, com estrangulamentos também na importação em virtude da demora entre a compra no exterior e sua internação no País.

As vendas totais de defensivos, em termos de produto comercial, no primeiro semestre de 1986 decresceram 12% se comparadas com o mesmo período do ano anterior, passando de 61.098t para 53.594t. Houve variação negativa nas vendas de todas as classes, à exceção dos fungicidas, que passaram de 12.571t para 14.748t, ou seja, elevação de 17%. A maior queda registrada foi na de formicidas, que passou de 4.865t para 2.860t, com decréscimo de 41% (quadro 21).

Em termos de valores, as vendas de defensivos no primeiro semestre de 1986 somaram US\$264,5 milhões, com redução de 6,3% em relação a igual período do ano anterior, em face da queda na receita dos formicidas (59,5%), herbicidas (35,6%) e acaricidas (12,0%), enquanto que a receita das vendas de inseticidas ficou praticamente estável. As vendas de fungicidas apresentaram incremento de receita da ordem de 46,0%, passando de US\$60,7 milhões para US\$88,7 milhões.

Esse fraco desempenho comercial poder ser explicado pelo decréscimo das vendas, principalmente no primeiro trimestre, de produtos para as culturas de citros, soja e algodão que, em 1985, foram as que mais utilizaram esses insumos, aliado à proibição da comercialização de produtos or

ganoclorados que representaram, em 1985, cerca de 5,5% do total comercializado.

Outros fatores que influíram no comportamento das vendas no primeiro semestre de 1986 foram: a) os agricultores não anteciparam suas compras para a posterior utilização nas culturas de verão, mas compraram apenas os produtos de utilização imediata para as culturas de inverno; b) demora na divulgação dos preços mínimos e Valores Básicos de Custeios (VBCs).

Com relação aos preços médios de alguns defensivos, pagos pelos agricultores, no Estado de São Paulo, em agosto de 1986, houve queda dos preços em termos reais, em relação ao mesmo mês do ano anterior, dos seguintes produtos: Folidol 1,5% (9,1%), Dhitane M-45 (30,0%), Manzate D (11,3%), Oxicloreto de cobre (9,9%) e Isca Mirex (16,8%). Somente o sulfato de cobre apresentou variação positiva (4,5%) (quadro 22).

Também, para o Estado do Paraná, a análise demonstra que houve queda dos preços médios reais dos principais produtos, em junho de 1986, se comparados com os de junho de 1985: inseticida Dipterex 80 PS, 32,7%; fungicida Dhitane M-45 PM, 29,5%; e o herbicida Gramaxone 26,7% (quadro 23).

A Comissão de Política Aduaneira (CPA) aprovou, em agosto de 1986, modificações nas alíquotas de importação de matérias-primas utilizadas na síntese de defensivos, com o objetivo de estimular o processo de produção interna, visando diminuir as importações e reduzir a dependência externa.

Em 15 de abril de 1986, o Governo do Estado de São Paulo sancionou a Lei Estadual nº 5.032, a qual disciplina a comercialização e o uso de defensivos no Estado. Após três meses, a sua regulamentação ficou pronta e foi encaminhada para aprovação. Esta nova lei é uma modificação da Lei nº 4.002, que dispunha sobre o mesmo tema, mas que teve artigos como o que previa a definição de defensivos e outros biocidas e sobre a proibição de utilização, comercialização e distribuição desses produtos considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, após recurso da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF). Além do que, o Ministério da Agricultura alterou dois itens do anteprojeto redigido pela administração anterior, tais como o que trata da competência para legislar a matéria e sobre a impugnação do registro de defensivos que causa dano à saúde humana e ao meio ambiente, retirando, com isso, a autonomia dos Estados e Municípios de legislar sobre o tema. Para contornar esse obstáculo, foi sugerida a criação de convênios entre Estados e a União, para permitir que a mesma possa legislar sobre a matéria. Já com relação à impugnação de produtos, esta só pode ser solicitada após exames da comunidade científica, que confirmem que o produto seja nocivo ao homem e ao meio ambiente.

Esse novo anteprojeto está sendo encaminhado por uma comissão técnica do Palácio do Planalto, para depois ser encaminhada ao Congresso Nacional para ser submetido à aprovação.

No segundo semestre de 1986, apesar das empresas do setor terem feito mudanças em sua programação para o abastecimento do mercado, tem surgido alguns problemas tais como a falta de transportes, escassez de embalagem, retratação por parte dos revendedores, que alegam ter pequena margem de lucro, e a retirada de alguns produtos do mercado pelas indústrias, argumentando que o tabelamento deixou os preços desses produtos defasados em relação aos custos de produção.

Apesar dos problemas, as estimativas do setor para 1986, no Brasil, são de que as vendas deverão atingir cerca de US\$686,4 milhões contra US\$653,7 milhões em 1985, com acréscimo de receita de 5,0%. Os principais fatores que deverão condicionar o aumento na demanda são: crédito rural com taxas de juros mais favoráveis e expansão na área de plantio prevista em diversos Estados brasileiros.

(IEA, 16/10/86)

QUADRO 15.- Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, 1983-85

Classe	1983	1984	1985	Variação(%)	
				(1984/83)	(1985/84)
Inseticida					
Produto comercial(t)(a)	32.236	45.625	47.168	41,5	3,4
Ingrediente ativo(t)(b)	8.462	12.722	14.694	50,3	15,5
Valor corrente(Cz\$)	82.996.564	396.334.716	1.248.731.239	377,5	215,1
Valor real(Cz\$)(¹)(c)	866.164.840	1.290.078.220	1.248.731.239	48,9	-3,2
(c/a)(Cz\$/t)	26.869	28.276	26.474	5,2	-6,4
(c/b)(Cz\$/t)	102.359	101.405	84.982	-0,9	-16,2
Acaricida					
Produto comercial(t)(d)	2.254	4.162	4.479	84,6	7,6
Ingrediente ativo(t)(e)	741	1.265	1.212	80,7	-4,2
Valor corrente(Cz\$)	9.678.036	49.002.776	217.567.226	406,3	344,0
Valor real(Cz\$)(¹)(f)	101.001.464	159.515.356	217.567.226	58,9	36,4
(f/d)(Cz\$/t)	44.810	38.327	48.575	-14,5	26,7
(f/e)(Cz\$/t)	136.304	126.099	179.511	-7,5	42,4
Formicida					
Produto comercial(t)(g)	8.839	9.628	10.161	8,9	5,5
Ingrediente ativo(t)(h)	454	179	109	-60,6	-39,1
Valor corrente(Cz\$)	3.908.852	11.900.102	34.666.994	204,4	191,3
Valor real(Cz\$)(¹)(i)	40.793.378	38.735.094	34.666.994	-5,0	-10,5
(i/g)(Cz\$/t)	4.615	4.023	3.412	-12,8	-15,2
(i/h)(Cz\$/t)	89.853	216.397	318.046	140,8	47,0
Fungicida					
Produto comercial(t)(j)	26.674	23.185	24.039	-13,1	3,7
Ingrediente ativo(t)(l)	16.795	14.780	14.610	-12,0	-1,2
Valor corrente(Cz\$)	74.983.453	187.244.608	583.306.905	149,7	211,6
Valor real(Cz\$)(¹)(m)	782.538.788	609.485.318	583.306.905	-22,1	-4,3
(m/j)(Cz\$/t)	29.337	26.288	24.265	-10,4	-7,7
(m/l)(Cz\$/t)	46.594	41.237	39.925	-11,5	-3,2
Herbicida					
Produto comercial(t)(n)	35.471	42.556	42.867	20,0	0,7
Ingrediente ativo(t)(o)	17.888	21.278	20.907	19,0	-1,7
Valor corrente(Cz\$)	195.295.917	686.442.212	2.057.284.232	251,5	199,7
Valor real(Cz\$)(¹)(p)	2.038.138.070	2.234.384.502	2.057.284.232	9,6	-7,9
(p/n)(Cz\$/t)	57.459	52.505	47.992	-8,6	-8,6
(p/o)(Cz\$/t)	113.939	105.009	98.402	-7,8	-6,3
Total					
Produto comercial(t)(q)	105.474	125.156	128.714	18,7	2,8
Ingrediente ativo(t)(r)	44.350	50.224	51.532	13,2	2,6
Valor corrente(Cz\$)	366.862.822	1.330.924.414	4.141.556.593	262,8	211,2
Valor real(Cz\$)(¹)(s)	3.828.636.540	4.332.188.248	4.141.556.593	13,1	-4,4
(s/q)(Cz\$/t)	36.299	34.614	32.176	-4,6	-7,0
(s/r)(Cz\$/t)	86.328	86.257	80.369	-0,1	-6,8

(¹) Valor em cruzado de 1985, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 16.- Consumo Aparente⁽¹⁾ de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, 1984-85
(em tonelada)

Classe	Volume físico		Ingrediente ativo	
	1984	1985	1984	1985
Inseticida				
Importação	6.017	6.899	5.581	5.951
Produção nacional	13.322	13.525	12.565	12.672
Exportação	2.620	1.780	1.100	791
Consumo aparente	16.719	18.644	17.046	17.832
Fungicida				
Importação	3.304	2.188	2.989	2.034
Produção nacional	27.798	26.233	20.300	18.716
Exportação	6.769	7.831	4.978	5.729
Consumo aparente	24.333	20.590	18.311	15.021
Herbicida				
Importação	6.373	6.142	5.457	5.120
Produção nacional	26.239	26.368	24.368	24.728
Exportação	12.348	14.629	9.879	12.536
Consumo aparente	20.264	17.881	19.946	17.312
Total				
Importação	15.694	15.229	14.027	13.105
Produção nacional	67.359	66.126	57.233	56.116
Exportação	21.737	24.240	15.957	19.056
Consumo aparente	61.316	57.115	55.303	50.165

(¹) Considerou-se o consumo aparente como a soma da produção nacional mais a importação menos a exportação.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG) e Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF).

QUADRO 17.- Distribuição Geográfica das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Regiões Geoeconômicas e Unidades da Federação, Brasil, 1985

Regiões Geoeconômicas e Unidades da Federação	Inset./Acar./Formicida		Fungicida		Herbicida		Total	
	Quantidade(t)	Valor (Cz\$1.000)	Quantidade(t)	Valor (Cz\$1.000)	Quantidade(t)	Valor (Cz\$1.000)	Quantidade(t)	Valor (Cz\$1.000)
Norte								
Rondônia	16	290	0	4	23	1.916	39	2.210
Acre	0	16	0	0	17	591	17	607
Amazonas	9	179	4	164	2	129	15	472
Roraima	1	49	0	4	0	4	1	57
Pará	238	3.813	33	1.622	148	5.780	419	11.215
Amapá	0	7	0	0	0	14	0	21
Subtotal	264	4.354	37	1.794	190	8.434	491	14.582
Nordeste								
Maranhão	25	1.637	2	68	219	10.735	246	12.440
Piauí	4	128	1	16	1	49	6	193
Ceará	73	4.249	15	273	67	2.423	155	6.945
Rio Grande do Norte	258	1.950	6	158	3	189	267	2.297
Paraíba	146	5.644	31	840	56	4.649	233	11.133
Pernambuco	490	13.538	174	5.047	636	25.465	1.300	44.050
Alagoas	102	1.577	5	206	407	21.347	514	23.130
Sergipe	24	374	2	27	129	5.707	155	6.108
Bahia	5.637	73.482	2.233	38.990	478	29.203	8.348	141.675
Subtotal	6.759	102.579	2.469	45.625	1.996	99.767	11.224	247.971
Centro-Sul								
Mato Grosso	994	39.863	118	6.400	888	48.583	2.000	94.846
Mato Grosso do Sul	1.998	70.929	340	10.692	1.902	100.196	4.240	181.817
Goiás	1.710	75.059	301	16.192	1.375	66.785	3.386	158.036
Distrito Federal	154	3.666	10	269	230	3.475	394	7.410
Minas Gerais	8.962	108.770	1.638	45.599	1.708	56.022	12.308	210.391
Espírito Santo	456	6.932	115	2.794	200	15.221	771	24.947
Rio de Janeiro	438	9.668	383	10.105	186	10.374	1.007	30.147
São Paulo	21.283	555.510	13.011	285.298	9.697	484.667	43.991	1.325.475
Paraná	7.853	281.491	3.607	84.798	10.212	512.702	21.672	878.991
Santa Catarina	3.576	60.327	860	28.356	1.994	99.030	6.430	187.713
Rio Grande do Sul	7.361	181.817	1.150	40.384	12.289	552.028	20.800	774.229
Subtotal	54.785	1.394.036	21.533	535.887	40.679	1.949.083	116.997	3.879.006
Brasil	61.808	1.500.965	24.039	583.306	42.867	2.057.284	128.714	4.141.556

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 18.- Vendas de Inseticidas (Acaricidas, Formicidas, Fumigantes) e Fungicidas por Destinação, Brasil, 1984-85

Destinação	Inseticidas				Fungicidas			
	Produto comercial(t)		Valor (Cz\$1.000)		Produto comercial(t)		Valor (Cz\$1.000)	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985	1984	1985
Algodão	9.109	6.923	111.363	321.350	-	-	-	-
Amendoim	375	366	1.792	8.749	162	201	3.186	10.009
Arroz	325	341	1.967	12.404	393	153	4.095	12.833
Batata inglesa	2.484	2.852	15.812	59.456	2.719	2.961	22.582	77.445
Cacau	4.031	3.681	4.800	9.443	544	1.817	1.508	25.429
Cafê	3.039	2.949	24.859	55.137	3.282	3.371	18.035	51.925
Cana-de-açúcar	2.512	1.432	6.912	7.465	-	-	-	-
Citros	7.670	9.021	54.489	230.084	5.667	7.239	20.824	80.482
Feijão	761	848	6.266	21.009	494	717	6.916	18.320
Fumo	2.538	5.570	11.966	77.463	466	673	2.731	6.122
Milho	378	330	1.972	21.399	-	-	-	-
Pastagem	53	49	111	1.762	-	-	-	-
Soja	9.185	8.991	118.538	327.545	-	-	-	-
Tomate	839	1.056	10.390	45.255	1.987	1.326	16.505	49.764
Trigo, cevada, centeio e aveia	1.473	719	11.640	21.646	2.914	1.983	47.142	119.356
Uva	18	19	117	589	555	638	4.488	14.786
Frutas em geral	868	944	5.024	20.691	760	787	10.356	32.019
Hortaliças	994	1.050	11.178	36.879	1.670	1.211	13.504	37.650
Formigas	9.833	10.147	14.336	42.519	-	-	-	-
Reflorestamento	188	160	1.913	6.080	-	-	-	-
Grãos armazenados	713	1.439	3.718	20.120	-	-	-	-
Tratamento de sementes	928	1.518	27.632	102.650	711	588	8.607	28.343
Outros	1.101	1.223	10.432	51.270	862	374	6.766	21.166
Total	59.415	61.808	457.227	1.500.965	23.185	24.039	187.245	585.649

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 19.- Vendas de Herbicidas por Destinação, Brasil, 1984-85

Destinação	Produto comercial(t)		Ingrediente ativo(t)		Valor (Cz\$1.000)	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
Algodão	1.122	1.477	572	721	13.292	53.281
Amendoim	113	62	51	28	1.191	2.175
Arroz	7.057	8.314	3.045	3.436	81.612	323.673
Batata inglesa	170	39	71	9	2.387	2.591
Cacau	127	68	54	35	2.577	3.312
Café	1.169	828	563	395	17.457	60.817
Cana-de-açúcar	8.619	9.168	5.432	5.619	134.621	440.228
Citros	150	130	69	48	4.462	10.239
Feijão	380	550	165	248	4.845	21.256
Fumo	108	77	78	35	1.208	4.632
Milho	2.353	2.808	1.346	1.449	28.467	112.940
Pastagem	2.232	1.678	588	471	25.841	64.748
Soja	16.762	15.869	8.131	7.486	327.798	873.906
Tomate	7	32	2	12	132	8.740
Trigo, cevada, centeio e aveia	842	1.073	429	666	6.853	15.942
Uva	58	51	23	15	1.894	3.445
Frutas em geral	180	158	44	42	3.440	8.837
Hortaliças	145	184	45	55	3.636	16.156
Outros	962	309	570	136	14.746	30.411
Total	42.556	42.867	21.278	20.906	676.459	2.057.284

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 20.- Preços Máximos dos Principais Defensivos Agrícolas Tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços⁽¹⁾, a Nível Nacional,
 Julho de 1986
 (em Cz\$/unidade)

Classe e Produto	Unidade	Nas indústrias		Revenda	
		FOB/fábrica ⁽²⁾	Produtor rural Ex-frete ⁽³⁾	CIF Brasil ⁽⁴⁾	CIF Brasil com Assistência Técnica ⁽⁵⁾
Inseticida					
Ambush 500 CE	fr.c/1ℓ	678,12	770,62	802,35	911,80
Azodrin 400	fr.c/1ℓ	87,40	99,32	103,41	117,52
Azodrin 600	fr.c/1ℓ	113,87	129,40	134,73	153,11
Sumicidin	fr.c/1ℓ	260,01	295,47	307,64	349,60
Decis CE	fr.c/1ℓ	307,07	348,96	363,33	412,89
Dipterex 50	fr.c/1ℓ	41,59	47,26	49,21	55,92
Folidol 600	fr.c/1ℓ	58,98	67,03	69,79	79,31
Furadan 350 SL	fr.c/1ℓ	157,46	178,94	186,31	211,72
Fungicida					
Cupracit Verde	sc.c/25kg	677,79	770,24	801,96	911,35
Dithane M-45	sc.c/25kg	940,41	1.068,68	1.112,69	1.264,46
Tecto 450	bj.c/5ℓ	757,48	860,80	896,25	1.010,50
Tilt 250 C	fr.c/1ℓ	513,93	584,02	608,08	691,01
Herbicida					
Diuron Nortox 80	bar.c/25kg	2.882,79	3.276,00	3.410,92	3.876,16
Dual 720 CE	lt.c/5ℓ	489,77	556,57	579,50	658,53
Round-up	bj.c/5ℓ	788,90	896,50	933,43	1.060,74
Herbadox 500 CE	fr.c/1ℓ	120,18	136,58	142,20	161,60
Perflan 80 BR	sc.c/1kg	438,19	497,95	518,47	589,17
Poast	fr.c/1ℓ	341,65	388,26	404,24	459,19
Primextra 500 FW	bj.c/5ℓ	276,26	313,94	326,87	371,45
Trifluralina	fr.c/1ℓ	59,63	67,77	70,55	80,19

⁽¹⁾ Resoluções CIP nº 183 e nº 184, de 03 de julho de 1986.

⁽²⁾ Preços cobrados pela indústria produtora a qualquer pessoa física ou jurídica que venha adquirir os produtos no próprio centro produtor, não estando incluídos os fretes.

⁽³⁾ Preços cobrados pela indústria nas vendas diretas ao produtor estando incluída a assistência técnica (aplicação dos produtos, observância dos prazos de carência, observância das quantidades permissíveis por produto, etc) ao produtor rural.

⁽⁴⁾ Engloba todas as despesas acessórias (frete, armazenagem, desembarços, etc), desde o centro produtor até o estabelecimento rural consumidor.

⁽⁵⁾ Engloba todas as despesas acima mencionadas⁽⁴⁾, acompanhadas de assistência técnica pelo comercializador ao produtor rural.

Fonte: Conselho Interministerial de Preços (CIP).

QUADRO 21.- Vendas de Defensivos Agrícolas, Brasil, Jan.-Jun./85 e Jan.-Jun./86, por Classes

Classes de Defensivos	Quantidade (t)						Valor(US\$1.000)		
	Produto comercial		Variação	Ingrediente ativo		Variação			Variação
	Jan.-Jun./85	Jan.-Jun./86	(%)	Jan.-Jun./85	Jan.-Jun./86	(%)	Jan.-Jun./85	Jan.-Jun./86	(%)
Inseticida	26.018	22.631	-13,0	7.819	6.636	-15,0	82.886	83.180	0,3
Acaricida	2.457	2.080	-15,3	643	515	-19,9	17.385	15.299	-12,0
Formicida	4.865	2.860	-41,2	64	14	-78,1	2.956	1.196	-59,5
Fungicida	12.571	14.748	17,3	8.181	8.892	8,7	60.783	88.675	45,9
Herbicida	15.187	11.275	-25,7	7.780	5.723	-26,4	118.418	76.193	-35,6
Total	61.098	53.594	-12,3	24.487	21.780	-11,0	282.428	264.543	-6,3

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF).

QUADRO 22.- Preços Médios de Defensivos Pagos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, Agosto/85 e Agosto/86
(em Cz\$/unidade)

Produto	Unidade	Agosto/85		Agosto/86		Variação percentual	
		Corrente (a)	Real ⁽¹⁾ (b)	Corrente (c)	Real ⁽¹⁾ (d)	(c/a)	(d/b)
Inseticida							
Folidol 1,5%	kg	2,06	4,66	4,28	4,28	107,8	-8,1
Fungicida							
Dithane M-45	kg	31,44	71,13	49,78	49,78	58,3	-30,0
Manzate D	barrica 25kg	701,33	1.586,72	1.406,83	1.406,83	100,6	-11,3
Oxicloreto de cobre 35% (azul)	kg	21,39	48,39	43,61	43,61	103,9	-9,9
Sulfato de cobre	kg	9,43	21,33	22,30	22,30	136,5	4,5
Formicida							
Isca mirex	kg	5,16	11,67	9,71	9,71	88,2	-16,8

(¹) Valor em cruzado de agosto de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 23.- Preços Médios de Defensivos Agrícolas Pagos pelos Agricultores, Estado do Paraná, Junho de 1986 em Relação a Junho de 1985
(em Cz\$/unidade)

Produto	Unidade	Junho/85		Junho/86		Variação(%)	
		Corrente (a)	Real ⁽¹⁾ (b)	Corrente (c)	Real ⁽¹⁾ (d)	Corrente (c/a)	Real (d/b)
Inseticida							
Ázodrin 40	ℓ	47,80	131,70	98,70	98,70	106,5	-25,1
Ambush	ℓ	297,00	818,28	720,00	720,00	142,4	-12,0
Carvin 84 PM	kg	58,60	161,45	137,00	137,00	133,8	-15,1
Dipterex 80 PS	kg	26,60	73,29	49,30	49,30	85,3	-32,7
Folidol 60	ℓ	35,60	98,08	68,40	68,40	92,1	-30,3
Parathion 60	kg	33,20	91,47	66,70	66,70	100,9	-27,1
Tamaron 600	ℓ	55,20	152,08	106,00	106,00	92,0	-30,3
Fungicida							
Antracol 70 PM	kg	26,30	72,46	61,60	61,60	134,2	-15,0
Benlate 50 M	kg	150,00	413,27	292,00	292,00	94,7	-29,3
Cobre Sandoz 50%	kg	17,80	49,04	36,60	36,60	105,6	-25,4
Dithane M-45 PM	kg	22,90	63,09	44,50	44,50	94,3	-29,5
Manzate D 80 PM	kg	22,70	62,54	44,60	44,60	96,5	-28,7
Herbicida							
Gramaxone	ℓ	55,00	151,53	111,00	111,00	101,8	-26,7
Treflan	ℓ	35,00	96,43	71,00	71,00	102,9	-26,4

⁽¹⁾ Valor real em cruzado de junho de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura do Paraná.

- FERTILIZANTES

Em 1985, segundo o Sindicato da Indústria de Adubos Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), o consumo efetivo de fertilizantes no Brasil apresentou crescimento de 8,0%, totalizando cerca de 8,0 milhões de toneladas de produto contra 7,4 milhões de toneladas em 1984, prosseguindo a tendência de aumento após o período de retração observado de 1981 a 1983.

No primeiro semestre de 1985, a demanda de fertilizantes foi fraca, principalmente em face dos seguintes fatores: a) indefinição da política agrícola; b) má comercialização das safras, especialmente da soja; c) impasse na venda da laranja; d) restrição da oferta, tendo em vista o adiamento dos reajustes dos preços pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Entretanto, no segundo semestre, a acentuada estiagem estimulou a venda de fertilizantes, em decorrência do replantio de lavouras prejudicadas pela seca que receberam novas adubações; além disso, as lavouras parcialmente prejudicadas pela estiagem receberam um reforço de fertilizantes.

O consumo de fertilizantes no País, avaliado de acordo com as vendas, se concentra, principalmente, nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que em 1985 responderam por cerca de 70% do total nacional.

As principais culturas que demandam fertilizantes a nível nacional são: soja, cana-de-açúcar, milho, café, trigo e arroz. Esse conjunto de culturas responde por mais de 70% do consumo brasileiro, o qual, em termos de nutrientes, foi de 3.059,8 mil toneladas, assim distribuídas: 748,8 mil toneladas de N; 1.251,2 toneladas de P_2O_5 e 1.059,8 mil toneladas de K_2O .

A disponibilidade de fertilizantes (a produção nacional mais importação menos exportação) decresceu 5,9% em 1985 em relação ao ano anterior, perfazendo o total de 3.212,3 mil toneladas de nutrientes, assim distribuídas: 850,1 mil toneladas de N, 1.304,0 mil toneladas de P_2O_5 e 1.058,2 mil toneladas de K_2O (quadro 24).

Segundo o critério de regionalização do SIACESP, em 1985, o consumo aparente (produção + importação) nas regiões do Brasil apresentou a seguinte distribuição: a Região Centro respondeu por 73,0%; a Região Sul por 15,0%; e a Região Norte/Nordeste, por 12,0% (quadro 25).

A produção nacional de fertilizantes, em 1985, apresentou menor desempenho em relação a 1984, decrescendo 6,9% e fixando-se em 2.005,3 mil toneladas de nutrientes, tendo em vista a redução de 14,0% na produção de fosfatados (de 1.483,2 mil para 1.281,7 mil toneladas de P_2O_5). Não obstante, a produção nacional de nitrogenados cresceu 8,1%, passando de 669,2 mil toneladas de N em 1984 para 723,6 mil toneladas de N em 1985. O superfosfato simples, a uréia, o fosfato mono-amônio (MAP), o superfosfato triplo e os fertilizantes complexos foram os principais fertilizantes produzidos, representando 82,9% do total (quadro 26).

Na área dos potássicos, em 1985, ao contrário do que se esperava, o Brasil permaneceu na dependência total das importações, embora tenha sido inaugurado, em maio, o complexo Taquari - Vassouras (Sergipe), com capacidade prevista a ser atingida, até 1989, de produção de 600 mil toneladas/ano de cloreto de potássio. Segundo fontes do setor, até o final de 1986, está se ensaiando a produção de 50 mil toneladas de cloreto de potássio.

Em 1985, também, reduziram-se as importações de fertilizantes e suas matérias-primas, em relação ao ano anterior, em face da substituição por produtos nacionais, da existência de estoques no País e do aumento na produção nacional de matérias-primas. As aquisições de fertilizantes nitrogenados decresceram 14,4%, as de fosfatados, 56,1%; e as de potássicos 1,3%. No que concerne às matérias-primas, a importação de amônia anidra declinou 50,6%, a de ácido fosfórico 97,2% e a de ácido sulfúrico 77,1%, enquanto a rocha fosfática apresentou acréscimo de 279,6%

(de 3,2 mil para 12,2 mil toneladas de P_2O_5) (quadro 27).

Por sua vez, observou-se maior produção de matérias-primas para fertilizantes, em relação a 1984. Segundo o SIACESP, a produção de amônia anidra cresceu 12,7% (de 837,8 para 944,9 mil toneladas de N); a de rocha fosfática, 11,3% (de 1.346,5 para 1.498,6 mil toneladas de P_2O_5); a de ácido fosfórico, 6,9% (de 650,3 para 695,4 mil toneladas de P_2O_5); e a de ácido sulfúrico, 2,2% (de 2.688,0 para 2.747,6 mil toneladas de produto) (quadro 27). Ressalte-se que, em 1985, a participação da produção nacional de amônia anidra no consumo aparente (soma da produção mais importação) foi de 98,5% e, no caso da rocha fosfatada e do ácido fosfórico, foi em ambos de cerca de 99,2%.

Para os próximos três anos está previsto um novo projeto para a produção de matérias-primas para fertilizantes, no município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, com investimentos de US\$250 milhões, devendo ser implantada uma unidade concentradora para a produção de 900 mil toneladas anuais de rocha fosfática, assim como a criação de uma usina com a capacidade de produção de 150 mil toneladas anuais de ácido fosfórico e outra com capacidade de 450 mil toneladas anuais de ácido sulfúrico.

As exportações brasileiras realizadas em 1985 foram de apenas 17,4 mil toneladas de nutrientes, com decréscimo de 54,0% em relação a 1984, as quais foram destinadas aos países limítrofes. Os principais fertilizantes exportados foram: uréia, cloreto de potássio, misturas (05-30-10) e fosfato di-amônio (DAP).

Os preços correntes de fertilizantes e de suas matérias-primas, nas principais regiões do mundo, em setembro de 1986, apresentaram-se, de modo geral, inferiores aos observados nesse mesmo mês em 1985, refletindo o enfraquecimento da demanda mundial, como, por exemplo, dos Estados Unidos, em consequência de estoques excessivos de produtos agrícolas das safras anteriores (quadro 28).

Tendo em vista o Programa de Estabilização Econômica, o Conselho Interministerial de Preços (CIP), através de Resolução nº 181, de 29/05/86, divulgou tabela nacional de preços máximos de fertilizantes, à vista e ensacado, a nível de consumidor final (estabelecimento produtor), para 230 fórmulas de adubação e 14 elementos simples. Nesses preços foi permitido o acréscimo do valor de frete entre a unidade misturadora e o local de entrega do produto ao consumidor, devendo ser destacado nas notas fiscais de venda ao consumidor final. Posteriormente, o CIP, através da Resolução nº 182, de 03/07/86, divulgou tabela complementar com os preços de outras 139 fórmulas, a qual acrescenta produtos formulados que são utilizados principalmente na cultura da cana-de-açúcar no Nordeste, assim como inclui empresas que não constavam na tabela anterior (quadro 29).

Os preços dos corretivos e fertilizantes fluídos estão congelados, com base nos valores vigentes em 27/02/86.

No que se refere aos preços de fertilizantes pagos pelos agricultores nos Estados da Região Centro-Sul, em agosto de 1986, os preços correntes de cinco dos principais fertilizantes - cloreto de potássio, sulfato de amônia, uréia e superfosfato simples e triplo - apresentaram acréscimos nos preços que variaram de 53,2% à 128,3%, em relação a agosto de 1985. Contudo, com exceção do superfosfato triplo no Paraná, os preços reais daqueles fertilizantes em agosto de 1986 foram inferiores (entre 0,9% e 32,3%) ao do mesmo mês do ano anterior (quadro 30).

No caso do calcário agrícola, no citado período, na Região Centro-Sul, excetuando-se Minas Gerais (para o qual não se dispunha de informações), os preços correntes cresceram entre 66,0% e 146,1%. Em termos reais registrou-se decréscimo em todos os Estados entre 0,4% e 26,6%, com exceção do Paraná e Mato Grosso, onde apresentaram incremento de, respectivamente, 6,7% e 1,5%.

No período de janeiro a agosto de 1986, o mercado de calcário no Estado de São Paulo

apresentou melhor desempenho comercial, pois de acordo com a Associação dos Produtores de Calcário do Estado de São Paulo (ASPROCAL), as vendas de calcário pelo "Complexo Embracal", o qual estima-se que comercializa cerca de 60,0% desse insumo no Estado, foram de 869,8 mil toneladas, com acréscimo de 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As importações brasileiras de fertilizantes, nos sete primeiros meses de 1986, aumentaram 27,2%, em relação a igual período do ano anterior, fixando-se em 733,3 mil toneladas de nutrientes. A aquisição de fertilizantes nitrogenados aumentou 20,0% (de 56,6 mil para 67,9 mil toneladas de N), a de fosfatados 75,9% (de 13,3 para 23,4 mil toneladas de P_2O_5) e a de potássicos 27,0% (de 506,5 para 642,0 mil toneladas de K_2O). O cloreto de potássio foi o principal fertilizante importado, representando 85,4% do total. Quanto as matérias-primas, também, registrou-se aumento da importação, exceto da amônia anidra, que não foi adquirida no período.

Também a produção nacional de fertilizantes fosfatados apresentou melhor desempenho, no período de janeiro a julho de 1986, crescendo 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e totalizando 652,5 mil toneladas de P_2O_5 . Em contrapartida, a produção de nitrogenados de cresceu 4,7%, perfazendo o total de 390,9 mil toneladas de N, em consequência da redução da produção de uréia, de nitrato de amônio e de sulfato de amônio. No caso das matérias-primas, a produção nacional de rocha fosfática e a de ácido sulfúrico apresentaram acréscimo de, respectivamente, 3,9% e 7,7%, enquanto a produção de amônia anidra e de ácido fosfórico registraram de crescimentos de, respectivamente, 16,3% e 1,9%.

Na Região Centro-Sul, no período de janeiro a julho de 1986, informações referentes a 47 empresas indicam que, das 2.683,9 mil toneladas de produtos entregues, 79,6% foram na forma de formulações e 20,4% na de fertilizantes simples. Desse total de fertilizantes entregues, São Paulo absorveu maior parte (36,1%), seguido do Paraná (21,3%), Rio Grande do Sul (16,3%), Minas Gerais (10,1%), Goiás (4,5%), Santa Catarina (4,2%), destinando-se o restante aos demais Estados.

Quanto aos fertilizantes foliares, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), dados fornecidos por 11 empresas da Região Centro-Sul, no período de janeiro a junho de 1986 foram entregues aos agricultores 927,3 toneladas de fertilizantes foliares sólidos, com crescimento de 39,4% em relação ao mesmo período de 1985, enquanto que, na forma de líquidos, foram 2.813,7 mil toneladas, com decréscimo de 5%. O maior volume entregue (78,0%) se concentrou nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

No Brasil, o volume de fertilizantes entregues, segundo fontes do setor, no período de janeiro a agosto de 1986, situou-se praticamente no mesmo nível de igual período do ano anterior (aumento de 1,4%), fixando-se em 4.190 mil toneladas de produto. Do total de fertilizantes entregues, a Região Centro-Sul absorveu a maior parte, ou seja, 3.740 mil toneladas de produto, volume praticamente igual do mesmo período de 1985 (3.735 mil toneladas de produto).

Dentre os diversos fatores que contribuíram para esses resultados destacam-se: a) de mora nas definições das políticas agrícolas, com relação aos Valores Básicos de Custeio (VBCs) e preços mínimos; b) com o congelamentos dos preços, os agricultores não se sentiram motivados a anteciparem as compras, deixando para adquirir o insumo mais próximo do plantio.

Como consequência, no segundo semestre de 1986, vem se registrando grande acúmulo de entregas de fertilizantes, aguardando-se maior volume de comercialização entre setembro e novembro. Esse acúmulo de entregas tem provocado dificuldades na obtenção do transporte rodoviário e ferroviário, prejudicando o abastecimento, o que resulta em atraso no recebimento do produto, além de maior custo do frete, com encarecimento do preço final. Em algumas regiões dos Estados de Goiás e Mato Grosso, por exemplo, o frete atualmente pago atinge até cerca de 20% do preço FOB (posto fábrica produtora) do fertilizante.

Dificultando ainda mais a situação, as cooperativas e revendedores que respondiam pela distribuição de cerca de 32% do fertilizante entregue ao agricultor (os demais 68% sendo vendidas diretamente da indústria para o agricultor), com o Plano Cruzado, estão com uma margem estreita para revender o produto, o que deverá ocasionar uma redução da sua participação no mercado para 20%.

Em 1986, persiste a previsão do setor de fertilizantes de que o consumo efetivo no Brasil situa-se entre 8,5 a 9,0 milhões de toneladas de produto, contra 8,0 milhões de toneladas de produto em 1985. Os principais fatores que deverão condicionar o aumento na demanda são: taxas de juros de crédito rural consideradas atrativas; maiores aplicações na recuperação da lavoura cafeeira; previsão de acréscimo na área plantada de várias culturas no Brasil em relação ao ano anterior (como por exemplo: de trigo, com cerca de 40,0%; de arroz, com 17%; mandioca, 10%; cana-de-açúcar, 5%; milho, 4%; e feijão, 3%). Também, no caso do calcário agrícola persiste a estimativa inicial de que o consumo no Estado de São Paulo, em 1986, cresça 12% em relação ao ano anterior.

Tendo em vista a expectativa de aumento de 27,7% na produção agrícola, no período 1986-89, conforme o Plano de Metas do Governo, o setor de fertilizantes está prevendo uma redução significativa das importações brasileiras de adubos (especialmente nitrogenadas) e suas matérias-primas para atender essa demanda, uma vez que grande número de empresas do setor chegaram a seu limite máximo de produção, havendo, portanto, necessidade de novos investimentos, para não aumentar a dependência externa brasileira.

Essa necessidade não é tão evidente na área dos misturadores onde a capacidade instalada de 12 milhões de toneladas de produto ainda apresenta folga da ordem de 25%; porém, em face da sazonalidade do consumo, o problema se encontra na distribuição em decorrência da dificuldade de transporte. Portanto, seria necessário anualmente definir-se a política agrícola, em tempo hábil, a fim de que o agricultor possa antecipar suas compras, podendo obter melhores condições, tais como: prazo de pagamento, desconto de preços e garantia de dispor do adubo na ocasião oportuna.

Consubstanciando essas preocupações a Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), juntamente com outras representações do setor e órgãos do Governo Federal, está elaborando um Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor de Fertilizantes, com término previsto para março de 1987.

(IEA, 30/10/86)

QUADRO 24.- Produção, Importação e Exportação de Fertilizantes (NPK)⁽¹⁾, Brasil, 1981-85

(em tonelada de nutriente)

Discriminação	1981	1982	1983 ⁽²⁾	1984	1985
Nitrogenados					
Produção	348.779	395.772	533.295	669.237	723.620
Importação	319.061	246.841	103.901	153.775	131.653
Exportação	1.332	3.544	72.997	21.331	5.189
Disponibilidade	665.508	640.069	564.199	801.681	850.084
Fosfatados					
Produção	1.150.079	1.095.050	1.055.179	1.483.197	1.281.677
Importação	169.164	103.425	-	70.778	31.088
Exportação	4.792	11.971	55.485	13.846	8.807
Disponibilidade	1.314.451	1.186.504	999.693	1.540.129	1.303.958
Potássicos					
Importação	766.646	876.382	728.118	1.076.038	1.061.604
Exportação	1.064	1.331	1.410	2.535	3.357
Disponibilidade	765.582	875.051	726.708	1.073.503	1.058.247
NPK					
Produção	1.498.858	1.491.822	1.588.474	2.152.434	2.005.297
Importação	1.254.871	1.226.648	832.019	1.300.591	1.224.345
Exportação	7.188	16.846	129.893	37.712	17.353
Disponibilidade	2.746.541	2.701.624	2.290.600	3.415.313	3.212.289

⁽¹⁾ Não considerados estoques iniciais e finais.

⁽²⁾ Dado retificado.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 25. - Consumo Aparente ⁽¹⁾ de Fertilizantes (NPK), por Região ⁽²⁾, Brasil, 1980-86

Ano	Norte/Nordeste		Centro		Sul		Centro-Sul		Brasil
	t	%	t	%	t	%	t	%	t
1980	405.143	9,6	2.868.847	68,3	926.629	22,1	3.795.476	90,4	4.200.619
1981	395.425	14,4	1.880.399	68,3	477.905	17,3	2.358.304	85,6	2.753.729
1982	326.697	12,0	1.756.910	64,6	634.862	23,4	2.391.772	88,0	2.718.469
1983	304.142	12,6	1.655.078	68,3	461.273	19,1	2.116.351	87,4	2.420.493
1984	386.639	11,2	2.474.682	71,7	591.704	17,1	3.066.386	88,8	3.453.025
1985	384.059	11,9	2.349.035	72,7	496.608	15,4	2.845.643	88,1	3.229.702
1986 ⁽³⁾	282.214	15,9	1.220.747	68,7	273.760	15,4	1.494.507	84,1	1.776.721

⁽¹⁾ Soma da produção mais importação nacional.

⁽²⁾ Segundo critério de regionalização do SIACESP, a Região Centro compreende os Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a Região Norte/Nordeste os de mais Estados.

⁽³⁾ Período de janeiro a junho.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 26.- Produção e Importação de Fertilizantes, por Região⁽¹⁾, Brasil, 1983/86

(em tonelada de nutriente)

	Produção					Importação				
	1983	1984	1985	Jan-Jul/85	Jan-Jul/86	1983	1984	1985	Jan-Jul/85	Jan-Jul/86
Norte/Nordeste										
N	132.322	98.024	122.895	185.471	157.554	10.617	31.350	24.922	14.794	17.825
P ₂ O ₅	67.859	67.048	68.435	5.918	8.203	-	69.378	30.558	13.311	23.432
K ₂ O	-	-	-	-	-	93.344	120.839	137.190	68.721	75.200
Subtotal	200.181	165.072	191.389	191.389	165.757	103.961	221.567	192.670	96.826	116.457
Centro										
N	348.172	508.412	517.681	205.214	203.152	77.823	106.549	89.440	33.170	42.529
P ₂ O ₅	734.164	1.100.523	985.148	496.036	521.308	-	-	-	-	-
K ₂ O	-	-	-	-	-	494.919	759.198	756.765	347.598	453.758
Subtotal	1.082.336	1.608.935	1.502.830	701.250	724.460	572.742	865.747	846.205	380.768	496.287
Sul										
N	52.801	62.801	83.044	19.276	30.147	15.461	15.876	17.291	8.590	7.508
P ₂ O ₅	253.156	315.626	228.094	115.339	123.017	-	1.400	530	-	-
K ₂ O	-	-	-	-	-	139.855	196.001	167.649	90.162	113.087
Subtotal	305.957	378.427	311.138	134.615	153.164	155.316	213.277	185.470	98.752	120.596
Brasil										
N	533.295	669.237	723.620	409.961	390.853	103.901	153.775	131.653	56.554	67.862
P ₂ O ₅	1.055.179	1.483.197	1.281.677	617.293	652.628	-	70.778	31.088	13.311	23.432
K ₂ O	-	-	-	-	-	728.118	1.076.038	1.061.604	506.481	642.045
Total	1.588.474	2.152.434	2.005.297	1.027.254	1.043.381	832.019	1.300.591	1.224.345	576.346	733.339

(¹) Segundo critério de regionalização do SIACESP, a Região Centro compreende os Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás; Região Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 27.- Produção e Importação de Matérias-Primas para Fertilizantes, Brasil, 1984/86

Item	1984 (a)	1985 (b)	Jan-Jul/85 (c)	Jan-Jul/86 (d)	Variação	
					(b/a)	(d/c)
Amônia anidra(t de N)						
Produção nacional	837.804	944.876	524.387	438.967	12,7	-16,3
Importação	28.299	13.992	13.992	-	-50,6	-
Rocha fosfática(t de P₂O₅)						
Produção nacional	1.346.456	1.498.555	835.245	867.987	11,3	3,9
Importação	3.213	12.197	2.612	2.889	279,6	10,6
Ácido fosfórico(t de P₂O₅)						
Produção nacional	650.290	695.375	372.310	365.164	6,9	-1,9
Importação	192.756	5.396	-	78.579	-97,2	-
Ácido sulfúrico(t de produto)						
Produção nacional	2.688.042	2.747.640	1.465.132	1.577.772	2,2	7,7
Importação	158.175	36.298	21.304	70.739	-77,1	232,0

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SIACESP), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP).

QUADRO 28.- Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias Primas⁽¹⁾, 1982/86

(em US\$/tonelada-FOB, a granel)

Produto/origem	Set./1982	Set./1983	Set./1984	Set./1985	Set./1986
Amônia anidra					
Europa Ocidental ⁽²⁾	160-170	150-163	190-200	165-168	106-110
Estados Unidos-Golfo	130-135	...	176-180	140-145	80-83
Sulfato de amônio ⁽³⁾					
Estados Unidos-Golfo	48-58	43-59	60-67	60-68	36-38
Europa Ocidental	54-60	46-55	65-75	55-60	30-31
Uréia					
Europa Ocidental	127-135	113-118	168-173	95-105	97-98
Estados Unidos-Golfo	125-135	122-130	175-185	104-110	81-90
Cloreto de potássio ⁽³⁾					
Europa Ocidental	70-73	72-75	83-85	82-91	75-80
Canadá (Vancouver)	78-80	71-75	83-80	78-80	65-68
Ácido fosfórico (100%P ₂ O ₅)					
Estados Unidos-Golfo	289-300	265-270	310-315	240-250	250-260
África do Sul	315-320	310-320	310-320
Fosfato di-amônio					
Estados Unidos-Golfo	175-177	178-190	184-187	170-175	144-145
Tunísia	200-210	186-190	220-230	188-190	188-190
Superfosfato triplo					
Estados Unidos-Golfo	135-138	127-130	137-139	122-125	110-115
Tunísia ⁽⁴⁾	150-150	137-140	150-155	135-140	125-130

(¹) Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês, exceto setembro de 1986 que se refere a segunda semana do mês.

(²) CIF.

(³) Tipo padrão.

(⁴) Ensacado.

Fonte: Green Markets e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 29.- Preços⁽¹⁾ de Fertilizantes Simples e Formulados Maximos ao Consumidor
(estabelecimento produtor), Brasil, Julho de 1986
(em Cz\$/t)

Fertilizante	Preço  vista
Simples	
Ureia	2.755,90
Nitrato de amonio-perolado	2.021,51
Nitrocalcio	1.660,70
Sulfato de amonio	1.929,74
Super simples granulado	1.883,76
Super triplo granulado	3.580,16
Fosfato di amonio (DAP)	4.648,41
Fosfato mono-amonio (MAP) granulado	4.982,31
Cloreto de potassio	2.418,12
Formula (N-P-K)	
02-30-10	2.856,57
03-15-15	2.157,35
04-14-08	1.912,47
04-16-08	2.080,30
04-20-20	2.599,04
04-30-10	2.998,43
04-30-16	3.200,88
05-25-15	2.868,67
10-10-10	2.095,66
12-06-12	1.977,95
14-07-21	2.159,47
19-10-19	2.587,42
20-00-20	1.939,22
20-05-20	2.307,63

⁽¹⁾ Resolução CIP no 182 de 03/06/86. Nesses preos pode ser acrescido o valor do frete entre a unidade misturadora e o local de entrega do produto ao consumidor.

Fonte: Conselho Interministerial de Preos (CIP).

QUADRO 30.- Preços de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, 1985/86

(em Cz\$/t)

(continua)

Estado	Cloreto de potássio				Sulfato de amônio				Uréia			
	Ago/85 (a)	Ago/86 (b)	Variação(b/a)		Ago/85 (c)	Ago/86 (d)	Variação(d/c)		Ago/85 (e)	Ago/86 (f)	Variação(f/e)	
			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)
Minas Gerais ⁽²⁾	1.234	2.500	102,6	-10,1	1.060	2.100	98,1	-12,5
Espírito Santo	1.403	2.530	80,3	-20,2	1.212	2.080	71,6	-24,1	1.538	2.810	82,7	-19,2
Rio de Janeiro	1.572	2.850	81,3	-19,7	1.377	2.240	67,7	-26,1	1.525	2.080	95,4	-13,9
São Paulo	1.463	2.420	65,4	-26,7	1.265	1.930	52,6	-32,3	1.596	2.760	72,9	-23,7
Paraná	1.377	2.450	77,9	-19,1	1.107	2.090	88,8	-16,7	1.438	2.640	83,6	-19,0
Santa Catarina	1.387	2.600	87,4	-17,2	1.083	2.020	86,5	-17,2	1.466	2.800	91,0	-15,7
Rio Grande do Sul	1.450	2.500	72,4	-23,8	1.321	2.080	57,4	-30,4	1.653	2.800	69,4	-24,9
Mato Grosso do Sul	1.601	2.630	64,3	-27,3	1.354	2.190	61,7	-28,2	1.700	2.910	71,2	-24,4
Mato Grosso	1.496	2.760	64,5	-18,6	1.588	2.360	48,6	4,4	1.812	2.970	63,9	-27,4
Goiás	1.490	2.800	87,9	-16,9	1.511	2.370	-56,8	-30,7	1.677	2.810	67,6	-26,0

⁽¹⁾ Corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽²⁾ Dado referente a julho.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

QUADRO 30.- Preços de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, 1985/86

(em Cz\$/t)

Estado	(conclusão)											
	Superfosfato simples				Superfosfato triplo				Calcário moído			
	Ago/85 (g)	Ago/86 (h)	Variação(h/g)		Ago/85 (i)	Ago/86 (j)	Variação(j/i)		Ago/85 (l)	Ago/86 (m)	Variação(m/l)	
		Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)	
Minas Gerais ⁽²⁾	749	1.680	124,3	-0,9	1.415	126,40
Espírito Santo	947	1.850	95,3	-13,6	1.777	3.430	93,0	-14,7	151,87	334,50	120,2	-2,6
Rio de Janeiro	938	1.910	103,6	-10,0	...	3.450	135,23	286,17	111,6	-6,5
São Paulo	829	1.643	98,2	-12,4	1.771	3.440	94,2	-14,1	88,58	155,75	75,8	-22,3
Paraná	903	1.950	115,9	-4,5	1.599	3.650	128,3	0,9	108,73	262,44	141,0	6,7
Santa Catarina	1.005	2.000	99,0	-12,0	1.846	3.710	101,0	-11,2	114,28	241,85	111,6	-6,4
Rio Grande do Sul	1.078	1.950	80,9	-20,0	1.898	3.700	94,9	-13,8	161,95	268,86	66,0	-26,6
Mato Grosso do Sul	1.203	2.090	73,7	-23,2	1.361	3.860	107,4	-8,3	136,26	276,36	102,8	-10,3
Mato Grosso	1.047	2.020	92,9	-14,7	1.756	3.680	109,6	-7,4	90,15	207,00	129,6	1,5
Goiás	940	1.512	90,39	203,56	125,4	-0,4

⁽¹⁾ Corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽²⁾ Dado referente a julho.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

– MÃO-DE-OBRA

– Emprego Agrícola

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população ocupada em todos os setores da economia em 1984, para o Brasil, era de 50.208,8 mil pessoas e a participação relativa do setor agrícola foi de 29,8% contra 27,1%, em 1983, e 32,5% em 1979 (quadro 31).

Em 1984, observa-se que houve, com relação a 1983, um crescimento de 14,2% da população ocupada nas atividades agrícolas contra um aumento de 3,6% no total da população ocupada em todos os setores da economia. No entanto, considerando-se o período 1979 a 1984, constata-se que o número de pessoas ocupadas na agricultura cresceu 4,3%, enquanto em todos os setores da economia o crescimento foi de 13,7%.

Todavia, quando se analisa o período 1979 a 1983 observa-se que houve um decréscimo de 8,7% da população ocupada na agricultura e um incremento de 9,7% na população ocupada em todos os setores (quadro 32).

Esses resultados permitem constatar que até 1983 o problema do desemprego, devido ao período de recessão de 1981 a 1983, foi mais acentuado no setor agrícola e que em 1984, ano que marcou o início do reaquecimento da economia apesar das altas taxas de inflação, alterou-se essa situação. Ou seja, apesar de todos os percalços por que passava a economia, o crescimento no número de pessoas ocupadas no setor agrícola foi substancialmente maior do que em todos os setores da economia a nível de Brasil.

Para a Região Centro-Sul, a população ocupada em todos os setores da economia atingiu 34.547,7 mil pessoas e a participação relativa do setor agrícola foi de 23,7%, inferior a do ano anterior (24,4%) e também a de 1979 que chegou a 25,9%.

Para a maioria das Regiões Sócio-Econômicas aqui consideradas, ocorreu em 1984 uma diminuição na participação relativa do setor agrícola tanto com relação a 1983 como com relação a 1979. As exceções ocorreram nas Regiões I e IV onde a participação do setor agrícola teve a seguinte evolução:

	1979	1983	1984
Região I			
Rio de Janeiro	4,6%	5,4%	5,6%
Região IV			
Minas Gerais e Espírito Santo	35,8%	36,7%	36,7%

Ainda para a Região Centro-Sul, observa-se que em 1984, em relação ao ano anterior, ocorreu um incremento na população ocupada no setor agrícola de 0,4%, enquanto que para todos os setores a elevação foi de 3,2%, o inverso do que ocorreu a nível de Brasil. Excluindo-se os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (Região Sócio-Econômica VIII que não era desmembrável do agregado Norte), observa-se que entre 1983/84 o crescimento da população ocupada na agricultura fica estável (0,04%), enquanto que para todos os setores permanece basicamente o mesmo nível de crescimento (3,1%).

No período 1979 a 1984, ainda excluindo os Estados acima citados, houve uma queda de 3,9% no número de pessoas ocupadas na agricultura e um crescimento de 8,6% em todos os setores, revelando uma tendência semelhante à tendência a nível de Brasil, porém mais acentuada. No en

tanto, esta análise fica prejudicada pela falta de dados para a Região Sôcio-Econômica VIII em 1979.

Cabe ainda observar que entre 1983 e 1984 nas Regiões Sôcio-Econômicas II (São Paulo) e III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) houve queda em termos absolutos no número de pessoas ocupadas na agricultura, respectivamente, de 2,3% e 1,1%. Nas demais Regiões houve a crêscimos de pessoas ocupadas no setor agrícola bastante próximos dos acrêscimos das pessoas ocu padas em todos os setores da economia, com exceção da Região I (Rio de Janeiro) onde a elevação relativa ao setor agrícola foi de 4,3%, enquanto que para todos os setores foi de apenas 0,6%.

No período 1979 a 1984 o comportamento no número de pessoas ocupadas foi bastante di ferenciado para cada uma das Regiões Sôcio-Econômicas que compõem o Centro-Sul. Na Região I (Rio de Janeiro) a elevação no número de pessoas ocupadas na agricultura foi de 34,6% e em todos os setores de 10,1%. Em São Paulo (Região II) ocorreu o inverso com elevações respectivamente de 0,1% e 20,3%. Na Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) houve queda acentuada tanto na população ocupada no setor agrícola (-17,9%) como na ocupada em todos os setores da economia (-8,6%), o que leva a concluir que vem ocorrendo uma evasão da população em geral para outros Estados e especificamente no caso da agricultura para regiões de fronteira agrícola. Em Minas Gerais e Espírito Santo (Região IV) o comportamento do número de pessoas ocupadas foi se melhante para o setor agrícola e para todos os setores com crescimentos, respectivamente de 19,5% e 16,6% (quadro 32).

No que diz respeito às relações de trabalho, após a comparação dos dados de posição de ocupação nas atividades agrícolas segundo as categorias consideradas pela PNAD⁽³⁾ para as Re giões Sôcio-Econômicas da Região Centro-Sul nos anos de 1979, 1983 e 1984, constata-se que a categoria "empregado" conta com expressiva participação, em torno de 65% nas Regiões I e II, 50% na Região IV e 45% na Região VIII.

Como exceção, na Região III -Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - tem predomina do a categoria "não remunerado", com uma taxa de participação em torno de 46,0%, indicando o pre domínio da pequena produção que utiliza mão-de-obra familiar não remunerada. Cabe ainda desta car que nessa região o número de empregadores no período 1979 a 1983 caiu 55% e entre 1983 e 1984 caiu mais 6,1% (quadro 33).

Esses dados indicam que o processo de assalariamento da população rural ocorrido na década de 70, com destaque aqui para a maioria das Regiões Sôcio-Econômicas da Região Centro-Sul, vem se mantendo. Essa tendência é coerente com os dados referentes a categoria "empregador", que em termos relativos se apresenta com participação variando entre 2,0% e 7,3% para todas as Re giões do Centro-Sul, sendo que em níveis mais longos observam-se também decrêscimos em termos ab solutos. O processo de concentração de terra tem sido evidenciado por outros indicadores. Tal vez a concretização do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) altere esse panorama.

Especificamente em 1984, com relação a 1983, ocorreram pequenas oscilações na distri buição das pessoas ocupadas na agricultura, mas é interessante salientar que o número de "emprega dos" cresceu e o número de "não remunerados" caiu em todas as Regiões Sôcio-Econômicas. Na Região I (Rio de Janeiro), essas variações foram mais significativas, com o número de "empregados" cres

⁽³⁾ O PNAD identifica como "empregado" pessoas ocupadas de forma subordinada tanto em trabalho permanente como em temporário, independentemente da forma como são remuneradas, "por conta própria" o pequeno produtor que não utiliza assalariados em suas atividades, "não remunerados" composta por agregados e mão-de-obra familiar que nada recebem em termos de salário pe los serviços prestados na propriedade e "empregador" pessoa que dirige sua própria empres a econômica com auxílio de um ou mais empregados.

cendo e o de "não remunerados" caindo respectivamente, 8,3 e 4,8 pontos percentuais (quadro 33).

As variações ocorridas para a Região Centro-Sul entre 1983 e 1984 foram positivas em todas as categorias, com exceção da "não remunerados" que caiu 5,1%, confirmando a idéia de reabsorção de mão-de-obra pela agricultura nesse período.

Já entre 1979 e 1984 para parte da Região Centro-Sul, houve elevação de 8,9% na categoria "empregado", enquanto em todas as outras ocorreram quedas que variaram de 5,9% a 21,4% (quadro 34).

Dos trabalhadores empregados nas atividades agrícolas em 1984, na Região Centro-Sul, 18% possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador, contra 13,7% a nível de Brasil. Excluindo-se Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, da Região Centro-Sul, observa-se que a participação dos trabalhadores com carteira assinada no total de empregados se eleva para 19,2%.

Esses dados demonstram a resistência do setor agrícola para regularizar a situação do trabalhador segundo o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, apesar do crescente assalariamento da mão-de-obra. No entanto, comparado com 1979, o número de trabalhadores com carteira assinada é crescente (quadro 35).

Em 1984, na Região II se encontrava o maior número de trabalhadores com carteira assinada (29,5%), seguida da Região I (21,5%), Região III (19,6%), Região IV (12,0%) e Região VIII (9,0%).

Na categoria "empregado", a presença da mulher é muito inferior a do homem, como também, na maioria das Regiões é menor a porcentagem de mulheres com carteira de trabalho assinada (quadro 35).

Cabe aqui abordar também a questão da Previdência Social. Da mesma forma que é pequeno o número de trabalhadores agrícolas com carteira de trabalho assinada, são poucos os que contribuem para o Instituto da Previdência e relativamente é também menor que a dos homens a porcentagem de mulheres contribuintes.

Em 1984, apenas 7,8% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas no Brasil eram contribuintes, contra 12,5% da Região Centro-Sul e, respectivamente, 5,9% e 8,1% em 1979.

A porcentagem mais alta de contribuintes, em 1984, se encontrava na Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com 17,2% das pessoas ocupadas. Aliás, foi essa a única Região onde houve significativo crescimento, se comparado a 1979, quando apenas 5,6% eram contribuintes. Para as demais Regiões houve queda na participação de contribuintes, comparando-se 1979 e 1984, especialmente no Rio de Janeiro, que foi de 8,3 pontos percentuais (quadro 36).

- Salário Agrícola

O salário nominal médio das categorias de trabalhadores agrícolas consideradas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou seja, Administrador, Capataz, Tratorista, Trabalhador Permanente e Trabalhador Eventual, em 1985 para a Região Centro-Sul⁽⁴⁾, apresentou uma elevação em torno

(4) A média do salário nominal para a Região Centro-Sul foi calculada utilizando-se as ponderações para o cálculo dos preços médios, segundo as unidades da federação, contidas em Agropecuária - Preços Médios de: Arrendamentos, Venda de Terras, Salários, Empreitadas, Transportes. Revisão e Atualização da Série 1966-1984, p.50.

de 270%. Apenas na categoria Trabalhador Eventual a variação foi superior, chegando a 290,67%. Essas variações foram muito próximas das constatadas para o Brasil (quadro 37).

As maiores e menores variações ocorridas por categoria nos Estados da Região Centro-Sul foram:

Categoria	Estado	maior		menor	
		variação		variação	
Administrador	Mato Grosso	310,08%	Goiás	271,39%	
Capataz	Mato Grosso do Sul	320,01%	R.Grande do Sul	243,54%	
Tratorista	Mato Grosso do Sul	314,27%	R.Grande do Sul	242,74%	
Trabalhador Permanente	Espírito Santo	282,25%	R.Grande do Sul	110,55%	
Trabalhador Eventual	São Paulo	338,49%	R.Grande do Sul	236,73%	

A remuneração nominal média dos trabalhadores agrícolas da Região Centro-Sul, em 1985, era de 3,7 vezes o valor da média nominal do salário mínimo⁽⁵⁾, no caso de Administrador (Cr\$1.076.528,50), enquanto que a do Trabalhador Permanente (Cr\$456.533,80) e a do Trabalhador Eventual, considerando-se a hipótese de que ele possivelmente trabalhe 25 dias por mês (Cr\$471.725,50), era de aproximadamente 1,6 vezes.

Para análise do comportamento do salário real optou-se por corrigir os salários nominais, devido ao "Plano Cruzado", pelo Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em março de 1986 igual a 100. Desta forma, os salários reais são apresentados em cruzados.

Cabe ainda colocar que os salários nominais são levantados pela FGV em junho e dezembro de cada ano e que, portanto, foram corrigidos através do índice do mês respectivo, para só depois calcular-se o salário real médio do ano (quadro 38).

Comparando-se os salários médios reais de 1985 com os de 1984, para a Região Centro-Sul, nota-se que houve um aumento real para todas as categorias variando entre 10,9% para Administrador e 18,3% para Trabalhador Eventual. Essa variação real pode ser observada em todos os Estados que compõem a Região Centro-Sul. É exceção, apenas, a categoria Administrador no Estado de Goiás, com variação negativa de 7,2% (quadro 39).

O ganho real observado na Região Centro-Sul ocorreu também a nível de Brasil para todas as categorias e com variações semelhantes em torno de 11% a 12%; a categoria Trabalhador Eventual teve ganhos maiores, com variação de 18,3% no Centro-Sul e 13,8% no Brasil como um todo.

Em 1984, como já observado, ocorreu uma absorção significativa da mão-de-obra na agricultura em relação aos demais setores da economia, a nível de Brasil, porém a níveis salariais que, em termos reais, ainda se mantinham num processo de deterioração. Na Região Centro-Sul a absorção de mão-de-obra na agricultura foi inferior a de todos os setores, também com os salários reais apresentando queda do poder aquisitivo.

Em 1985, a aceleração do crescimento da economia iniciada em 1984 levou ao aumento da demanda por mão-de-obra e, somada à continuidade dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores agrícolas, pressionou a elevação dos salários, resultando em ganhos reais.

No entanto, apesar do ganho real de salário em 1985 na Região Centro-Sul, verifica-se que, para atingir o nível de poder de compra dos salários de 1980, há ainda uma defazagem de 13,9% no caso de Administrador, de 13,8% para Capataz, de 13,4% para Tratorista, de 14,9% para

⁽⁵⁾ O salário mínimo foi unificado para todos os Estados da Federação em 01/05/84, com o valor de Cr\$97.176,00. A média nominal do salário mínimo utilizada (Cr\$288.746,67) resulta da média ponderada pelos meses de ocorrência no ano, dos seguintes dados de salário mínimo: nov/84, Cr\$66.560,00; mai/85, Cr\$333,120,00; e nov/85 Cr\$600.000,00.

Trabalhador Permanente e de 19,9% para Trabalhador Eventual. No caso do maior salário mínimo da Região essa defazagem é de 34,07% (Cz\$693,29 em 1985, contra Cz\$1.051,62 em 1980).

Em 1975, os salários reais eram superiores aos de 1985, demonstrando que nos últimos dez anos a perda do poder aquisitivo do salário dos trabalhadores agrícolas, considerando as categorias já citadas, variam de 17,1%, Trabalhador Permanente a 25,3%, Trabalhador Eventual, na Região Centro-Sul. Para o mesmo período, a perda no caso do salário mínimo foi de 36,6% (Cz\$1.092,73 em 1975).

Considerando-se o salário real do primeiro semestre de 1986, após o "Plano Cruzado" e comparando-o ao do primeiro semestre de 1985, também em termos reais, constata-se que houve variações positivas nas categorias Administrador (20,2%), Capataz (12,5%), Tratorista (8,5%) e Trabalhador Eventual (15,5%). A única variação negativa ocorre para trabalhador Permanente com -1,1% (quadro 39).

(IEA, 25/11/86)

QUADRO 31. - Pessoas Ocupadas em Todos os Setores da Economia e no Setor Agrícola por Região Sôcio-Econômica, Região Centro-Sul
(1.000 pessoas)

Região Sôcio-Econômica	1979			1983			1984		
	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola %	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola %	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola %
I.									
Rio de Janeiro	4.383,2	200,6	4,6	4.804,3	258,8	5,4	4.833,3	270	5,6
II.									
São Paulo	9.820,3	1.248,6	12,7	11.230,4	1.279,2	11,4	11.812,3	1.249,4	10,6
III.									
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	9.590,8	4.176,2	43,5	8.565,5	346,5	40,5	867,2	3.428,6	39,1
IV.									
Minas Gerais e Espírito Santo	5.457,4	1.953,6	35,8	6.207,8	2.277,8	36,7	6.364,7	2.335,5	36,7
Centro Sul-Parte ⁽¹⁾	29.256,7	757,9	25,9	30.808,0	7.280,8	23,6	31.772,3	7.283,5	22,9
VIII.									
Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás	2.671,1	883	33,1	2.775,4	913,6	32,9
Centro Sul	33.479,1	8.163,8	24,4	34.547,7	8.197,1	23,7
Brasil	44.164,4	14.361,7	32,5	48.466,5	13.115,1	27,1	50.208,8	14.974,4	29,8

⁽¹⁾ Exceto Região Sôcio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 32. - Variação Percentual das Pessoas Ocupadas em todos os Setores da Economia e no Setor Agrícola, por Região Sócio-Econômica

Região Sócio-Econômica	1983/79		1984/79		1984/83	
	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Em todos os setores da economia	No setor agrícola
I.						
Rio de Janeiro	9,5%	29,0%	10,1%	34,6%	0,6%	4,3%
II.						
São Paulo	14,4%	2,5%	20,3%	0,1%	5,2%	-2,3%
III.						
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	-10,7%	-17,0%	-8,6%	-17,9%	2,3%	-1,1%
IV.						
Minas Gerais e Espírito Santo	13,8%	16,6%	16,6%	19,5%	2,5%	2,5%
Centro-Sul Parte ⁽¹⁾	5,3%	-3,9%	8,6%	-3,9%	3,1%	0,04%
VIII.						
Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás	3,9%	3,5%
Centro Sul	3,2%	0,4%
Brasil	9,7%	-8,7%	13,7%	4,3%	3,6%	14,2%

(¹) Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 33. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Segundo Posição na Ocupação, Região Centro-Sul, 1979
(em 1.000 pessoas)

(continua)

Posição na Ocupação	I - Rio de Janeiro		II - São Paulo		III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado	131,1	65,4	852,6	68,3	850,7	20,4
Por conta própria	39,8	19,8	149,3	12,0	1.186,3	28,4
Empregador	12,2	6,1	61,5	4,9	164,4	3,9
Não remunerado	17,5	8,7	185,2	14,8	1.974,8	47,3
Total	200,6	100,0	1.248,6	100,0	4.176,2	100,0

Posição na Ocupação	IV - Minas Gerais e Espírito Santo		VIII - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás		Centro-Sul Parte ⁽¹⁾	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado	913,5	46,8	2.747,9	36,3
Por conta própria	487,2	24,9	1.862,6	24,6
Empregador	112,4	5,8	350,5	4,6
Não remunerado	440,5	22,5	261,8	34,5
Total	1.953,6	100,0	757,9	100,0

⁽¹⁾ Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 33. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Segundo Posição na Ocupação, Região Centro-Sul, 1983
(em 1.000 pessoas)

Posição na Ocupação	(continua)							
	I - Rio de Janeiro		II - São Paulo		III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul		IV - Minas Gerais e Espírito Santo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado	16,6	64,1	80,6	63,0	74,6	21,5	118,8	52,2
Por conta própria	4,1	15,8	16,1	12,6	105,3	30,4	47,9	21,0
Empregador	1,9	7,3	5,8	4,5	7,4	2,1	10,9	4,8
Não remunerado	3,3	12,7	25,4	19,9	159,2	45,9	50,2	22,0
Total	25,9	100,0	127,9	100,0	346,5	100,0	227,8	100,0

Posição na Ocupação	Centro-Sul Parte ⁽¹⁾		VIII - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás		Centro-Sul	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Empregado	290,6	39,9	39,1	44,3	329,7
Por conta própria	173,4	23,8	294,9	33,4	2.028,9	24,9
Empregador	26,0	3,6	47,4	5,4	307,4	3,8
Não remunerado	238,1	32,7	149,7	17,0	2.530,7	31,0
Total	728,1	100,0	88,3	100,0	816,4	100,0

⁽¹⁾ Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 33. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Segundo Posição na Ocupação, Região Centro-Sul, 1984

(em 1.000 pessoas)

Posição na Ocupação	(conclusão)							
	I - Rio de Janeiro		II - São Paulo		III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul		IV - Minas Gerais e Espírito Santo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregado	195,5	72,4	803,4	64,3	744,1	21,7	1.249,1	53,5
Por conta própria	36,3	13,4	148,4	11,9	1.068,1	31,2	500,3	21,4
Empregador	1,7	6,3	66,1	5,3	69,5	2,0	123,0	5,3
Não remunerado	21,2	7,9	231,5	18,5	1.546,9	45,1	463,1	19,8
Total	270,0	100,0	1.249,4	100,0	3.428,6	100,0	2.335,5	100,0

Posição na Ocupação	Centro-Sul Parte ⁽¹⁾		VIII - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás		Centro-Sul	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Empregado	2.992,1	41,1	418,4	45,8	3.410,5
Por conta própria	1.753,1	24,1	299,5	32,8	2.052,6	25,0
Empregador	275,6	3,8	55,9	6,1	331,5	4,0
Não remunerado	7.262,7	31,0	139,8	15,3	2.403,5	29,3
Total	283,5	100,0	913,6	100,0	8.197,1	100,0

⁽¹⁾ Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 34. - Variação no Número de Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Segundo Posição na Ocupação, Região Centro-Sul
(1.000 pessoas)

Posição na Ocupação	1984/79					
	Rio de Janeiro (%)	São Paulo (%)	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (%)	Minas Gerais e Espírito Santo (%)	Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e Goiás (%)	Centro-Sul Parte ⁽¹⁾ (%)
Empregado	49,1	-5,8	-12,5	36,7	...	8,9
Por conta própria	-8,8	-0,6	-10,0	2,7	...	-5,9
Empregador	39,3	7,5	-57,7	9,4	...	-21,4
Não remunerado	21,1	25,0	-21,7	5,1	...	-13,6
Total	34,6	0,1	-17,9	10,5	...	-3,9

Posição na Ocupação	1984/83					
	Rio de Janeiro (%)	São Paulo (%)	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (%)	Minas Gerais e Espírito Santo (%)	Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e Goiás (%)	Centro-Sul Parte ⁽¹⁾ (%)
Empregado	17,8	-0,3	-0,3	5,1	7,0	3,4
Por conta própria	-11,5	-7,8	1,4	4,4	1,6	1,2
Empregador	-10,5	14,0	-6,1	12,8	17,9	7,8
Não remunerado	-35,8	-8,9	-2,8	-7,7	-6,6	-5,1
Total	4,2	-2,3	-1,1	2,5	3,5	0,4

⁽¹⁾ Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 35. - Trabalhadores Empregados nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Total e com Carteira de Trabalho Assinada pelo Atual Empregador, Segundo Sexo, Região Centro-Sul, 1979 e 1984
(1.000 pessoas)

(continua)

Região Sócio-Econômica	1979								
	Homem			Mulher			Total		
	Total	C. Cart. Trab. NQ	Assinada %	Total	C. Cart. Trab. NQ	Assinada %	Total	C. Cart. Trab. NQ	Assinada %
I.									
Rio de Janeiro	116,7	26,4	22,6	14,4	1,8	12,5	131,1	28,2	21,5
II.									
São Paulo	670,3	211,2	31,5	183,4	30,9	16,8	853,7	242,1	28,4
III.									
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	742,6	142,3	19,2	109,5	6,8	6,2	852,1	149,1	17,5
IV.									
Minas Gerais e Espírito Santo	821,9	7,8	9,5	9,2	9,8	10,7	913,9	87,8	9,6
VIII.									
Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás
Centro Sul - Parte ⁽¹⁾	2.351,5	457,9	19,5	399,3	49,3	12,3	2.750,8	507,2	18,4
Brasil	4.129,1	586,1	14,2	692,8	6,6	9,5	4.821,9	652,1	13,5

⁽¹⁾ Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD).

QUADRO 35. - Trabalhadores Empregados nas Atividades Agrícolas por Região Sócio-Econômica, Total e com Carteira de Trabalho Assinada pelo Atual Empregador, Segundo Sexo, Região Centro-Sul, 1979 e 1984
(1.000 pessoas)

Região Sócio-Econômica	1984								
	Homem			Mulher			Total		
	Total	C. Cart. Trab.	Assinada	Total	C. Cart. Trab.	Assinada	Total	C. Cart. Trab.	Assinada
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
I.									
Rio de Janeiro	180,3	49,0	22,7	15,2	1,2	7,9	195,5	42,1	21,5
II.									
São Paulo	652,7	192,7	29,5	150,7	44,1	29,3	803,4	236,8	29,5
III.									
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	639,9	139,6	21,8	104,2	6	5,8	744,1	146,6	19,6
IV.									
Minas Gerais e Espírito Santo	1.126,3	143,9	12,8	122,8	6,3	5,1	1.249,1	150,2	12,0
Centro Sul - Parte ⁽¹⁾	2.599,2	517,1	19,9	392,9	57,6	14,7	2.992,1	574,7	19,2
VIII.									
Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás	406,7	35,6	8,8	11,7	2,1	17,9	418,4	37,7	9,0
Centro Sul	3.005,9	552,7	18,4	404,6	59,7	14,8	3.410,5	612,4	18,0
Brasil	5.005,8	717,2	14,3	794,9	79,7	10,0	5.800,7	796,9	13,7

(¹) Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 36. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas, Total e com Contribuição para o Instituto da Previdência, por Sexo e Região Sócio-Econômica, Região Centro-Sul, 1979 e 1984
(1.000 pessoas)

Região Sócio-Econômica e sexo	1979			1984			1984/79	
	Pessoas ocupadas	Benef.do Inst. da Previd.		Pessoas ocupadas	Benef.do Inst. da Previd.		Pessoas ocupadas	Benef.da Previd.
		Nº	%		Nº	%		
I - Rio de Janeiro								
Homem	176,7	44,1	25,0	244,8	40,0	16,3	38,5	-9,3
Mulher	23,9	2,4	10,0	25,2	0,3	1,2	5,4	-87,5
Total	200,6	46,5	23,2	270,0	40,3	14,9	34,6	-13,3
II - São Paulo								
Homem	976,9	161,2	16,5	990,8	131,9	13,3	1,4	-18,2
Mulher	271,7	16,3	6,0	258,5	10,8	4,2	-4,9	-33,7
Total	1.248,6	177,5	14,2	1.249,3	142,7	11,4	0,1	-19,6
III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul								
Homem	2.932,4	223,4	7,6	1.470,5	405,6	27,6	-49,9	81,6
Mulher	1.243,8	10,5	0,8	991,0	17,5	1,8	-20,3	66,9
Total	4.176,2	233,9	5,6	2.461,5	423,2	17,2	-41,1	80,9
IV - Minas Gerais e Espírito Santo								
Homem	1.662,7	147,8	8,9	2.019,3	176,5	8,7	21,4	19,4
Mulher	290,8	8,5	2,9	316,2	5,3	1,7	8,7	-38,0
Total	1.953,5	156,3	8,0	2.335,5	181,8	7,8	19,6	16,3
Centro-Sul - Parte ⁽¹⁾								
Homem	5.748,7	576,5	10,0	4.725,4	754,0	16,0	-17,8	30,8
Mulher	1.830,2	37,7	2,1	1.590,8	33,9	2,1	-13,1	-10,1
Total	7.578,9	614,2	8,1	6.313,3	787,9	12,5	-16,7	28,3
VIII - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás								
Homem	869,8	113,2	13,0
Mulher	43,9	4,6	10,5
Total	913,6	117,8	12,9
Centro-Sul								
Homem	5.595,2	867,2	15,5
Mulher	1.634,7	38,5	2,4
Total	7.229,9	905,7	12,5
Brasil								
Homem	10.965,7	805,2	7,3	11.812,7	1.111,5	9,4	7,7	38,0
Mulher	3.396,0	48,1	1,4	3.161,7	55,9	1,8	-6,9	16,2
Total	14.631,7	853,3	5,9	14.974,4	1.167,4	7,8	4,3	36,8

(¹) Exceto Região Sócio-Econômica VIII.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Plano Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

QUADRO 37. - Remuneração Nominal Média do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo os Estados da Região Centro-Sul e Brasil

Estado	Administrador (Cr\$/mês)						Capataz (Cr\$/mês)					
	1975	1980	1984	1985	1985 ⁽¹⁾	1986 ⁽¹⁾	1975	1980	1984	1985	1985 ⁽¹⁾	1986 ⁽¹⁾
Minas Gerais	924	8.703	227.729	860.554	561.591	2.001,55	620	5.994	160.057	623.677	410.510	1.312,27
Espírito Santo	997	9.210	246.223	920.232	629.308	2.319,40	657	5.885	172.452	658.802	436.515	1.596,43
Rio de Janeiro	922	9.718	268.613	1.008.322	618.756	2.265,35	640	7.071	191.464	683.055	475.633	1.368,74
São Paulo	993	8.939	237.728	923.500	582.000	2.059,88	...	6.097	165.309	614.450	399.900	1.282,55
Paraná	1.384	10.979	281.259	1.070.003	726.371	2.237,47	834	6.928	193.144	701.828	495.852	1.472,65
Santa Catarina	1.207	11.287	328.857	1.203.400	796.945	2.376,34	875	7.100	212.520	798.373	544.457	1.705,47
Rio Grande do Sul	1.577	12.527	440.533	1.576.289	1.111.655	3.054,18	892	8.198	265.421	911.829	652.199	1.800,97
Mato Grosso do Sul	1.727	14.144	341.499	1.372.079	934.933	3.293,25	866	8.773	202.034	848.569	557.349	1.858,91
Mato Grosso	1.772	14.436	398.398	1.633.749	1.033.168	3.884,29	835	8.737	239.335	934.378	639.225	2.173,82
Goiás	1.192	9.894	296.835	997.522	668.236	2.485,52	661	5.962	168.849	622.381	414.009	1.377,09
Centro-Sul	1.177,6	10.247	289.866,4	1.076.528,5	715.136,3	2.367,8	751,1	6.718,5	188.959,0	699.187,8	474.560,1	1.471,2
Brasil	969	8.766	240.314	899.172	598.984	2.020,74	614	5.690,5	162.943	601.119	407.717	1.289,66

Estado	Tratorista (Cr\$/mês)						Trabalhador permanente (Cr\$/mes)					
	1975	1980	1984	1985	1985 ⁽¹⁾	1986 ⁽¹⁾	1975	1980	1984	1985	1985 ⁽¹⁾	1986 ⁽¹⁾
Minas Gerais	794	7.001	173.679	658.767	435.074	1.423,89	476	4.447	118.203	435.675	302.014	842,54
Espírito Santo	754	7.025	191.685	717.119	469.989	1.706,53	453	4.694	121.260	463.511	322.615	926,60
Rio de Janeiro	627	6.595	185.817	676.661	473.057	1.439,90	466	4.748	125.613	472.997	335.671	856,00
São Paulo	689	5.720	158.288	612.950	393.900	1.234,67	496	4.531	125.229	472.450	315.900	905,37
Paraná	796	6.006	166.313	624.542	437.701	1.176,19	523	4.629	130.474	476.893	343.635	837,10
Santa Catarina	836	7.367	202.349	763.556	497.883	1.600,51	501	5.006	132.227	492.177	338.819	963,06
Rio Grande do Sul	703	6.470	200.598	687.533	481.123	1.218,81	490	4.849	236.528	498.006	347.788	867,86
Mato Grosso do Sul	761	6.233	149.364	618.769	427.710	1.442,45	545	4.361	121.747	456.572	341.095	845,85
Mato Grosso	957	5.848	197.770	756.750	525.096	1.782,94	513	4.642	141.425	502.082	342.392	1.013,06
Goiás	806	6.378	178.520	651.361	447.719	1.644,71	516	4.254	123.102	446.936	312.530	954,28
Centro-Sul	726,1	6.166,1	174.524,7	646.295,6	434.607,0	1.299,5	490,1	4.561,7	125.324,6	465.533,8	322.220,9	878,0
Brasil	716	6.118	173.906	644.851	433.088	1.301,39	457	4.293	122.079	451.488	311.560	858,36

Estado	Trabalhador eventual (Cr\$/dia)					
	1975	1980	1984	1985	1985 ⁽¹⁾	1986 ⁽¹⁾
Minas Gerais	19,17	173	4.113	16.482	10.743	36,78
Espírito Santo	19,04	186	4.676	18.914	12.909	42,92
Rio de Janeiro	18,00	172	4.394	15.355	10.423	33,32
São Paulo	23,75	207	4.617	20.245	14.490	43,11
Paraná	24,88	213	5.254	20.484	14.248	41,95
Santa Catarina	26,74	240	6.008	21.893	15.314	50,32
Rio Grande do Sul	24,10	209	6.384	21.497	14.716	39,60
Mato Grosso do Sul	30,24	223	5.926	22.522	15.404	47,88
Mato Grosso	27,65	220	6.510	23.593	15.806	53,03
Goiás	23,11	204	5.361	19.520	13.849	49,78
Centro-Sul	22,20	195,7	4.830,0	18.869,1	12.933,4	41,1
Brasil	19,27	174	4.392	16.730	11.207	36,43

(¹) Primeiro semestre de 1985 e de 1986.

Fonte: Agropecuária - preços médios de: arrendamentos, vendas de terra, salários, empreitadas, transporte 1966-1984, 1985 e 1986.

QUADRO 38. - Remuneração Real ⁽¹⁾ Média do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo os Estados da Região Centro-Sul e Brasil

Estado	Administrador (Cz\$/mês)						Capataz (Cz\$/mês)					
	1975	1980	1984	1985		1986 ⁽²⁾	1975	1980	1984	1985		1986 ⁽²⁾
	Média	Média	Média	1º Sem.	Média	1º Sem.	Média	Média	Média	1º Sem.	Média	1º Sem.
Minas Gerais	1.976,3	1.983,5	1.430,0	1.543,1	1.600,1	1.996,2	1.326,3	1.302,0	1.007,1	1.128,0	1.162,0	1.308,7
Espírito Santo	2.139,3	2.084,0	1.538,2	1.729,2	1.730,0	2.313,2	1.407,0	1.335,8	1.080,1	1.199,4	1.229,3	1.592,1
Rio de Janeiro	1.969,8	2.208,2	1.710,3	1.700,2	1.849,0	2.259,4	1.370,3	1.597,9	1.194,5	1.308,9	1.289,8	1.365,1
São Paulo	2.032,7	2.015,9	1.443,4	1.599,2	1.703,5	2.054,3	...	1.368,6	1.000,0	1.098,8	1.141,8	1.279,1
Paraná	2.959,9	2.499,6	1.756,5	1.995,9	2.008,1	2.231,4	1.786,4	1.569,7	1.202,6	1.362,5	1.329,9	1.468,7
Santa Catarina	2.580,1	2.549,6	2.051,3	2.189,8	2.245,2	2.369,9	1.873,1	1.609,9	1.340,1	1.496,0	1.499,9	1.700,9
Rio Grande do Sul	3.371,3	2.865,0	2.778,7	3.054,6	2.985,6	3.046,0	1.913,2	1.862,6	1.673,5	1.792,1	1.733,1	1.796,1
Mato Grosso do Sul	3.685,4	3.241,4	2.112,7	2.569,0	2.577,3	3.284,4	1.855,1	1.968,7	1.273,5	1.531,5	1.580,2	1.853,9
Mato Grosso	3.805,5	3.341,4	2.485,8	2.838,9	3.016,0	3.873,8	1.793,0	2.019,7	1.502,5	1.756,4	1.756,8	2.168,0
Goiás	2.541,8	2.276,7	2.010,7	1.836,1	1.866,2	2.478,8	1.419,3	1.358,4	1.068,4	1.137,6	1.162,4	1.373,4
Centro-Sul	2.516,7	2.333,3	1.812,9	1.965,0	2.010,0	2.361,4	1.609,1	1.521,5	1.178,2	1.304,0	1.312,1	1.467,2
Brasil	2.071,4	1.997,7	1.506,8	1.654,9	1.679,9	2.015,3	1.313,6	1.291,4	1.019,3	1.120,3	1.127,9	1.286,2

Estado	Tratorista (Cz\$/mês)						Trabalhador permanente (Cz\$/mês)					
	1975	1980	1984	1985		1986 ⁽²⁾	1975	1980	1984	1985		1986 ⁽²⁾
	Média	Média	Média	1º Sem.	Média	1º Sem.	Média	Média	Média	1º Sem.	Média	1º Sem.
Minas Gerais	1.695,4	1.593,4	1.096,3	1.195,5	1.228,3	1.420,1	1.020,8	1.013,2	740,9	829,9	821,8	840,3
Espírito Santo	1.615,4	1.596,5	1.191,5	1.291,4	1.334,7	1.701,9	872,0	1.065,3	764,7	886,5	875,1	924,1
Rio de Janeiro	1.344,8	1.615,7	1.183,4	1.299,8	1.278,9	1.436,0	998,5	1.083,0	788,0	927,3	897,3	858,7
São Paulo	1.466,6	1.284,7	953,2	1.082,3	1.135,7	1.231,3	1.058,9	1.014,3	748,2	868,0	883,5	902,9
Paraná	1.701,2	1.369,5	1.034,6	1.202,7	1.181,1	1.173,0	1.118,6	1.051,6	814,1	944,2	908,1	834,8
Santa Catarina	1.785,5	1.663,6	1.271,9	1.368,1	1.419,5	1.596,2	1.071,5	1.130,4	832,5	931,0	926,8	960,5
Rio Grande do Sul	1.507,8	1.474,0	1.273,8	1.322,0	1.299,8	1.215,5	1.050,5	1.095,3	855,0	955,6	941,0	865,5
Mato Grosso do Sul	1.633,7	1.337,4	939,2	1.175,2	1.166,3	1.488,6	1.160,4	995,7	754,9	937,2	877,4	845,6
Mato Grosso	2.044,9	1.462,7	1.250,1	1.442,8	1.427,7	1.778,1	1.099,5	1.064,7	892,6	940,8	943,3	1.010,3
Goiás	1.725,1	1.443,4	1.124,2	1.230,2	1.226,1	1.640,8	1.102,7	967,7	773,7	858,8	844,8	951,7
Centro-Sul	1.551,5	1.396,8	1.083,7	1.194,2	1.210,2	1.296,0	1.058,6	1.001,7	772,4	885,4	877,7	875,7
Brasil	1.530,0	1.386,3	1.080,8	1.190,0	1.206,7	1.297,9	978,5	972,6	756,1	856,1	850,6	856,0

Estado	Trabalhador eventual (Cz\$/mês)					
	1975	1980	1984	1985		1986 ⁽²⁾
	Média	Média	Média	1º Sem.	Média	1º Sem.
Minas Gerais	41,0	39,5	25,9	29,5	30,6	36,7
Espírito Santo	40,7	42,3	29,7	35,5	35,5	42,8
Rio de Janeiro	38,5	39,1	27,5	28,6	28,8	33,2
São Paulo	50,8	46,7	28,8	39,8	38,5	43,0
Paraná	50,2	47,9	32,2	39,1	38,7	41,8
Santa Catarina	57,2	54,5	37,7	42,1	41,4	50,2
Rio Grande do Sul	51,8	47,8	40,3	40,4	40,4	39,5
Mato Grosso do Sul	64,8	50,2	36,5	42,3	42,3	47,8
Mato Grosso	59,3	50,1	40,8	43,4	44,1	52,9
Goiás	49,4	46,3	33,7	38,1	37,0	49,6
Centro-Sul	47,5	44,3	30,0	35,5	35,5	41,0
Brasil	41,2	39,6	27,5	30,8	31,3	36,3

⁽¹⁾ Deflacionado pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, março de 1986 = 100.

⁽²⁾ 1º semestre de 1986.

Fonte: Agropecuária - preços médios de: arrendamentos, vendas de terra, salários, empreitadas, transporte 1966-1984, 1985 e 1986.

QUADRO 39. - Variação da Remuneração Real (¹) Média do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo os Estados da Região Centro-Sul e Brasil

Estado	Administrador (Cr\$/mês)				Capataz (Cr\$/mês)				Tratorista (Cr\$/mês)			
	1985/75	1985/80	1985/84	1986/85(²)	1985/75	1985/80	1985/84	1986/85(²)	1985/75	1985/80	1985/84	1986/85(²)
Minas Gerais	-19,0%	-19,3%	11,9%	29,4%	-12,4%	-14,7%	15,4%	16,0%	-27,6%	-22,9%	12,0%	18,8%
Espírito Santo	-19,1%	-17,0%	12,5%	33,8%	-12,6%	-8,0%	13,8%	32,7%	-17,4%	-16,4%	12,0%	31,8%
Rio de Janeiro	-6,1%	-16,3%	8,1%	32,9%	-5,9%	-19,3%	8,0%	4,5%	-4,9%	-15,6%	8,1%	10,5%
São Paulo	-16,2%	-15,5%	18,0%	20,5%	EPR	-16,6%	14,2%	16,4%	-22,6%	-11,6%	19,1%	13,8%
Paraná	-32,2%	-19,7%	14,3%	11,8%	-25,6%	-15,3%	10,6%	7,8%	-30,6%	-13,8%	14,2%	-2,5%
Santa Catarina	-13,0%	-11,9%	9,5%	8,2%	-19,9%	-6,8%	11,9%	13,7%	-20,5%	-14,7%	11,6%	16,7%
Rio Grande do Sul	-11,4%	4,2%	7,4%	-0,3%	-9,4%	-7,0%	3,6%	0,2%	-13,8%	-11,8%	2,0%	-8,1%
Mato Grosso do Sul	-30,1%	-20,5%	22,0%	27,8%	-14,8%	-19,7%	24,1%	21,1%	-28,6%	-12,8%	24,2%	22,4%
Mato Grosso	-20,7%	-9,7%	21,3%	36,5%	-2,0%	-13,0%	16,9%	23,4%	-30,2%	-2,4%	14,2%	23,2%
Goiás	-26,6%	-18,0%	-7,2%	35,0%	-18,1%	-14,4%	8,8%	20,7%	-28,9%	-15,1%	9,1%	33,3%
Centro-Sul	-20,1%	-13,9%	10,9%	20,2%	-18,5%	-13,8%	11,4%	12,5%	-22,0%	-13,4%	11,7%	8,5%
Brasil	-18,9%	-15,9%	11,5%	22,4%	-14,1%	-12,7%	10,7%	14,8%	-21,1%	-13,0%	11,6%	9,1%

Estado	Trabalhador permanente (Cr\$/mês)				Trabalhador eventual (Cr\$/dia)			
	1985/75	1985/80	1985/84	1986/85(²)	1985/75	1985/80	1985/84	1986/85(²)
Minas Gerais	-19,5%	-18,9%	10,9%	1,3%	-25,4%	-22,5%	18,1%	24,4%
Espírito Santo	-10,0%	-17,9%	14,4%	4,2%	-12,8%	-16,1%	19,5%	20,6%
Rio de Janeiro	-10,1%	-17,1%	13,9%	-7,4%	-25,2%	-26,3%	4,7%	16,1%
São Paulo	-16,6%	-12,9%	18,1%	4,0%	-24,2%	-17,6%	33,7%	8,0%
Paraná	-18,8%	-13,6%	11,5%	-11,6%	-27,3%	-19,2%	20,2%	6,9%
Santa Catarina	-13,5%	-18,0%	11,3%	3,2%	-27,6%	-24,0%	9,8%	19,2%
Rio Grande do Sul	-10,4%	-14,1%	10,1%	-9,4%	-21,7%	-15,5%	0,2%	-2,2%
Mato Grosso do Sul	-24,4%	-11,9%	16,2%	-9,8%	-34,7%	-15,7%	15,9%	13,0%
Mato Grosso	-14,2%	-11,4%	5,7%	7,4%	-25,6%	-12,0%	8,1%	21,9%
Goiás	-23,4%	-12,7%	9,2%	10,8%	-25,1%	-20,1%	9,8%	30,2%
Centro-Sul	-17,1%	-14,9%	13,6%	-1,1%	-25,3%	-19,9%	18,3%	15,5%
Brasil	-13,1%	-12,5%	12,5%	0,0%	-24,0%	-21,0%	13,8%	17,9%

(¹) Deflacionado pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, março de 1986 = 100.

(²) 1º semestre de 1985 e de 1986.

Fonte: Agropecuária - preços médios de: arrendamentos, vendas de terra, salários, empreitadas, transporte 1966-1984, 1985 e 1986.

A produção de sementes melhoradas nos Estados da Região Centro-Sul vem apresentando sensíveis variações, embora com tendência de crescimento, face à taxa de utilização ser ainda baixa para alguns cultivares.

Fatores relacionados às instruções normativas do Banco Central (BACEN), a exemplo da Resolução nº 706 que desobrigou o uso de sementes melhoradas, bem como as deliberações do Conselho Monetário Nacional (CMN) relativas a Valores Básicos de Custeio (VBC) e preços mínimos principalmente, vêm concorrendo, com maior ou menor grau, para essas variações.

Quanto aos reflexos da Resolução nº 706, já houve uma certa acomodação do setor, uma vez que os produtores (consumidores de sementes) se conscientizaram do maior risco na produção e do desperdício de insumos, especialmente fertilizantes, que poderia acarretar a adoção de sementes não melhoradas.

À exceção do algodão em São Paulo e Paraná onde a taxa de utilização de sementes melhoradas é de 100%, todos os demais cultivares, mesmo o de algodão, nos outros Estados apresentam taxas variáveis, refletindo, de certa forma, o nível tecnológico pelo qual a cultura é conduzida (quadro 40).

Dentre os cultivares relacionados no quadro 40, o trigo é o que apresenta a maior taxa, atingindo a média de 95%, seguido da soja com média de 92%. A taxa média de utilização de sementes melhoradas de milho nos Estados da Região Sul e Sudeste foi igual ou superior a 75%, não obstante a média brasileira não ter alcançado 65%. A de arroz para a maioria dos Estados foi da ordem de 35% e, em São Paulo, de 52%, face à grande aceitação dos cultivares IAC 164 e 165 supridos em grande parte pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A de feijão foi a que apresentou a menor taxa de utilização (média Brasil 9%); a taxa de 33% para São Paulo resulta do firme propósito de melhoria de produtividade do feijão no Estado por todos os órgãos envolvidos desde a geração da semente genética até a sua multiplicação e distribuição a preços estimuladores e viabilizadores de uso de sementes melhoradas.

A produção de sementes fiscalizadas no Estado de São Paulo, desde a sua implantação em 1981/82, vem apresentando incrementos sucessivos, já suplantando a produção de sementes certificadas na maioria dos cultivares comercializados. Tal desempenho decorre das facilidades de se produzir através desse sistema, com simplificação em relação ao sistema de certificação, não sendo exigido o controle de gerações e as inspeções serem feitas por amostragem, além de tornar facultativa a análise em laboratórios oficiais (quadro 41).

A semente fiscalizada de amendoim, que participava no total com apenas 17,3% em 1983/84, passou para 35,6% em 1984/85 e, na safra 1985/86, já se espera alcançar mais de 55%. A semente de arroz evoluiu de 17,7% em 1983/84 para cerca de 35% em 1985/86. Até para o feijão, em cujo processo produtivo a iniciativa privada sempre resistiu entrar, já se estima uma produção acima de 48% em 1985/86. As sementes de milho híbrido, soja e trigo foram as que mais responderam a esse sistema de produção desde o início da sua implantação, tendo já atingido mais de 70% de participação sobre o total, sendo insignificantes as quantidades produzidas por firmas particulares no sistema de certificação.

Na presente safra 1985/86, a disponibilidade de semente melhorada de algodão é 40% superior a do ano anterior, cujo volume estimado em 18.900t deverá atender a toda demanda do ano safra que se inicia e ainda formar um estoque para o ano seguinte.

O volume produzido de sementes de arroz de 12.440t deverá apenas equilibrar a oferta e demanda, apesar de ter registrado incremento de 74%. Crescimentos em torno de 10% estão sendo

registrados para o milho e a soja, não obstante já se notar deficiência no suprimento para alguns cultivares. É o caso da soja precoce e de sementes tradicionais de milho híbrido, altamente demandadas pelo mercado face ao seu alto padrão de qualidade. Apenas para o amendoim (-2%) e feijão (-13,8%) são esperados níveis de oferta inferiores às do ano anterior. A redução da oferta de feijão decorre da resistência dos cooperadores em entregar as sementes por um preço pré-determinado pela Secretaria da Agricultura, seguindo-se as normas do Plano Cruzado, embora esse preço tenha sido anunciado tardiamente, coincidindo com o pico de preço do produto comercial. Conseqüentemente, houve rejeição dos cooperadores em entregar sementes ao preço estipulado pela Secretaria. Essa situação poderá acarretar uma falta de semente de feijão para o plantio da se ca próximo vindouro.

Os preços de venda fixados pela Secretaria da Agricultura para plantio da safra 1986/87 seguiram as normas vigentes de atualização da moeda pelo Plano Cruzado. Com efeito, os preços foram reajustados até o limite de atualização permitido. Assim, o fator implícito de atualização para cada cultivar teve como base o mês em que se estabeleceu o preço de venda em 1985. Como em 1985 já existia uma defasagem entre o preço de venda fixado pela Secretaria da Agricultura e aquele praticado pela iniciativa privada, essa defasagem continuou em 1986. A menor diferença (acrêscimo dos preços da iniciativa privada em relação ao da Secretaria da Agricultura) constatada foi para a semente de amendoim, que, em média, está em torno de 20% e a maior para a de arroz, cujo acrêscimo chega, em média, a 63%. Para as de feijão e de soja o acrêscimo foi de 58% e de milho híbrido 50% (quadro 42).

As variações de preços entre os Estados da Região Centro-Sul refletem não só o equilíbrio entre oferta e demanda, como também a qualidade das sementes ofertadas (quadro 43).

Os preços mínimos de sementes situam-se muito aquém dos preços vigentes no mercado. Tomando-se os preços fixados pela Secretaria da Agricultura para a safra 1986/87, considerados defasados em relação aos praticados pela iniciativa privada, verifica-se que a garantia do preço mínimo é insatisfatória para alguns cultivares. É o caso do milho híbrido cujo preço mínimo representa tão somente 44% do preço de venda pela Secretaria da Agricultura. O mais representativo é o de feijão com 83,5%. Os demais se situam nesse intervalo (quadro 44).

Em síntese, pode-se afirmar que, caso não haja necessidade de sementes para replantio a disponibilidade atual é plenamente suficiente para atender a demanda global.

(IEA, 24/10/86)

QUADRO 40.- Consumo e Taxa de Utilização de Sementes Melhoradas em Estados da Região Centro-Sul, Safra 1985-86

Estados	Algodão		Arroz		Feijão		Milho		Soja		Trigo	
	Consumo (t)	Taxa (%)	Consumo (t)	Taxa (%)	Consumo (t)	Taxa (%)	Consumo (t)	Taxa (%)	Consumo (t)	Taxa (%)	Consumo (t)	Taxa (%)
Rio Grande do Sul	-	-	47.760	35	610	10	27.670	80	325.960	95	105.000	95
Santa Catarina	-	-	9.440	35	1.020	10	14.180	75	35.480	90	1.620	95
Paraná	12.480	100	2.150	35	2.600	10	34.080	80	195.840	95	161.500	95
São Paulo	10.620	100	7.400 ⁽¹⁾	52	8.000 ⁽¹⁾	33	21.000 ⁽¹⁾	90	42.110	90	22.610	95
Goiás	1.850	80	12.120	35	475	5	8.800	60	58.820	90	70	95
Mato Grosso	350	80	4.420	35	48	8	2.780	60	65.520	90	-	-
Mato Grosso do Sul	1.880	93	3.860	35	50	9	3.360	60	117.580	90	18.200	95
Minas Gerais	3.630	80	9.570	35	980	10	22.450	75	30.060	90	1.600	95
Brasil	43.000	65	103.250	34	10.295	9	162.230	64	876.970	92	310.570	95

⁽¹⁾ Dado retificado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Fonte: Edições Técnicas e Assessoria Comercial (ETAC) - Curitiba, PR.

QUADRO 41.- Produção de Sementes Certificadas e Fiscalizadas no Estado de São Paulo, 1983/84 a 1985/86
(em tonelada)

Produto	Sementes certificadas								
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			Empresas particulares			Total		
	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾
Algodão	18.150	13.500	18.900	-	-	-	18.150	13.500	18.900
Amendoim	1.520	4.240	2.800	4.010	6.400	4.400	5.530	10.640	7.200
Arroz	2.940	3.800	7.400	820	800	640	3.760	4.600	8.040
Feijão	5.930	7.410	4.800	100	120	-	6.030	7.530	4.800
Milho híbrido	4.070	3.600	8.000	5.400	6.000	5.600	9.470	9.600	13.600
Milho variedade	460	440	640	320	400	480	780	840	1.120
Soja	2.000	2.000	2.800	8.960	8.000	4.800	10.960	10.000	7.600
Trigo	1.230	3.200	5.500	7.110	8.000	4.000	8.340	11.200	9.500

Produto	Sementes Fiscalizadas			Produção total (certificadas + fiscalizadas)				Produção de sementes fiscalizadas em relação ao total(%)		
	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	Variação(%)	1983/84	1984/85	1985/86
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f/e)	(a/d)	(b/c)	(e/f)
Algodão	-	-	-	18.150	13.500	18.900	40,0	-	-	-
Amendoim	1.160	5.950	9.050	6.700	16.590	16.250	-2,0	17,3	35,6	55,7
Arroz	810	2.550	4.400	4.580	7.150	12.440	74,0	17,7	35,7	35,4
Feijão	620	3.320	4.560	6.640	10.860	9.360	-13,8	9,3	30,6	48,7
Milho híbrido	22.500	37.250	38.220	31.950	46.850	51.820	10,6	70,4	79,5	73,8
Milho variedade	16	1.160	...	790	2.000	2,0
Soja	25.820	57.600	66.620	36.780	67.600	74.220	9,8	70,2	85,2	89,8
Trigo	29.800	...	29.610	38.140	...	39.110	...	78,1	...	75,7

⁽¹⁾ Dados preliminares, estimativa de outubro de 1986. Refere-se as produções já analisadas e aceitas em análise.

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudas (CEPROSEM), do Ministério da Agricultura.

QUADRO 42.- Preço de Venda de Sementes Certificadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 1984/85 a 1986/87

(em Cz\$/sc.)

Especificação	Unidade (kg)	1984/85	1985/86	1986/87	Varição(%)
					1986-87/1985-86
Algodão	30	27,00	84,00	154,00	83,3
Amendoim	40	136,00	180,00	414,00	130,0
Arroz	40	40,00	120,00	276,00	130,0
Feijão de mesa	40	102,00	240,00	400,00	66,7
Milho híbrido	40	36,00	128,00	280,00	118,8
Milho Var. IAC-1 e Maya	40	28,00	108,00	220,00	103,7
Milho Var. Pérola Piracicaba	40	56,00	140,00	280,00	100,0
Soja	40	60,00	100,00	184,00	84,0
Trigo	40	68,80	100,00	200,00	100,0

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAAESP).

QUADRO 43.- Preço Médio de Venda de Sementes Melhoradas pelas Empresas Particulares para Plantio da Safra 1986/87, em Estados da Região Centro-Sul

(em Cz\$/sc)

Produto	Unidade	Rio Grande do Sul	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Goiás
Amendoim	40	-	-	-	500	-	-	-
Arroz de sequeiro	40	-	400	410	450	380	340	480
Arroz irrigado	50	265	-	270	-	-	350	550
Feijão de mesa	50	-	650	640	630	580	-	700
Milho híbrido	40	440	440	410	420	430	400	380
Soja	50	285	280	300	290	290	300	290

Fonte: Elaborado com base em informações das Edições Técnicas e Assessoria Comercial (ETAC) e Empresas do Setor.

QUADRO 44.- Preço Mínimo de Sementes, Região Centro-Sul, 1986/87

(em Cz\$/kg)

Produto	Unidade	Semente Certificada	Semente Fiscalizada
Algodão	30kg	86,70	74,10
Amendoim	40kg	338,00	276,00
Arroz de sequeiro	40kg	158,00	130,80
Arroz irrigado	40kg	176,80	145,60
Feijão	40kg	334,40	276,00
Milho Variedade	40kg	103,20	85,60
Milho híbrido	40kg	123,20	100,80
Soja	40kg	140,80	117,60
Sorgo (Variedade)	40kg	90,40	75,20
Sorgo (Híbrido)	40kg	94,40	77,60

Fonte: Comissão de Financiamento de Produção (CFP).

- TERRA

Em dois anos consecutivos (1982 e 1983), o mercado de terras no Brasil apresentou preços reais em queda, em função, principalmente, das mudanças na política de crédito rural, com elevação das taxas de juros a exigir maior participação de "recursos próprios" dos agricultores e queda relativa dos preços recebidos pelos produtores.

Em 1984, no entanto, registrou-se uma valorização nos preços de terra em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: a) recuperação dos preços reais de vários produtos agropecuários na safra 1983/84, com destaque para laranja, soja, algodão, feijão e carne bovina; b) a falta de estabilidade política e financeira, que ocasionara um maior fluxo de poupança para compra de terras.

Com a continuidade da instabilidade política no primeiro semestre de 1985, as terras prosseguiram valorizando-se entre 19% e 29% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar de fatos desfavoráveis, tais como: prenúncio de uma Reforma Agrária e perda do poder aquisitivo dos agricultores, devido à queda dos preços reais de vários produtos agrícolas.

Em contrapartida, no segundo semestre de 1985, a forte estiagem que assolou a Região Centro-Sul e a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) provocaram decréscimos em relação ao primeiro semestre de 1985, nos preços reais das terras em vários Estados, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo (exceto terra de campo). Contudo, em relação ao segundo semestre do ano anterior, os preços correntes das terras dos diversos tipos aumentaram entre 282,2% e 317,0% e, em termos reais, entre 14,1% e 24,4%.

Após o Programa de Estabilização Econômica, registrou-se uma acentuada valorização de todos os tipos de terra no Brasil. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), no primeiro semestre de 1986, os preços correntes apresentaram os seguintes acréscimos, relativamente ao mesmo período do ano anterior: 329,3% para terra de lavoura, 357,1% para terra de campo, 340,5% para terra de pastagens e 360,8% para terra de campo (quadro 45).

Analisando-se essas variações anuais correntes com alguns indicadores do mercado de capitais, nesse mesmo período, constata-se que a terra apresentou a maior taxa de crescimento em relação ao Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e taxa de câmbio, os quais cresceram, respectivamente, 175,5%, 141,1% e 153,2%, sendo, contudo, superado pelo Índice de Lucratividade Bovespa. Portanto, a terra representou uma boa alternativa de investimento. Ressalte-se que nessa análise não se levou em consideração a liquidez desses ativos.

Além do mercado financeiro, outros fatores que contribuíram para essa valorização das terras foram: a) aumento da área plantada de várias culturas, como, por exemplo, trigo, cana-de-açúcar, sorgo, milho e feijão; b) relações de troca favoráveis aos agricultores, em vários Estados da Região Centro-Sul, como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo; c) aumento nos preços reais de vários produtos agrícolas, tais como café, algodão em caroço, fumo, banana, feijão, batata inglesa, cebola e tomate; e d) taxa de juros do crédito rural consideradas atrativas.

Na Região Centro-Sul, em todos os Estados, exceto Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 1986, as terras para lavoura valorizaram-se em relação ao mesmo período do ano anterior, embora a taxas diferenciadas. As maiores elevações nos preços ocorreram nos Estados do Rio de Janeiro (120,4%) e Espírito Santo (168,6%), o que pode ser explicado, em grande parte, pela expansão da área cultivada em 1986, em relação ao ano anterior, da cana-de-açúcar (5,7%) e da laranja (5,6%), no Rio de Janeiro, e da cana-de-açúcar (8,8%) e do café (2,5%), no Espírito

Santo (quadro 46).

Os maiores preços de terra para lavoura na Região Centro-Sul, em 1986, ocorreram nos Estados de São Paulo e Paraná, o que também se verificou nos dois anos anteriores, pois são os Estados que apresentam maior grau de desenvolvimento tecnológico e cuja área agricultável já foi, praticamente, toda atingida.

As terras de menores preços, na Região Centro-Sul, estão localizadas em Goiás e Mato Grosso, principalmente, em função da escassez de crédito para investimento, imprescindível para a expansão da fronteira agrícola.

Nos demais tipos de terra na Região Centro-Sul, no primeiro semestre de 1986, de modo geral, observou-se nos vários Estados valorização dos preços, em termos reais, entre 0,6% e 177,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior (quadro 47).

As diferenças dos preços correntes entre os diversos tipos de terra no mesmo Estado são bastante acentuadas. No primeiro semestre de 1986, na Região Centro-Sul, a terra de campo chegou a custar entre 38,1% a 84,8% do valor das terras de lavoura, fato explicado, principalmente, pela terra de campo necessitar de mais tecnologia e, conseqüentemente, de mais recursos financeiros, para emprego em atividades agrícolas.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenação de Assistência Técnica Integral (CATI), em junho de 1986, os preços médios de terra no Estado de São Paulo foram superiores aos observados em fevereiro de 1986. As terras de primeira apresentaram acréscimo de 72,9%, as de segunda de 74,9%, para pastagens de 73,8% e para reflorestamento de 73,4%. As terras de campo foram as que mostraram maior valorização (83,0%), o que pode ser explicado, principalmente, pela reduzida disponibilidade de terras aptas para o cultivo, o que leva a uma transferência na demanda para as terras de menor qualidade (quadro 48).

Comparando-se os preços correntes dos diferentes tipos de terra entre as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), no Estado de São Paulo, verificam-se grandes diferenças. Em junho de 1986, por exemplo, enquanto o preço médio a nível do Estado era de Cz\$34.900,00/ha, na DIRA do Litoral Paulista era de Cz\$13.400,00/ha e na de Campinas de Cz\$57.000,00/ha. Dentre os diversos fatores que podem explicar essas diferenças entre regiões podem ser enumerados: a) grau de desenvolvimento tecnológico; b) uso econômico da terra; c) facilidade de infra-estrutura; d) programas governamentais regionalizados.

Os valores de arrendamento de terra para lavoura, que apresentam grande vinculação com a própria atividade produtiva na agricultura, variando por influência de preços e políticas econômicas, também apresentaram na Região Centro-Sul, no primeiro semestre de 1986, acréscimo entre 5,6% e 66,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior, à exceção de Mato Grosso do Sul (-4,9%). No primeiro semestre de 1986, os valores de arrendamento variaram entre Cz\$938,94 (Mato Grosso) e Cz\$1.935,30/ha/ano (Espírito Santo) (quadro 49).

Analisando-se a relação entre preço de venda de terra para lavoura e valor de arrendamento, no primeiro semestre de 1986, observa-se que em todos os Estados da Região Centro-Sul o número de anos de arrendamento necessários para adquirir um hectare de terra foi superior ao observado no mesmo semestre do ano anterior (à exceção do Rio Grande do Sul e São Paulo), com valores extremos em Mato Grosso (8,32) e Rio de Janeiro (21,44) (quadro 50).

Os arrendamentos de terra para exploração animal também apresentaram valorização em todos os Estados da Região Centro-Sul entre 5,2% e 65,0% em termos reais (quadro 49).

Os alugueis de pasto no Estado de São Paulo, para pagamento mensal em hectares, entre junho de 1985 e junho de 1986, em valores correntes, subiram 302,7%, o que representa acréscimo de 46,2%, em termos reais. Os outros tipos de contratos, pagamento anual por hectare e mensal por cabeça, também apresentaram aumentos de, respectivamente, 41,3% e 40,0%, em termos reais

(quadros 51 e 52). Semelhantemente, o preço das terras de pastagens no Estado, nesse período, apresentou acréscimo médio, em termos reais, de 73,8%, sendo mais acentuado nas DIRAs de Araçatuba (94,8%), São José do Rio Preto (94,8%) e Presidente Prudente (86,4%), áreas onde se concentra a pecuária de corte no Estado.

Esses aumentos podem ser explicados, principalmente, pela perspectiva de rentabilidade da pecuária, que provocou acréscimo de investidores não tradicionais para a compra de gado e pela ampliação e retenção do rebanho por parte dos produtores. Ressalte-se que essa elevação no valor dos aluguéis de pasto não foi mais acentuada em face do aumento da oferta de terras para alugar, pois o temor de serem atingidos pela reforma agrária levou alguns proprietários a ocuparem as terras ociosas com gado.

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), após amplo debate pela Nação, foi aprovado em outubro de 1985 pelo Governo Federal, tendo como objetivo geral melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso. A meta prevista para ser executada em etapas no período 1985/89 é de assentamento de 1,4 milhão de famílias. Contudo, a meta para o biênio 1985/86, que estava prevista para o assentamento de 150 mil famílias, não deverá ser atingida, sendo estimado o assentamento de pouco mais de 30 mil famílias.

Em maio de 1986, o Governo, através de decretos, aprovou Planos Regionais da Reforma Agrária em 25 unidades da Federação. Os decretos declaram como zona prioritária, pelo prazo de cinco anos, para efeito de execução e administração de reforma agrária, a área rural das respectivas Unidades da Federação. As desapropriações somente deverão recair sobre latifúndios ou imóveis rurais cuja forma de exploração contrarie o interesse social. Também, instituiu as comissões agrárias nas Unidades da Federação.

O MIRAD, no segundo semestre de 1986, divulgou o nome de membros de dez comissões agrárias dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro, Amapá, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Bahia. A principal finalidade dessas comissões será garantir a discussão democrática entre trabalhadores, proprietários e Governo, desde a indicação das áreas a serem desapropriadas até a seleção dos agricultores a serem assentados. Contudo, será o INCRA que deverá fazer o estudo técnico sobre a instrução do processo de desapropriação.

Tendo em vista que, com a implantação do Programa de Estabilização Econômica tornaram-se menos atrativas as aplicações no mercado financeiro, houve incentivo à compra de terras e imóveis rurais, acompanhado da expansão da área cultivada de diversas culturas em vários Estados do País e de maiores investimentos na pecuária. A perspectiva é, pois, de que persista esse aquecimento do mercado.

(IEA, 15/10/86)

QUADRO 45.- Preço Corrente de Venda de Terra, por Categoria e por Região, Brasil, 1984/86⁽¹⁾
(em Cz\$/ha)

Categoria e Região	1984		1985		1986	Variação percentual real ⁽²⁾				
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	(d/c)	(e/a)	(e/c)	(e/d)	
Lavoura										
Norte	192,70	370,56	861,07	1.603,44	3.530,41	-3,2	106,9	48,8	53,7	
Nordeste	334,30	559,71	1.165,59	2.240,43	6.498,07	-	119,5	102,3	102,4	
Sudeste	1.332,20	2.817,55	5.508,27	10.808,69	27.019,87	2,0	129,0	78,0	74,5	
Sul	1.851,10	3.318,29	6.875,40	13.139,39	25.131,27	-0,6	53,3	32,7	33,5	
Centro-Oeste	821,00	1.628,66	3.205,52	5.789,04	13.958,03	-6,1	92,0	58,0	68,3	
Brasil	1.141,00	2.166,46	4.386,04	8.505,25	18.829,66	0,8	86,3	55,8	54,5	
Campo										
Norte	68,70	132,67	150,56	238,87	679,69	-17,5	11,7	63,9	98,6	
Nordeste	131,40	226,58	545,68	1.220,85	3.132,85	16,4	169,2	108,4	79,1	
Sudeste	509,40	1.109,14	2.268,50	4.698,14	11.854,46	7,7	162,8	89,7	76,1	
Sul	825,60	1.555,20	3.104,63	5.445,14	16.053,90	-8,8	119,6	87,7	105,8	
Centro-Oeste	287,20	622,25	1.214,29	2.361,11	5.533,96	1,1	117,6	65,4	63,6	
Brasil	395,90	815,36	1.634,16	3.217,23	7.469,98	2,4	113,0	65,9	62,1	
Pastagens										
Norte	162,20	296,89	610,48	1.216,16	2.483,21	3,6	72,9	47,6	42,5	
Nordeste	222,80	421,68	947,06	2.014,72	5.018,97	10,6	154,3	92,4	73,9	
Sudeste	789,80	1.712,80	3.424,06	6.610,73	16.685,56	0,4	138,5	76,9	76,2	
Sul	987,50	1.920,92	3.508,42	6.490,31	12.246,16	-3,8	40,0	26,7	31,7	
Centro-Oeste	499,50	1.044,08	2.199,17	4.059,21	9.189,96	-4,0	107,7	51,7	58,0	
Brasil	593,40	1.229,12	2.466,39	4.698,19	10.865,28	-0,9	106,7	59,9	61,4	
Mata										
Norte	54,40	125,28	210,10	433,63	1.295,27	7,3	168,8	123,8	108,6	
Nordeste	131,20	241,21	536,29	1.130,44	2.595,21	9,6	123,3	75,6	60,2	
Sudeste	998,10	2.244,89	4.208,53	8.262,13	20.276,91	2,1	129,4	74,9	71,3	
Sul	953,10	1.699,01	3.478,77	7.379,69	17.116,91	10,3	102,8	78,6	61,9	
Centro-Oeste	316,10	682,72	1.450,18	2.552,12	6.489,27	-8,5	131,8	62,4	77,5	
Brasil	359,60	742,35	1.471,07	3.095,27	6.778,78	9,4	112,8	67,3	52,9	

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho de cada ano e no segundo semestre, em dezembro de cada ano.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzado de junho de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 46 .- Preços Corrente de Venda de Terra para Lavoura e para Pastagens, Região Centro-Sul, Brasil, 1984/86⁽¹⁾
(em Cz\$/ha)

Categoria e Estado	1984		1985		1986	Variação percentual real ⁽²⁾			
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	(d/c)	(e/a)	(e/c)	(e/d)
Lavoura									
Minas Gerais	788,34	1.622,26	3.555,46	8.103,42	20.927,02	18,5	199,7	113,6	80,2
Espírito Santo	1.007,70	1.959,51	4.329,69	10.581,51	32.036,27	27,1	258,9	168,6	111,3
Rio de Janeiro	1.391,89	2.213,61	4.306,12	9.140,56	26.143,84	10,4	112,1	120,4	99,6
São Paulo	1.778,45	3.918,91	7.304,07	13.091,00	30.961,00	-6,8	96,6	53,9	65,1
Paraná	2.186,37	4.313,96	8.924,60	19.318,16	37.180,01	12,6	92,0	51,2	34,3
Santa Catarina	989,83	1.600,75	3.313,82	6.729,12	16.962,27	5,6	93,5	85,8	75,9
Rio Grande do Sul	1.763,63	2.833,98	5.885,78	8.997,55	15.896,00	-20,5	1,8	-2,0	23,3
Mato Grosso do Sul	1.101,01	2.346,77	5.551,56	9.044,24	17.484,78	-15,3	79,3	14,3	35,0
Mato Grosso	445,91	1.075,44	1.799,60	3.405,03	7.813,08	-1,6	97,8	57,6	60,1
Goiás	797,19	1.502,07	2.727,48	5.195,32	13.887,01	-0,9	96,7	84,8	86,6
Pastagens									
Minas Gerais	585,61	1.235,70	2.546,33	5.354,07	13.700,78	9,3	164,2	95,3	78,6
Espírito Santo	672,32	1.386,76	3.084,88	7.968,79	23.604,01	34,3	296,4	177,7	106,7
Rio de Janeiro	829,84	1.325,96	2.492,83	5.865,20	17.470,99	22,4	137,7	154,4	107,9
São Paulo	1.331,78	3.060,00	5.894,00	9.764,00	23.200,00	-13,8	96,7	42,9	65,8
Paraná	1.292,03	2.638,45	5.183,24	11.224,05	23.230,86	12,6	103,0	62,7	44,5
Santa Catarina	604,95	1.116,56	2.288,07	4.473,90	12.228,00	1,7	128,2	94,0	90,8
Rio Grande do Sul	958,23	1.835,45	3.198,12	5.371,66	8.864,33	-12,7	4,4	0,6	15,2
Mato Grosso do Sul	549,01	1.170,66	2.902,67	5.089,29	10.249,33	-8,8	110,8	28,2	40,6
Mato Grosso	308,73	701,73	1.277,31	2.634,84	5.242,88	7,3	91,7	49,0	38,9
Goiás	530,19	1.064,26	1.917,49	3.676,69	9.793,22	-0,3	108,6	85,4	85,9

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho de cada ano e no segundo semestre, em dezembro de cada ano.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzeiro de junho de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 47.- Preço Corrente de Venda de Terra de Mata e de Campo, Região Centro-Sul, Brasil, 1984/86⁽¹⁾
(em Cz\$/ha)

Categoria e Estado	1984		1985		1986	Variação percentual real ⁽²⁾				
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	(d/c)	(e/a)	(e/c)	(e/d)	
Mata										
Minas Gerais	467,34	1.024,54	2.032,03	4.635,35	11.567,81	18,6	179,4	106,6	74,1	
Espírito Santo	658,46	1.489,12	3.323,31	7.729,54	24.164,86	20,9	314,3	163,9	118,1	
Rio de Janeiro	629,87	1.017,66	2.153,37	4.737,92	12.646,45	14,4	126,6	113,1	86,2	
São Paulo	2.031,61	4.690,00	8.413,00	15.024,00	34.900,00	-7,2	93,9	50,5	62,1	
Paraná	1.006,24	1.957,22	4.341,58	10.613,29	20.033,90	27,1	124,7	67,4	31,7	
Santa Catarina	719,81	1.285,93	2.420,94	5.039,72	12.835,97	8,2	101,3	92,4	77,7	
Rio Grande do Sul	1.091,08	1.729,34	3.293,62	5.242,55	...	-17,3	
Mato Grosso do Sul	536,32	1.170,41	2.732,52	4.488,76	10.938,96	-14,6	130,2	45,3	70,0	
Mato Grosso	195,95	454,89	905,99	1.707,94	3.450,20	-2,0	98,8	38,2	40,9	
Goiás	282,84	569,59	1.095,90	2.040,19	6.450,91	-3,2	157,5	113,6	120,6	
Campo										
Minas Gerais	337,62	761,50	1.518,22	3.259,27	8.777,21	11,6	193,5	109,8	87,9	
Espírito Santo	554,81	1.202,89	2.647,44	6.545,60	19.278,95	28,5	292,7	164,3	105,5	
Rio de Janeiro	714,05	1.157,83	2.327,72	4.884,78	14.150,16	9,1	123,7	120,6	102,1	
São Paulo	916,75	1.988,00	4.144,00	8.105,00	18.300,00	1,7	125,3	60,2	57,5	
Paraná	1.002,50	2.054,53	4.551,03	9.164,97	19.877,69	4,7	123,8	58,5	51,3	
Santa Catarina	500,84	912,64	1.809,17	4.106,83	9.066,74	18,0	104,3	81,9	54,0	
Rio Grande do Sul	825,93	1.509,69	2.877,39	4.524,58	...	-18,3	
Mato Grosso do Sul	342,37	787,63	1.721,62	3.233,59	6.654,85	-2,4	119,4	40,3	43,6	
Mato Grosso	164,59	370,48	633,36	1.280,40	3.004,03	5,1	106,0	72,1	63,7	
Goiás	285,24	570,10	977,76	1.986,63	5.511,21	5,6	118,1	104,5	93,6	

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho de cada ano e no segundo semestre, em dezembro de cada ano.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzeiro de junho de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 48.- Valor Corrente de Terra Nua, a Nível de Dira, no Estado de São Paulo, 1986

(em Cz\$/ha)

DIRA	Terra de primeira		Terra de segunda		Terra p/pastagens		Terra o/reflorestamento		Terra de campo	
	Fev.86	Jun.86	Fev.86	Jun.86	Fev.86	Jun.86	Fev.86	Jun.86	Fev.86	Jun.86
Litoral Paulista	6.612	13.400	3.306	10.000	2.893	3.800	2.066	2.300	2.066	1.900
Vale do Paraíba	16.529	21.500	10.744	15.000	6.198	10.100	4.959	8.200	4.132	8.400
Sorocaba	19.008	33.200	16.116	27.300	13.636	22.600	11.570	19.300	11.570	15.000
Campinas	38.328	57.000	28.989	46.000	23.967	39.300	20.490	32.500	17.142	34.600
Ribeirão Preto	26.446	48.000	23.140	39.000	18.595	32.000	15.289	20.600	16.529	20.200
Bauru	21.809	36.000	16.528	29.500	13.636	24.900	10.743	20.400	9.090	18.500
S.José do R.Preto	18.595	36.300	15.289	30.000	14.050	27.200	10.743	23.900	9.917	23.800
Araçatuba	16.942	33.000	14.463	28.000	13.636	26.400	12.810	24.200	11.570	25.100
Presidente Prudente	16.115	30.000	12.396	24.000	11.983	22.200	8.264	17.400	7.851	15.800
Marília	22.727	41.000	19.008	30.000	15.702	23.500	11.570	18.700	10.743	19.300
Estado	20.311	34.900	15.998	27.800	13.430	23.200	10.850	18.700	10.061	18.300

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 49.- Preço de Arrendamento de Terra para Lavoura e para Exploração Animal, Região Centro-Sul, Brasil, 1984/86⁽¹⁾.
(em Cz\$/ha/ano)

Arrendamento e Estado	1984		1985		1986	Variação percentual real ⁽²⁾				
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	(d/c)	(e/a)	(e/c)	(e/d)	
Lavoura										
Minas Gerais	104,97	186,85	337,45	588,58	1.015,40	-9,3	9,2	9,2	20,4	
Espírito Santo	138,60	253,05	461,21	924,36	1.935,30	4,2	57,7	52,3	46,1	
Rio de Janeiro	124,83	230,37	418,96	777,20	1.219,37	-3,6	10,3	5,6	9,5	
São Paulo	90,29	170,80	331,87	664,00	1.524,00	4,1	90,6	66,7	60,2	
Paraná	204,02	327,66	547,75	1.128,43	1.830,65	7,1	1,3	21,3	13,2	
Santa Catarina	169,18	297,71	529,18	1.034,96	1.662,26	1,7	10,9	14,0	12,1	
Rio Grande do Sul	119,31	205,12	330,32	644,71	1.109,65	1,5	5,0	21,9	20,1	
Mato Grosso do Sul	146,06	289,77	511,81	867,54	1.340,43	-11,8	3,6	-4,9	7,8	
Mato Grosso	87,33	165,62	236,52	633,39	938,94	39,3	21,4	44,1	3,5	
Goiás	79,76	152,76	265,12	607,32	944,97	19,1	33,8	29,4	8,6	
Exploração animal										
Minas Gerais	44,32	83,79	149,31	300,22	568,07	4,6	44,7	38,1	32,1	
Espírito Santo	40,13	77,54	145,18	289,00	606,51	3,5	70,6	51,6	46,5	
Rio de Janeiro	48,38	80,15	140,90	345,54	568,91	27,5	32,8	46,6	14,9	
São Paulo	69,68	137,52	244,00	480,00	950,00	2,3	53,9	41,3	38,1	
Paraná	69,16	140,18	247,09	510,31	862,64	7,4	40,8	26,7	18,0	
Santa Catarina	59,82	120,92	195,40	345,46	566,29	-8,1	6,9	5,2	14,4	
Rio Grande do Sul	26,72	44,62	89,21	155,61	357,08	-9,3	50,9	45,3	60,2	
Mato Grosso do Sul	39,95	89,18	160,94	320,57	511,81	3,6	44,6	15,4	11,4	
Mato Grosso	38,97	82,39	154,83	333,55	535,28	12,0	55,1	25,5	12,0	
Goiás	55,78	122,55	193,93	412,58	881,51	10,6	78,4	65,0	49,1	

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho de cada ano e no segundo semestre, em dezembro de cada ano.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzeiro de junho de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 50. - Relação de Preços Terra para Lavoura/Valor do Arrendamento, Região Centro-Sul, 1982/86 (1)

Estado	1982	1983	1984	1985		1986
	2º Sem.	2º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.
Minas Gerais	10,21	7,23	8,68	10,53	13,76	20,60
Espírito Santo	8,41	6,50	7,74	9,38	11,44	16,55
Rio de Janeiro	10,11	10,61	9,60	10,27	11,76	21,44
São Paulo	20,73	18,94	22,94	22,00	19,71	20,31
Paraná	13,92	11,22	13,17	16,29	17,11	20,30
Santa Catarina	7,57	5,72	5,37	6,26	6,50	10,20
Rio Grande do Sul	21,01	14,53	13,81	17,81	13,95	14,32
Mato Grosso do Sul	8,75	7,15	8,09	10,84	10,42	13,04
Mato Grosso	7,32	4,53	6,49	7,60	5,37	8,32
Goiás	7,37	7,19	9,83	10,28	8,55	14,69

(1) No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho e no segundo semestre, em dezembro de cada ano.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

QUADRO 51.- Valor Corrente de Aluguel de Pastos, a Nível de DIRA, Estado de São Paulo, 1985/86
(em Cz\$/ha)

DIRA	Hectare por mês			Hectare por ano			Cabeça por mês		
	Jun.86	Nov.85	Jun.86	Jun.85	Nov.85	Jun.86	Jun.85	Nov.85	Jun.86
Litoral Paulista	24	31	47	245	382	495	10	22	34
Vale do Paraíba	9	17	34	109	207	358	11	30	56
Sorocaba	20	37	94	215	454	1.024	12	27	47
Campinas	18	39	103	170	409	997	12	30	56
Ribeirão Preto	25	50	126	309	537	1.247	16	30	63
Bauru	23	41	94	237	496	962	12	25	57
São José do Rio Preto	27	58	121	311	620	1.368	18	38	72
Araçatuba	26	58	107	294	661	1.198	17	32	64
Presidente Prudente	26	45	92	298	537	1.041	15	29	54
Marília	23	41	77	248	496	815	13	25	46
Estado	22	41	89	244	480	950	14	29	54

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 52.- Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1982-86⁽¹⁾
(em Cz\$)

Ano	Aluguel mensal por hectare			Aluguel anual por hectare			Aluguel mensal por hectare		
	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice real ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice real ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice real ⁽⁴⁾
1982	1,17	76,85	100	11,93	783,62	100	0,76	50,05	100
1983	1,63	47,12	62	17,32	500,65	64	1,16	33,53	67
1984	6,54	57,92	76	69,68	617,15	79	4,02	35,60	71
1985	22,10	60,89	80	244,00	672,27	86	14,00	38,57	77
1986	89,00	89,00	117	950,00	950,00	121	54,00	54,00	107

⁽¹⁾ Informações coletadas em junho de cada ano.

⁽²⁾ Média do Estado, valores corrente, ponderado pela área de pastagem por Divisão Regional Agrícola (DIRA).

⁽³⁾ Média do Estado, valores em cruzado de junho de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FVG).

⁽⁴⁾ Índice simples. Base de comparação: 1982 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

- TRATOR

A produção brasileira de tratores atingiu seu ponto máximo em 1976, com aproximadamente 75 mil unidades fabricadas, sendo 65 mil unidades de tratores de rodas. Esse desempenho do setor está relacionado, principalmente, com a expansão que a economia brasileira apresentou de 1969 a 1973, quando a produção de tratores cresceu à taxa anual superior a 30,0%, preenchendo a capacidade ociosa então existente. Com o apoio fornecido pelo Governo, as indústrias do setor ampliaram a capacidade instalada para aproximadamente 100 mil unidades/ano, que de acordo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado em 1974, seria suficiente para atender a demanda até o final da década de 70.

No período de 1977 a 1983, o setor apresentou um quadro de retração, tanto a nível de vendas como de produção. Os principais fatores que condicionaram essa reversão foram a elevação dos juros para investimento na agricultura e a descapitalização dos produtores rurais.

O setor só começou a apresentar uma situação de recuperação a partir de 1984, quando a produção total passou de 26.576 unidades, em 1983, para 49.785 unidades em 1984, com incremento de 87,3%, enquanto que as vendas para o mercado interno se elevaram em 73,4% e as exportações em 69,2% (quadro 53). Esse bom desempenho pode ser justificado, principalmente, pelas mudanças nos preços relativos dos produtos agrícolas em favor da agricultura e também pela necessidade de reposição da frota nacional de tratores, já um tanto desgastada.

Em 1985, a indústria brasileira de tratores apresentou desempenho semelhante ao do ano anterior com decréscimo de 1,6% na produção, enquanto as vendas para os mercados interno e externo se elevaram apenas 0,6% e 0,8%, respectivamente. Esse desempenho em 1985 foi consequência de vários fatores, entre os quais: a) elevação da taxa de juros; b) baixas cotações de soja no mercado internacional, tradicionalmente uma cultura que exige elevado nível de mecanização; c) estiagem prolongada que afetou a produção agrícola da Região Centro-Sul; d) greve dos metalúrgicos na região do ABC, no início de 1985, que acabou por prejudicar a produção.

Após a divulgação do Plano de Estabilização Econômica, que adotou uma posição de incentivo ao processo produtivo, houve acentuada elevação na demanda por tratores. Contudo, no lado da oferta, as montadoras não têm tido condições, pelo menos a curto prazo, de incrementar a produção para atender a essa elevação de demanda. Essa inelasticidade de oferta pode ser atribuída, principalmente, aos seguintes fatores: a) nos anos anteriores, registrou-se não só diminuição do ritmo de produção, com elevada capacidade ociosa, como também se verificou até desmobilização de algumas unidades produtivas; b) as características do setor de tratores exigem que os investimentos sejam elevados e que, portanto, tenham longo prazo de maturação.

Esses problemas não se resumem unicamente às montadoras, mas também a seus fornecedores, que não têm condições de atender aos pedidos para fornecimento de peças, componentes e pneus.

Em maio de 1986, o Governo Federal divulgou Resolução do Conselho Interministerial de Preços (CIP), estabelecendo preços máximos ao consumidor para máquinas e implementos agrícolas a nível nacional. A Resolução assegura ao consumidor os mesmos preços da data do congelamento de 27/02/86. Nos preços publicados está incluído o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), referente às Regiões Sul e Sudeste. Já, para as vendas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a redução pela isenção do imposto será feita à parte da nota final. A esses preços, poderão ser acrescidos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando for o caso, mais o valor do seguro e frete, entre a fábrica e o destino, tomando-se por base a localização das indústrias, que também constam da lista publicada.

De janeiro a agosto de 1986, foram produzidas 38.297 unidades, que representam acréscimo de 24,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em todos os meses desse período, houve crescimento em relação ao mês anterior, à exceção de agosto, quando, por problemas de fornecimento de peças e componentes às montadoras, houve decréscimo de 5,5% em relação a julho, embora quando comparado com agosto do ano anterior o crescimento tenha sido da ordem de 13,0%.

As vendas para o mercado interno, nesses oito meses, apresentaram acréscimo de 20,6% (34.931 unidades contra 28.976 unidades). As exportações também evoluíram, apresentando variação positiva de 46,3% com 3.543 unidades exportadas (quadro 54).

Os preços reais para o microtrator, na Região Centro-Sul, entre agosto de 1985 e agosto de 1986 apresentaram variações positivas para todos os Estados, com exceção de São Paulo (-11,2%) e Santa Catarina (-0,2%). Para os tratores pesados, houve uma inversão de tendência com os preços reais decrescendo na maioria dos Estados, com exceção do Espírito Santo (6,0%), Rio de Janeiro (10,4%) e Rio Grande do Sul (28,1%). Quanto aos tratores médios que representam o segmento mais importante do mercado, os preços reais também se apresentaram declinantes, sendo que a menor variação ocorreu no Estado de São Paulo (-6,2%), enquanto que as quedas mais acentuadas verificaram-se nos Estados de Mato Grosso do Sul (-31,2%) e Goiás (-31,8%), onde a rotatividade dos estoques de tratores é menor e os preços máximos administrados pelo CIP se mantêm estáveis por um maior período, mesmo quando a inflação apresentava crescimento mensal significativo como ocorria em 1985. Com os preços congelados pelo Plano Cruzado, todos os revendedores passaram a praticá-los igualmente. Assim, a maior defasagem de preços recaí naqueles Estados onde eram mantidos por um maior período de tempo (quadro 55).

Os preços reais de serviços mecanizados para o Centro-Sul, no segundo semestre de 1985, declinaram, em relação ao segundo semestre de 1984, nos Estados do Rio de Janeiro (13,9%), Paraná (7,1%) e Goiás (16,0%); contudo, houve crescimento nos demais Estados, com destaque para Minas Gerais (9,7%) e Mato Grosso do Sul (15,8%), em decorrência de maior demanda por esses serviços, face à incorporação de áreas ao processo produtivo, e no Espírito Santo, onde o crescimento foi de 18,8%, dada a expansão da lavoura cafeeira (quadro 56).

No trimestre de maio a julho de 1986, em comparação com igual período do ano anterior, houve deteriorização da relação de troca preço do trator/preço do produto agrícola, para as culturas de amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, laranja, soja e tomate, enquanto que esta relação se mostrou favorável para as culturas de algodão, batata, café e milho. (quadro 57).

Apesar dos problemas enfrentados, principalmente pela escassez de matérias-primas, as expectativas para o setor de tratores são boas, tendo em vista que o Plano de Metas do Governo, divulgado em julho de 1986, tem como um dos principais objetivos o crescimento da produção de grãos através da incorporação de mais áreas ao processo produtivo bem como pelo incremento da produtividade. Entre os instrumentos de política econômica que serão utilizados para tanto, está o aumento real do volume de crédito para custeio e para investimento, além de outros mecanismos que garantam a estabilidade da renda dos produtores rurais.

(IEA, 24/10/86)

QUADRO 53.- Evolução da Produção e Vendas da Indústria Brasileira de Tratores, 1981-85

(em unidade)

Item	1981	1982	1983	1984	1985	Variação(%)	
						1985/84	1985/81
Trator de 4 rodas							
Produção	38.012	29.379	21.949	44.687	42.676	-4,5	12,3
Vendas mercado interno	26.913	23.571	21.809	40.849	39.982	-2,1	48,6
Exportação	10.042	6.231	1.883	3.291	3.275	-0,5	-67,4
Total de vendas	36.955	29.802	23.692	44.140	43.257	-2,0	17,1
Cultivador motorizado							
Produção	4.548	5.364	3.212	2.595	3.300	27,2	-27,4
Vendas mercado interno	4.724	5.157	2.996	2.566	3.139	22,3	-33,6
Exportação	179	59	103	213	259	21,6	44,7
Total de vendas	4.093	5.216	3.099	2.779	3.498	25,9	-14,5
Microtrator							
Produção	1.329	967	663	1.155	1.238	7,2	-6,8
Vendas mercado interno	1.191	1.091	687	1.103	1.261	14,3	5,9
Exportação	31	8	2	7	19	171,4	-38,7
Total de vendas	1.222	1.099	689	1.110	1.280	15,3	4,7
Trator de esteira							
Produção	3.133	1.900	751	1.348	1.762	30,7	-43,8
Vendas mercado interno	2.393	1.503	877	1.198	1.600	33,6	-33,1
Exportação	397	329	221	227	216	-4,8	-45,6
Total de vendas	2.790	1.832	1.098	1.425	1.816	27,4	-34,9
Total							
Produção	47.022	37.610	26.576	49.785	48.976	-1,6	4,2
Vendas mercado interno	35.221	31.322	26.369	45.716	45.982	0,6	30,6
Exportação	10.649	6.627	2.209	3.738	3.769	0,8	-64,6
Total de vendas	45.870	37.949	28.578	49.454	49.851	0,8	8,7

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 54.- Produção e Vendas da Indústria Brasileira de Tratores, 1985/86
(em unidade)

Item	1985		1986		Variações(%)	
	Agosto (a)	Janeiro-Agosto (b)	Agosto ⁽¹⁾ (c)	Janeiro-Agosto (b)	(c/a)	(d/b)
Produção						
Cultivadores motorizados	386	1.956	676	4.293	75,1	119,5
Trator de esteiras	173	1.055	190	1.534	9,8	45,4
Trator de rodas	4.644	27.882	5.034	32.470	8,4	16,4
Até 49 cv	409	2.468	510	3.173	24,7	28,6
De 50 a 99 cv	3.544	21.057	3.885	25.509	9,6	21,1
De 100 a 199 cv	662	4.136	636	3.756	-3,9	-9,2
Acima de 200 cv	29	221	3	32	-89,7	-85,5
Total	5.203	30.893	5.900	38.297	13,4	24,0
Vendas Mercado Interno						
Cultivadores motorizados	338	1.851	668	4.049	97,6	118,7
Trator de esteiras	166	930	182	1.415	9,6	52,1
Trator de rodas	4.698	26.195	4.576	29.475	-2,6	12,5
Até 49 cv	415	2.486	499	3.074	20,2	23,6
De 50 a 99 cv	3.561	19.527	3.449	22.683	-3,1	16,2
De 100 a 199 cv	700	4.094	625	3.586	-11,0	-12,4
Acima de 200 cv	22	88	5	132	-77,3	50,0
Total	5.202	28.976	5.426	34.939	4,3	20,6
Exportações						
Cultivadores motorizados	40	107	-	252	-	135,5
Trator de esteiras	10	151	25	126	150,0	-16,6
Trator de rodas	299	2.163	615	3.165	105,7	46,3
Até 49 cv	10	59	12	72	20,0	22,0
De 50 a 99 cv	246	1.720	549	2.875	123,2	67,1
De 100 a 199 cv	38	314	53	213	39,5	-32,2
Acima de 200 cv	5	70	1	5	-80,0	-90,0
Total	349	2.421	640	3.543	83,4	46,3

(¹) Estimativas.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 55.- Preços de Tratores Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, 1985-86

(em Cz\$/unidade)

Estado	Microtrator				Trator médio ⁽¹⁾				Trator pesado ⁽²⁾			
	Ago./85 (a)	Ago./86 (b)	Variação (b/a)		Ago./85 (c)	Ago./86 (d)	Variação (d/c)		Ago./85 (e)	Ago./86 (f)	Variação (f/e)	
			Corrente	Real ⁽³⁾			Corrente	Real ⁽³⁾			Corrente	Real ⁽³⁾
Minas Gerais	21.248	-	-	-	39.981	-	-	-	52.842	-	-	-
Espírito Santo	22.012	53.639	143,7	7,7	49.776	91.254	83,3	-19,0	64.731	155.302	139,9	6,0
Rio de Janeiro	21.328	53.540	154,0	11,0	57.222	91.635	60,1	-29,2	66.273	165.561	149,8	10,4
São Paulo	27.078	54.422	101,0	-11,2	43.022	91.254	112,1	-6,2	57.282	122.590	114,0	-5,4
Paraná	23.191	53.537	130,8	2,0	72.366	115.753	60,0	-29,3	80.899	164.237	103,0	-10,3
Santa Catarina	23.920	54.023	125,8	-0,2	54.070	101.111	87,0	-17,3	72.413	162.569	124,5	-0,8
Rio Grande do Sul	24.334	55.718	129,0	1,2	-	97.844	-	-	68.885	199.668	189,9	28,1
Mato Grosso do Sul	21.532	53.858	150,1	10,6	66.462	103.420	55,6	-31,2	85.934	174.682	103,3	-10,1
Mato Grosso	22.605	53.044	134,6	3,7	69.000	124.045	79,8	-20,5	83.264	182.629	119,3	-3,0
Goiás	22.650	53.104	134,4	3,6	67.719	104.414	54,2	-31,8	87.982	180.937	105,7	-9,1

(¹) De 36HP a 45HP na barra.

(²) Com mais de 45HP na barra.

(³) Em cruzado de agosto de 1986, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 56.- Preço de Pagamento de Serviços de Emprestada de Trator, Região Centro-Sul, Brasil, 1984/85⁽¹⁾

(em Cz\$/ha)

Estado	1984				1985			
	1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre		2º Semestre	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Minas Gerais	32,45	200,58	60,91	204,11	116,06	223,16	224,01	224,01
Espírito Santo	40,59	250,89	74,98	251,26	153,83	295,78	298,40	298,40
Rio de Janeiro	48,56	300,15	91,75	307,46	170,19	327,24	264,67	264,67
São Paulo	34,34	212,26	74,89	250,96	134,10	257,84	271,00	271,00
Paraná	43,67	269,93	88,96	298,11	164,34	315,99	276,94	276,94
Santa Catarina	46,44	287,05	85,06	285,04	161,88	311,26	302,51	302,51
Rio Grande do Sul	34,24	211,64	54,51	182,67	112,04	215,43	203,72	203,72
Mato Grosso do Sul	42,96	265,54	83,99	281,45	167,65	322,35	325,92	325,92
Mato Grosso	38,43	237,54	80,03	268,18	154,08	296,26	276,72	276,72
Goiás	42,13	260,41	86,77	290,77	134,41	258,44	244,11	244,11

⁽¹⁾ No primeiro semestre, o levantamento foi realizado em junho de cada ano e no segundo semestre, em dezembro de cada ano.

⁽²⁾ Em cruzado em dezembro de 1985, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 57.- Unidades de Produtos Agrícolas Necessários para Adquirir Tratores de 44HP e 61HP, Estado de São Paulo, 1982-86⁽¹⁾

Produto	Unidade	1982		1983		1984		1985		1986	
		44HP	61HP	44HP	61HP	44HP	61HP	44HP	61HP	44HP	61HP
Algodão	15kg	1.692	2.088	1.557	1.981	1.054	1.393	1.295	1.712	1.233	1.657
Amendoim	sc.25kg	1.851	2.286	1.579	2.008	753	996	1.144	1.513	1.336	1.795
Arroz	sc.60kg	683	844	722	919	677	895	611	807	680	913
Batata	sc.60kg	906	1.119	346	441	665	878	658	871	300	403
Cafê	sc.40kg	359	488	449	572	341	451	241	318	104	140
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	tonelada	848	1.046	793	1.009	725	958	748	989	966	1.298
Feijão	sc.60kg	383	472	235	299	148	196	241	319	248	334
Laranja	cx.40,8kg	4.487	5.539	5.916	7.526	2.543	3.361	1.933	2.556	2.724	3.660
Milho	sc.60kg	1.896	2.341	1.560	1.984	1.285	1.699	1.204	1.593	1.169	1.570
Soja	sc.60kg	892	1.102	810	1.031	550	727	690	913	715	961
Tomate ⁽³⁾	kg	101.970	125.890	132.452	168.495	97.518	128.890	83.709	110.704	116.992	157.166

⁽¹⁾ Tomou-se como base os preços recebidos pelos agricultores e os preços de tratores referentes à média do trimestre maio-julho de cada ano.

⁽²⁾ Preços referentes a corte e transporte.

⁽³⁾ Refere-se a tomate para indústria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

5 – MERCADO DE PRODUTOS

– ALGODÃO

– Panorama Internacional

Após alcançar o expressivo montante de 18,94 milhões de toneladas, em 1984/85, a produção mundial de algodão em pluma entrou em declínio (quadro 58). Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), no ano comercial 1985/86, encerrado em 31/07/86, a produção caiu para cerca de 17,91 milhões de toneladas (-9,23%). Essa queda ocorreu principalmente na República Popular da China. Também Brasil e Turquia apresentaram menor produção de algodão em pluma. Dito países respondem por cerca de 85% da produção mundial (quadro 59).

A projeção do USDA para o recém-iniciado ano comercial 1986/87 é de continuidade na tendência de queda na produção mundial, para 16,14 milhões de toneladas (-6,14%). Estados Unidos, Índia e Paquistão são os países que mais contribuirão para essa redução.

O consumo mundial de algodão em pluma cresceu de 15,23 milhões de toneladas, em 1984/85, para 16,17 milhões em 1985/86 (6,20%), projetando-se para 16,66 milhões de toneladas o consumo em 1986/87 (3,02%).

O comércio mundial de algodão em pluma pouco se alterou, passando de 4,42 milhões de toneladas em 1984/85 para 4,43 milhões em 1985/86 (0,20%), em decorrência do aumento da produção em países tradicionalmente importadores. Para 1986/87, o USDA projeta crescimento das exportações mundiais para 4,89 milhões de toneladas (10,22%).

O estoque mundial de algodão em pluma no início do ano comercial 1986/87 (10,28 milhões de toneladas) é o maior registrado na década de 1980, representando cerca de 60% da produção do ano 1985/86, indicando que o mercado está em situação de pleno abastecimento. Espera-se redução desse estoque durante o ano comercial em curso, dada a conjugação de aumento no consumo e redução na produção. A proporção estoque/produção foi de 25% em 1981/82.

Refletindo essa situação, os preços de algodão em pluma em Liverpool (Índice A) apresentaram queda acentuada em 1985 e 1986. No final de agosto e ao longo de setembro de 1986, os preços reagiram, porém, se mantêm bem inferiores aos dos meses correspondentes de 1983 a 1985 (quadro 60).

– Situação Interna

A produção brasileira de algodão em caroço (herbáceo + arbóreo), na safra 1985/86, é estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2,146 milhões

de toneladas, com queda de 24,4% em relação a 1984/85 (quadros 61 e 62).

O decréscimo teria ocorrido, basicamente, nas produções de algodão herbáceo dos Estados do Paraná (-39,6%) e de São Paulo (-25,8%), os dois maiores produtores. Em ambos se teria registrado queda tanto na área plantada como na produtividade, em decorrência de anormalidades climáticas durante o plantio e desenvolvimento cultural da malvãcea.

A avaliação da safra de algodão herbáceo da Região Centro-Sul ainda não pode ser considerada como definitiva. Segundo os registros de entradas de algodão em caroço nas usinas paulistas e de classificação de algodão em pluma nos dois Estados mencionados, a produção conjunta de algodão em caroço pode ser 30% superior à estimativa do IBGE, o que faria com que a queda na produção brasileira se reduzisse a 10% em relação a 1985 e não os 24% assinalados.

A qualidade do algodão em pluma na presente safra é ligeiramente superior àquela do ano anterior, tanto no Estado de São Paulo (6,36 em 1986 contra 6,49 em 1985) como no Estado do Paraná (6,56 e 6,30).

No Nordeste, a colheita está em andamento, não se dispendo de elementos definitivos a respeito do volume de produção, tanto do algodão arbóreo como do herbáceo.

No primeiro semestre de 1986, a importação efetiva de algodão em pluma pela indústria têxtil atingiu o montante de 27 mil toneladas, segundo a Carteira de Comércio Exterior (CACEX). Essa importação se fez no regime de "draw back". As exportações efetivas, no período janeiro a agosto, atingiram 36 mil toneladas.

Os preços médios mensais do algodão em caroço se estabilizaram ao nível do preço mínimo a partir de junho de 1986, em decorrência do parcelamento em quatro vezes do pagamento pelo Governo nas compras de valor acima de Cz\$125.000,00 e da constatação pelo mercado do volume da safra colhida e dos reais efeitos das anormalidades climáticas (quadro 63).

As cotações do algodão em pluma tipo 6 no mercado do disponível da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, no início de outubro de 1986, haviam se elevado 37% em relação às vigentes nos primeiros dias do Plano Cruzado.

Apesar da estagnação dos preços em nível do produtor, o item vestuário tem sido, após o Plano Cruzado, um dos principais responsáveis pela elevação do custo de vida. Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), coletados no município de São Paulo, o índice de preços de vestuário, em setembro, foi cerca de 62% maior que o de fevereiro de 1986, com o Índice Geral de Preços variando cerca de 10% no mesmo período. Os itens incluídos no vestuário escapam ao congelamento de preços porque os novos lançamentos, feitos para as diversas estações do ano, por injunção da moda, são considerados produtos novos.

O consumo de algodão em pluma no Brasil, em 1985, atingiu 631,4 mil toneladas (quadro 64). Em relação a 1984, o crescimento foi de 13,72%. Para 1986, o setor têxtil estima crescimento de 20%, elevando-o a 750 mil toneladas, aproximadamente, bem superior à previsão de 600 mil feita antes do Plano Cruzado.

Dada a gravosidade do algodão brasileiro, as exportações de excedentes são se viabilizariam com a concessão de subsídios por parte do Governo. Não se espera que isso ocorra, pelo menos em volume significativo.

O balanço da oferta e demanda de algodão em pluma feito pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP) parte de estoque inicial (01/03/86) de 373 mil toneladas; produção brasileira de 789 mil toneladas (640 mil t no Centro-Sul e 149 mil t no Nordeste); importação de 46 mil toneladas; e consumo industrial de 700 mil toneladas. Assim, o estoque inicial da safra 1986/87 atingiria 508 mil toneladas.

Face a essa perspectiva, a política do Governo Federal para o algodão é, claramente, de desestímulo ao plantio. Primeiramente, o preço mínimo fixado para a safra 1986/87 na Região Centro-Sul, de Cz\$66,90/15kg de algodão em caroço do tipo 6, é inferior ao preço mínimo final

da safra 1985/86, congelado em Cz\$71,85/15kg.

Essa redução ocorreu em presença de manutenção dos preços dos demais produtos abrangidos pela política de preços mínimos ou, mesmo, de elevação.

Em segundo lugar, os produtores não contarão com financiamento de custeio (VBC) para a área plantada com algodão que exceda a superfície cultivada no ano anterior.

Adicionalmente, o algodão não foi incluído no grupo de produtos beneficiados com preço mínimo plurianual, que contarão com esquema de revisão automática de preços com base no índice de preços pagos pelo produtor (IPP), recém-criado para medir a variação nos custos de produção.

A ampliação de área infestada com a praga do bicudo do algodoeiro constitui mais um elemento negativo para a cultura do algodão. Embora os órgãos de pesquisa tenham elaborado um plano de combate à praga, que a assistência técnica difunde junto aos cotonicultores, os custos de produção foram sensivelmente aumentados.

Levando-se em conta todos esses aspectos desfavoráveis, deve-se esperar uma redução na área plantada com algodão na safra 1986/87, de magnitude ainda não passível de mensuração, mas que, segundo a CFP, pode chegar a 6,5% na Região Centro-Sul e 6,0% no Brasil. Para o Estado de São Paulo, avaliação inicial do IEA/CATI (julho/86) apontou uma pré-disposição dos produtores em reduzir em 6% a área plantada.

(IEA, 07/11/86)

QUADRO 58.- Estoques, Produção e Consumo de Algodão em Pluma no Mundo, 1980/81 a 1986/87 ⁽¹⁾

(em 1.000t)

Item	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽²⁾	1986/87 ⁽³⁾
Estoque inicial	4.611	4.614	5.485	5.451	5.438	9.112	10.200
Produção	14.151	15.500	14.815	14.730	18.940	17.191	16.136
Consumo	14.363	14.400	14.859	14.961	15.227	16.171	16.660
Exportação	4.292	4.405	4.230	4.180	4.424	4.433	4.886
Estoque final	4.614	5.485	5.451	5.438	9.112	10.200	8.639

¹) O ano comercial inicia-se a 1 de agosto.

²) Preliminar.

³) Projeção.

Fonte: Foreign Agriculture Circular, USDA, Washington, setembro de 1986.

QUADRO 59.- Produção Mundial de Algodão em Pluma, Segundo os Principais Países Produtores, 1984/85 a 1986/87 ⁽¹⁾

(em 1.000t)

País	1984/85	1985/86 ⁽²⁾	1986/87 ⁽³⁾
R. P. China	6.249	4.159	4.289
URSS	2.343	2.636	2.613
EUA	2.827	2.925	2.324
Índia	1.726	1.829	1.715
Paquistão	1.008	1.241	1.154
Brasil	963	762	762
Turquia	580	518	479
Egito	401	435	435

⁽¹⁾ O ano comercial inicia-se a 1 de agosto.

⁽²⁾ Preliminar.

⁽³⁾ Projeção.

Fonte: Foreign Agriculture Circular, USDA, Washington, agosto de 1986.

QUADRO 60.- Cotações do Algodão no Comércio Internacional ⁽¹⁾, 1983-86

(em US\$ £/libra peso)

Mês	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Jan.	88,72	99,51	69,98	71,88	87,58	71,12	51,82
Fev.	97,05	95,85	69,98	74,33	87,44	68,68	54,51
Mar.	93,54	91,72	70,44	78,89	88,43	67,21	52,35
Abr.	90,56	88,65	71,52	80,23	88,99	66,26	48,51
Mai.	88,40	87,51	76,69	81,96	88,88	65,07	45,82
Jun.	84,14	87,14	75,65	86,01	83,71	62,85	41,04
Jul.	88,87	86,10	78,47	88,44	78,99	61,10	37,44
Ago.	96,38	80,72	76,40	90,80	75,52	56,97	37,16
Set.	100,62	76,99	72,75	89,85	73,16	53,43	41,24 ⁽²⁾
Out.	98,69	74,96	70,21	88,11	73,63	48,84	...
Nov.	98,02	72,01	69,04	89,13	72,64	48,01	-
Dez.	99,16	67,75	69,51	89,36	71,99	48,25	-
Média	93,67	84,08	72,55	84,08	80,91	59,21	45,54 ⁽³⁾

⁽¹⁾ Índice de outlook "A" do Liverpool Cotton Service. Média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão.

⁽²⁾ Estimativa baseada em Cotton Outlook, Birkenhead, vol.64, nºs 31 a 38, ago./set. 1986.

⁽³⁾ Janeiro a setembro, valor sujeito à retificação.

Fonte: Cotton World Statistics, Washington, 37(2/3):84-7, out. 1983, para o período 1980-1983 (agosto); 39(4):48-9, abr. 1986, para o período set. 1983 a fev. 1986; e Foreign Agriculture Circular, USDA, Washington, set. 1986, para os demais meses de 1986.

QUADRO 61.- Área Plantada, Produção e Rendimento da Lavoura de Algodão Herbáceo, Segundo os Principais Estados Produtores, Brasil, 1983/84 a 1985/86

Estado	Área plantada (1.000ha)			Produção(1.000t)(¹)			Rendimento (kg/ha) (¹)		
	1983/84	1984/85	1985/86(²)	1983/84	1984/85	1985/86(²)	1983/84	1984/85	1985/86(²)
Paraná	322,1	540,0	391,8	611,9	1.035,7	625,0	1.899	1.918	1.595
São Paulo	244,0	382,0	296,1	507,7	702,5	521,2	2.081	1.839	1.760
Ceará	269,9	305,8	350,5(³)	181,4	114,4	117,3(³)	672	374	335(³)
Bahia	107,6	129,2	201,2(³)	67,3	161,2	219,5(³)	626	1.248	1.091(³)
Paraíba	158,9	194,0	116,4(³)	109,2	52,5	33,8(³)	647	270	290(³)
Minas Gerais	109,1	156,4	161,6	85,3	208,7	169,9	781	1.334	1.051
Rio Grande do Norte	167,0	158,7	74,4(³)	81,4	20,6	11,9(³)	487	129	160(³)
Mato Grosso do Sul	34,4	66,6	51,7	56,8	106,3	60,5	1.652	1.596	1.170
Goiás	46,9	64,1	34,6	93,1	116,0	85,7	1.983	1.811	2.481
Pernambuco	50,0	59,9	50,8(³)	29,3	34,0	32,6(³)	586	568	642(³)
Piauī	26,0	61,3	61,6(³)	13,4	40,6	61,0(³)	513	663	991(³)
Alagoas	67,1	68,5	93,8(³)	20,3	20,1	32,4(³)	303	293	345(³)
Outros	60,2	57,9	72,0(³)	36,5	39,4	39,9(³)	606	680	554(³)
Total (⁴)	1.673,3	2.244,3	1.960,9	1.893,4	2.652,0	1.991,3	1.132	1.182	1.016

(¹) Em caroço.

(²) Preliminar, com dados relativos a agosto de 1986.

(³) Valores esperados.

(⁴) O total pode diferir da soma das parcelas devido a arredondamentos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 62.- Área Plantada, Produção e Rendimento da Lavoura de Algodão Arbóreo, Segundo os Principais Estados Produtores, Brasil, 1983/84 a 1985/86

Estado	Área plantada(1.000ha)			Produção(1.000t) ⁽¹⁾			Rendimento(kg/ha) ⁽¹⁾		
	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽²⁾	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽²⁾	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽²⁾
Ceará	523,0	449,8	416,7	100,7	65,7	45,3	193	146	109
Paraíba	335,6	285,6	223,3	58,3	26,8	23,4	174	94	105
Rio Grande do Norte	279,5	318,3	256,6	49,7	25,0	16,8	178	78	65
Piauí	159,0	150,8	155,0	33,3	47,1	44,6	210	312	288
Pernambuco	86,9	98,7	87,1	15,8	15,9	14,8	182	161	170
Maranhão	44,1	32,7	29,1	9,0	6,8	6,4	204	206	220
Bahia	1,8	1,7	6,2	0,9	0,9	3,7	478	540	598
Total ⁽³⁾	1.430,0	1.337,6	1.174,1	267,7	188,1	155,0	187	141	132

⁽¹⁾ Em caroço.

⁽²⁾ Preliminar, com dados relativos a agosto de 1986.

⁽³⁾ O total pode diferir da soma das parcelas devido a arredondamentos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 63 .- Preços Médios Reais⁽¹⁾ Recebidos pelos Agricultores, Algodão em Carço, Estado de São Paulo, 1983-86

(em Cz\$/15kg)

Mês	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Jan.	79,26	111,04	72,53	61,98	142,63	75,55	87,67
Fev.	84,64	103,69	80,70	71,95	133,62	76,43	88,97
Mar.	92,26	95,86	79,90	72,37	144,19	74,42	75,76
Abr.	90,23	87,32	78,15	72,88	132,54	80,38	81,64
Mai.	87,55	79,37	75,13	73,89	107,04	78,67	75,71
Jun.	86,08	75,13	69,00	75,65	98,31	74,59	72,64
Jul.	81,89	71,14	65,92	76,42	90,92	71,90	72,90
Ago.	84,92	68,80	64,59	85,88	82,68	66,97	72,20
Set.	83,85	67,47	65,04	108,59	79,20	68,22	...
Out.	88,26	67,80	65,94	115,85	75,26	68,62	-
Nov.	86,41	66,62	66,75	128,93	76,88	68,21	-
Dez.	95,28	72,05	65,92	129,92	72,65	71,55	-
Média aritmética	86,71	80,44	70,79	89,53	102,99	72,97	78,43 ⁽²⁾

(1) Para correção dos preços utilizou-se o Índice Geral de Preços - disponibilidade interna, da Fundação Getúlio Vargas, base março de 1986=100.

(2) Até agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 64 - Consumo Industrial de Fibras Textéis no Brasil, 1981-85⁽¹⁾

(em 1.000t)

Ano	Naturais					Artificiais			Sintéticas ⁽²⁾			Total geral		
	Algodão	Lã lavada	Linho/rami	Seda (fio)	Juta	Total	Acetato	Viscose	Total	Nylon	Poliéster		Acrílico	Total
1980	572,4	18,4	18,3	0,44	109,7	719,2	4,6	44,2	48,8	90,8	121,1	28,5	240,4	1.008,4
1981	561,9	16,3	14,1	0,36	94,0	686,7	3,0	39,1	42,1	70,0	89,7	23,4	183,1	911,9
1982	580,6	17,5	9,1	0,49	85,9	693,6	2,3	39,1	41,4	69,9	100,2	23,1	193,2	928,2
1983	556,7	13,2	10,0	0,30	62,9	643,1	1,7	30,0	31,7	61,1	89,4	18,9	169,4	844,2
1984	555,2	14,7	13,3	0,24	78,6	662,0	1,9	34,3	36,2	55,9	90,3	17,5	163,7	861,9
1985	631,4	14,2	13,6	0,35	88,5	748,1	2,3	35,5	37,8	62,0	107,2	23,5	192,7	978,6

⁽¹⁾ Fibras não consideradas por indisponibilidade de dados: guaxima, sisal, tucum e caroã.

⁽²⁾ Não se dispõe de dados sobre as olefínicas e elastômero (lycra).

Fonte: Carta Têxtil, São Paulo, Edição Especial de 22.^a FENIT, 1986, com dados do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, no Estado de São Paulo.

Nos primeiros cinco anos da década de oitenta, a área média colhida no Brasil foi da ordem de 14 mil hectares, tendo se registrado um recorde de 18 mil hectares em 1982. Para 1986, em agosto a estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 13,8 mil hectares, representando aumento de 23% em relação ao plantio do ano anterior.

Nesse mesmo período, a produção média atingiu 52 mil toneladas, havendo estimativas de que em 1986 seriam colhidas cerca de 58 mil toneladas, ou seja, 26% a mais que em 1985, porém ainda 9% abaixo do recorde estabelecido em 1982 (quadro 65).

Pelos dados evidencia-se que a produtividade vem aumentando paulatinamente, o que pode ser atribuído aos melhores tratamentos culturais, de acordo com as tecnologias disponíveis, além de melhoria potencial das sementes.

Em termos regionais, destacam-se os Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que, em conjunto, responderam por 64% da área e da produção total do Brasil. Seguem-se Paraná, Goiás, Bahia e São Paulo, responsáveis por mais 28% da área e da produção (quadro 66).

Comparando-se os incrementos de área plantada nos principais Estados produtores entre 1985 e 1986, pode-se concluir que foram superadas, com larga margem, as previsões elaboradas pela Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB-MA) no Plano Nacional do Alho, que previa um aumento próximo a 1.200ha. É possível que também em 1987 venha a se registrar um avanço na área plantada maior que o previsto, tendo em conta que os produtores, particularmente os catarinenses, encontram-se satisfeitos com os resultados obtidos em 1986, quando as chuvas escassas ajudaram no período de colheita e da cura do produto, sem ter afetado significativamente os bulbos.

Todavia, os técnicos do Governo mostram-se preocupados, pois consideram que os produtores iniciantes no plantio poderão obter o produto com menor qualidade, o que somente virá aparecer por ocasião da comercialização, resultando em rebaixamento do padrão médio.

Deve-se ponderar, também, que a maior demanda por mão-de-obra no plantio e colheita nas principais regiões produtivas, em meados de 1986, provocou uma elevação no custo da diária dos trabalhadores volantes, que viria a se refletir no custo final de produção. Note-se ainda que se registrou forte procura por sementes, que logo acabaram, pois se tratava de sobras da safra anterior, tendo havido, também, morosidade na liberação do crédito rural para custeio.

A comercialização interestadual a partir de Santa Catarina se situou em aproximadamente 600 mil caixas de 10kg, colocadas no mercado, em média, a Cz\$350,00/cx., livres de ICM, FUNRURAL, transporte e comissões de vendas.

No Entrepósito Terminal do Jaguarê, em São Paulo, as entradas de alho nacional, no triênio 1983/85, foram da ordem de 134 mil caixas (10kg) por ano, ou seja, 50% a mais que em 1981 e 1982. Até setembro de 1986, o volume comercializado atingiu apenas 64.986 caixas. Embora não se possa estimar ainda o total anual, é bem provável que esse volume tenha declinado, pois o controle de preços exercido pela fiscalização da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) deve ter provocado o desvio do produto para ser comercializado em outras áreas menos visadas, onde os preços poderiam flutuar mais livremente. Além disso, está cada vez mais se intensificando a comercialização direta com a rede de supermercados e com empresas que promovem seu empacotamento em pequenas unidades para venda a varejo (quadro 67). De qualquer forma, os preços praticados na CEAGESP podem servir de indicadores da evolução do mercado, que tem-se re

veleado firme em 1985 e 1986, em relação aos preços de 1984, sem, contudo, atingir o valor recorde registrado em 1982. Ao mesmo tempo observa-se que as entradas de alho estrangeiro têm sido mais elevadas nos anos em que as cotações do produto nacional foram mais altas, revelando que as importações procuram completar as necessidades do consumo. Para 1986, havia a expectativa de que pudessem vir a superar as marcas anteriores, pois os preços mantinham-se estáveis até setembro.

Todavia, as preocupações dos produtores com as importações, principalmente dos catarienses, acabaram em fins de setembro de 1986, quando delegados brasileiros e argentinos, reunidos em Montevideu, na sede da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), celebraram um acordo para importação de 6 mil toneladas de alho-fresco e refrigerado, representando apenas 40% do total de 15 mil toneladas importadas em 1985, contra 20 mil em 1984. Outros importantes fornecedores têm sido a Espanha e o México (quadro 68).

Os objetivos do Governo têm sido de diminuir as importações e incentivar a produção nacional. Assim, as compras realizadas por empresas privadas obedecem a um plano oficial, onde as importações não devem coincidir com a safra nacional.

Essa importação é estabelecida sob um regime de cotas aprovadas pelo Conselho Nacional de Abastecimento (CINA8) e Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), distribuídas pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), as quais são calculadas com base nas importações das empresas no ano anterior, após comprovação da aquisição de alho nacional no exercício em curso. Esse rateio é disputado por 161 tradicionais importadores. Em 1986, a fim de atender outros importadores, foram distribuídas novas cotas, representando 25% do volume previsto.

Nos últimos três anos, as importações realizadas de março a julho, quando os estoques nacionais estavam baixos, tiveram os gravames tarifários reduzidos a zero para as aquisições feitas em países membros da ALADI. De agosto a fevereiro, o Brasil aplica a cláusula de salvaguarda, prevista no Tratado de Montevideu, que lhe permite suspender o tratamento preferencial concedido aos países da ALADI e as importações passam a ser gravadas com as tarifas vigentes para terceiros países.

A nível de varejo, na cidade de São Paulo os preços reais pagos pelos consumidores têm se elevado a partir de 1984, após ter declinado em relação a 1983, acompanhando as variações de preços anuais a nível do atacado na CEAGESP, refletindo também a recessão observada no período. Contudo, há algumas evidências de que no período 1983 a 1986 tenha havido pequena diminuição da margem de comercialização (quadro 69).

Para 1987, os bons resultados obtidos pelos produtores em 1986 fazem antever que poderá haver expansão da área a ser cultivada, bem como deverão continuar se aprimorando os processos de cura e de classificação do produto, a fim de atender a preferência dos consumidores.

(IEA, 10/12/86)

QUADRO 65. - Área, Produção e Rendimento de Alho, Brasil, 1981 a 1986

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (t/ha)
1981	12.651	48.134	3,8
1982	18.356	63.941	3,5
1983	15.646	58.438	3,7
1984	11.831	43.699	3,7
1985	11.327	46.188	4,1
1986 ⁽¹⁾	13.871	57.797	4,2

(¹) Estimativa preliminar, agosto de 1986.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 66. - Área, Produção e Rendimento do Alho, por Estado, Brasil, 1985 e 1986

Estado	1985			1986		
	Área (ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)
Bahia	704	1,9	2,7	867	3,1	3,6
Minas Gerais	2.700	10,8	4,0	3.159	12,9	4,1
São Paulo	754	3,5	4,7	751	3,5	4,6
Paraná	809	2,5	3,1	920	2,8	3,0
Santa Catarina	2.536	13,0	5,1	3.300	16,8	5,1
Rio Grande do Sul	1.988	5,8	2,9	2.097	6,0	2,9
Goiás	860	5,0	5,8	1.193	5,8	4,9
Outros Estados	976	3,6	3,7	1.584	6,9	4,3
Brasil	11.327	46,1	4,1	13.871	57,8	4,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 67. - Volume Comercializado e Preços de Alho, no Entrepasto Terminal de São Paulo, 1981 a 1986

Ano	Alho nacional		Alho estrangeiro	
	Quantidade (caixas 10kg)	Preço (Cz\$/cx.)	Quantidade (caixas 10kg)	Preço (Cz\$/cx.)
1981	76.526	3,54	114.432	4,32
1982	83.735	6,41	159.115	7,70
1983	132.138	9,38	120.706	13,82
1984	143.675	18,90	162.294	35,35
1985	126.566	123,22	160.974	196,64
1986 ⁽¹⁾	64.986	445,98	140.316	678,70

(¹) Até setembro.

Fonte: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 68. - Importações de Alho, Brasil, 1981 a 1985

Ano	Procedência			Total	Valor CIF (1.000 US\$)	Preço Médio (US\$/t)
	Argentina (t)	Espanha (t)	Outros (t)			
1981	13.072	3.663	4.328	21.063	34.851	1.655
1982	10.047	7.688	3.740	21.475	45.444	2.116
1983	10.750	5.568	0	16.318	14.303	877
1984	10.050	10.538	13	20.601	12.851	624
1985	15.000 ⁽¹⁾

(¹) Preliminar.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 69. - Preços Médios Reais de Alho, a Nível de Varejo, São Paulo, 1983-86

(Cz\$/pacote de 150 gramas)

Mês	1983	1984	1985	1986
Janeiro	14,59	8,47	6,16	14,30
Fevereiro	13,70	8,43	6,83	15,28
Março	13,20	7,89	8,18	14,92
Abril	11,40	7,77	9,38	15,44
Mai	10,36	7,71	10,87	14,57
Junho	8,65	6,80	12,28	15,28
Julho	8,40	6,49	14,10	18,06
Agosto	8,78	6,80	12,83	18,99
Setembro	10,25	8,32	12,49	19,63
Outubro	9,59	7,50	12,68	20,00
Novembro	8,34	6,67	14,27	15,23
Dezembro	9,15	6,61	17,89	-
Média simples	10,53	7,46	11,50	16,51

(¹) Corrigido pelo Índice "2" - FGV - Base 03/86 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Panorama Internacional

A elevada demanda mundial de arroz sempre foi condicionante dos altos níveis alcançados pela sua produção. Nos últimos vinte anos, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), os avanços de consumo atingiram cerca de 82,0%, crescendo de 173,0 milhões de toneladas para os 315,7 milhões de toneladas de produto beneficiado na safra atual. A produção seguiu em sintonia com essa demanda de tal forma que, nesse período, as colheitas mundiais evoluíram de 173,0 para 316,8 milhões de toneladas de arroz beneficiado, isto é, crescentes em cerca de 83,0%.

Com relação à temporada 1985/86 houve um retrocesso da ordem de 2,5 milhões de toneladas se considerados os 319,3 milhões obtidos na safra passada. A redução na China foi imperiosa para esse resultado, que não chegou a ser deficitário porque conseguiu ultrapassar a estimativa de aumento de consumo em cerca de 1,0 milhão de toneladas.

Do balanço final entre oferta e demanda, resulta um adicional de 1,1 milhão de toneladas que, no agregado, finaliza um estoque total anual de 23,3 milhões de toneladas, representativo de 7,4% do consumo mundial da temporada.

O equilíbrio entre produção e demanda é característica de praticamente todos os países produtores, tornando-se fator restritivo para o desenvolvimento do mercado internacional. Mesmo assim, neste ano, as aquisições brasileiras e peruanas movimentaram mais mercadoria totalizando 12,6 milhões de toneladas, contra 11,5 milhões negociadas em 1984/85. Somente o Brasil triplicou suas compras adquirindo 1,2 milhão de toneladas. Essas novas incursões no mercado, entre tanto, não foram suficientes para elevar as cotações. Os preços que já vinham em baixa seguiram em declínio, reduzindo-se para US\$195/t de arroz tailandês, com 15% de quebrado, FOB Bangkok, ou seja, US\$8/t inferior ao patamar de há um ano.

Para 1986/87 as projeções do USDA são um tanto diferentes. A produção poderá chegar a 320,0 milhões de toneladas, aquém, portanto, do consumo previsto para 322,0 milhões. Em consequência as expectativas são de que os estoques baixem chegando a 21,2 milhões de toneladas. O melhor desempenho previsto para os países importadores deverá, também, restringir as compras, reduzindo os negócios a 11,9 milhões de toneladas.

- Situação Interna

O desempenho da safra brasileira na temporada 1985/86 está muito acima das previsões iniciais. Isso quer dizer que, no geral, as lavouras tiveram oportunidade de superar os percalços da época, de se recuperarem e de apresentarem um resultado final positivo.

Um período relativamente prolongado de insuficiência hídrica foi motivo bastante para gerar dúvidas quanto ao futuro da temporada. Posteriormente, ficou claro que o imprevisto foi mal dimensionado e que na realidade o Brasil experimentaria uma das melhores safras dos últimos anos.

Concluída a colheita, fica atestado o sucesso desta temporada. As estimativas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são de produção da ordem de 10,3 milhões de toneladas, o que significa ganhos de cerca de 14,3% em relação a 1984/85. Conforme fora previsto, cresceu muito a área no País, chegando a incremento próximo de 18,0%. Este é um dado importante, na medida em que é o responsável pelo nível atual da produção, já que a produtividade manteve-se praticamente a mesma, isto é, próxima à média de 1.895kg/ha, estimada na safra passada (quadro 70).

Em verdade, trata-se de um perfil que reflete em grande proporção o desempenho do Centro-Sul, a maior Região produtora do País. Cerca de 75% do arroz nacional surge dos cultivos dessa Região, onde contrastam tecnologias sofisticadas de lavouras irrigadas com explorações extensivas em áreas de sequeiro. É justamente a convivência com os campos irrigados, de alta produtividade, que lhe permite apresentar resultados tão significativos. Nesta safra, entretanto, apesar da expansão da área estimada em 11,6%, a produção se posiciona somente 3,7% mais elevada, sintoma de perdas no rendimento. Com efeito, a média atual é de 1.984kg/ha, quando há um ano chegou a 2.136kg/ha.

O desequilíbrio da safra gaúcha, que responde por cerca de 40,0% da produção do Centro-Sul, sem dúvida tem muita influência no posicionamento da Região. Mesmo que pequeno, qualquer deslize nas lavouras irrigadas do Rio Grande do Sul já se faz sentir inclusive a nível nacional, visto tratar-se do maior produtor brasileiro. Apesar das divergências entre os órgãos responsáveis pelas estimativas, optou-se pela informação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulga para o Estado cerca de 2.980,0 mil toneladas contra 3.200,0 mil em 1984/85, fruto da redução de produtividade para 4.110kg/ha (-8,0%).

Mato Grosso e Goiás, se apresentando, em termos de safra, muito melhor que na temporada passada, diluíram os maus efeitos que comprometeriam o Centro-Sul.

A recuperação do Maranhão é outro fator de influência no resultado final da safra brasileira. Após um ano péssimo e mesmo com períodos de inundação, que não chegaram a prejudicar as lavouras, o Estado conseguiu ultrapassar a temporada com ganhos no rendimento da ordem de 40,0%. A produção retomou posições mais expressivas chegando a 1.292,0 mil toneladas, ou seja, um avanço de mais de 100,0%.

Para um país que está empenhado em garantir a dieta básica equilibrada à população e luta para manter o mercado operando a preços congelados, a produção de 10,3 milhões de toneladas e o adicional de 806,0 mil toneladas caracterizariam uma situação de certo desafogo, frente à demanda estimada em 10,2 milhões de toneladas, segundo a Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Mesmo com a CFP estimando a produção em 9,7 milhões de toneladas a disponibilidade total seria de 10,5 milhões de toneladas, suficientes para atender as necessidades do consumo.

Nem tudo, entretanto, figura de acordo. Equívocos nas estimativas iniciais referentes aos efeitos da estiagem superestimaram os prejuízos, trouxeram preocupação e levaram o Governo a tomar medidas de salvaguarda do mercado. Na expectativa de déficits, pela insuficiência de safra, principalmente no maior Estado produtor, o Governo se antecipou e liberou importações. Medida acertada, pelo menos num primeiro momento, torna-se inconveniente com o passar do tempo. Equacionados os reais prejuízos da seca, chegou-se a efeitos reduzidos que dispensariam a dimensão das importações. Premido pela expectativa de falta, o Governo autorizou aquisições externas num total de 1,2 milhão de toneladas entre arroz em casca (400 mil) e beneficiado (800 mil).

Os agravantes da medida são imensos. Além das compras em excesso, o calendário de entrada da mercadoria não satisfaz. O Governo não se posicionou bem ao limitar até final de setembro p.p. o prazo para a internalização dessas importações. Numa situação de equilíbrio como a atual essa foi uma medida que contribuiu para um excesso concentrado de oferta no mercado. Adicionalmente, firmou-se no comércio séria concorrência entre a mercadoria importada e a nacional,

com nítidas vantagens para a primeira. Superior do ponto de vista da qualidade, com preços bastante competitivos e com prazos de liquidação mais extensos, o arroz importado dominou o mercado. Enquanto o arroz argentino e uruguaio alcançavam Cz\$320,00/60kg e Cz\$295,00/60kg, FOB/Rio Grande do Sul, ambos com 17% de ICM e 30 dias de prazo, os gaúchos operavam com dificuldades a Cz\$300 - 320,00/60kg, já que o preço mínimo no atacado atinge Cz\$340,00/60kg, FOB/Rio Grande do Sul.

A expectativa era de agravo com as previsões de entradas de arroz americano, da China, do Paquistão e da Indonésia. De sua parte o Governo procurou contornar as dificuldades, liberando os importadores de qualquer sanção caso recusassem das compras. Não houve, entretanto, qualquer posição nesse sentido e o produto continuou a ser internalizado, inclusive com o limite de entrada adiado de setembro para novembro, o que garante a presença de todo volume previsto para importação. Em equivalente - casca as importações totais brasileiras, neste ano, devem situar-se em 1.944,0 mil toneladas, desde que o Governo já detém 368,0 mil e o volume a ser internalizado pelo setor privado perfaz cerca de 1.576,0 mil toneladas, de acordo com a CFP. Esse volume, acrescido da safra de 9.666,0 mil toneladas (CFP) e dos estoques anteriores de 806,0 mil, resulta em disponibilidade de 12.416,0 mil toneladas suficientes para gerar um "carry-over" de 2.176,0 mil toneladas, frente à demanda estimada de 10.240 mil toneladas. Assumindo as estimativas de safra do IBGE, este adicional chega a 2.852 mil toneladas.

Diante de uma situação dessa natureza, não há como esperar reações agressivas do mercado. Na realidade, o que tem acontecido desde o início da comercialização é um mercado operante sempre com os grandes centros consumidores plenamente abastecidos pelo arroz importado e com níveis de cotações que inviabilizam a participação do produto nacional (quadro 71).

O produtor é um dos que mais tem sentido os desacertos do mercado. Reticente quanto às operações de Aquisição do Governo Federal (AGF) em função da recente sistemática de parcelamento da liquidação em até 120 dias, do diferencial superior a Cz\$125 mil, optou pelos Empréstimos ao Governo Federal (EGFs). Na época, esta lhe pareceu a melhor alternativa, desde que o mercado operava a preços inferiores ou a nível do preço mínimo de Cz\$130,80/50kg de arroz irrigado e Cz\$133,00/60kg de produto de sequeiro. Os gaúchos foram os que mais se empenharam nesse tipo de operação, participando com 79% do total de 1.900,0 mil toneladas contratadas até meados de outubro p.p.

Apesar da expectativa, a pressão de oferta persistiu anulando qualquer possibilidade de inversão no desempenho do comércio e, ainda mais, configurou-se uma situação em que os preços praticados vieram impossibilitar a liquidação dos EGFs. Mais uma vez são necessárias medidas circunstanciais e o Governo concede redutor, que permite remir os empréstimos e dispor do produto em condições de disputar mercado. De fato, trata-se de iniciativa que se adiciona a medidas anteriores como a de prorrogação, por 60 dias, dos prazos de ressarcimento das parcelas já vencidas desse tipo de operação. As demais disposições são no sentido de que novas contratações de EGFs e AGFs estão condicionadas a que os recursos se destinem à liquidação dos financiamentos pendentes de custeio, investimentos e diversas modalidades de EGFs.

Esse procedimento libera o Governo de aquisições que o tornariam o principal veiculador da safra, estatizando a comercialização. Apesar disso, não pôde deixar de atuar desde o início da safra e com maior intensidade em área de precária infra-estrutura de transporte e comercialização como é o caso do Centro-Oeste. Compõem o volume de 1.800,0 mil toneladas de produto contratado em AGFs, até outubro p.p., cerca de 39% da safra de Goiás e 63% da produção do Mato Grosso.

De acordo com a CFP, os AGFs e EGFs agregados às importações e às aquisições de alguns órgãos oficiais possibilitam ao Governo acesso a cerca de 4.100 mil toneladas de produto, isto é, 42% ou 40,0% da safra nacional, segundo estimativas de produção da CFP ou IBGE, respectivamente.

Para o mercado não se vislumbram muitas mudanças até dezembro próximo. De concreto, além da oferta em abundância, há o setor agroindustrial trabalhando ociosamente, em particular no Centro-Oeste, e grandes estoques de produção, não apenas em mãos de produtores, em especial no Rio Grande do Sul, mas também do Governo. Sem dúvida, o nível de estoque começa a gerar in tranquilidade no setor, na medida em que, não fluindo, poderá vir a comprometer a receptividade da próxima safra.

Essa é uma preocupação de fundamento, se for considerada a disposição para a orizicultura na temporada 1986/87. "O Plano de Metas" foi a primeira tentativa em anos de se procurar planejar a agricultura para um prazo um pouco além de uma safra. Não é o longo prazo tão defendido, mas atém-se a três anos, 1986/87 a 1988/89, em que procura assegurar ao produtor melhores e mais seguras oportunidades. Atento aos produtos básicos o "Plano" contempla também o arroz, procurando a auto-suficiência e o abastecimento pleno através da estabilidade de preços. A meta neste caso é promover o crescimento da produção em 7% ao ano, garantindo a evolução de 5% prevista para o consumo nesse período, além do incremento de 2% anuais necessários para a formação de estoques que amparem situações de emergência.

Os valores básicos de custeio (VBCs), os preços mínimos e o crédito são instrumentos mobilizados para o sucesso da proposta. Os VBCs, apesar de questionados no que diz respeito às faixas de produtividade, foram até certo ponto bem aceitos na medida em que apresentam limite de adiantamento de 100% para os pequenos e médios produtores, os verdadeiros responsáveis pelas safras, isto é, recursos plenos e atrativos a taxa de 10% a.a. Em termos de preços mínimos, já nesta safra o Governo procura por em prática seu propósito de assegurar preços estáveis ao produtor e mantém os níveis estabelecidos na temporada passada, ou seja, Cz\$130,80/50kg e Cz\$133,00/60kg de arroz irrigado e de sequeiro respectivamente, preços equivalentes às cotações médias do mercado. A inovação é o reajuste baseado no índice mensal de preço pago pelo produtor (IPP). A sistemática geral é a seguinte: na vigência do "Plano" os preços mínimos serão plurianuais com reajustes previstos, a cada ano, a partir de 1º de agosto, de no mínimo, 80% do IPP acumulado. Entretanto, haverá um reajuste automático sempre que esse índice atingir 20%. O crédito é outro item que tem merecido atenção especial do Governo no sentido de promover recursos que possam reverter positivamente à cultura. A intenção é que, neste período, tanto o crédito de investimento, latente há algum tempo, como o de custeio e comercialização sejam amparados com montante suficiente para garantir as metas propostas.

Pelo estado de ânimo dos produtores, já envolvidos com a semeadura da safra 1986/87, essas são medidas que aliadas à situação "pós-cruzado" devem influenciar em benefício da orizicultura.

Nos Estados do Centro-Oeste há forte inclinação nesse sentido. Em Goiás a perspectiva é de incremento de área da ordem de 9,0% -10%. As causas recaem na abertura de novas áreas, em função do Plano de Reforma Agrária, mas também nas expectativas de crescimento do rebanho bovino, o que significa mais pastagens e mais área de arroz que é a cultura que antecede a semeadura do pasto. No Mato Grosso a tendência é idêntica (15,0%), pois as lavouras extensivas têm bons resultados. As dificuldades são posteriores e a deficiência em estrutura de transporte e armazenagem têm atuado no sentido de refrear um pouco a disposição do produtor para a cultura. Nesta temporada, entretanto, o mercado bovino está muito bem e promete influenciar na reposição do rebanho que, sem dúvida, requer áreas recuperadas ou a serem abertas estimulando a semeadura do arroz. No Mato Grosso do Sul, a soja e o trigo, que ano após ano vêm substituindo as lavouras orizícolas, nesta safra não deverão ter tanta influência, ao ponto de se estimar inclusive uma expansão de área de cerca de 14,0% a 15,0%.

A Região Sudeste apresenta quadro semelhante. Em Minas Gerais as áreas irrigadas devem não crescer, podendo se expandir em até 9,0% desde que haja grande empenho em dar continuidade ou implantar projetos que operem com irrigação. A abertura de novas áreas para garantir a suplementação de pastagens, será um dos fatores importantes para crescimento das lavouras de sequeiro que dominam na orizicultura mineira. A expectativa geral é de que, neste ano, o Estado apresente uma recuperação total da ordem de 9,0%, mesmo enfrentando dificuldades com sementes, fertilizantes e transporte. O Estado de São Paulo, que é outra área significativa na região, também poderá vir a expandir suas lavouras em até 6,0%. O recuo da soja, apesar do crescimento previsto para o milho, deverá influir nesse aumento. Por outro lado, na safra passada a produção, em termos de qualidade, foi bastante boa e conseguiu fluir total e satisfatoriamente no comércio, alcançando a cotação média de Cz\$136,00/60kg casca. Esse é um patamar pouco acima do preço mínimo, mas positivo desde que os custos operacionais (exclusivo custos fixos e depreciação) estão estimados em Cz\$74,04/60kg e Cz\$123,98/60kg de arroz irrigado e sequeiro, respectivamente.

O perfil da Região Sul é similar, onde tem grande influência o Estado do Rio Grande do Sul que responde por cerca de 80% da área de arroz. Muito bem estruturado, apesar de trabalhar em grande escala com terras arrendadas, o Estado opera com nível de tecnologia sofisticado o suficiente para manter safras volumosas e padrão equivalente ao produto do mercado internacional. Não obstante estar saindo de um ano atípico em que enfrentou a concorrência do arroz importado e não conseguiu comercializar a safra a contento, o gaúcho mantém-se inclinado a expandir o plantio e cultivar 5% a mais da área de 1985/86. No Paraná, onde a cultura vinha se degenerando a cada safra, deverá haver reversão dessa tendência e a área poderá ser 8,0% superior em relação à temporada passada. As dificuldades com sementes e fertilizantes, além dos problemas de aquisição de máquinas e implementos, temprejudicado os plantios em Santa Catarina. Mesmo assim não há indícios de retrocesso, mas incremento de 6% - 8% em média.

Em um balanço final, é bastante provável que na safra que se inicia a Região Centro-Sul concretize plantios que resultem em crescimento de área da ordem de 8% a 9%.

(IEA, 21/11/86)

QUADRO 70. - Área, Produção e Rendimento de Arroz em Casca nos Principais Estados, Regiões e Brasil, 1983/84 a 1985/86⁽¹⁾

Região/Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86
Região Sul	1.061,1	1.065,0	1.006,2	3.813,5	3.849,4	3.643,2	3.594,0	3.710,0	3.621,0
Rio Grande do Sul	724,6	721,0	726,8	3.119,0	3.207,0	2.987,5	4.304,0	4.448,0	4.110,0
Região Sudeste	951,0	916,2	1.002,5	1.173,5	1.550,5	1.696,3	1.234,0	1.692,0	1.692,0
São Paulo	341,2	309,4	337,7	388,8	496,8	499,8	1.140,0	1.606,0	1.480,0
Região Centro-Oeste	1.955,8	1.515,6	1.893,8	2.104,2	1.969,5	2.403,7	1.076,0	1.300,0	1.269,0
Goiás	1.029,6	860,0	1.069,4	1.037,8	1.115,2	1.329,0	1.008,0	1.297,0	1.243,0
Mato Grosso	570,6	406,6	591,6	672,7	521,8	784,7	1.179,0	1.283,0	1.326,0
Região Nordeste	1.113,3	983,8	1.382,1	1.536,1	1.136,5	2.058,1	1.380,0	1.155,0	1.489,0
Maranhão	820,2	642,1	937,4	1.145,2	622,9	1.292,0	1.396,0	970,0	1.378,0
Região Norte	279,9	283,1	325,5	395,1	402,1	528,7	1.437,0	1.420,0	1.624,0
Rondônia	120,9	147,8	181,6	181,8	220,5	317,0	1.504,0	1.492,0	1.746,0
Região Centro-Sul	3.967,9	3.496,8	3.902,5	7.091,2	7.469,4	7.743,2	1.787,0	2.136,0	1.984,0
Brasil	5.356,1	4.760,9	5.587,7	9.022,5	9.019,3	10.341,6	1.684,0	1.895,0	1.851,0

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 71. - Preços Médios Mensais Reais Recebidos pelos Produtores de Arroz em Casca, 1984-86⁽¹⁾

(Cz\$/sc.60kg, casca)

Mês	Rio Grande do Sul			São Paulo			Goiás			Mato Grosso		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	126,82	143,37	152,88	177,80	170,49	196,80	150,40	143,88	183,45	131,33	124,23	153,60
Fev.	142,78	157,00	154,01	172,60	164,72	172,10	146,93	137,78	159,96	126,81	118,80	143,90
Mar.	136,71	151,23	156,60	174,23	151,68	145,72	130,64	136,23	148,80	122,87	133,35	130,80
Abr.	131,91	171,90	153,92	165,20	150,50	137,17	129,91	144,88	136,41	120,77	145,07	126,15
Mai.	122,57	164,62	150,99	158,34	154,91	133,15	128,93	147,74	137,76	115,53	143,82	123,92
Jun.	124,20	154,82	149,61	149,82	156,55	132,35	120,67	149,55	140,63	108,48	143,92	123,88
Jul.	119,46	150,00	147,47	151,24	164,35	135,68	112,97	149,85	140,34	103,84	139,86	123,09
Ago.	116,72	144,46	146,13	148,77	181,30	138,56	112,81	157,47	141,43	102,61	133,17	111,50
Set.	113,62	138,72	168,32	149,31	191,18		113,88	178,87		100,39	137,50	
Out.	119,95	133,80		155,21	196,32		122,28	189,66		112,16	143,92	
Nov.	125,04	141,73		168,32	192,27		129,01	181,53		122,92	150,46	
Dez.	150,00	144,06		175,53	191,80		151,01	192,94		129,41	156,93	

⁽¹⁾ Corrigido pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (Base, março 1986 = 100).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A safra das águas na Região Centro-Sul (1985/86), colhida de janeiro a abril de 1986, apresentou em relação aos anos anteriores sensível diminuição, mantendo-se, contudo, próxima ao nível da safra precedente. Excetuando-se o caso da safra paranaense, foi a irregularidade na distribuição das chuvas na fase de implantação e desenvolvimento da cultura que ocasionou sua baixa produtividade. A redução do plantio observada particularmente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul deveu-se ao revés econômico com a cultura ocasionado pelas mesmas razões de ordem climáticas no ano agrícola 1984/85 (quadro 72).

A redução da oferta de batata, que também ocorreu com os demais produtos olerícolas, provocou o aquecimento do mercado e elevação dos preços. Com o advento da política de controle de preços, a equiparação das cotações das classes de batata pelo nível do produto de melhor qualidade ocorrido na prática tornou mais atraente a produção das comuns, de menor custo de produção. Apesar do grande estímulo ao plantio em 1986/87, que representou o nível dos preços do produto desde fevereiro último, tal não se realizou em decorrência da falta de sementes. As condições favoráveis do clima ao desenvolvimento da cultura e à formação dos tubérculos e o acréscimo da área plantada esperada entre 6% e 7% no Centro-Sul deverão acarretar ponderável aumento de produção de batata, a ser ofertada no período de dezembro a março próximos.

O aumento da renda da população, resultado do plano cruzado, e a indisponibilidade de alimentos mais caros indicam, no caso da batata, sensível aumento da procura, agindo no sentido de suavizar os problemas de baixa de preços aos produtores que deverá se estender à generalidade dos produtos olerícolas.

A cultura da seca 1985-86, que supriu os principais centros de consumo do Centro-Sul entre abril e agosto de 1986, atingiu 49,2 mil hectares, acrescendo 2,2 mil hectares (4,7%) à área do ano anterior. Aumentaram o plantio os Estados do Paraná (9,9%), Santa Catarina (2,9%) e Rio Grande do Sul (9,0%), registrando-se pequenas reduções em Minas Gerais (-2,7) e São Paulo (-3,3). A produção acusou aumento regional de 53,5 mil toneladas (10%).

Em São Paulo, o incremento de área plantada deu-se na DIRA de Sorocaba (8,6%, ou seja, 455ha) e a redução na DIRA de Campinas (26%, ou seja, 580ha). Em termos estaduais, entretanto, decresceu 3,3% (300ha), com ganho de produtividade de 4,7% relativo ao ano anterior. Não obstante a prevalência de fatores climáticos favoráveis, os preços praticados no mercado apresentaram-se firmes, propiciando ampla margem aos produtores (quadros 73 e 74).

Entre as principais causas da redução do plantio da seca em São Paulo e Minas, alinha-se a redução na oferta de batata-semente. Os preços recebidos pelos produtores, em agosto e setembro de 1985, apresentaram-se muito convidativos, o que provocou desvio da parte da produção de sementes para o mercado de consumo. Paralelamente os preços da batata da seca em 1985 haviam sido desfavoráveis aos produtores, que se encontravam descapitalizados na época da compra da semente, neste ano.

Na presente safra de inverno, estimada em 43,9 mil toneladas abaixo da cifra do ano anterior, embora tenha sido privilegiada por favoráveis condições climáticas, as ofertas apresentaram-se bastante variáveis. Na CEAGESP, os volumes ofertados em relação aos quatro anos anteriores foram, em agosto, -7,3%, em setembro 12,3% acima e, em outubro, 21,5% abaixo, encontrando-se o nível desse mês somente comparável aos de agosto e setembro de 1983.

Estimando-se que apenas 60% das importações autorizadas (57,4 mil toneladas) tenham sido realizadas em outubro e novembro, esse volume não foi suficiente para satisfazer à demanda que cresceu com o advento da atual política de preços. Parece, entretanto, que poderão trazer sensível contribuição ao suprimento de sementes, devendo propiciar condições para normalização da oferta no mercado de produto para consumo a partir de março próximo.

(FEA, 26/11/86)

QUADRO 72. - Área Plantada, Produção e Rendimento de Batata das Águas, da Seca e Inverno dos Principais Estados Produtores, 1983/84, 1984/85 e 1985/86

Safr e Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (t/ha)		
	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86
Das Águas									
Minas Gerais	18,4	17,3	16,0	319,3	295,2	256,6	17,4	17,1	16,0
São Paulo	11,8	11,1	12,1	213,0	213,0	215,4	18,1	19,2	17,8
Paraná	25,1	24,9	25,0	336,0	253,7	346,6	13,0	10,2	13,9
Santa Catarina	13,4	13,4	13,9	126,6	131,4	101,0	9,6	9,8	7,3
Rio Grande do Sul	31,6	28,5	27,4	230,0	200,2	95,6	7,3	7,0	3,5
Total	100,1	95,2	94,4	1.224,9	1.093,5	1.015,2	12,2	11,5	10,8
Safr e									
Estado	Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (t/ha)				
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86			
Da Seca									
Minas Gerais	7,3	7,1	125,4	121,6	17,2	17,1			
São Paulo	9,0	8,7	172,8	175,2	19,2	20,1			
Paraná	14,1	15,5	143,8	170,0	10,2	11,0			
Santa Catarina	3,4	3,5	30,5	31,2	8,9	8,9			
Rio Grande do Sul	13,2	14,4	64,6	92,6	4,9	6,4			
Total	47,0	49,2	537,1	590,6	11,4	12,0			
De Inverno									
Minas Gerais	5,9	5,6	119,0	102,5	20,2	18,3			
São Paulo	7,4	6,2	151,2	124,2	20,4	20,0			
Total	13,3	11,8	270,2	226,7	20,3	19,2			

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 73. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Batata das Águas, Seca e Inverno nas Principais Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) Produtoras e no Estado de São Paulo, 1983/84, 1984/85 e 1985/86

Safrã e DIRA	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (t/ha)		
	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86
Águas									
Vale do Paraíba	2,1	1,2	1,2	9,9	19,2	21,6	4,7	16,0	18,0
Sorocaba	5,3	5,9	7,0	113,4	125,4	129,0	21,5	21,2	18,4
Campinas	3,4	3,6	3,7	46,2	62,7	62,4	13,6	17,4	17,7
Estado	11,8	11,1	12,0	213,0	213,0	215,4	18,1	19,2	17,9
Seca									
Vale do Paraíba	-	1,0	1,2	-	18,6	22,5	-	18,8	19,2
Sorocaba	5,3	5,3	5,8	113,4	109,2	122,4	21,5	20,5	21,2
Campinas	3,4	2,2	1,6	46,2	36,0	27,9	13,4	16,6	17,5
Ribeirão Preto	0,1	0,4	0,1	-	7,8	-	-	18,1	-
Estado	11,8	9,0	8,7	213,0	172,8	175,0	18,1	19,3	20,2
Inverno									
Vale do Paraíba	1,4	1,8	0,8	21,6	33,0	13,8	15,4	18,3	17,2
Sorocaba	2,3	1,3	1,3	48,9	28,8	26,4	21,3	22,2	20,3
Campinas	3,1	3,4	3,1	62,4	69,0	63,0	20,1	20,3	20,3
Ribeirão Preto	1,0	0,7	0,8	16,8	15,6	16,9	16,8	22,3	21,1
Estado	8,3	7,4	6,2	159,0	151,2	124,2	19,2	20,4	20,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 74.- Evolução do Índice de Preços de Batata Recebidos pelos Produtores nas Principais Regiões Produtoras de São Paulo, 1985 e 1986⁽¹⁾

DIRA	Sorocaba		Campinas	
	1985	1986	1985	1986
Jan.	70,1	104,5	63,7	97,1
Fev.	71,3	136,0	64,9	127,4
Mar.	42,6	153,4	43,4	122,4
Abr.	49,9	158,9	43,0	155,4
Mai.	50,3	154,2	44,6	149,7
Jun.	68,2	152,1	66,0	149,6
Jul.	90,3	162,8	82,8	192,5
Ago.	123,1	118,4	138,4	165,0
Set.	150,6	157,8	146,8	149,6
Out.	98,8	...	109,2	...
Nov.	94,2	...	86,2	...
Dez.	82,7	...	80,3	...

⁽¹⁾ Base 100: média mensal dos quatro anos anteriores. Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: dados originais do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

- Panorama Internacional

As expectativas de redução da safra brasileira em decorrência da seca sem precedentes que atingiu praticamente todas as principais áreas cafeeiras na Região Centro-Sul, a renovação do Acordo Internacional para 1985/86, acrescidas de problemas de exportação em Uganda em vista de questões políticas, provocaram extraordinária elevação de preços a partir de setembro de 1985. Os preços indicativos compostos da Organização Internacional do Café (OIC) elevaram-se da média de 119 centavos de dólar por libra-peso nesse mês, para 204 centavos em março de 1986. Nos meses seguintes baixaram gradativamente até 149 em julho, para novamente aumentar até setembro de 1986 para 181 centavos por libra.

A queda de preços deveu-se ao fim das especulações em bolsa no exterior, com o término do período seco no Brasil, e ao fato de os torrefadores estarem abastecidos face às vendas vultosas do final de 1985, especialmente as efetuadas pelo Brasil. Além disso, não ocorreram vendas em 1986, o que evidentemente afastou o perigo de crise ainda mais aguda e elevação de preços a níveis dificilmente calculáveis. Pouco efeito tiveram sobre a tendência baixista as medidas de restrição à oferta adotadas pelo IBC, como o programa de retenção reversível, o de retenção definitiva e a fixação de níveis excessivamente elevados do preço mínimo de registro de exportação que tornavam proibitivas as vendas externas por estarem acima das cotações internacionais.

Em 19/02/86, a OIC suspendeu as quotas de exportação dos países membros, ou seja, as cláusulas econômicas do Acordo Internacional, uma vez que a média móvel de 15 dias do preço indicativo composto (PIC) situou-se acima de US\$1,45 por libra-peso mais 3,5%, durante 45 dias de comercialização. O PIC de 15 dias atingiu um máximo de US\$2,1363 em 14 de janeiro e declinou após essa data. As quotas de exportação poderiam ser reintroduzidas caso o preço indicativo de 15 dias caísse para US\$1,3455, mas isso não ocorreu até o início do novo ano cafeeiro em 01/10/86. Nesse mês, os membros da OIC deveriam chegar a um acordo sobre a distribuição da quota global entre os países produtores. O Conselho da OIC deveria estabelecer a quota global e o intervalo de preços. O Brasil pleiteou manter sua quota histórica de cerca de 30% do mercado, mas em 15 de setembro, quando começaram as reuniões em Londres, já se configuravam dificuldades, uma vez que para uma quota prevista de 17 milhões de sacas, a produção brasileira não ultrapassa 11,2 milhões de sacas segundo o que foi divulgado por fontes oficiais. Por esse motivo, o Brasil, acompanhado da Colômbia e da Costa do Marfim, apresentou uma proposta no sentido de manter o sistema de rateio vigente no ano cafeeiro passado, sob ameaça de se retirar do Acordo Internacional, caso fosse reduzida sua quota. Entretanto, face ao comportamento dos preços, não houve, em princípios de outubro, na primeira reunião, renovação de todas as cláusulas econômicas em Londres.

No dia 17 de setembro iniciaram-se as compras de contratos na Bolsa de Londres para a importação pelo Brasil de café robusta, tendo sido anunciada por autoridades federais do setor a possibilidade de importação de até 1,5 milhão de sacas de robustas e centro-americanas, face à extrema escassez de café brasileiro, reduzindo os estoques do IBC a apenas 2,5 milhões de sacas. Esse fato, anunciado às vésperas do início das negociações em Londres, evidencia claramente a impossibilidade de se cumprir metas sequer próximas à quota pleiteada para o Brasil, ainda que se alegue a capacidade de retorno da produção a níveis superiores a 30 milhões de sacas no

futuro próximo.

Segundo estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), de julho de 1986, a produção mundial de café da safra 1986/87 será da ordem de 82.935 mil sacas de 60kg, o que representa redução de 14% em relação à sua estimativa da safra anterior. Para o Brasil, a previsão do USDA foi de 16,5 milhões de sacas; contudo, a estimativa do IBC para a produção brasileira em 1986 é de 11,2 milhões de sacas. Os dados da produção mundial mostram para a atual safra uma queda considerável em relação às três safras anteriores, mas pouco inferior à média das safras 1977/78 e 1981/82 que atingiu 83,2 milhões.

De acordo com os dados do USDA, a oferta mundial será suficiente para atender a demanda de 90,7 milhões; embora a produção deva ser 12,9 milhões inferior à procura em decorrência da seca no Brasil. Essa diferença reduzirá os estoques mundiais no final do ano cafeeiro 1986/87 para 37,6 milhões de sacas, ou 32,3 milhões se considerada a estimativa do IBC para as safras brasileiras. Esse estoque estará concentrado principalmente nos países da América do Sul (18,0 milhões de sacas), especialmente na Colômbia (12,1 milhões); mas certamente o estoque final estimado para o Brasil (4,9 milhões) deverá ser revisto, uma vez que a estimativa do USDA supera a do IBC para o Brasil de 5,3 milhões de sacas. Assim, apesar da anunciada importação de 1,5 milhão de sacas, o Brasil dificilmente poderá exportar 14,5 milhões conforme previsto pelo USDA (quadros 75 e 76).

A evolução dos preços indicativos da OIC mostra claramente o aumento das cotações dos cafés brasileiros e outros arábicos a partir de um mínimo em julho de 1985, de 131 centavos de dólar por libra-peso, quando atingiu o menor nível verificado nos últimos cinco anos, até um máximo de 303 em janeiro de 1986. Nos meses seguintes decresceram até julho para 183, aumentando novamente a partir de então (quadro 77).

Segundo dados da Carteira do Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, no ano civil de 1984 as exportações de café proporcionaram um montante de 2.850 milhões de dólares, correspondentes a 10,5% do total exportado pelo País. Desse montante, 2.582 milhões de dólares corresponderam à exportação de café cru em grão e o restante à de café industrializado. Em 1985, foram exportados 19,1 milhões de sacas no valor de 2.607 milhões de dólares, sendo 269 milhões de café industrializado. A participação do Brasil nas importações dos principais países compradores de café desde 1980 tem apresentado evolução positiva que, apesar de pequena, pode ser considerada satisfatória face às limitações impostas pelo acordo internacional e pelos sucessivos acidentes climáticos que limitavam nossas possibilidades de expansão. Em 1986, no entanto, restritas as nossas disponibilidades, certamente haverá perda de posição em relação aos competidores.

A escassez da produção nacional obrigou a importação para que se evitassem pressões excessivas sobre os níveis de preços congelados para torrefadores no varejo, em decorrência de uma das principais medidas adotadas pelo plano federal de estabilização econômica. Em meados do primeiro semestre, já prevendo restritas disponibilidades para atender ao mercado interno e externo e face às possibilidades de geadas, o IBC determinou que as firmas exportadoras reservassem para o mercado interno um percentual de suas vendas externas. O contingenciamento foi aplicado através da retenção reversível pela qual uma saca de café tipo 7/8 deveria ser entregue ao Governo e mais tarde liberada, para cada saca do mesmo tipo exportada. Além disso, foram fixados preços mínimos de registro de exportação de até US\$2,86 por libra peso, a níveis incompatíveis com os preços praticados no mercado internacional, apesar de reduções na taxa de exportação, pelo que, posteriormente, os preços de registro passaram a variar em função das cotações de 5 dias anteriores. Apesar dessas medidas, embora as exportações se tornassem viáveis, houve reduções significativas nas quantidades embarcadas mensalmente face ao relativo desinteresse dos importadores por compras aos preços praticados.

De acordo com informações divulgadas pelo IBC em agosto/setembro, a produção da safra comercial 1986/87 foi de 11,2 milhões de sacas beneficiadas, volume 62% inferior a do ano anterior (a segunda estimativa tinha sido de 14,7 milhões). Destacou-se em primeiro lugar o Estado de Espírito Santo com 3,7 milhões de sacas, em virtude da produção da variedade Conillon, de inferior qualidade, seguindo-se Minas Gerais com 3,2 milhões. As chuvas, que normalmente se verificam a partir de setembro e outubro, sã ocorreram a partir de março de 1986, o que provocou prejuízos severos à florada, queda de frutos em crescimento e má granação, com graves perdas em quantidade, renda e qualidade do café. Os cafezais de São Paulo, Paranã e Minas Gerais foram prejudicados seriamente e mesmo os do Espírito Santo foram bastante atingidos no início do ano.

A partir de setembro de 1985, os preços recebidos pelos cafeicultores aumentaram rapidamente, pelo efeito da seca que reduziu extraordinariamente a safra 1986/87. A evolução de preços médios nominais e constantes observados em São Paulo, no período de setembro de 1985 a fevereiro de 1986, evidencia que praticamente triplicaram em termos reais. As cotações no início de 1986 chegaram a atingir Cr\$4.000.000,00 e até mais para os cafês de melhor qualidade, enquanto os preços médios nominais no primeiro trimestre alcançaram Cr\$3.000.000,00 por saca beneficiada. Em março, os preços foram congelados pelo plano de estabilização a Cz\$92,40/kg no varejo e foi estabelecido um acordo entre produtores, torrefadores e exportadores de café para que a saca de 60kg beneficiada fosse negociada a um preço máximo de Cz\$2.750,00 para o café vendido às torrefações. Até o fim de setembro, os preços congelados mantiveram-se sem dificuldades aparentes, uma vez que o tabelamento fixou-os a nível relativamente elevado e não havia previsões altistas significativas por parte do mercado externo, bastante calmo.

No início de outubro, porém, o IBC já estudava a questão de compatibilização de preços, promovendo contactos entre os diferentes setores do mercado, uma vez que a indústria alegava estar comprando a matéria-prima a preços que chegariam até a Cz\$3.200,00 a saca, o que tornaria inviável, a curto prazo, a torrefação e moagem sujeitas a preços-teto no varejo. Foram divulgadas notícias, no entanto, de que a indústria estaria misturando de 15% a 30% de café Conillon nos "blends" para o mercado interno, o que reduziria os custos de matéria-prima, uma vez que essa variedade é cotada em torno de Cz\$2.250,00 por saca (quadro 78).

Durante o ano em curso, as medidas governamentais para o controle de preços internos iniciaram-se antes mesmo do plano federal de estabilização, quando a Portaria nº 80 da SUNAB, publicada no Diário Oficial da União em 31/12/85, estabeleceu que o preço máximo de venda ao consumidor do café torrado e moído seria formado pelo preço de aquisição, acrescido da margem bruta de comercialização de 8%, com prazo máximo para pagamento à indústria em 30 dias. No dia 31/01/86, a Resolução nº 16 do IBC fixou os preços de garantia, para compras pela autarquia, dos cafês da safra 1985/86 e anteriores, a vigorar a partir de 01/02/86. Os cafês Arábica tiveram seus preços fixados em Cz\$932.380,00/saca de tipo 6 para melhor, bebida isenta do gosto Rio Zona, e Cz\$841.171,00/saca do tipo 7 para melhor, qualquer bebida, e para o robusta Conillon tipo 7 para melhor. A Resolução nº 35, de 04/04/86, instituiu o Programa de Retenção de Estoques, vinculado às exportações de café verde, com o intuito de reduzir pressões sobre o nível interno de preços congelados.

A Resolução nº 55, de 04/08/86, por sua vez, fixou os preços de garantia, a partir de 1º de outubro, em Cz\$2.650,00 para o tipo 6 para melhor, bebida isenta do gosto Rio Zona.

— Perspectivas

A safra comercial 1987/88 no Brasil, segundo as expectativas, poderá ser suficiente para reequilibrar a posição estatística, reduzida em outubro a estoques oficiais de 2,5 milhões de sacas, com importações anunciadas da ordem de 1,5 milhão e estoques em mãos de particulares estimados pelo comércio entre 18 e 19 milhões de sacas. Uma vez que o consumo interno somado às exportações de verde e solúvel correspondem, em situação normal de disponibilidades, a um mínimo de cerca de 2 milhões de sacas mensais, prevê-se que durante os próximos oito meses até o início da próxima safra serão consumidos cerca de 16 milhões de sacas. Observe-se que o consumo nacional de café, que atingiu 8,9 milhões de sacas em 1970, foi reduzido para 6,0 milhões de sacas em 1985, tendo sido, de janeiro a maio de 1986, de 2,3 milhões.

Assim, mesmo que o Brasil exporte menores quantidades até o início da nova safra e considerada a expectativa de maior consumo interno em decorrência do aumento do poder aquisitivo, é de se esperar que no primeiro trimestre de 1987 e particularmente em abril desse ano a escassez do produto atinja seu ponto máximo, com consideráveis pressões altistas sobre os preços congelados no varejo, caso sejam mantidos a esse nível, inclusive em função das importações anunciadas.

No âmbito internacional, não houve uma definição na reunião de Londres realizada em fins de setembro não só quanto à distribuição das quotas de exportação, como sobre a quota global da safra 1986/87 e faixa de preços de sustentação a vigorar no ano cafeeiro. Na resolução final adotada, ficou definida a convocação de uma sessão especial se o preço indicador da OIC cair para US\$1,45, na qual se negociarão as medidas econômicas apropriadas. As perspectivas são, pois, de elevação de cotações externas em função das menores disponibilidades do Brasil até que a esperada maior safra 1987/88 venha a reequilibrar o mercado.

(IEA, 16/10/86)

QUADRO 75 . - Produção Mundial de Café de Países Seleccionados, Safras Comerciais, 1982/83 a 1986/87

(em 1.000sc.60kg)

Região e País	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87
América do Sul (Total)	35.192	47.130	44.068	49.816	33.825
Brasil	17.750	30.000	27.000	33.000	16.500 ⁽¹⁾
Colômbia	13.300	13.000	12.800	12.000	12.400
Outros	4.142	4.130	4.268	4.816	4.925
América do Norte, Central e Caribe (Total)	17.449	15.591	16.870	15.307	17.070
México	4.530	4.530	4.250	4.480	4.660
El Salvador	2.800	2.400	2.840	2.300	2.600
Guatemala	2.530	2.340	2.703	2.530	2.900
Outros	7.589	6.321	7.077	5.997	6.910
África (Total)	20.049	16.213	19.575	20.947	21.213
Costa do Marfim	4.510	1.420	4.609	4.667	4.833
Uganda	3.000	2.700	2.800	2.700	3.000
Outros	12.539	12.093	12.166	13.580	13.380
Ásia (Total)	8.573	8.618	10.474	9.498	9.921
Indonésia	4.750	5.515	5.600	5.800	5.800
Outros	3.823	3.103	4.874	3.698	4.121
Oceania (Total)		943	780	879	906
Papua-Nova Guiné	648	939	774	873	900
Outros	6	4	6	6	6
Total mundial	81.917	88.495	91.767	96.447	82.935

⁽¹⁾ A terceira previsão do IBC foi de 11,2 milhões de sacas.

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA), julho de 1986.

QUADRO 76 . - Oferta de Café e Distribuição por Países Produtores, 1986/87⁽¹⁾
(em 1.000sc./60kg)

Região e País	Estoque inicial	Produção	Impor- tação	Total disponível	Total exportado	Uso doméstico	Estoque final
América do Norte e Central							
Costa Rica	1.193	2.300	-	3.493	1.800	240	1.453
Cuba	91	350	160	601	230	275	96
República Dominicana	564	910	-	1.474	572	310	592
El Salvador	894	2.600	-	3.494	2.400	200	894
Guatemala	180	2.900	-	3.080	2.600	300	180
Haiti	20	633	-	653	370	260	23
Honduras	584	1.400	-	1.984	1.300	160	524
Jamaica	-	30	2	32	19	13	-
México	678	4.660	-	5.338	3.200	1.620	518
Nicarágua	30	750	-	780	665	90	25
Panamá	58	250	-	308	150	75	83
Trinidad e Tobago	6	30	6	42	16	22	4
Estados Unidos	47	257	70	374	2	318	54
Total	4.345	17.070	238	21.653	13.324	3.883	4.446
América do Sul							
Bolívia	31	150	-	181	100	41	40
Brasil ⁽²⁾	11.414	16.500	-	27.914	14.500	8.500	4.914
Colômbia	13.103	12.400	-	25.503	11.500	1.873	12.130
Equador	549	2.000	-	2.549	1.720	282	547
Guiana	-	25	-	25	3	22	-
Paraguai	307	250	-	557	260	22	275
Peru	440	1.300	-	1.740	1.100	190	450
Venezuela	278	1.200	-	1.478	378	900	200
Total	26.122	33.825	-	59.947	29.561	11.830	18.556
África							
Angola	559	250	-	809	300	43	466
Benin	-	50	-	50	49	1	-
Burundi	7	500	-	507	472	1	34
Camarões	832	1.900	-	2.732	1.690	55	987
Rep. Centro Africana	39	300	-	339	245	18	76
Congo	14	40	-	54	37	1	16
Guiné Equatorial	2	15	-	17	10	7	-
Etiópia	942	3.150	-	4.092	1.600	1.800	692
Gabão	2	40	-	42	40	1	1
Gana	13	15	-	28	13	7	8
Guiné	21	50	-	71	40	6	25
Costa do Marfim	1.492	4.833	-	6.325	4.380	70	1.875
Quênia	1.116	1.775	-	2.891	1.750	60	1.081
Libéria	50	170	5	225	160	7	58
Madagascar	952	1.250	-	2.202	980	197	1.025
Malawi	12	75	-	87	60	-	27
Nigéria	12	50	98	160	15	130	15
Ruanda	116	550	-	666	530	1	135
Serra Leoa	25	255	-	280	237	6	37
Tanzânia	415	850	-	1.265	900	20	345
Togo	28	275	-	303	250	1	52
Uganda	3.508	3.000	-	6.508	2.700	51	3.757
Zaire	1.126	1.620	-	2.746	1.480	200	1.066
Zimbábue	47	200	-	247	180	9	58
Total	11.330	21.213	103	32.646	18.118	2.692	11.836
Ásia							
Índia	1.035	2.333	-	3.368	1.400	1.200	768
Indonésia	1.306	5.800	-	7.106	4.900	950	1.256
Malásia	22	150	200	372	102	250	20
Filipinas	447	950	-	1.397	550	397	450
Sri Lanka	4	78	-	82	10	66	6
Tailândia	45	500	-	545	342	140	63
Vietnã	-	60	-	60	25	35	-
Rep. Árabe do Iemém	-	50	-	50	40	10	-
Total	2.859	9.921	200	12.980	7.425	2.992	2.563
Oceania							
Nova Caledônia	-	6	-	6	-	6	-
Papua Nova Guiné	158	900	2	1.060	850	17	193
Total	158	906	2	1.066	850	23	193
Total mundial	44.814	82.935	543	128.292	69.278	21.420	37.594

⁽¹⁾ Previsão.

⁽²⁾ A 3ª estimativa do IBC realizada em Agosto-Setembro para a safra comercial de 1986/87 foi de 11,2 milhões de sacas.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), julho de 1986.

QUADRO 77. - Preços Indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), 1982-86

(em centavos de dólar por libra-peso)⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Brasileiro e outros arábicos	Robusta	Média composta ⁽²⁾
1982	148,60	139,87	143,68	111,05	125,46
1983	141,61	131,69	142,75	124,12	127,91
1984	147,33	144,25	149,65	138,16	141,21
1985					
Jan.	146,03	145,58	152,10	127,90	136,74
Fev.	149,00	143,73	157,25	124,67	134,20
Mar.	146,88	141,27	155,56	124,02	132,65
Abr.	144,85	140,66	146,33	123,25	131,96
Mai.	-	141,94	143,84	121,41	131,68
Jun.	148,07	141,16	136,71	120,52	130,84
Jul.	-	134,31	130,81	107,29	120,68
Ago.	-	132,93	133,25	106,81	119,96
Set.	147,56	133,07	139,03	105,11	118,78
Out.	151,94	140,48	150,27	112,48	125,93
Nov.	165,82	154,85	174,28	128,03	140,91
Dez.	202,69	196,77	201,70	153,40	174,84
Média	155,87	145,56	151,76	121,24	133,26
1986					
Jan.	263,77	235,30	303,42	172,22	204,02
Fev.	248,24	226,52	276,26	163,32	195,11
Mar.	252,93	237,62	286,68	169,79	204,23
Abr.	241,95	224,07	288,55	157,53	191,73
Mai.	237,45	208,74	280,24	142,56	176,92
Jun.	215,44	174,54	229,10	125,79	151,14
Jul.	191,36	170,63	183,40	126,42	149,12
Ago.	194,05	172,23	190,43	135,17	154,38
Set.	211,11	198,36	210,36	163,80	181,45

⁽¹⁾ Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

⁽²⁾ O preço indicador diário "1976" que vigorava até setembro era baseado apenas nas cotações de Nova York. A partir de 01/10/81, foi considerado o preço indicador "1979", que é a média dos cafês "Outros suaves" (75% "ex-dock" em Nova York e 25% em Bremen/Hamburg) e "Robustas" (60% "ex-dock" em Nova York e 40% em Havre/Marselha).

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO 78. - Preços Médios Correntes e Reais de Café Beneficiado Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1984/86⁽¹⁾

(em Cr\$.e Cz\$/sc.60kg)

Mês	1984		1985		1986	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Jan.	56.649	799.997	310.330	1.319.430	2.930.360	3.555.406
Fev.	62.218	782.702	401.854	1.550.955	2.940.230	2.914.003
Mar.	66.697	763.014	431.010	1.476.037	3.090,48	3.090,48
Abr.	69.113	725.825	449.710	1.436.329	2.822,16	2.839,09
Mai.	90.550	873.192	470.775	1.394.906	2.825,39	2.832,74
Jun.	106.117	937.427	454.164	1.248.043	2.663,24	2.656,34
Jul.	125.936	1.008.294	453.342	1.143.646	2.659,35	2.635,63
Ago.	130.631	945.233	483.005	1.068.842	2.803,70	2.742,27
Set.	146.868	961.809	524.182	1.063.041	2.891,06	2.797,36 ⁽³⁾
Out.	163.000	948.220	735.927	1.368.383		
Nov.	189.560	1.003.493	1.130.331	1.828.762		
Dez.	215.030	1.029.843	1.680.126	2.401.236		

⁽¹⁾ Até fevereiro/86 os preços estão em cruzeiros, a partir de março/86 estão em cruzados.

⁽²⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, (base mar. 1986 = 100).

⁽³⁾ Estimado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

- CANA-DE-AÇÚCAR

- Panorama Internacional

A partir do segundo semestre de 1985 as cotações internacionais do açúcar apresentam elevações, atingindo o pico em abril de 1986, quando passaram novamente a declinar, delineando-se a princípio uma média de preços para o ano em curso bem superior à do ano passado (quadro 79).

Continuam como principais fatores de pressão contra a elevação dos preços do açúcar no mercado mundial: a atuação da Comunidade Econômica Européia (CEE) que, incentivando a produção do açúcar de beterraba através de generosos subsídios aos seus produtores, passou de importadora a uma das principais exportadoras do produto; a política protecionista dos Estados Unidos em relação à sua indústria açucareira, no intuito de alcançar a auto-suficiência e o crescimento do consumo de xarope de milho (High Fructose Corn Syrup - HFCS), que vem pressionando para baixo a demanda por açúcar no mercado internacional.

É bom salientar que, embora a produção da safra 1986/87 possa decrescer, em função de fatores climáticos adversos que atrasaram o plantio da beterraba em alguns países, particularmente na França e devido à grande diminuição de área plantada na Áustria, mesmo assim a CEE deve fechar a safra detendo cerca de 14% da produção total, mantendo sua posição no rol dos principais produtores/exportadores mundiais.

Por outro lado, os Estados Unidos, principais importadores líquidos do produto, apresentam tendência decrescente no volume de importação; de um patamar de mais de 5 milhões de toneladas em 1974, caíram para menos de 3 milhões em 1985.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estima uma produção mundial de açúcar por volta de 100 milhões de toneladas para a safra 1986/87. Este nível possivelmente seguirá a demanda, porém, o estoque dos últimos anos é bastante elevado, representando parcela equivalente a 40% do consumo, com poucas possibilidades de melhora nas cotações do produto a curto prazo.

O que se verifica atualmente em determinados países, até então dependentes da importação do açúcar, é uma busca da auto-suficiência, ocasionando uma retração ainda maior no comércio internacional, que pode se constatar através das taxas negativas de crescimento das importações nos dois últimos anos.

Por outro lado, enquanto a CEE não se submete a um sistema de quotas de exportação, impedindo que se chegue a um consenso quanto ao estabelecimento de um novo Acordo Internacional do Açúcar, o que se observa é que a tentativa de recuperação do mercado tem-se dado unilateralmente, por parte de um ou outro país.

Portanto, até que os grandes produtores resolvam controlar sua produção de forma mais racional, face à atual situação de superoferta, e ao fato de que alguns países menos capacitados a suportar a gravosidade do produto possam vir a se retirar do mercado, ainda deverão permanecer baixas as cotações internacionais até que se altere consideravelmente a relação entre os níveis de estoque e de consumo. Convém lembrar que, uma vez instalado um parque industrial, é pouco provável que ocorram reduções significativas na produção.

- Situação Interna

A grande novidade para a safra 1986/87, que se iniciou em junho de 1986, foi o estabelecimento por parte do Governo Federal do Plano Trienal de Produção de Açúcar e Alcool. Em uma primeira instância estabeleceram-se níveis de produção de açúcar e álcool, para o triênio 1986/87 - 1988/89, de tal forma que a produção global de açúcar decrescerá 13,6% da primeira para a segunda safra e de 6,8% desta para a última. Com relação à produção de álcool, as safras serão sempre crescentes, devendo apresentar taxas de crescimento de 15,1% e 13,3%, respectivamente (quadro 80).

Porém, para melhor balisar a produção do setor sucroalcooleiro, estabeleceu-se que o plano plurianual será adotado sem prejuízo dos planos anuais de safra, tendo como um dos objetivos proporcionar a necessária orientação ao setor produtivo, quer na formação dos contingentes de matéria-prima, quer na realização dos investimentos industriais. Para tanto, foi aprovado o programa de produção de açúcar e álcool, expresso em ART (Açúcares Redutores Totais), a título de estimativa e que serão consolidados quando da definição das respectivas safras, compatibilizando-se os volumes definitivos dos produtos finais com as necessidades do consumo interno e possibilidades efetivas de exportação.

Os volumes, expressos em ART, apresentam crescimentos de 6,2% e 8,6%, respectivamente, mostrando que as taxas de crescimento da produção de álcool serão contrabalançadas pelas de crescimento da de açúcar. O objetivo fundamental do programa é conciliar o pleno abastecimento do mercado interno, a adequada presença do País nos mercados internacionais de produtos sucroalcooleiros e a eliminação de excedentes até o final da safra 1988/89, em função das perspectivas.

Isto equivale a dizer que é intenção do Governo diminuir a produção global do açúcar no triênio e, conseqüentemente, ofertar volumes cada vez menores no mercado mundial, haja vista que estabeleceu-se produção de 8,6 milhões de toneladas para a safra 1986/87, e de 7,4 e 6,9 milhões para as safras seguintes. A produção da terceira safra (6,9 milhões de toneladas) pouco ultrapassará o atual nível de consumo do mercado interno, que gira em torno de 6,0 milhões de toneladas/ano (quadro 80).

Por outro lado, estima-se um estoque de passagem da safra 1985/86 em torno de 3,76 bilhões de litros de álcool em mãos da Petrobrás e do sistema produtor. Quanto à exportação de etanol, o mercado não se mostra promissor e não deverá ultrapassar a casa dos 300 milhões de litros. Ao manter o mesmo nível de produção da safra anterior, presume-se que os elevados estoques deverão permanecer, na medida em que não surgirem novas alternativas de demanda para o álcool combustível.

Com o estabelecimento do pacote econômico, em março de 1986, deflagrou-se uma situação de aquecimento da demanda, em função de ganhos reais de renda e/ou falta de opções de investimento, refletindo na procura por automóveis e conseqüente consumo de combustíveis. Daí a expectativa de um aumento na demanda neste segmento da agroindústria canavieira.

A nova unidade de medida (ART) balisarã a produção conforme a seguinte ponderação: 1,047 de ART corresponde a 1 tonelada de açúcar e 1,786 de ART corresponde a mil litros de álcool. Para se obter os valores de cada produto divide-se o número de ART pelos índices utilizados pelo IAA (quadro 81). Os valores globais de ART poderão ser revistos, dependendo do comportamento futuro da demanda, bem como os valores específicos destinados a cada subproduto.

Quanto à safra 1985/86, o Plano de Produção do IAA havia definido os seguintes níveis globais de produção de açúcar e álcool: 7,75 milhões de toneladas e 11,1 bilhões de litros. O desempenho efetivo das usinas e destilarias do país registrou 7,82 milhões de toneladas e 11,8 bilhões de litros, respectivamente. É bom salientar que, no caso do álcool, o bom desempenho se deveu basicamente à Região Centro-Sul, particularmente ao Estado de São Paulo, visto que, de uma cota definida em 6,7 bilhões de litros, foram produzidos 7,6 bilhões (quadros 82 e 83).

A par da boa performance das destilarias paulistas, cabe ressaltar que, à exceção dos

Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os demais Estados também vêm apresentando crescente participação na produção de álcool.

Com relação às exportações de açúcar, o País deverá destinar uma quota de 2,7 milhões de toneladas para o ano em curso. Com a recuperação das cotações, a partir de junho de 1985, as exportações brasileiras apenas deixaram de ser gravosas, pois com a venda de 2,5 milhões de toneladas, foi arrecadada a baixa receita de US\$374 milhões. Portanto, os volumes a serem exportados deverão decrescer, na tentativa de diminuir a oferta mundial do produto e de elevar as cotações ora deprimidas.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar. Na safra 1985/86 foram colhidos cerca de 230 milhões de toneladas. Deste total, a principal região produtora do País, a Centro-Sul, deteve 164 milhões, ou seja, 71%. Já o Estado de São Paulo, que é o maior produtor de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Brasil, produziu cerca de 122 milhões de toneladas da matéria-prima, o que representa 52% de toda a cana moída na safra.

A área total plantada no Estado, na safra 1985/86, foi de 2.034 mil hectares, contra uma área de 1.952 mil hectares em 1984/85. No entanto, a produção da safra 1984/85 foi superior à de 1985/86, que apresentou volume de 122 milhões de toneladas, refletindo um decréscimo de 4% na produtividade, possivelmente resultado dos efeitos da seca.

À parte a importância do Estado de São Paulo no contexto nacional da agroindústria canavieira, com rendimentos agrícolas médios acima de 70t/ha, outros Estados produtores, como Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, merecem destaque na Região Centro-Sul, com volumes de produção de cana-de-açúcar acima de 10 milhões de toneladas. Contudo, é bom salientar que a produtividade nesses Estados está aquém da de São Paulo, alcançando 60t/ha ou mesmo 50t/ha, como é o caso do Rio de Janeiro.

Em 1985, foram enquadrados apenas 15 projetos de implantação de destilarias de álcool pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL), no âmbito do PROÁLCOOL. Este ritmo de enquadramento menos significativo revela que a atual capacidade instalada já é compatível com a estimativa de demanda. Portanto, o Governo Federal definiu que a nova fase do PROÁLCOOL estará voltada para a redução dos custos de produção e aumentos de produtividade, tanto agrícola como industrial.

Paralelamente, os novos projetos a serem enquadrados deverão ser originários de Estados onde haja déficit de produção, buscando a auto-suficiência. Para aqueles Estados que se caracterizam como exportadores líquidos do produto, como é o caso de São Paulo, não deverão ser canalizados recursos do PROÁLCOOL para novos investimentos.

(IEA, 07/11/86)

QUADRO 79. - Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1980-86 ⁽¹⁾

(em US\$/t)

Mês	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Jan.	378,72	609,79	284,55	132,89	154,12	79,47	106,10
Fev.	502,09	530,86	289,40	142,16	147,70	81,90	122,47
Mar.	432,98	480,82	250,33	136,64	141,50	84,55	155,19
Abr.	468,25	394,62	212,80	147,24	133,33	76,16	183,89
Mai.	687,39	331,79	179,47	201,32	123,84	62,25	171,96
Jun.	679,01	362,60	151,43	236,87	122,29	61,43	140,88
Jul.	610,67	360,71	172,85	232,45	101,10	69,09	122,62
Ago.	700,40	332,01	152,10	234,00	110,16	96,90	128,51
Set.	765,87	257,84	127,81	208,61	90,73	112,58	102,95
Out.	895,50	266,89	129,82	214,79	101,55	110,38	...
Nov.	833,55	263,14	143,49	183,89	97,35	120,97	...
Dez.	634,92	286,09	140,40	171,08	80,35	119,99	...
Média	649,11	373,10	186,20	187,16	117,00	89,64	137,17 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova Iorque e Londres, FOB - Porto do Caribe.

⁽²⁾ Média preliminar.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 80. - Plano Trienal de Açúcar e Alcool, Brasil, Safras 1986/87, 1987/88 e 1988/89

Item	Safra 1986/87	Variação (%)	Safra 1987/88	Variação (%)	Safra 1988/89
Açúcar (milhões de toneladas)	8,6	- 13,6	7,4	- 6,8	6,9
Alcool (bilhões de litros)	11,7	+ 15,1	13,5	+ 13,3	15,3
Produção Prevista em ART ⁽¹⁾	29.907.128,6	+ 6,2	31.758.589,8	+ 8,6	34.491.947,5

⁽¹⁾ ART - Açúcares Redutores Totais.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 81. - Plano de Produção de Açúcar e Alcool, Brasil, Safra 1986/87

Regiões e Unidades da Federação	Açúcar		Alcool	
	1.000t	%	1.000ℓ	%
Norte-Nordeste				
Rondônia	-	-	3.700	0,03
Pará	5,0	0,06	12.700	0,11
Maranhão	48,0	0,56	28.200	0,24
Piauí	-	-	14.300	0,12
Ceará	40,0	0,47	22.700	0,19
Rio Grande do Norte	135,0	1,58	146.300	1,25
Paraíba	155,0	1,81	342.000	2,91
Pernambuco	1.617,0	18,89	606.000	5,17
Alagoas	1.355,0	15,83	877.500	7,48
Sergipe	120,0	1,40	52.500	0,45
Bahia	<u>105,0</u>	<u>1,22</u>	<u>57.100</u>	<u>0,49</u>
Total	3.580,0	41,82	2.163.000	18,44
Centro-Sul				
Minas Gerais	525,0	6,13	530.600	4,52
Espírito Santo	42,5	0,50	169.100	1,44
Rio de Janeiro	374,2	4,37	290.000	2,47
São Paulo	3.752,1	43,83	7.010.700	59,78
Paraná	200,0	2,34	751.600	6,41
Santa Catarina	30,0	0,35	4.600	0,04
Rio Grande do Sul	5,2	0,06	1.600	0,01
Mato Grosso	37,0	0,43	155.700	1,33
Mato Grosso do Sul	-	-	298.700	2,55
Goiás	<u>14,0</u>	<u>0,17</u>	<u>352.800</u>	<u>3,01</u>
Total	4.980,0	58,18	9.565.400	81,56
Brasil	8.560,0	100,00	11.728.400	100,00

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 82. - Produção Total de Açúcar e Participação Percentual, Região Norte-Nordeste e Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1983/84 a 1985/86 e Plano de Safra 1985/86

Região e Estado	1983/84		1984/85		1985/86		Plano de Safra 1985/86	
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%
Norte-Nordeste	3.574	39,3	3.536	40,0	3.199	40,9	3.177	41,0
Centro-Sul	5.512	60,7	5.313	60,0	4.620	59,1	4.569	59,0
Minas Gerais	491	5,4	520	5,9	509	6,5	500	6,5
Espírito Santo	29	0,3	36	0,4	31	0,4	42	0,5
Rio de Janeiro	437	4,8	433	4,9	434	5,5	430	5,6
São Paulo	4.342	47,8	4.106	46,4	3.416	43,7	3.385	43,7
Paraná	151	1,7	142	1,6	152	1,9	135	1,7
Santa Catarina	21	0,2	22	0,2	23	0,3	25	0,3
Rio Grande do Sul	8	0,1	8	0,1	7	0,1	6	0,1
Mato Grosso	25	0,3	31	0,3	36	0,5	30	0,4
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	8	0,1	15	0,2	12	0,2	16	0,2
Brasil	9.086	100,0	8.849	100,0	7.819	100,0	7.746	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 83. - Produção Total de Alcool (Anidro e Hidratado) e Participação Percentual, Região Norte e Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1983/84 a 1985/86 e Plano de Safra 1985/86

Região e Estado	1983/84		1984/85		1985/86		Plano de Safra 1985/86	
	1.000ℓ	%	1.000ℓ	%	1.000ℓ	%	1.000ℓ	%
Norte-Nordeste	1.129.638	14,4	1.600.406	17,3	2.021.047	17,1	2.068.100	18,6
Centro-Sul	6.734.573	85,6	7.648.488	82,7	9.799.459	82,9	9.043.100	81,4
Minas Gerais	270.122	3,4	327.824	3,5	434.888	3,7	460.000	4,1
Espírito Santo	75.855	1,0	118.042	1,3	145.379	1,2	185.000	1,7
Rio de Janeiro	203.483	2,6	219.505	2,4	280.636	2,4	335.000	3,0
São Paulo	5.391.061	68,6	6.023.370	65,1	7.624.001	64,5	6.742.800	60,7
Paraná	491.570	6,2	464.651	5,0	691.250	5,8	660.000	6,0
Santa Catarina	11.167	0,1	11.252	0,1	6.078	0,1	7.500	0,1
Rio Grande do Sul	2.774	0,0	346	0,0	560	0,0	2.200	0,0
Mato Grosso	22.981	0,3	55.370	0,6	77.325	0,6	57.200	0,5
Mato Grosso do Sul	111.462	1,4	172.013	1,9	232.631	2,0	224.000	2,0
Goiás	154.098	2,0	256.115	2,8	306.711	2,6	369.400	3,3
Brasil	7.864.211	100,0	9.248.894	100,0	11.820.506	100,0	11.111.200	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

A cebola de soqueira, cultivada na região de Piedade e municípios limítrofes, oferta da entre o final da safra sulina e o início da safra de claras precoces, sofre os efeitos do porte dessas safras e de seu adiantamento ou atraso. Na última safra a área plantada foi 11,8% maior que a média dos dois anos anteriores e a produção 22,2% maior. Embora os preços recebidos pelos produtores estivessem entre 36% e 39% abaixo da média dos quatro anos anteriores, a boa produtividade agrícola obtida salvou os produtores de um revês econômico (quadros 84 e 85).

O suprimento de cebolas claras precoces (entre junho e setembro) é feito basicamente com as produções dos distritos ceboleiros paulistas de São José do Rio Pardo e Monte Alto e das regiões ribeirinhas do médio São Francisco, na Bahia e em Pernambuco. Conquanto nos últimos anos chegasse a predominar largamente no mercado, a oferta da região nordestina se caracteriza pela sua grande variação. Assim, enquanto no período anterior a 1984 participava com 60% a 65% da oferta nacional de claras, em 1985 contribuiu somente com 36,1% e no presente ano com 44,6%.

Ocupando as estreitas faixas de terrenos marginais ao rio São Francisco, devido às condições ambientais, as culturas são susceptíveis ao desenvolvimento de surtos de doenças, agravadas pela pouca resistência das variedades cultivadas, uso de irrigação por infiltração e pelas características predominantemente impermeáveis do solo. Por outro lado, a concentração da produção e a pequena faixa de opções da economia regional favorecem a oferta, que em determinados anos representa verdadeira inundação do mercado, cuja demanda a nível de produtor apresenta-se com características notadamente inelásticas.

A safra nacional de claras precoces de 1986 apresentou redução de 29,5% em relação à média 1984 e 1985, sendo ligeiramente superior à do ano anterior, que mal atingiu 50% dos anos anteriores. Os preços recebidos pelos produtores situaram-se entre 10% e 44% acima da média dos anos anteriores. A boa produtividade agrícola, face às condições favoráveis do clima, tornou a cultura ainda mais rentável, sucedendo-se dois anos de resultados econômicos favoráveis.

A principal safra paulista de periformes, cuja colheita é iniciada em fins de outubro e que deverá estender-se até fins de 1986, assumiu, em área plantada, valores próximos à média dos anos anteriores, sendo a produção de porte ligeiramente superior à média (4,0%), não obstante os preços estimulantes no mesmo período de comercialização do ano anterior. Os preços que se mantiveram elevados no decorrer do período de venda da safra sulina estimularam sensivelmente a produção riograndense e, sobretudo, a catarinense, que passou a ser o principal Estado produtor nacional. O volume a ser ofertado inspira real preocupação às autoridades ligadas ao setor, estudando-se a possibilidade de exportação face à previsão de ultrapassar a própria capacidade do mercado.

(IEA, 08/12/86)

QUADRO 84 . - Principais Regiões Produtoras de Cebola do Brasil, Época de Maior Concentração de Comercialização no Período 1983/84 a 1986/87

Safr e origem	Época de maior comercialização	Área plantada(ha)				Produção(t)				Produtividade(t/ha)			
		1983/84	84/85	85/86	86/87	1983/84	84/85	85/86	86/87	1983/84	84/85	85/86	86/87
Periforme - soqueira													
São Paulo	mai.-jun.	3.800	3.300	3.970		55.400	52.800	66.040		14.6	16.0	16.63	
Claras precoces													
Bahia	jun.-ago.	3.970	5.923	2.565	3.650	53.000	71.905	20.361	38.624	13.35	12.14	7.94	10.582
Pernambuco	jun.-ago.	5.877	6.850	2.366	3.676	92.700	81.189	22.721	38.622	15.77	11.94	9.60	10.507
DIRA Campinas	jul.-set.	3.251	2.795	2.340	3.310	47.300	44.900	36.680	58.570	14.71	16.06	15.68	17.69
DIRA Ribeirão Preto	jul.-set.	3.180	2.875	2.000	1.810	28.580	51.900	35.380	32.000	8.99	17.45	17.69	17.68
DIRA Araçatuba	jun.-ago.	128	270	74	166	1.336	5.096	1.160	2.800	10.44	18.87	15.68	16.87
DIRA São José do Rio Preto	jul.-ago.	170	170	160	150	3.180	3.430	3.160	2.520	18.71	20.18	19.75	13.8
Total		16.540	18.983	9.505	12.762	226.096	258.430	119.462	173.136	13.67	11.91	12.57	13.57
Periforme - principal safra													
DIRA Sorocaba	out.-dez.	5.320	5.680	5.480	5.470	79.330	96.200	93.540	93.610	14.91	16.94	17.07	17.11
DIRA Araçatuba	set.-out.	462	760	666	664	4.823	14.274	10.460	11.200	10.44	18.78	15.71	16.87
Total		6.562	6.440	6.146	6.134	88.153	110.474	104.000	104.810	13.43	17.15	16.92	17.09
Paraná	dez.-jan.	3.485	4.590	4.685	5.120	19.089	27.635	24.380	26.400	5.48	6.02	5.20	5.16
Santa Catarina	dez.-mar.	12.157	14.409	16.666	23.000	111.116	148.130	148.426	266.000	9.14	10.29	8.91	11.57
Rio Grande do Sul	dez.-mar.	23.122	18.175	17.223	21.000	155.988	172.876	107.645	180.000	6.75	9.51	6.25	8.57
Total		38.764	37.174	38.574	49.120	296.193	348.641	280.451	472.400	7.64	9.38	7.27	9.62

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 85. - Evolução dos Índices de Preços de Cebola Recebidos pelos Produtores em São Paulo nas Principais Regiões Produtoras de São Paulo ⁽¹⁾, 1985/86

Mês	Sorocaba		Campinas	
	1985	1986	1985	1986
Jan.	141,5	112,4	98,6	160,5
Fev.	93,3	149,4	87,5	158,7
Mar.	67,9	127,2	63,3	112,8
Abr.	51,8	108,1	44,2	92,4
Mai.	53,8	59,5	53,2	49,7
Jun.	84,5	72,8	79,5	60,8
Jul.	464,1	144,0 ⁽²⁾	520,0	111,2 ⁽²⁾
Ago.	462,7	102,2 ⁽²⁾	412,0	89,3 ⁽²⁾
Set.	450,1	137,9 ⁽²⁾	222,7	127,6 ⁽²⁾
Out.	239,3	...	230,6	...
Nov.	152,1	...	165,0	...
Dez.	138,0	...	125,4	...

⁽¹⁾ Base 100: média mensal dos quatro anos anteriores. Preços deflacionados pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽²⁾ Expurgados os efeitos dos altos preços do ano anterior - sem este critério as cifras são respectivamente 63,5; 58,3 e 72,8 para a DIRA de Sorocaba e 63,4; 54,0 e 80,2 para a de Campinas.

Fonte: dados originais do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

- FEIJÃO

Para analisar o desempenho da cultura do feijão, no Brasil, é necessário levar em conta a região geográfica e a época de cultivo. Nesse sentido, existem três épocas de plantio: a primeira, denominada cultura das águas, com semeadura durante agosto e setembro e colheita tendo início em novembro; a segunda, semeada de 15 de dezembro a 15 de fevereiro, denominada cultura da seca; e a terceira, semeada em maio e junho, denominada cultura de inverno.

- Feijão das Águas

No que se refere à cultura das águas (1ª safra), analisando-se dados dos três últimos anos e considerando as duas grandes Regiões do Brasil - Centro-Sul e Norte-Nordeste - verifica-se que a Região Centro-Sul figura com 54,7% da área cultivada, 67,5% da produção. Sua maior produtividade é devida, não apenas às condições mais favoráveis de clima, mas, principalmente, à melhor técnica empregada e ao uso mais generalizado de sementes selecionadas, a ponto de nas safras 1983/84 e 1984/85 o rendimento por hectare ter sido maior do que o dobro na Região Centro-Sul, quando comparada com a Região Norte-Nordeste (quadro 86).

Entretanto, no ano agrícola 1985/86, essa maior produtividade da cultura do feijão-das-águas na Região Centro-Sul não foi confirmada devido à intensa estiagem que atingiu os principais Estados produtores, ocasionando redução da área colhida, em relação à área semeada e acentuada queda da produção.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Departamento do Planejamento Agrícola da Secretaria da Agricultura (DEPA) indica que a intenção de plantio da primeira safra deveria situar-se ao redor de 165.000ha com rendimento médio em torno de 700kg/ha; no entanto, a área efetivamente colhida foi de apenas 139.442ha com uma produção de 30.200t, acusando um rendimento de 217kg/ha contra 735kg/ha no ano anterior e 701kg/ha em 1983/84.

No Paraná, que se destaca tanto em área cultivada como em produção do feijão-das-águas, com 22,1% da área e 28,7% da produção total do País nos três últimos anos, a área colhida em 1985/86 foi 15% menor, enquanto a produção teve quebra da ordem de 60%, resultado de redução de 53% no rendimento, em relação à média dos dois anos precedentes.

No Estado de São Paulo foi observada uma quebra de 20,4% da área com relação a 1984/85 e 14,2% com relação a 1983/84, enquanto que a produção foi 54% menor, com um rendimento de 364kg/ha (pouco mais de 6sc./60kg/ha), significando quedas de 41,5% em relação a 1984/85 e de 47,2% em relação a 1983/84.

Apenas o Estado de Minas Gerais constituiu-se em exceção acusando um ligeiro aumento de área (1,8%) com relação a 1984/85 e um substancial aumento de produção, 44,2% a mais que no ano anterior, e 19,2% a mais que em 1983/84 (produtividade respectivamente maior em 41,6% e 27,8%).

- Feijão da Seca

No que se refere à cultura da seca (2ª safra), a situação em termos regionais é mais equilibrada, sendo que a área cultivada na Região Norte-Nordeste, média dos três últimos anos, foi ligeiramente superior à da Região Centro-Sul, 51,4% contra 48,6% da área total do Brasil.

Quanto à produção, a Região Centro-Sul participa com 52,6% da produção total do Brasil, média dos três últimos anos, sendo que o rendimento ou produtividade é sempre maior na Região Centro-Sul. Verifica-se que, em 1983/84, a Região Centro-Sul teve uma produção 5,5% superior à da Região Norte-Nordeste, situação que se ampliou para 48,0% em 1984/85. No último ano agrícola, 1985/86, a situação ficou invertida, com uma produção na Região Norte-Nordeste 8,2% superior à da Região Centro-Sul, devido principalmente a um aumento surpreendente de 56,7% na Região Norte-Nordeste (quadro 87).

Em termos de produção por Estado, Minas Gerais ocupa uma área cultivada com feijão da seca, sempre superior nos três anos considerados, representando, em média, 14,0% da área e 13,4% da produção total do País. Segue-se o Estado de São Paulo, com 7,9% da área e 11,6% da produção.

Enquanto na maioria dos Estados da Região Centro-Sul ocorreu uma diminuição, maior ou menor, da área cultivada com feijão da seca em 1985/86, com relação ao ano anterior, ou no máximo manteve-se inalterada como em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram-se respectivamente incrementos de 22,0% e 60,4% devido, possivelmente, à expectativa de elevação dos preços em decorrência da frustração da safra das águas (1ª safra), o que permitia prever uma escassez do produto, que não se confirmou. A produção, porém, no Rio Grande do Sul, foi apenas pouco superior à do ano anterior, acusando uma produtividade 24,0% inferior, 370kg/ha em 1985/86, contra 487kg/ha em 1984/85.

Em geral, porém, o desempenho da safra da seca, na Região Centro-Sul, em 1985/86 foi melhor que a dos anos anteriores, pois embora a área colhida e a produção tenham diminuído, a produtividade por hectare aumentou em 3,4% em relação a 1984/85 e 7,5% em relação a 1983/84.

- Feijão de Inverno

A cultura de inverno (3ª safra) é, relativamente, recente e apenas três Estados forneceram dados estatísticos de área e produção - Minas Gerais, São Paulo e Paraná - , sendo que somente para o Estado de São Paulo, onde a cultura começou a ser praticada em escala comercial a partir de 1976/77, se dispõe de dados referentes aos três últimos anos (quadro 88).

Nos Estados de Minas Gerais e Paraná, a cultura de inverno ainda está começando, com áreas e produções relativamente pequenas e produtividade baixa, principalmente no Paraná. Em 1985/86 no Estado de São Paulo foram cultivados 84.100ha (72,8% do total), com uma produção de 60.600t (75,2%). O rendimento tem sido decrescente nos últimos três anos, pois enquanto a área aumentou em 88%, a produção aumentou apenas 50%.

Contudo, a cultura de feijão de inverno apresenta-se bastante promissora, especial

mente em se tratando da cultura irrigada, pois, além de contornar possíveis adversidades de clima, é sujeita à menor incidência de pragas e doenças, possibilitando uma produção, por unidade de área, bem maior que as culturas das águas e da seca. Enquanto, nestas últimas, uma produção média de 10sc.60kg/ha (600kg/ha) pode ser considerada boa, nas culturas irrigadas de inverno, podem ser obtidas 17 a 20sc.60kg/ha de modo que, embora o custo de produção por hectare seja maior, o custo por unidade produzida poderá ser menor.

Analisando-se o conjunto das três safras de feijão, nos três últimos anos a nível nacional, observa-se que, enquanto houve um aumento de 3,5% na área colhida (5.315.300ha em 1983/84, para 5.500.800ha em 1985/86), a produção teve um decréscimo de 10,8% (2.623.500t em 1983/84 contra 2.340.100t em 1985/86), o que significa um rendimento quase 13% menor (quadro 89).

Considerando cada uma das safras isoladamente, verifica-se que na cultura das águas (1ª safra) a área colhida em 1985/86 foi ligeiramente superior à média da área dos dois anos anteriores (0,1%), porém, a produção foi de 28,1% inferior, acusando um rendimento por hectare 29,1% menor, devido à prolongada estiagem na Região Centro-Sul.

Já a cultura da seca (2ª safra) teve um desempenho melhor, acusando aumentos de 4,6% na área colhida, de 13,3% na produção e de 8,5% no rendimento em 1985/86, com relação à média dos anos 1983/84 e 1984/85.

A cultura de inverno (3ª safra) teve um aumento substancial da área (47,1%), porém um aumento menos expressivo da produção (21,9%), o que se traduz em rendimento por hectare 17,9% menor.

A diminuição da produção, observada nos três últimos anos, não teve os reflexos negativos que poderiam ser esperados no abastecimento do mercado, pois a produção de 2.340.100t, obtidas em 1985/86, foi pouco inferior ao consumo brasileiro de feijão, estimado em 2,5 a 2,6 milhões de toneladas ao ano, sendo que para cobrir esta diferença o Governo dispunha de um estoque de 300 mil toneladas no final de 1985.

Assim, o mercado atacadista apresentou-se relativamente calmo e bem abastecido durante 1986. Apenas em outubro foi necessário autorizar a importação, por parte de firmas particulares, de 50 mil toneladas procedentes do Chile e do Uruguai e a desova de pequenas quantidades do estoque da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), com pouca aceitação por parte do consumidor, que prefere produto novo de melhor qualidade.

Como a safra das águas em 1986/87 nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo promete ser muito boa, é pouco provável que seja necessário autorizar novas importações ou recorrer aos estoques da CFP.

— Preços

Para analisar a variação dos preços durante o ano agrícola, é necessário levar em conta três fatores: os preços mínimos fixados pelo Governo, os preços de custo por unidade de colheita e o efeito do Decreto-Lei nº 2.284, de 28/02/86.

No caso específico do Estado de São Paulo, analisando-se a cultura das águas (1ª safra) verifica-se que, em decorrência da intensa seca, houve acentuada redução da produtividade (estimada em torno de 5sc.60kg/ha) que provocou aumento de custo operacional da ordem de 162%, no caso das culturas TA (de Cr\$147,48 mil estimados para uma produção normal de 10sc.60kg/ha pa

ra Cr\$388,10 mil/sc.) e de 158% no caso das culturas TMA (de Cr\$185,09 mil para uma produção normal de 16sc.60kg/ha para Cr\$477,67 mil/sc.). Portanto, em ambos os casos, os custos operacionais passaram a ser muito superiores ao preço mínimo fixado pelo Governo, já reajustado para Cr\$199.400 em novembro de 1985, mês em que se iniciou a colheita da safra das águas.

Em consequência, os preços médios a nível de produtor no Estado de São Paulo subiram para Cr\$324.657 em dezembro de 1985, provocando, a nível de atacado, cotações sempre superiores a Cr\$300 mil a sc./60kg, chegando a ser comercializado, na Bolsa de Cereais de São Paulo, a Cr\$360 mil a saca de feijão cariquinho. Nessa oportunidade, os produtores deixaram de ofertar o feijão irrigado, sendo necessário comercializar o produto procedente do Paranã, de qualidade um pouco inferior ao paulista, e promover contínuos leilões do estoque do Governo, que contava com cerca de 300 mil toneladas até fins de novembro, vendido a preço de Cr\$160 mil a saca de 60 kg. A tendência de alta dos preços recebidos pelo produtor perdurou até janeiro de 1986 (quadro 90).

O Decreto-Lei nº 2.283/86, de 28/02/86, congelou o preço mínimo em Cz\$292,20 a partir de 01/03/86, sendo o preço a nível de consumidor tabelado em Cz\$9,60 o quilograma de feijão cariquinho. Não obstante, na primeira semana de março os preços recebidos pelo produtor tiveram um aumento de 15,4% e de 7,0% a nível de atacado. Na primeira quinzena de março, os produtores receberam um preço 9,5%, em média, acima do preço mínimo congelado.

Por outro lado, a safra da seca (2ª safra), plantada sob condições extremamente favoráveis, prometia uma produção excelente que, afinal, não ficou confirmada, mas que foi bem melhor que a safra das águas (778kg/ha), provocando, já na segunda quinzena de março, uma queda de 5,13% nos preços a nível de produtor, com relação à última semana de fevereiro. Essa queda dos preços médios recebidos continuou em abril e maio, porém, sempre acima do preço mínimo confirmado nos mesmos Cz\$292,20, também para a safra da seca.

Em junho, observou-se uma ligeira reação, acentuada em julho, quando o feijão carioca chegou a ser comercializado, pelos produtores da região de Campinas, a Cz\$495,00/sc.60kg. Na primeira quinzena de agosto observou-se nova alta, de quase 20% (19,6%) com relação ao mês anterior, com os preços variando entre Cz\$360,00 na região de Avaré a Cz\$500,00 na região de Campinas.

A alta a nível de produtor manteve o mercado atacadista da cidade de São Paulo bem abastecido e estimulou o plantio do feijão de inverno (3ª safra), cuja área foi ampliada em 25,3%. No entanto, a produção e a produtividade não foram boas, acusando quedas de 22,5% com relação ao ano passado. Na última semana de setembro os produtores comercializaram o feijão carioca a Cz\$440,00 na região de Itapetininga (SP) e a Cz\$490,00 na região de Santa Cruz do Rio Pardo (SP).

Essa relativa escassez do produto provocou em outubro a importação de feijão e a desova de pequenas quantidades dos estoques da CFP, que serviram para equilibrar a oferta no mercado. Contudo, na última semana de outubro, os preços a nível de produtor tiveram uma alta de 4,3% com relação ao mês anterior, enquanto que na primeira semana de novembro a alta foi de 7,5% com relação à primeira semana de outubro.

O contínuo aumento dos preços recebidos pelos produtores estimulou o plantio da 1ª safra do ano 1986/87, que já está sendo colhida com um bom nível de produtividade, iniciando o novo ano agrícola de forma auspiciosa.

Ao que tudo indica, o cultivo do feijão no ano agrícola 1986/87 será uma boa opção para o agricultor, devido aos seguintes fatores:

- a) preço de mercado em alta e bem acima do preço mínimo;
- b) expectativa de aumento dos preços no início de 1987, tendo em conta que o preço mínimo foi reajustado de Cz\$292,20 para Cz\$318,60 e que, com o fim do prazo de vigência do "plano cruzado", os preços no varejo também deverão ser reajustados a partir de março de 1987;
- c) crédito de custeio satisfatório para a safra das águas, Regiões Centro-Sul e Norte, variando de acordo com a produtividade entre Cz\$878,31 e Cz\$3.427,19 por hectare, representando um aumento real de mais de 11% com relação ao ano anterior, sendo que todos os produtores terão 100% do financiamento do VBC além de cobertura total do PROAGRO.

O Instituto de Economia Agrícola reestimou os custos de produção do feijão-das-águas de 1986/87 em São Paulo na seguinte proporção: a) para as culturas à tração animal (TA) em Cz\$2.011,87/ha para uma produção de dez sacas, ou seja, um custo unitário de produção de Cz\$ 201,19/sc.60kg ; b) para as culturas à tração mecanizada e animal (TMA) em Cz\$3.900,00/ha, para uma produção esperada de 16sc./ha, ou seja, um custo unitário de produção de Cz\$243,75/sc. 60 kg.

De acordo com as informações das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), os custos de produção por saca estão estimados em Cz\$321,38, para o Estado do Paraná, e em Cz\$ 302,00 para o Estado de Santa Catarina.

Ao se levar em conta os preços vigentes em novembro a nível de produtor, no Estado de São Paulo, entre Cz\$470,00 e Cz\$520,00 dependendo da região produtora, chega-se à conclusão que, mantidos os índices de produtividade, a cultura do feijão das águas no ano agrícola 1986/87 deve rá ser um negócio altamente rentável.

Tais perspectivas se refletiram favoravelmente na intenção de plantio dos principais Estados da Federação que cultivam feijão, dando, no total, um aumento da ordem de 3,9%, passando de 1.446.325ha plantados em 1985/86, para 1.503.230ha previstos para 1986/87 (quadro 91).

No Estado de São Paulo, onde a área plantada com feijão das águas em 1985/86 foi de 210 mil hectares, embora a área colhida tivesse sido de apenas 181.300ha, está prevista uma área de 231 mil hectares em 1986/87, representando aumento de 10%. Esta previsão ficou confirmada com as informações da DIRA de Sorocaba, a região mais importante do Estado de São Paulo no cultivo do feijão das águas; de acordo com essas informações, a área, que em 1985/86 foi de 127.730ha na referida DIRA, passou a 138.700ha no presente ano agrícola 1986/87, o que representa aumento de 8,5% de área cultivada.

No que se refere à produção, as previsões otimistas até fins de novembro, que estima vam, em termos de Brasil, um acréscimo de 81% na produtividade em 1986/87 com relação a 1985/86, em consequência ao bom desempenho da cultura na Região Centro-Sul (quadro 91), deve m ser reconsideradas tendo em vista as constantes chuvas na primeira semana de dezembro, ou seja, em plena colheita do produto, ocasionando em algumas regiões, como a de Sorocaba, em São Paulo, uma perda de até 40% da área a ser colhida, significando um prejuízo em torno de 500.000sc./60kg (30 mil toneladas). Mesmo assim, a produção do feijão das águas em 1986/87, no Estado de São Paulo, deve rá ser 100% maior que a safra das águas do ano passado, 1985/86.

As culturas de feijão da seca e de feijão de inverno (2ª e 3ª safras) deverão também apresentar boas perspectivas, dependendo das condições de clima, sobretudo na safra da seca, ten do em vista que a cultura de inverno é, em grande parte irrigada.

A oferta, por parte do Instituto Agronômico de Campinas, do cultivar de feijão Carioca-80, com capacidade de produção maior que do Carioca comum, além de ser resistente ao ataque de vírus e de muitas raças de fungos da antracnose e da ferrugem e apresentar uma arquitetura favorável à preservação das vagens contra o apodrecimento, por encostarem menos no solo permitindo a colheita mecânica, é mais um incentivo à cultura. Entretanto, a presença de um halo alaranjado mais acentuado, constatado em mais ou menos 30% dos grãos, prejudica o aspecto do produto perante o consumidor, defeito que poderá ser contornado pelo Instituto Agronômico de Campinas em prosseguimento a seus trabalhos de melhoramento das sementes.

Em resumo, a cultura do feijão no ano agrícola 1986/87 se apresenta com boas perspectivas, pois o aumento das áreas e da produtividade, resultando em aumento da produção, dificilmente poderão ter reflexos negativos nos preços, tendo em vista tratar-se de importante produto básico de consumo interno muito procurado pelo consumidor. Com o aumento vegetativo da população e, sobretudo, de seu poder aquisitivo por efeito do "Plano Cruzado", possivelmente a produção brasileira de 2,5 milhões de toneladas passará a ser insuficiente a curto prazo e, mesmo que se verifique um excesso de produção, a aquisição pelo Governo (EGFs ou AGFs) ao preço mínimo estabelecido será uma garantia para o produtor.

(IEA, 27/11/86)

QUADRO 86. Área Colhida, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão das Águas nos Estados da Região Centro-Sul, 1983/84 a 1985/86

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Participação % no total (média 3 anos)	
	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	Área	Produção
Paraná	670,3	659,5	561,7	461,9	475,0	185,0	689	720	329	22,1	28,7
São Paulo	211,2	227,8	181,3	145,8	141,6	66,0	690	622	364	7,3	9,1
Minas Gerais	267,3	245,2	249,6	93,4	77,2	111,3	349	315	446	8,9	7,2
Santa Catarina	243,6	255,0	197,7	204,5	229,5	77,1	841	900	284	8,2	13,1
Rio Grande do Sul	149,9	156,2	139,4	105,0	114,8	30,2	701	735	217	5,2	6,4
Goiás	4,9	4,9	5,9	2,2	2,0	2,3	449	400	391	0,2	0,2
Espírito Santo	47,7	48,4	47,7	22,7	17,0	23,2	479	352	487	1,7	1,6
Mato Grosso	3,1	15,6	16,6	1,0	6,0	7,0	302	410	421	0,4	0,4
Mato Grosso do Sul	14,7	14,5	7,9	8,0	6,8	3,3	547	470	412	0,4	0,5
Rio de Janeiro	9,2	6,8	7,4	4,8	3,7	4,1	522	536	547	0,3	0,3
Distrito Federal	1,1	1,4	1,5	0,6	0,8	0,6	544	575	409	0,0	0,0
Centro-Sul	1.623,0	1.635,3	1.416,7	1.049,9	1.074,4	510,1	643	657	360	54,7	67,5
Norte-Nordeste	1.201,9	1.221,9	1.451,3	367,4	379,6	522,6	305	311	360	45,3	32,5
Brasil	2.824,9	2.857,2	2.868,0	1.417,3	1.454,0	1.032,7	506	509	360	100,0	100,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias (IBGE/CEPAGRO), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 87. - Área Colhida, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão da Seca nos Estados da Região Centro-Sul, 1983/84 a 1985/86

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Participação % do total (média 3 anos)	
	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	Área	Produção
Paraná	70,7	64,3	56,7	17,2	24,6	28,0	244	383	494	2,6	2,1
São Paulo	209,6	190,9	181,9	99,6	150,0	141,6	475	786	778	7,9	11,6
Minas Gerais	374,3	359,7	295,0	182,1	146,5	120,6	487	407	409	14,0	13,4
Santa Catarina	150,7	150,7	185,3	105,8	82,9	130,8	702	550	706	6,6	9,5
Rio Grande do Sul	46,8	48,2	77,3	28,0	23,5	28,6	600	487	370	2,4	2,4
Goiás	197,6	193,0	174,8	76,5	72,0	48,8	387	373	279	7,7	5,9
Espírito Santo	63,8	58,0	30,8	28,8	27,4	19,7	454	473	674	2,1	2,3
Mato Grosso	73,6	91,0	90,9	29,6	38,9	40,1	403	427	441	3,5	3,2
Mato Grosso do Sul	28,7	31,6	32,0	12,8	23,3	19,2	444	736	600	1,3	1,6
Rio de Janeiro	13,9	12,7	9,9	7,2	6,9	6,0	521	546	600	0,5	0,6
Distrito Federal	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	906	1.162	1.208	0,0	0,0
Centro-Sul	1.230,0	1.200,2	1.134,7	587,8	596,2	583,6	478	497	514	48,6	52,6
Norte-Nordeste	1.198,9	1.183,2	1.382,6	556,9	402,8	631,3	464	340	457	51,4	47,4
Brasil	2.428,9	2.383,4	2.517,3	1.144,7	999,0	1.214,9	471	419	483	100,0	100,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias (IBGE/CEPAGRO), Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná (SEAG/DERAL/PR), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA). Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (CEPA/SC e CEPA/MS).

QUADRO 88. - Área Colhida, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão de Inverno (3ª Safra), 1983/84 a 1985/86

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86
Minas Gerais	-	15,5	22,4	-	14,1	20,2	-	909	902
São Paulo	61,5	67,1	84,1	61,5	71,4	69,6	1.000	1.064	828
Paraná	-	12,9	9,0	-	5,4	2,7	-	419	300
Total	61,5	95,5	115,5	61,5	90,9	92,5	1.000	952	801

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias (IBGE/CEPAGRO), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 89. - Área Colhida e Produção de Feijão no Brasil, 1983/84 a 1985/86

Safra	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Variação % ⁽¹⁾		
	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	83/84	84/85	85/86	Área	Produção	Rendimento
Feijão das Águas	2.824,9	2.857,2	2.868,0	1.417,3	1.454,0	1.032,7	506	509	360	+0,1	-(28,1)	-(29,1)
Feijão da Seca	2.428,9	2.383,4	2.517,3	1.144,7	999,0	1.214,9	471	419	483	+4,6	+13,3	+8,5
Feijão de Inverno	61,5	95,5	115,5	61,5	90,9	92,5	1.000	952	801	+47,0	+21,9	-(17,9)
Brasil	5.315,3	5.336,1	5.500,8	2.623,5	2.543,9	2.340,1	494	477	425	+3,3	-(9,4)	-(12,5)

⁽¹⁾ Variação de 1985/86 em relação à média entre 83/84 e 84/85.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias (IBGE/CEPAGRO), Departamento de Economia Rural da Secretaria do Paraná (SEAG/DERAL/PR), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs/SC,RS e MS) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Instituto de Economia Agrícola (CATI/IEA).

QUADRO 90: - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados da Região Centro-Sul, 1984-86

(em Cz\$/sc.60kg)⁽¹⁾

Mês	Paraná			Minas Gerais			São Paulo			Santa Catarina		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	29.081	76.080	259.380	26.199	68.040	309.960	33.474	72.838	403.930	19.388	70.440	277.380
Fev.	30.291	76.680	302.460	35.165	71.160	361.020	44.285	84.288	384.430	22.628	78.600	302.880
Mar.	35.579	78.780	304,20	46.230	79.920	376,20	69.499	93.970	363,60	27.460	80.040	301,80
Abr.	51.676	80.880	305,40	46.230	...	371,40	113.923	112.279	361,21	31.168	86.040	298,80
Mai.	65.577	87.600	307,20	51.607	...	348,60	84.911	127.639	348,04	34.439	109.920	295,80
Jun.	65.003	105.540	297,60	47.311	127.260	368,40	78.084	139.828	357,07	34.460	116.620	288,00
Jul.	65.475	116.400	310,80	32.750	...	402,60	76.153	174.060	393,03	35.518	124.320	286,80
Ago.	67.207	132.300	319,80	50.351	167.400	405,00	73.794	185.174	418,03	41.265	130.860	289,20
Set.	70.164	151.200	...	47.894	167.280	...	82.132	192.160	441,31	51.866	134.520	...
Out.	...	156.900	...	62.096	189.660	...	75.411	232.422	472,93	...	140.460	...
Nov.	76.565	192.540	...	66.727	219.060	...	72.390	295.803	...	51.866	153.660	...
Dez.	74.063	231.480	...	69.780	264.780	...	73.230	324.657	...	127.156	186.900	...

⁽¹⁾ Até fevereiro de 1986 os preços estão expressos em cruzeiro.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 91. - Área Plantada de Feijão das Águas (1ª Safra) em 1985/86 e Intenção de Plantio em 1986/87

Estado	Área plantada(ha)		Variação relativa (%)	Produção(t)		Variação relativa (%)
	1985/86	1986/87		1985/86	1986/87	
Paraná	696.986	715.000	2,6	185.000	550.000	197,3
São Paulo	210.000	231.000	10,0	66.000	132.000	100,0
Santa Catarina	271.362	277.400	2,2	77.140	249.660	223,6
Minas Gerais	249.599	258.000	3,4	111.289	129.800	16,6
Mato Grosso do Sul	12.438	15.000	20,6	3.254	7.500	130,5
Goiás	5.940	6.830	15,0	2.320	2.800	20,7
Total	1.446.325	1.503.230	3,9	445.003	1.071.760	140,8

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias (IBGE/CEPAGRO), Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná (SEAG/DERAL/PR), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPA/SC e CEPA/GO) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Instituto de Economia Agrícola (CATI/IEA).

De acordo com os dados de agosto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de mandioca na safra 1985/86 está estimada em 25,6 milhões de toneladas, o que representa aumento de 11,0% sobre a do ano anterior, em função basicamente de uma expansão de área estimada em 10,0%, reflexo dos bons preços verificados durante a comercialização das duas safras anteriores (quadros 92 e 93).

Para São Paulo, esses dados mostram que a produção de mandioca em 1985/86 é 12,0% inferior a do ano anterior, em função de redução de 9,0% na área e queda no rendimento devido à estiagem. Todavia, a redução na oferta paulista não está sendo suficiente para neutralizar os efeitos da recuperação da produção na Região Nordeste do País. Além disso, a produção dos dois Estados principais concorrentes de São Paulo na comercialização da farinha de mandioca (Paraná e Santa Catarina) praticamente se manteve. Dessa forma, os principais mercados do produto estão bem abastecidos e, como consequência, os preços recebidos pelos produtores paulistas na corrente safra têm estado permanentemente abaixo do preço mínimo, assim como o preço de farinha no atacado se estabilizou em patamar inferior aos verificados nas safras anteriores (quadro 94).

O preço médio recebido pelo produtor, em valores correntes, no período de fevereiro a setembro de 1986 foi de Cz\$312,05 por tonelada, abaixo portanto do preço mínimo de Cz\$348,56, e em valores reais encontra-se em níveis bem inferiores aos das safras anteriores.

É importante ressaltar que esse preço recebido pelo produtor resultou de um acordo entre agricultores e industriais, principalmente na DIRA de Marília em que ficou estabelecido que o valor do frete ficaria a cargo do produtor, pois a indústria responsável pelo transporte poderá descontá-lo do preço mínimo.

Os preços do varejo da primeira tabela da SUNAB (Portaria Super nº 14, de 04/03/86) foram estabelecidos em função de marcas comerciais e regiões; assim, no Rio de Janeiro os preços variavam de Cz\$2,30 a Cz\$3,40 o quilograma aumentando a dificuldade para colocação da farinha de São Paulo, pois a do Nordeste, principalmente a da Bahia e, também, a do Espírito Santo são muito mais competitivas devido aos preços mais baixos e melhor qualidade, dado o processo artesanal familiar.

Atendendo reivindicação do setor mandioqueiro, em junho, o Governo alterou a tabela, fixando no varejo o preço único de Cz\$3,40 por quilograma para a farinha comum, independente de marca ou região. Todavia, dado o grande volume da oferta nordestina, a produção paulista mesmo assim não consegue ser vendida no Rio de Janeiro, grande mercado consumidor. Para se ter uma idéia, em outubro, enquanto o produto do Espírito Santo era posto no Rio de Janeiro a Cz\$105,00 o saco de 50kg, o de São Paulo era posto a Cz\$120,00. Daí grande parte da farinha de São Paulo estar sendo destinada ao Governo através das operações de EGFs com opção de venda. Estima-se que o volume correspondente a essas operações, no Estado, deverá situar-se aproximadamente em 12,0% da produção de farinha.

Cerca de 40.000 toneladas de farinha, remanescentes da safra 1984/85, estão sendo pelizadas e serão exportadas para a Europa. Embora o fato encontre justificativa na conquista de mercado internacional de produtos de mandioca, hoje praticamente abastecido por países do leste asiático, o volume é muito pequeno e não deverá provocar alterações no mercado interno dado o elevado nível de oferta.

Se, por um lado, o preço mínimo da mandioca estabelecido para a safra 1986/87 de Cz\$348,56 por tonelada é o mesmo da safra anterior, por outro houve uma melhora substancial na

relação entre o VBC e custo operacional. Em 1985/86, considerando a faixa de produtividade de 20 a 25t/ha, o VBC representou 52,5% do custo operacional total estimado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), enquanto em 1986/87 deverá representar 90,0%. Mesmo assim a influência das condições de mercado deverá se sobrepor às melhores condições de VBC, de maneira que a tendência do agricultor paulista é reduzir a área cultivada com mandioca, pois a comercialização da raiz está muito difícil dada a grande quantidade de farinha nos principais mercados e a falta de competitividade da indústria de farinha paulista.

Além disso, a estimativa de custo operacional do IEA indica um aumento de custo de 15,0% em 1986/87, relativamente a 1985/86:

	1985/86	1986/87
Preço mínimo	Cz\$ 348,56	Cz\$ 348,56
VBC	Cr\$1.708.000	Cz\$3.360,00
Custo operacional (ha)	Cr\$3.254.500	Cz\$3.736,76

(IEA, 28/10/86)

QUADRO 92. - Área, Produção e Rendimento de Mandioca Estados Seleccionados, Região Nordeste e Brasil, 1981/82 a 1985/86

Ano agrícola	Discriminação	Santa Catarina	Paraná	Sao Paulo	Nordeste	Brasil
1981/82	Área(1.000ha)	72,0	62,5	34,8	1.365,0	2.125,9
	Produção(1.000t)	1.152,0	1.218,7	728,0	13.022,3	24.039,0
	Rendimento(kg/ha)	16.000	19.500	20.920	9.535	11.308
1982/83	Área(1.000ha)	76,5	69,9	36,3	1.220,6	2.021,1
	Produção(1.000t)	999,7	1.383,0	787,3	10.382,7	21.766,1
	Rendimento(kg/ha)	13.072	19.794	21.700	8.507	10.759
1983/84	Área(1.000ha)	83,1	73,7	32,0	1.041,3	1.816,6
	Produção(1.000t)	1.091,0	1.446,2	648,7	10.530,8	21.275,2
	Rendimento(kg/ha)	13.128	19.128	20.278	10.114	11.711
1984/85	Área(1.000ha)	88,2	85,8	38,5	1.062,1	1.867,3
	Produção(1.000t)	1.180,1	1.722,9	784,7	11.750,8	23.111,0
	Rendimento(kg/ha)	13.385	20.080	20.362	11.074	12.376
1985/86 ⁽¹⁾	Área(1.000ha)	88,0	92,0	35,1	1.237,7	2.052,8
	Produção(1.000t)	1.114,0	1.748,0	688,6	14.030,5	25.592,9
	Rendimento(kg/ha)	13.000	19.000	19.611	11.464	12.467

(¹) Estimativa de setembro de 1986.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 93. - Preços Correntes e Reais Recebidos pelos Produtores de Mandioca Industrial, São Paulo, 1982-86⁽¹⁾

(em Cr\$ e Cz\$/t)

Mês	1982		1983		1984		1985		1986	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Jan.	5.954	539,80	6.810	301,19	32.484	458,74	187.830	798,60	245.882	298,33
Fev.	6.344	538,08	6.796	282,22	38.798	488,08	205.050	791,39	269.375	266,97
Mar.	6.278	496,68	7.604	286,84	51.600	590,30	205.050	702,21	295,38	295,38
Abr.	6.288	472,07	7.695	265,80	65.312	685,91	195.100	623,13	313,43	315,31
Mai.	6.508	460,25	8.406	272,13	80.588	777,13	165.358	489,95	319,84	320,67
Jun.	6.007	393,64	9.232	266,13	84.844	749,50	132.770	364,85	320,42	319,59
Jul.	6.094	376,41	9.557	243,18	86.849	695,35	130.769	329,89	329,13	326,19
Ago.	6.211	362,58	10.861	250,94	93.813	678,82	147.166	325,66	326,06	318,92
Set.	4.362	245,61	18.417	377,23	100.470	657,96	146.924	297,96	322,81	312,35
Out.	6.049	325,21	24.934	450,96	110.093	640,44	146.924	273,19
Nov.	5.876	300,72	26.803	447,10	127.928	677,22	165.850	268,33
Dez.	6.355	306,41	27.345	424,01	153.040	732,95	220.000	314,42
Média anual	6.027	401,45	13.705	300,13	85.485	652,70	170.733	464,96	...	308,19 ⁽³⁾

⁽¹⁾ A partir de março/86 os preços estão em cruzados.

⁽²⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base mar. 1986 = 100).

⁽³⁾ Valor médio do período de janeiro a setembro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 94. - Preços Médios Correntes e Reais de Farinha de Mandioca Crua Grossa, Mercado Atacadista, São Paulo, 1982-86⁽¹⁾

(em Cr\$ e Cz\$/kg)

Mês	1982		1983		1984		1985		1986	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Jan.	34	3,08	49	2,17	213	3,01	950	4,04	2,19	2,66
Fev.	35	2,97	49	2,03	297	3,74	1.021	3,94	2,07	2,06
Mar.	35	2,77	49	1,85	349	3,99	1.200	4,11	2,10	2,10
Abr.	35	2,63	49	1,69	422	4,43	975	3,11	2,10	2,11
Mai.	35	2,47	57	1,84	462	4,45	975	2,89	2,10	2,11
Jun.	35	2,29	58	1,67	475	4,20	878	2,41	2,32	2,31
Jul.	35	2,16	84	2,14	475	3,80	782	1,97	2,32	2,30
Ago.	36	2,10	95	2,19	479	3,46	799	1,77	2,41	2,36
Set.	39	2,19	154	3,15	480	3,14	950	1,93	2,48	2,40
Out.	44	2,36	190	3,43	529	3,08	950	1,77
Nov.	44	2,25	190	3,17	781	4,13	1.320	2,45
Dez.	45	2,17	190	2,95	950	4,55	1.900	2,71
Média anual	38	2,45	101	2,36	453	3,83	1.058	2,76	...	2,03 ⁽³⁾

⁽¹⁾ A partir de março/86 os preços estão em cruzados.

⁽²⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base mar.1986 = 100).

⁽³⁾ Valor médio do período de janeiro a setembro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Panorama Internacional

A produção mundial de milho do ano comercial 1986/87 (01/10/86 a 30/09/87) não deverá apresentar variação significativa em relação à do ano anterior. Com efeito, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) previa, em outubro de 1986, uma produção de 478,7 milhões de toneladas, inferior em apenas 0,5% à produção de 1985/86. Essa ligeira queda se deve à redução de 7,3% prevista na produção dos Estados Unidos, a qual deve se situar em 208,8 milhões de toneladas, em decorrência da menor área plantada (-8%), porquanto o rendimento médio é ligeiramente maior que o da safra anterior. O aumento da produção prevista dos principais países concorrentes dos Estados Unidos no comércio mundial de milho (Argentina, China, Tailândia e África do Sul) de 7,4 milhões de toneladas é amplamente inferior à diminuição da produção americana, de 16,4 milhões de toneladas (quadro 95).

O comércio mundial de milho deverá apresentar recuperação em 1986/87, com crescimento de 9,9% no volume previsto de transações, situando-se ao nível de 59,0 milhões de toneladas. Esse aumento deverá ser proporcionado preponderantemente pelas exportações dos Estados Unidos, as quais devem crescer 14,5% em 1986/87. Os quatro países exportadores maiores concorrentes dos Estados Unidos devem exportar, em conjunto, o mesmo volume que em 1985/86. Do lado dos países importadores, os maiores aumentos nas compras são esperados no México (38,9%) e URSS (21,6%). O consumo interno nos Estados Unidos deverá crescer pelo terceiro ano consecutivo, principalmente em função do aumento da demanda pela indústria de rações. Não obstante isso, prevê-se a formação de um nível recorde de estoque final nos Estados Unidos de 140 milhões de toneladas, correspondendo a aumento de 36,4% em um ano. Tal estoque corresponde a 88,3% do estoque final a nível mundial, estimado em 158,6 milhões de toneladas em setembro de 1987. Prevê-se que os preços do cereal, que vêm apresentando quedas sucessivas nos últimos três anos, se situem na faixa entre US\$1,65-1,90 por bushel ao nível do produtor americano, o que representa uma baixa de 19% a 30% em relação à estação anterior.

- Situação Interna

A produção brasileira de milho na safra 1985/86 deverá atingir, de acordo com o levantamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de agosto de 1986, 20,4 milhões de toneladas, ou seja, 7,2% menos que a do ano anterior. Essa queda de produção se deve à redução do nível de rendimento da cultura em importantes Estados da Região Centro-Sul, tendo em vista que a área total cresceu 4,4%. A área colhida no Centro-Sul foi a mesma do ano anterior, com reduções observadas apenas no Paraná (-4,8%), Rio Grande do Sul (-12,6%), Espírito Santo (-1,5%) e Rio de Janeiro (-6,7%). Os maiores prejuízos no rendimento decorrentes da estiagem durante o ciclo da cultura foram constatados no Paraná (-22,2%), Rio Grande do Sul (-37,7%) e Mato Grosso do Sul (-13,6%). Os Estados mais ao norte da Região Centro-Sul apresentaram aumentos nos rendimentos, não impedindo, contudo, que houvesse uma queda de 11% na média. Em consequência,

as produções regional e brasileira previstas são menores que a de 1984/85 em 11,0% e 7,2%, respectivamente (quadro 96).

A safra 1985/86 apresentou surpresas quanto à previsão de produção. Recorde-se que em outubro de 1985 o IBGE previa aumento de 5,4% na produção do Centro-Sul, com base em igual aumento percentual da área de plantio. Posteriormente, com o prolongamento da estiagem, atrasando o plantio e prejudicando lavouras já implantadas, as previsões de aumento foram sendo substituídas por previsões de redução. Assim, em fevereiro, a previsão do IBGE era de uma colheita de 18,1 milhões de toneladas. O atraso do fim da estação chuvosa permitiu que os plantios tardios de janeiro provocassem reavaliações de acréscimo de área e nos níveis de rendimento, anteriormente esperados, de modo que a produção prevista foi sendo sucessivamente corrigida para 18,7 milhões de toneladas em março, 19,6 milhões em abril e 20,3 milhões em maio, quando se estabilizou.

Um bom exemplo dos efeitos do atraso da estação chuvosa na produção agrícola pode ser o da safra de milho de 1985/86 do Paraná, onde há duas safras do cereal: a safra normal de verão (primeira safra, segundo o IBGE) e a safrinha (segunda safra) de plantio tardio. A safra normal, que foi inicialmente prevista em 5,9 milhões de toneladas, foi de tal forma afetada pela seca, que acabou sendo reestimada em 2,95 milhões de toneladas, fruto de redução de área (-19,8%) e de rendimento (-31,3%). Os produtores paranaenses, apostando na normalização do clima e na alta de preços no mercado em função das previsões pessimistas da safra de verão, ampliaram substancialmente a área da safrinha (+144,3% em relação ao ano anterior), estando prevista uma produção de 1,35 milhão de toneladas, o que significa um aumento de 197,5% em confronto com a safra correspondente de 1984/85. O resultado foi a obtenção de um rendimento médio de 2.596kg/ha na safrinha (segundo dados preliminares de agosto do IBGE), muito superior ao obtido na safra de verão (1.706kg/ha).

O prolongamento da estiagem em grande parte das regiões produtoras da Região Centro-Sul, com sérias conseqüências para as lavouras, levou o Governo Federal a tomar algumas medidas emergenciais de apoio aos produtores como: a) prorrogação do prazo de plantio e replantio até 15 de janeiro; b) ampliação do período de correção do preço-base até junho; c) prorrogação por um ano do prazo de pagamento de prestação de investimento e de 50% do custeio da safra 1985/86; d) maiores facilidades técnico-burocráticas para a operação do PROAGRO. Acredita-se que essas medidas pouco beneficiaram os produtores de milho que, em sua ampla maioria, constituem-se de pequenos agricultores, sem acesso ao crédito bancário e ao Programa de Garantia de Preços Mínimos.

À medida que escasseava o milho no mercado e que novas previsões de safra 1985/86 cada vez mais pessimistas, com o afastamento do período ótimo de plantio - meses de outubro - eram anunciadas, mais se acentuavam as altas de preços, o que motivou o Governo Federal a colocar à venda seus estoques e proceder a novas importações do exterior. Essas medidas, entretanto, foram insuficientes para conter os aumentos anormalmente elevados em janeiro - pico da entressafra - dado o prolongado período entre tomada da decisão de importar e a chegada da mercadoria do exterior.

A decretação do congelamento (Plano Cruzado) provocou no mercado de milho diminuição e mesmo paralisação do fluxo do produto nos canais de comercialização, tendo como efeito final redução do poder de barganha do produtor. Com efeito, o tabelamento e/ou congelamento de produtos finais que têm o milho como matéria-prima básica provocou retração acentuada da procura pelo cereal, face à adoção da política de compra "da mão para a boca" por parte da indústria e comércio. Aliando-se a isso, a dificuldade crônica de acesso dos produtores ao sistema de armazenagem e a paralisação das compras por parte da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), por falta de "caixa", contribuíram para a queda das cotações ao nível de produtor.

As aquisições (AGF) pela CFP totalizaram até o final de outubro 2.250 mil toneladas,

das quais 1.450 foram adquiridas em Goiás. Até meados de outubro foram financiadas, através do EGF, cerca de 1.340 mil toneladas, sendo 670 mil toneladas no Paraná. Calcula-se que cerca de 300 mil toneladas tenham sido resgatadas até aquela data.

Em termos comparativos, os produtores paulistas receberam os menores preços em 1986, em relação aos agricultores de outros Estados, com a agravante dos preços em São Paulo terem sofrido, ao contrário do verificado nos demais, redução em relação a igual período (maio-julho) dos dois anos anteriores (quadro 97).

O abastecimento do mercado interno foi normalizado após o início da safra 1985/86 e a internalização do milho importado pelo Governo e pela iniciativa privada. A CFP apresentava em outubro p.p. o seguinte quadro de oferta e demanda interna de milho para 1986 (em mil toneladas): estoque inicial (em 01/03/86) de 2.442; produção prevista de 19.870; importação realizada (até 30/09/86) de 1.500; importação a realizar (até 28/02/87) de 2.122; suprimento (soma dos itens anteriores) de 25.934; consumo de 22.154 e estoque final (em 28/02/87) de 3.780.

As vendas dos estoques formados com as aquisições da safra 1985/86 e com as importações foram iniciadas em agosto de 1986, com vendas semanais em pregões públicos nas principais bolsas de mercadorias do País. As vendas na Bolsa de Cereais de São Paulo até o final de outubro totalizaram, em 13 pregões, 447,1 mil toneladas, correspondentes a 62% do total ofertado de 717,8 mil toneladas, na sua quase totalidade depositado em Goiás. No mesmo período foram ofertadas 148,9 mil toneladas de milho importado, depositadas no Paraná, tendo sido vendidas apenas 23,8 mil toneladas (16% total). A maior parte das vendas foi arrematada por poucas e grandes empresas agroindustriais, ao preço único de Cz\$81,00/sc.60kg, com ICM incluso.

Outro canal de escoamento dos estoques oficiais no mercado foi a venda direta, em balcão, para criadores de aves (de postura e corte), suínos e produtores de leite. Com o objetivo de atender ao maior número possível de interessados, foram estabelecidos limites máximos mensais por criador. Assim, cada avicultor teve uma cota mensal de 60 toneladas mensais, enquanto o suinocultor tinha direito a 28 toneladas e os produtores de leite a 3.375kg. No Estado de São Paulo, o preço foi fixado em Cz\$88,20/sc.60kg, posto em armazéns da CEAGESP, ensacado ou a granel. Em São Paulo, até meados de outubro apenas 35 mil toneladas, de um total disponível de 220 mil toneladas para esse programa de distribuição no Estado, foram vendidas, o que indica estarem os criadores relativamente bem abastecidos.

A safra brasileira de sorgo (granífero), do ano agrícola 1985/86, foi estimada pelo IBGE, em agosto p.p., em 376,9 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de 46,2% em relação à frustrada safra de 1984/85. Em ordem decrescente Rio Grande (com 29,8%), São Paulo (18%), Bahia (14,8%), Paraná (9,4%) e Mato Grosso do Sul (8,1%) foram os Estados maiores produtores em 1985/86, contribuindo com 80% da safra brasileira. Excetuando-se Rio Grande do Sul, onde se planta no verão, nos demais Estados o sorgo é plantado no período da seca, em geral em sucessão com uma cultura de verão de ciclo curto, como a soja precoce em São Paulo. No Rio Grande do Sul a seca atingiu também o sorgo, afetando o rendimento, e nos demais Estados, o desenvolvimento vegetativo foi normal.

A comercialização do sorgo nos Estados Nordeste e no Rio Grande do Sul não apresentou problemas de monta, tendo os preços recebidos pelos produtores se situado acima do mínimo de garantia (Cz\$67,20/6kg). Não houve, portanto, venda do produto para a CFP. Em outros Estados a comercialização foi difícil, mormente naqueles, como São Paulo e Minas Gerais, em que foi prorrogada a isenção do ICM para o milho até o final de 1986, mas não foi dado o mesmo tratamento para o sorgo. Dessa forma, o sorgo teve sua comercialização realizada a preços abaixo do mínimo. A CFP adquiriu, até meados de setembro, cerca de 26,5 mil toneladas do cereal. As aquisições do Governo poderiam ter sido muito maiores se as condições financeiras e a infraestrutura de armazenagem fossem favoráveis para permitir acesso à política de preços mínimos a um número maior de produtores.

As perspectivas para o milho são favoráveis em termos de obtenção de maior produção em 1986/87, relativamente à safra de 1985/86. Os levantamentos de intenção de plantio levam a esse prognóstico. Segundo levantamento realizado pela CFP em fins de setembro na Região Centro-Sul existe uma intenção de plantio correspondente a uma área superior em 9% a 15% à da safra 1985/86. A produção do Centro-Sul deverá crescer, conforme previsão da CFP baseada em aumento de 15% no rendimento médio, entre 24% e 31% em relação à safra anterior. Os maiores aumentos de área são esperados nos Estados do Centro-Oeste (15% a 25%) e os maiores acréscimos de produção no Rio Grande do Sul (67% a 73%), Mato Grosso do Sul (62% a 74%), Paraná (41% a 52%) e Santa Catarina (33% a 38%), em fun o principalmente de previsão de melhores rendimentos. O levantamento indica para São Paulo expansão da área entre 8% a 12%. Levantamento paralelo, realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), indica expansão de 10% a 15% em São Paulo. O citado levantamento da CFP indica aumento menor (de 5% a 9%) para Minas Gerais.

No tocante   perspectiva da produ o brasileira de milho   oportuna uma análise da contribui o da próxima safra para o Plano de Metas da Nova República. O Plano prevê um crescimento médio anual de 7% da produ o de milho a partir da safra 1984/85, quando foram obtidos 22,0 milhões de toneladas, de modo a atingir o volume de 28,8 milhões de toneladas quatro anos após, ou seja, na safra 1988/89. Ocorre que já no primeiro ano do período (safra 1985/86) houve uma frustra o na colheita, com redu o na produ o (de 7,2%, conforme IBGE, em agosto de 1986), em vez de aumento de 7%, como prevê o Plano. Dessa forma e admitindo essa previsão para 1985/86 como fato consumado, há necessidade de se obter crescimento médio anual, nos três próximos anos de 12,2% para se atingir a meta de 28,8 milhões de toneladas em 1988/89. A título de exercício de prognóstico, admitindo-se como certo o aumento da produ o da próxima safra (1986/87) num percentual de 24% (limite inferior da previsão inicial da CFP), ainda assim a produ o deverá apresentar taxa de crescimento elevada, de 6,7% ao ano nas duas últimas safras para se alcançar o nível de produ o estabelecido pelo Plano de Metas. As medidas de apoio tomadas neste sentido, contempladas no Plano de Metas, devem ser prontamente dirigidas para o aumento da produtividade das lavouras e para adequar a infra-estrutura de comercializa o, com o objetivo básico de proporcionar maior rentabilidade econômica para o produtor de milho.

(IEA, 10/11/86)

QUADRO 95.- Principais Países Produtores, Exportadores e Importadores de Milho, 1983/84 a
1986/87⁽¹⁾

(em milhão de toneladas)

Item, país e região	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87
Produção				
Estados Unidos	106,0	194,9	225,2	208,8
China	68,2	73,4	63,8	71,0
Europa Oriental	33,4	35,5	34,1	36,9
CEE (12 países)	21,8	23,1	25,5	24,3
Brasil	21,0	22,0	20,0	22,5
URSS	12,0	12,5	13,5	15,0
Argentina	9,2	11,5	12,3	12,5
México	9,3	9,9	10,5	10,0
África do Sul	4,4	7,8	8,0	9,0
Tailândia	4,0	4,4	5,2	4,2
Outros países	56,9	62,1	62,9	64,5
Total mundial	346,2	457,1	481,0	478,7
Exportação				
Estados Unidos	47,4	46,7	31,1	35,6
Argentina	5,9	7,0	7,4	8,0
China	0,4	5,2	6,0	5,5
Tailândia	3,0	3,0	3,7	2,9
África do Sul	0,1	0,5	1,2	2,0
Outros países	4,0	4,0	4,3	5,0
Total mundial	60,8	66,4	53,7	59,0
Importação				
Japão	14,5	14,0	14,7	15,6
URSS	9,5	20,3	9,7	11,8
CEE (12 países)	9,8	9,1	4,9	4,6
Coreia do Sul	3,3	3,0	3,7	3,9
Taiwan	3,0	3,0	3,2	3,3
México	2,5	1,7	1,8	2,5
Europa Oriental	1,9	1,4	2,2	2,6
Outros países	16,3	13,9	13,7	14,6
Total mundial	60,8	66,4	53,7	59,0
Estoque final				
Estados Unidos	25,6	41,9	102,6	140,0
Outros países	14,6	18,6	19,9	18,6
Total mundial	40,2	60,4	122,5	158,6

(¹) Ano comercial: 1º de outubro a 30 de setembro. Estimativa de outubro de 1986. As eventuais diferenças devem-se a arredondamentos.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 96. - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1983/84 a 1985/86

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86	1983/84	1984/85	1985/86
Paraná	2.447,0	2.332,8	2.220,0	5.400,0	5.803,7	4.300,0	2.207	2.488	1.937
Minas Gerais	1.539,2	1.506,5	1.560,2	2.563,6	3.015,1	3.255,8	1.666	2.001	2.087
São Paulo	1.225,8	1.146,8	1.168,0	2.866,7	2.895,3	2.885,0	2.339	2.525	2.470
Goiás	777,6	734,1	921,4	1.721,2	1.690,8	2.420,8	2.213	2.303	2.627
Santa Catarina	936,1	932,1	958,7	2.345,2	2.159,0	2.000,0	2.505	2.316	2.086
Rio Grande do Sul	1.883,2	1.744,9	1.525,4	2.567,4	3.558,6	1.937,6	1.894	2.039	1.270
Mato Grosso	203,9	242,9	267,6	318,5	410,5	496,7	1.562	1.690	1.856
Mato Grosso do Sul	128,7	143,2	164,5	262,2	327,3	324,9	2.037	2.286	1.975
Espírito Santo	133,8	130,4	128,4	213,8	230,5	247,3	1.598	1.768	1.926
Rio de Janeiro	48,9	44,7	41,7	69,5	68,0	68,7	1.421	1.521	1.647
Distrito Federal	3,0	4,0	6,1	4,7	7,2	19,2	1.567	1.800	3.148
Centro-Sul	9.327,2	8.962,4	8.962,0	19.332,8	20.166,0	17.956,0	2.073	2.250	2.004
Norte-Nordeste	2.877,1	2.839,1	3.359,9	1.841,4	1.853,7	2.485,6	640	653	740
Brasil	12.204,3	11.801,5	12.321,9	21.174,2	22.019,7	20.441,6	1.735	1.866	1.659

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 97.- Preços Reais de Milho Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul, 1984-86

(em Cr\$ e Cz\$/sc.60kg) (1)

Mês	Minas Gerais			Goiás			São Paulo		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	122.240	102.551	110.799	126.081	80.867	98.932	140.712	99.405	123.618
Fev.	108.892	98.186	103.528	121.246	78.927	87.473	121.221	88.529	103.555
Mar.	124.810	88.355	96,00	105.534	79.108	85,20	94.346	86.608	99,56
Abr.	101.806	87.385	88,73	94.507	84.894	85,71	87.555	89.509	83,07
Mai.	93.481	83.912	84,22	84.571	86.401	83,02	84.986	85.308	79,49
Jun.	84.585	78.648	81,99	75.512	80.791	83,18	78.878	78.302	76,10
Jul.	78.479	76.286	83,85	67.886	75.227	80,87	78.463	78.544	77,91
Ago.	75.905	78.868	88,03	65.051	69.706	79,23	88.690	83.030	82,97
Set.	78.749	84.324	...	64.499	70.088	...	89.116	83.896	83,48
Out.	84.235	89.140	...	64.293	73.074	...	90.610	86.901	...
Nov.	96.188	93.968	...	70.460	76.980	...	105.188	105.228	...
Dez.	106.897	101.616	...	81.169	85.924	...	106.418	109.855	...

Mês	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	128.482	75.510	80.733	128.016	85.969	92.308	146.389	83.929	101.189
Fev.	108.364	88.923	87.711	114.038	91.239	88.900	130.115	82.902	96.036
Mar.	94.323	81.368	87,00	99.608	88.971	90,00	104.196	85.478	96,00
Abr.	86.347	85.277	84,50	90.853	88.535	87,52	94.770	102.141	92,35
Mai.	80.501	86.401	83,62	83.983	86.046	86,02	91.765	92.290	90,84
Jun.	74.805	80.791	80,19	80.415	82.440	84,98	85.009	87.881	89,77
Jul.	68.150	74.924	79,68	74.476	77.195	85,03	76.229	78.708	90,98
Ago.	68.112	68.113	78,05	74.472	70.503	85,09	70.724	72.760	89,79
Set.	71.631	65.951	...	80.151	69.966	...	71.199	73.373	...
Out.	73.798	64.261	...	83.885	69.281	...	77.952	68.723	...
Nov.	77.798	83.969	...	88.560	83.872	...	77.173	89.017	...
Dez.	81.610	83.780	...	87.074	90.726	...	87.012	89.439	...

(1) Deflacionado pelo Índice Geral de Preços (Coluna 2), da Fundação Getúlio Vargas, com base em março/86 = 100. Até fevereiro de 1986 os preços são em cruzeiro e a partir de março em cruzado.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- OLEAGINOSAS: SOJA E AMENDOIM

- SOJA

- Panorama Internacional

A produção mundial das dez principais oleaginosas em 1985/86 experimentou um acréscimo de 2,5% em relação à de 1984/85, totalizando 192,1 milhões de toneladas. Apesar desse pequeno acréscimo, a oferta mundial em 1985/86 elevou-se em 4,8%, quando comparada a de 1984/85, situando-se em 214,6 milhões de toneladas, face ao maior estoque mundial ao final de 1984/85, que totalizou 22,5 milhões de toneladas, cerca de 30% superior ao do ano anterior (quadro 98).

O consumo mundial em 1985/86 ao apresentar crescimento similar ao da produção, da ordem de 2,4%, totalizando 186,5 milhões de toneladas, provocou novo incremento nos estoques mundiais que deverão alcançar no início da temporada comercial 1986/87 cerca de 28,1 milhões de toneladas, volume aproximadamente 25,0% maior que o de igual período anterior. Em consequência, a disponibilidade mundial de oleaginosas em 1986/87 deverá elevar-se em 2,8%, atingindo 220,7 milhões de toneladas, embora a expansão prevista na produção mundial em 1986/87 seja praticamente inexpressiva. Esta deverá totalizar 192,6 milhões de toneladas, apenas 0,3% superior ao total produzido em 1985/86, devido principalmente ao crescimento pouco expressivo da produção mundial de soja (0,8%) e à redução das produções de algodão (-5,5%) e girassol (-5,6%). Vista a elevada participação relativa destas oleaginosas no volume global - somente a soja representa aproximadamente 51% deste total, seguida do algodão com 15% e do girassol com 9,5% -, a sustentação da produção mundial deve-se aos aumentos nas produções de linhaça (12,7%), amendoim (8,2%), palma (5,4%), colza (4,8%) e gergelim (3,6%).

O principal fator limitante à expansão da produção mundial de soja na atual temporada agrícola reside na queda prevista em 5,6% na produção de soja nos Estados Unidos - principal produtor mundial - que dificilmente superará 53,9 milhões de toneladas. Ocorre que além da redução de 2,8% na área de plantio da cultura que atingiu 24,2 milhões de hectares, condições climáticas adversas no decorrer da fase de desenvolvimento causaram decréscimo na produtividade que, em média, deverá situar-se em 2.230kg/ha, 2,6% menor que a 1985/86. Apesar disso, o crescimento das produções brasileira (15,8%) e argentina (2,7%) de soja deverá contribuir para o não rebaixamento da produção mundial das oleaginosas.

A previsão de oferta abundante de oleaginosas em 1986/87 sem paralelo no lado da demanda que, a nível mundial, deverá atingir 191,4 milhões, apenas 2,6% superior a de 1985/86, terá como consequência aumento dos estoques ao final da atual temporada de 4,3%, num volume de 29,3 milhões de toneladas. Conseqüentemente as cotações internacionais de soja, que apresentaram-se em declínio no decorrer de 1986, deverão permanecer deprimidas ao longo de 1987 a despeito

to de uma leve recuperação nos níveis de consumo de farelo e óleo de soja, decorrente das perspectivas de continuada fraqueza do dólar frente às moedas européias e do declínio dos estoques de óleo de palma na Malásia (quadro 99).

– Situação Interna

A produção brasileira de soja na safra 1985/86 foi estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 13,3 milhões de toneladas, registrando queda de 27,4% em relação a de 1984/85, bem abaixo das expectativas iniciais que indicavam volume equivalente ao potencial médio de produção de 16,5 milhões de toneladas. O menor volume obtido foi consequência da seca que assolou a Região Centro-Sul do País, onde houve redução de 9,7% na área de plantio - decorrente da queda de 3% a 5% nas cotações internacionais em relação a de 1984/85 - totalizando cerca de 9,2 milhões de hectares e, por outro lado, reduziu sensivelmente a produtividade das lavouras que atingiu 1.448kg/ha, quase 20% abaixo da obtida no ano anterior (quadro 100).

Esse resultado negativo da produção, entretanto, não provocou reflexos altistas nos preços internos, como seria de se esperar. Em termos reais, os preços recebidos pelos produtores nos diferentes Estados produtores da Região Centro-Sul, no período de janeiro a agosto de 1986, apresentaram decréscimos que variaram entre 4% e 12,5%, em relação aos vigentes em igual período de 1985, visto que a comercialização do grão foi afetada pelas medidas de congelamento do preço do farelo de soja e de tabelamento do óleo de soja, vis a vis preços internacionais em declínio para o grão e o óleo de soja (quadro 101).

A dificuldade de concretização de negócios remuneradores no mercado internacional, concomitantemente à proibição de repasse dos prejuízos ao mercado interno, impossibilitou a aquisição da matéria-prima pelos segmentos industrial e exportador a preços superiores ao preço mínimo definido pelo Governo, de Cz\$125,40 o saco de 60kg, superior à paridade internacional. Em consequência, os preços recebidos pelos produtores de soja nos principais Estados da Região Centro-Sul mantiveram-se, via de regra, em termos nominais, nos primeiros oito meses de 1986, em torno deste patamar. A exceção ficou por conta dos preços vigentes nas regiões produtoras do Centro-Oeste, onde os acréscimos relativos ao frete e ao FUNRURAL tornaram inviável a retirada do produto para os centros processadores até mesmo pelo preço mínimo oficial, levando à entrega de grande parte da produção regional ao Governo.

As compras governamentais nesta safra atingiram 1,15 milhão de toneladas, contrariando as expectativas iniciais de volume entre 1,5 a 2,0 milhões de toneladas. As mudanças nas regras de comercialização, determinando pagamento parcelado nas compras superiores a 125 mil, foram o principal fator de contenção, uma vez que, na prática, constituiu-se em redutor de preços. O volume de contratação de EGFs, da ordem de 2,29 milhões de toneladas, também ficou aquém das expectativas iniciais, em função da alteração dos juros de EGFs de 3% para 15% no caso de produtores e cooperativas que não industrializam o produto, e para níveis de mercado no caso das indústrias.

Diante do elevado volume de produto "egefado" e atento para as condições de mercado que impossibilitavam a remissão dos mesmos, face aos baixos preços do grão, notadamente nos Estados do Centro-Oeste, o Governo aprovou a aplicação de um redutor nos financiamentos, visando diminuir seus gastos com a aquisição do produto. Ainda assim, é provável que parte da soja colada em EGF seja transformada em AGF, avolumando os estoques governamentais.

O balanço de oferta e demanda do complexo soja para o ano comercial 1986/87, indica disponibilidade para exportações de 6,7 milhões de toneladas de farelo de soja, 500 mil toneladas de óleo e 1,5 milhão de toneladas de grão, implicando em decréscimos de 22,5%, 46,8% e 57,0%, respectivamente, em relação aos volumes atingidos no ano passado, refletindo a queda da produção na atual safra. As exportações brasileiras de soja, farelo e óleo de soja no período janeiro a julho de 1986, confirmam este fato, acusando quedas significativas quando comparadas às de igual período de 1985, da ordem de 57% para o grão, 4% para o farelo e 56% para o óleo (quadro 102).

O consumo interno de farelo de soja está previsto em 2,35 milhões de toneladas, 10,8% maior que o de 1985/86 e o de óleo em 1,90 milhão de toneladas, 17,4% superior ao da temporada passada, em decorrência das medidas econômicas que elevaram o poder aquisitivo da população. O esmagamento interno, entretanto, apesar da redução das exportações do grão e de importações também mais elevadas - cerca de 400 mil toneladas contra 228 mil toneladas na temporada anterior - deverá totalizar 11,5 milhões de toneladas, 17% inferior ao do ano comercial passado. Neste contexto, a posição dos estoques finais para todos os itens do complexo, previstas para o final da temporada - de 349 mil t para o grão, 284 mil t para o farelo e 148 mil t para óleo - indica situação de aperto em relação ao abastecimento, sobretudo no caso do farelo. Entretanto, tal estoque é suficiente para o abastecimento do País em vista da queda das exportações que, apesar da melhora apresentada pelos preços internacionais desde agosto, deverão permanecer sob rigoroso controle do Governo, que poderá suspender os registros de exportação caso julque ultrapassados os limites permissíveis pelo consumo interno. A fim de evitar tal medida, o Governo estuda a possibilidade de facilitar importações de soja em grão em regime de draw-back pelas indústrias do Sul, onde a escassez da matéria-prima é mais aguda, provocando dificuldades no abastecimento regional de farelo. Uma das possíveis medidas a serem adotadas é a dilatação do prazo de re-exportação dos derivados obtidos a partir das importações contratadas em regime de draw-back para 1987, o que possibilitaria manter o farelo no mercado interno até o final de 1986.

A menor disponibilidade da matéria-prima no mercado, face aos elevados estoques governamentais, provocou aquecimento nos preços internos no início do 2º semestre de 1986, obrigando o Governo, temeroso de comprometer a estabilização dos preços dos derivados, a intervir no mercado através da realização de licitações do grão às indústrias moageiras. Desde seu início aproximadamente 630 mil toneladas deixaram os estoques governamentais, propiciando a contenção dos preços internos, cuja evolução será pautada, em larga escala, pelo ritmo imprimido pelo Governo à desova de seus estoques.

As perspectivas de preços, entretanto, não são muito animadoras dado o quadro de cotações externas deprimidas que tende a se acentuar com o prosseguimento da colheita de soja no Hemisfério Norte e com as modificações previstas na política agrícola norte-americana, que inclui a redução dos preços mínimos de garantia da soja em grão naquele país de US\$5,02 para US\$4,77 por tonelada.

A provável vigência de preços externos em 1987 ainda mais baixos que os prevalecentes em 1986, aliada ao não financiamento governamental de novas áreas de plantio, deverá provocar redução entre 5% a 10% na área plantada de soja a nível nacional na próxima safra, relativamente a 1986. Para esse resultado deverá contribuir, ainda, a política agrícola brasileira, que ao priorizar a produção de alimentos básicos, concedendo financiamento integral às lavouras destes produtos, independentemente da categoria dos produtores, medida não extensiva à soja, diminuiu a competitividade da oleaginosa frente às demais culturas de verão, notadamente a do milho. Salvo os pequenos produtores de soja que contarão com VBC integral, de 100%, os demais, médios e grandes, receberão apenas 60% e 50%, respectivamente, do financiamento.

As expectativas apontam para perdas na área de plantio de maior amplitude em Santa Catarina e no Paraná em função da substituição de soja por milho. Nestes Estados, a redução poderá atingir até 15%, dependendo da disponibilidade de crédito e sementes para plantio do cereal. No Rio Grande do Sul, a retração poderá ser menor, da ordem de 5%, já que o plantio de soja no Estado é feito em larga escala, por pequenos produtores, que poderão ter acesso ao financiamento integral das lavouras. Em São Paulo e Minas Gerais deverá haver redução de áreas, mas tendo como limite superior 5%, notadamente para o primeiro, onde é possível que se verifique, até mesmo, manutenção. Ocorre que, nestes dois Estados, a falta de crédito e de sementes de milho, além de infra-estrutura de armazenagem, no caso de Minas Gerais, atuam no sentido de conter perdas drásticas nas áreas de plantio de soja. Em Goiás, entretanto, o recuo de área poderá ser surpreendente, de até 10%, não sendo maior pelo fato de que o período recomendável para o plantio de milho no Estado está próximo de seu término e a disponibilidade de sementes de milho não é volumosa. Apenas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deverá se registrar acréscimos de área, de 10% a 15% para o primeiro e de até 5% para o segundo, já que o plantio de culturas alternativas deverá prevalecer em áreas de fronteira, não ocupando o espaço tomado pela cultura de soja.

(IEA, 02/12/86)

QUADRO 98. - Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1984/85 a 1986/87

(em milhão de toneladas)

Item	1984/85	1985/86	1986/87 ⁽¹⁾
Estoque inicial	17,3	22,5	28,1
Produção mundial	187,4	192,1	192,6
Oferta total	204,7	214,6	220,7
Consumo total	182,2	186,5	191,4
Estoque final	22,5	28,1	29,3

(¹) Previsão.

Fonte: Oil World Weekly, nº 38, 19 de setembro de 1986.

QUADRO 99.- Cotações Internacionais de Soja em Grão , 1983-86

(em US\$/t, CIF Rotterdam)

Mês	1983	1984	1985	1986
Jan.	235	305	243	221
Fev.	242	293	239	216
Mar.	253	314	241	217
Abr.	252	315	243	213
Mai.	243	338	231	215
Jun.	263	308	227	213
Jul.	339	270	223	209
Ago.	352	261	211	202
Set.	350	245	207	195
Out.	329	245	205	...
Nov.	324	250	210	...
Dez.	311	241	213	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 100. - Área, Produção e Rendimento de Soja no Brasil, 1983/84 a 1985/86

	1983/84			1984/85			1985/86		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (Kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (Kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (Kg/ha)
Rio Grande do Sul	3.641,8	5.415,5	1.487	3.637,2	5.722,2	1.570	3.243,8	3.269,0	1.008
Paraná	2.177,9	4.121,0	1.892	2.196,4	4.413,0	2.009	1.745,0	2.600,0	1.490
Santa Catarina	420,2	578,8	1.377	420,1	563,9	1.342	382,5	498,0	1.302
São Paulo	480,4	849,0	1.767	495,5	960,0	1.937	456,8	915,0	2.003
Minas Gerais	331,1	551,3	1.655	446,8	882,6	1.975	430,2	779,4	1.812
Goiás	582,7	898,1	1.541	734,2	1.356,2	1.847	621,8	1.127,6	1.813
Mato Grosso do Sul	1.179,4	2.002,6	1.698	1.307,6	2.558,7	1.957	1.200,0	1.920,0	1.600
Mato Grosso	538,2	1.050,1	1.951	795,4	1.656,0	2.082	913,1	1.923,3	2.106
Outros	61,5	110,6	1.798	119,5	176,8	1.479	177,1	242,1	1.367
Total	9.413,2	15.577,0	1.655	10.152,7	18.278,4	1.800	9.170,3	13.274,4	1.448

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Quadro 101. - Preços Reais de Soja em Grão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1984-86 (1)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Santa Catarina			Mato Grosso do Sul			Góias			Minas Gerais		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	198,46	140,05	128,20	223,21	154,59	126,30	240,79	160,82	135,08	195,80	144,13	124,56	191,89	144,90	119,68	221,84	147,19	118,81	219,13	147,45	128,63
Fev.	181,59	143,57	115,30	205,37	146,58	121,49	210,02	159,62	127,77	187,34	140,56	107,51	177,05	138,25	116,08	190,20	153,99	110,13	182,62	122,27	114,59
Mar.	184,55	130,89	119,40	194,58	138,90	127,20	204,98	145,16	129,14	187,01	135,41	117,60	183,42	133,56	120,60	185,50	139,31	124,20	194,86	132,12	132,60
Abr.	186,33	147,37	127,96	199,00	145,26	130,98	204,97	147,64	129,99	198,66	143,34	127,36	189,62	134,14	124,94	185,68	143,92	124,94	214,34	129,35	129,77
Mai.	189,56	139,74	128,13	188,66	144,54	130,54	202,90	138,72	128,24	197,25	139,20	127,53	172,93	129,07	122,12	178,10	132,45	124,52	196,81	138,31	129,13
Jun.	168,88	128,44	125,67	189,54	131,74	129,86	197,12	134,63	127,51	186,33	126,79	125,67	173,86	119,87	122,08	179,95	124,32	122,08	175,96	128,44	122,68
Jul.	153,42	138,65	124,28	169,28	139,71	127,85	168,13	147,36	125,65	161,50	180,93	126,07	155,64	116,55	120,12	164,19	121,85	121,31	171,70	117,91	124,28
Ago.	150,68	137,55	122,65	149,67	136,36	126,17	154,20	142,46	125,79	146,94	128,79	125,00	140,66	116,31	119,72	146,25	116,18	123,24	153,90	128,92	122,07
Set.	143,72	129,35	-	153,19	133,12	-	169,55	137,73	-	149,12	128,25	-	135,42	124,24	-	141,17	128,86	-	131,54	130,56	-
Out.	-	126,07	-	-	138,34	-	178,82	147,22	-	-	128,08	-	-	129,08	-	-	134,21	-	-	143,03	-
Nov.	159,68	148,04	-	165,69	149,69	-	188,48	156,65	-	161,60	145,22	-	152,38	134,16	-	146,80	146,87	-	148,23	153,86	-
Dez.	156,32	134,80	-	166,42	140,46	-	175,90	147,56	-	155,80	136,26	-	234,68	127,51	-	196,17	130,77	-	161,30	135,92	-

(1) Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (Base 1986 = 100).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Agrícola (IEA).

QUADRO 102. - Exportação Brasileira de Soja em Grão e Derivados, 1982-86

Produto e item	1982	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾
Soja em grão					
Volume (1.000t)	513,3	1.295,1	1.561,1	3.491,5	1.047,2
Valor FOB (US\$ milhão)	126,5	308,6	454,1	762,7	211,6
Preço médio (US\$/t)	246,40	238,28	390,88	218,44	202,10
Farelo de soja					
Volume (1.000t)	7.954,4	8.492,8	7.587,0	8.588,0	4.643,5
Valor FOB (US\$ milhão)	1.667,9	1.793,2	1.460,2	1.174,9	823,6
Preço médio (US\$/t)	209,60	211,15	192,46	136,81	177,37
Óleo de soja bruto					
Volume (1.000t)	500,3	354,4	803,0	521,3	141,2
Valor FOB (US\$ milhão)	222,4	155,0	557,2	331,4	48,6
Preço médio (US\$/t)	444,50	437,36	693,89	635,72	344,19
Óleo de soja refinado					
Volume (1.000t)	340,0	716,5	125,2	433,1	136,6
Valor FOB (US\$ milhão)	156,7	305,7	94,2	271,1	55,9
Preço médio (US\$/t)	460,88	426,94	752,39	625,95	409,22
Complexo soja					
Valor (FOB) (US\$ milhão)	2.173,5	2.562,7	2.565,7	2.540,1	1.139,7

(¹) Janeiro a julho.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

A produção mundial de amendoim em casca para o período 1986/87 está estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 21,6 milhões de toneladas, representando aumento de 5,8% em relação à safra 1985/86. Os maiores produtores mundiais - Índia e China - deverão responder por esse acréscimo, seguidos pelos Estados Unidos, maior exportador do produto.

As cotações internacionais do óleo de amendoim - principal item do complexo destinado à exportação - vêm sofrendo baixas devido à boa oferta de outros óleos no mercado mundial, especialmente de palma. As cotações internacionais para o óleo de amendoim vigentes em 1986 foram inferiores em até 40%, quando comparadas com as do ano anterior (quadro 103).

Os volumes exportados pelo Brasil, principalmente de óleo bruto, foram inferiores aos do ano anterior. Com isso a receita, em dólares, no primeiro semestre deste ano representa apenas a quinta parte da receita do ano anterior. Os preços praticados neste ano, em torno de US\$500/t. estão muito aquém dos US\$700-800/t considerados viáveis pela indústria e compatíveis com o preço de Cr\$68,00/sc.25kg, valor mínimo fixado para o produto comum na lavoura (quadro 104).

A produção brasileira de amendoim atingiu 217,1 mil toneladas em 1985/86, segundo a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), e deverá ser superada na próxima safra, desde que as condições meteorológicas permitam bom desenvolvimento da lavoura. No Estado de São Paulo - responsável por 90% da produção nacional - em 1985/86 a área cultivada de 134 mil hectares foi muito prejudicada sob o aspecto climático. Para 1986/87 é esperado aumento de plantio e produção. Tal acréscimo, mesmo considerando maior aproveitamento de áreas canavieiras, não deverá atingir, segundo informações disponíveis, o mesmo nível de 1984/85, quando o clima e as cotações internacionais de óleo de amendoim foram favoráveis à produção e exportação. O Valor Básico de Custeio (VBC) cobria, então, 82% do custo de produção.

Nesta safra 1986/87, o VBC fixado em Cr\$3.275,00/ha para a faixa de produtividade obtida nas principais regiões produtoras - Ribeirão Preto e Marília - cobre cerca de 55% dos custos de produção estimados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) em Cz\$5.812,66/ha e Cz\$5.983,17/ha, respectivamente.

Por outro lado, o preço mínimo de Cz\$68,00/sc.25kg resulta para Ribeirão Preto, por exemplo, 5,3% maior do que o custo operacional de Cz\$64,58/sc.25kg para produtividade de 90sc.25kg, evidentemente estreitando-se aquela faixa para rendimentos menores. Para Marília o custo estimado é superior ao preço mínimo em 11,4%.

Os preços recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo, em termos reais, apresentaram-se em queda relativamente ao ano anterior, devido à já apontada baixa cotação no mercado externo e à qualidade do produto bastante prejudicada pelas condições climáticas. Chegou a ser praticado o preço de Cz\$51,75/sc.25kg para o produto comum na lavoura, sendo que o nível de Cz\$68,00/sc.25kg, estabelecido em 28/02/86, era inferior ao preço médio de Cr\$83.851 observado naquele mês. O mesmo ocorreu no Estado do Paraná e tem influência no fato de ser esperada uma queda de 20% na área plantada em 1985/86 (quadro 105).

(IEA, 02/12/86)

QUADRO 103. - Cotações Internacionais de Óleo de Amendoim, 1984-86

(em US\$/t - CIF - Rotterdam)

Mês	1984	1985	1986
Jan.	983	890	701
Fev.	1.024	873	580
Mar.	1.086	944	541
Abr.	1.159	1.020	578
Mai.	1.171	1.026	578
Jun.	1.155	974	560
Jul.	1.054	880	548
Ago.	984	896	561
Set.	931	810	534
Out.	836	808	...
Nov.	905	911	...
Dez.	912	827	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 104. - Exportação Brasileira de Amendoim e Derivados, 1982-86

Item	1982		1983		1984		1985		1986 ⁽¹⁾	
	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor (US\$ mil)
Amendoim em casca	14.458,8	9.417,5	10.566,1	7.156,5	11.910,4	8.753,4	1.668,8	1.368,5	231,8	141,4
Amendoim em grão	2.970,2	1.885,4	1.836,2	1.196,8	931,3	745,3	16.561,0	9.789,9	5.458,7	3.491,8
Torta/farelo	41.454,1	6.122,4	36.580,0	3.707,9	13.380,0	1.631,5	36.840,8	2.670,4	25.152,0	1.981,7
Óleo bruto	47.004,3	26.189,3	40.363,7	22.082,4	13.755,1	12.812,9	56.430,6	45.897,2	6.675,6	3.595,9
Óleo refinado	35.568,3	22.584,4	10.598,4	5.414,8	12.700,2	12.130,4	23.057,1	19.557,0	4.345,8	2.450,2

⁽¹⁾ Janeiro a Julho.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 105. - Preços Reais Recebidos pelos Produtores de Amendoim em Casca, em sc.25kg, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1984-86 (1)

Mês	1984		1985		1986	
	São Paulo	Paraná	São Paulo	Paraná	São Paulo	Paraná
Jan.	128.129	88.969	96.080	83.542	97.275	69.370
Fev.	146.180	95.294	82.493	93.678	83.103	86.645
Mar.	132.498	105.534	74.177	82.704	70,02	85,75
Abr.	127.568	101.869	75.999	79.528	65,39	79,22
Mai.	132.594	99.566	78.211	73.705	64,20	71,94
Jun.	142.844	109.319	87.222	72.874	67,86	69,82
Jul.	136.669	101.681	88.131	75.429	72,16	68,88
Ago.	128.553	97.142	81.101	70.873	74,54	70,18
Set.	136.831	101.343	81.562	73.870	77,41	...
Out.	133.874	100.639	81.709	68.751
Nov.	126.495	92.642	79.585	64.716
Dez.	116.979	89.680	88.929	68.316

(1) Até fevereiro/86 os preços estão em cruzeiro e a partir de março/86 em cruzado. Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (Base março/1986 = 100).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- TOMATE

A safra de tomate rasteiro em 1986 apresentou dois períodos de plantio, antes e pós implantação do plano de contenção de preços do Governo, não apresentando concentração de colheitas acentuada.

Os preços que haviam sido acordados, em dezembro de 1985, na reunião do Comitê de Agroindústria (Cr\$1.025/kg de tomate entregue até 30/06/86; Cr\$1.300/kg de julho a setembro; e Cr\$1.525/kg a partir de outubro) e que prevaleceram até fevereiro de 1986, provocaram grande estímulo aos tomaticultores a plantarem, com início em janeiro.

Entretanto, na expectativa de mudanças no mercado, em decorrência da nova política implantada pelo Plano Cruzado, os produtores diminuíram o ritmo de plantio, que foi retomado em maio após o reajuste de preço para Cz\$0,76/kg de tomate no início de abril. Assim, os plantios encerraram-se em julho e a colheita que foi iniciada em abril terá término em novembro.

Os fatores climáticos e fitossanitários apresentaram-se, de modo geral, favoráveis à produção, apesar do excesso de chuva e altas temperaturas verificadas em agosto.

A produtividade média registrada no Estado de São Paulo foi de 36,3t/ha, considerada alta, quando comparada com anos anteriores (quadro 106).

O volume total de tomate entregue às fábricas processadoras foi considerado aquém da demandada pela indústria, neste ano ampliada em consequência do Plano Cruzado. A indústria, surpreendida com as vendas, vem operando praticamente sem formação de estoques.

O preço em vigor de Cz\$0,76/kg representa a média dos preços propostos pelos tomaticultores (Cz\$0,82, baseado no custo operacional, calculado pelo IEA) e pela indústria (Cz\$0,70), porém maior do que a média dos três preços acordados no Comitê, em dezembro de 1985, corrigidos para cruzado (Cz\$0,63).

Na safra 1986, a produção mostrou-se rentável aos que obtiveram boa produtividade. A cobrança de ágio na aquisição de insumos, o encarecimento de 100% no custo de mão-de-obra e o pagamento "por fora" pelos tomaticultores no serviço de transporte de matéria-prima para fábricas diminuíram a receita do produtor.

Face à incapacidade da indústria atender a demanda de extrato de tomate na atual conjuntura, pela escassez de matéria-prima, e ao fato de os tomaticultores possuírem infra-estrutura montada para maior produção, há grande interesse de ambas as partes na ampliação de cultivo de tomate rasteiro em 1987. Mas o fator decisivo na definição do plantio, como normalmente ocorre, será a determinação do preço a ser praticado.

A indústria deverá repassar aos tomaticultores a diferença de aumento do preço que obter em seus produtos finais estabelecidos pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

Quanto à safra 1986 de tomate envarado, correspondente aos plantios efetuados de janeiro a junho na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas (Monte-Mor, Campinas, Elias Fausto, Indaiatuba, Sumaré, Salto, Moji-Guaçu, Mogi-Mirim, Conchal, Aguaí e outros), com início da colheita em maio, deverá encerrar-se em novembro. Em vista do fator climático ter sido favorável, a safra deverá apresentar produtividade até então não alcançada de 60,5t/ha.

Em fevereiro, o preço de tomate a nível de varejo foi congelado em patamar bastante elevado, devido à escassez de oferta (da DIRA de Sorocaba), que então se verificava. Porém em maio, havendo acréscimo no suprimento do produto no mercado, o preço passou a ser tabelado pela SUNAB, com significativo rebaixamento.

Na DIRA de Sorocaba, em 1986, os plantios foram efetuados no período de julho a novem

bro, sendo que de julho a agosto em Itapetininga e Capão Bonito, e de agosto a novembro em Ibiūna, Guapiara, Apiaí e Ribeirão Branco. Neste segundo grupo de municípios foi menor a intensidade de plantio em agosto e setembro, o que deverá ocasionar diminuição na oferta de tomate do final de novembro de 1986 até janeiro de 1987.

Nesta DIRA, aparentemente não foram considerados os efeitos da ampliação de consumo e da elevação de custos operacionais, pois a área de cultivo foi mantida, na expectativa de obter algum ganho, diante das sucessivas frustrações de safra e de comercialização ocorridas nos anos anteriores (1984, 1985 e 1986), uma vez que os tomaticultores desta região, na maioria, são arrendatários e meeiros monocultores.

Não se apresentando até o momento problemas climáticos ou fitossanitários graves na DIRA de Sorocaba, a produção mostra-se promissora.

(IEA, 07/11/86)

QUADRO 106. - Área, Produção e Produtividade da Cultura de Tomate, Estado de São Paulo e Brasil, 1984 a 1986

Ano	Tomate Rasteiro - Estado de São Paulo			Tomate Envarado - Estado de São Paulo			Tomate - Brasil		
	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
1984	11.450	370	32,3	7.570	392,0	51,8	51.787	1.790,6	34,6
1985	10.350	330	31,9	7.670	379,7	49,5	53.896	1.931,8	35,8
1986	9.640 ⁽¹⁾	350 ⁽¹⁾	36,3 ⁽¹⁾	6.830 ⁽¹⁾	374,4 ⁽¹⁾	54,8 ⁽¹⁾	50.957 ⁽²⁾	1.833,4 ⁽²⁾	36,0 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Dados preliminares de junho de 1986, sujeitos à revisão.

⁽²⁾ Dados de agosto de 1986.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A situação do mercado internacional de trigo mostra-se favorável aos países importadores. As estimativas de outubro do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) indicam redução de 14,0% na produção estadunidense em 1986/87, situada, portanto, em 56,5 milhões de toneladas; os estoques finais do país, de 51,8 milhões de toneladas em 1985/86, se reduzem para 48,6 milhões de toneladas em 1986/87. Mesmo assim, as cotações internacionais não deverão se elevar no curto prazo, pois a produção mundial em 1986/87 está estimada em 506,9 milhões de toneladas, levemente superior à de 1985/86. Ocorre que, se por um lado a redução de produção dos Estados Unidos é expressiva, as estimativas indicam expansão em alguns países grandes importadores, casos da China e da União Soviética. As estimativas indicam também uma queda de 2,5% no volume mundial de importações, situando-se em 89,1 milhões de toneladas e estoques finais a nível mundial em 124,5 milhões de toneladas, o que representa expansão de 1,8% sobre 1985/86.

Nesse contexto, nota-se um grande esforço por parte dos países exportadores para reduzir o nível dos estoques e, conseqüentemente, elevar as cotações internacionais do produto, em declínio desde o início da década de 80. O trigo dos Estados Unidos, principal país exportador, cuja cotação média em 1981 foi de US\$177/t - FOB, na primeira semana de outubro de 1986 estava cotado em US\$104/t - FOB; o argentino, no mesmo período, passou de US\$189/t - FOB para US\$81/t - FOB e o canadense, de US\$212/t - FOB para US\$131/t - FOB.

As informações veiculadas pela agência de notícias Reuters mostram que o mercado internacional de trigo está abarrotado e a disputa entre os países exportadores é acirrada. Em setembro de 1986, as vendas subsidiadas de trigo dos Estados Unidos para a União Soviética a US\$92/t, subsídio de US\$15/t, estavam deixando de ser atrativas, uma vez que a França estava vendendo a preços entre US\$75/t e US\$80/t. Na Comunidade Econômica Européia (CEE) estão sendo discutidas alternativas que viabilizem o aumento do consumo de trigo pelos países membros e até um programa semelhante ao dos Estados Unidos, de redução da área de plantio. Dessa forma, os esforços convergem no sentido de reverter a situação de preços baixos no mercado internacional de trigo.

A produção nacional de trigo em 1986 deverá atingir o volume recorde de 5,1 milhões de toneladas, de acordo com estimativa de outubro do Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN). Esse resultado pode ser atribuído à produtividade e produção recorde obtidas em 1985, ao preço de garantia de 1986, considerado satisfatório, à expansão de 48% na área cultivada e às mudanças na política de financiamento de custeio que vincularam o crédito à assistência técnica, estimulando assim a utilização e a observância da tecnologia disponível na condução da lavoura (quadro 107).

A área cultivada no corrente ano, de 3,8 milhões de hectares, só é inferior à de 1979, quando atingiu 4,1 milhões de hectares, e a produtividade média estimada em 1.315kg/ha é inferior, apenas, aos 1.678kg/ha obtidos em 1985.

Por outro lado, apesar do subsídio ao trigo e da escassez de alimentos básicos, no quinquênio 1981-85, o consumo anual de trigo esteve estabilizado em cerca de 6,0 milhões de toneladas, resultante de uma média per-capita de 47kg. Em decorrência do Plano de Estabilização da Economia, o consumo de trigo em 1986 deverá ser de 7,5 milhões de toneladas, relacionado a um consumo per-capita de 54kg/habitante. Assim sendo, as necessidades de importação em 1987 não deverão ser muito inferiores aos níveis verificados nos últimos anos, com exceção de 1986, quando o nível das importações deverá ser de 2,0 milhões de toneladas. Descontando o que deverá ser utilizado como semente para o próximo plantio, haverá necessidade de importação da ordem de 3,5 a

4,0 milhões de toneladas, que aos preços atuais do mercado internacional, US\$105/t, demandará cerca de quatrocentos milhões de dólares.

Nos últimos dez anos, o de 1980 se sobressai por ser aquele em que se observou a menor relação (18%) entre preço pago pelo moinho e o recebido pelo produtor nacional. A partir de agosto de 1980, se iniciou a política de retirada gradual do subsídio, executada através de aumentos sucessivos nos preços pagos pelos moinhos, de forma que o preço médio em 1981 foi 354,0% superior ao de 1980, enquanto a variação do preço recebido pelo triticultor no mesmo período foi de 141,0%. Em 1982, o preço do moinho foi 142,0% superior ao de 1981, enquanto o do triticultor sofreu variação de 128,0%. A partir de 1983, a relação preço pago pelos moinhos/preço recebido pelo triticultor se estabilizou em torno de 31,0%, média do período 1977/85, relação essa que veio a ser congelada pelo Plano de Estabilização Econômica em 28/02/86 (quadro 108).

Se, por um lado, o Plano de Estabilização mantém a relação de preços de moinho e triticultor, por outro permitiu a elevação do consumo per-capita de trigo, o que é positivo e atenua a questão da oferta de alimentos básicos. Evidencia-se, pois, que a discutida retirada do subsídio ao trigo deveria ser gradual e correlacionada com o crescimento da oferta dos demais produtos básicos de alimentação, bem como aos preços internacionais.

(IEA, 19/11/86)

QUADRO 107. - Área, Produção e Produtividade Nacional de Trigo, Principais Estados, 1982-86

SAFRA	Especificação	BA	DF/GO	MS	MG	MT	PR	RS	SC	SP	Total
1982	Área	-	1.403	168.278	24.734	80	1.232.511	1.377.422	21.710	133.872	2.960.010
	Produção	-	1.040	125.919	34.961	51	1.025.302	527.234	13.644	117.879	1.846.030
	Produtividade	-	741	748	1.413	638	832	383	628	881	624
1983	Área	-	1.792	106.030	18.939	-	926.505	683.347	16.615	136.917	1.890.145
	Produção	-	996	161.223	28.658	-	1.055.101	764.544	7.976	176.106	2.194.604
	Produtividade	-	556	1.520	1.513	-	1.139	1.119	480	1.286	1.161
1984	Área	-	353	142.354	13.746	350	912.760	722.334	20.070	126.876	1.938.843
	Produção	-	756	109.794	22.612	298	1.113.080	607.489	9.889	101.127	1.965.045
	Produtividade	-	2.142	771	1.645	851	1.219	841	493	797	1.014
1985	Área	470	324	209.788	7.655	200	1.273.551	941.190	35.040	132.134	2.600.000
	Produção ⁽¹⁾	81	543	323.506	19.032	147	2.712.432	983.520	43.018	281.726	4.364.005
	Produtividade ⁽¹⁾	172	1.676	1.542	2.486	735	2.130	1.045	1.228	2.132	1.678
1986 ⁽²⁾	Área	1.685	424	409.372	11.222	300	1.942.381	1.169.234	116.947	203.164	3.854.729
	Produção	-	-	400.000	18.000	-	2.700.000	1.520.000	128.700	300.000	5.068.700 ⁽³⁾
	Produtividade	-	-	977	1.337	-	1.390	1.300	1.100	1.477	1.315

(1) Dados não definitivos

(2) Estimativa de outubro/86

(3) + 2.000 toneladas de outros locais

Fonte: Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN)- Banco do Brasil S/A.

QUADRO 108.- Preços Recebidos pelos Triticultores e Pagos pelos Moinhos, 1977-86

(em Cr\$/tonelada)

Ano	Triticultor (a)	Moinho (b)	(b)/(a)
1977	3.170	1.202	0,38
1978	4.150	1.391	0,33
1979	5.400	1.527	0,28
1980	11.840	2.173	0,18
1981	28.500	9.860	0,34
1982	64.919	23.877	0,37
1983	185.453	61.252	0,33
1984	647.646	193.734	0,30
1985	2.310.355	674.235	0,29
1986 ⁽¹⁾	3.340,00	1.060,31	0,32

(¹) Em 1986 os preços estão Cz\$/t.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a partir de dados do Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN).

- CARNES

- Panorama Internacional

Enquanto a produção mundial de carne bovina revela tendência declinante para 1986 e 1987, as de carne suína e de frangos apresentam-se em crescimento.

A estabilização da demanda, em 1986, e os altos estoques de carne bovina resultaram na continuidade da política de subvenções à exportação pela Comunidade Econômica Européia (CEE), comprometendo o orçamento público e causando tensões nas relações exteriores. Mesmo com as exportações de 200 mil toneladas para o Brasil, seus estoques deverão declinar de 1,2 milhão de toneladas no início do ano para 1,1 milhão no final. Com as expectativas de ligeiro aumento na produção em 1987, as previsões são de manutenção de baixos preços até 1988 e subsídios para exportação.

Para a carne suína, a expansão deverá ser de 1,5%, com aumentos das produções no Brasil, Canadá, CEE, Japão e China, em 1987. A produção americana deverá cair levemente no 1º semestre de 1987, com possibilidade de recuperação no 2º semestre. As exportações americanas de carne suína deverão se manter em 54 mil toneladas, com redução nas vendas para o Japão decorrente dos aumentos nos preços e da forte concorrência da Dinamarca e da China Nacionalista. Ao mercado para reprodutores vivos da China, os Estados Unidos venderam 4,3 mil animais do final de 1985 até julho deste ano e deverão continuar exportando de 1 a 1,5 mil cabeças por ano para os próximos anos. Essa importação deverá melhorar o rebanho desse país com características de rápido crescimento e carne magra.

O Brasil liberou a importação de carne suína, a partir de setembro de 1986 até dezembro de 1987, pela iniciativa privada. Inicialmente serão importadas 20 mil toneladas da Alemanha Oriental e Hungria, destinando-se 2,6 mil toneladas para industrialização no sul do País. Diversas entidades ligadas à suinocultura e à Associação Brasileira de Criadores de Suínos estão elaborando documento objetivando aumento de 65% na produção em cinco anos. No entanto, tal meta dependerá não apenas da disponibilidade de milho e farelo de soja mas, também, da melhoria genética, do aumento no plantel e de melhor eficiência no manejo que possibilitem ganhos de produtividade e obtenção de um produto a preços mais competitivos com a carne bovina.

Por sua vez, o consumo mundial de carne de frangos expandiu-se em quase 1 milhão de toneladas, devendo repetir a mesma cifra em 1987, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), devido aos baixos preços das rações e mudanças na preferência da carne bovina para a de frango. Admite-se que Brasil, Tailândia, Estados Unidos e Reino Unido deverão acompanhar o crescimento em 1987. A Alemanha Federal, URSS, Japão e Hong Kong continuam como maiores importadores mundiais.

As exportações da CEE para o Oriente Médio deverão decrescer face ao aumento da produção local e à competição dos Estados Unidos, principalmente para o Egito. No corrente ano, os EUA introduziram o Programa de Aumento de Exportação (EEP) para frango congelado, totalizando 43 mil toneladas de frango inteiro e recortes para o Egito.

A Hungria deve recuperar as exportações em 1986 e 1987 e a Tailândia, novo exportador, espera aumentar em 71% as exportações em 1986. O Japão continua a ser seu maior mercado, além das vendas para as Filipinas, Holanda e República Federal Alemã.

O Brasil, também, continua se destacando como um dos grandes exportadores de frangos.

A combinação de diferentes fatores - o elevado abate de matrizes bovinas de 1982 a 1985 concatenando menor oferta de animais jovens neste ano; o exíguo estoque regulador de carne (15 mil toneladas); a realocação de investimentos em gado, valorizando os animais de reposição e forçando a retenção de fêmeas; o Plano Nacional de Reforma Agrária; o aumento real dos salários; e a queda na taxa de desemprego - conturbou o abastecimento nacional de carne bovina, a partir de junho, estendendo-se por todo o segundo semestre de 1986.

A escassez de carne bovina já era esperada assim que houvesse reposição do poder aquisitivo da população, uma vez que a produção encontra-se estacionária há mais de dez anos e a disponibilidade per-capita decaiu de 20,5kg de carne bovina em 1977 para 13kg em 1985. Para 1986, as previsões iniciais indicam produção de 1,99 milhão de toneladas, 10,5% aquém da obtida no ano anterior, sendo que de janeiro a setembro de 1986 os dados do IBGE indicavam queda de 13,5% no abate.

Devido ao déficit existente, após a exportação, em 1985, de 520 mil toneladas de equivalente-carcaça restringiu-se o volume exportado em 1986, que deverá se situar de 350 a 400 mil toneladas de equivalente-carcaça e, ainda, autorizou-se a importação de 450 mil toneladas para suprir o aumento da demanda. No entanto, com os atrasos nas importações e a demora na internalização do produto, apenas 42,5% do cronograma de chegada da carne importada pelo Governo havia sido cumprido em meados de novembro, e só 50% a 60% do consumo de carnes esteve sendo complementado pela carne importada. Dessa forma, as previsões da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) são de internalização de 200 mil toneladas de carne importada em 1986, restando mais 200 mil toneladas para 1987.

Com a carne bovina, responsável por 43% da oferta de carnes, ausente do mercado realimentou-se a demanda por substitutos, principalmente carne de frango e de porco, de ciclos de produção mais curtos e que puderam suprir parte do consumo total.

A suinocultura continuou o bom desempenho apresentado em 1985, propiciado principalmente pela relativa estabilidade do preço do milho e pela elevação real de 11,3% nos preços médios recebidos pelos suinocultores paulistas nos dez primeiros meses de 1986 em relação a igual período de 1985, que resultaram em melhorias nas relações de troca porco/milho e porco/ração. Segundo estimativas do DERAL-Paraná, nesses dois anos verificaram-se preços recebidos superiores aos custos de produção, fato que não ocorreu nos cinco anos anteriores (quadro 109).

A lucratividade aumentou o interesse em investimentos na atividade, derivando maior demanda por equipamentos e reprodutores, e embasa a previsão de que a produção no Brasil em 1986 deva superar 1,0 milhão de toneladas em equivalente-carcaça. Os dados do IBGE apontam um crescimento de 10,3% nos abates de janeiro a setembro/86 em relação a igual período do ano passado. A ampliação do mercado de derivados fatiados e a continuidade da insatisfação na quantidade demandada deverão garantir os investimentos no setor.

Tentando acompanhar a recuperação da demanda, a avicultura brasileira de corte deverá se expandir 10,0% em 1986, representando em seis meses um adicional na oferta de 92 mil toneladas de carne, devendo totalizar a produção de 1,7 milhão de toneladas no ano. O setor, após anos de redução gradativa, chegou em outubro a produzir 116 milhões de pintos, número sem precedentes na história do País. O consumo de aves deverá apresentar-se acima do verificado em 1985, uma vez que, além do registrado aumento na oferta, as restrições nas exportações reduziram-nas para 192,2 mil toneladas de frango de janeiro a outubro de 1986, não devendo se repetir o volume total conseguido em 1985 (273 mil toneladas).

Muito embora o quadro acima retrate situação altamente favorável à expansão da suíno cultura e da avicultura de corte e não se vislumbrem problemas de disponibilidade de milho, os criadores têm enfrentado escassez de insumos como farinhas de carne, de osso e de sangue, fosfato bicálcio, medicamentos e pintos de um dia e não raras vezes têm recorrido ao mercado paralelo para a aquisição desses produtos. Dificuldades, também, têm apresentado o farelo de soja, com cotação acima do fixado em 27/02/86, particularmente no Rio Grande do Sul, face aos expressivos aumentos dos plantéis.

Enfocando a ponta varejista do mercado de carnes, verificou-se retração nas diversas margens de comercialização pós-Plano Cruzado. Esses resultados, contudo, devem ser vistos com cautela, especialmente os de carne bovina, uma vez que não se consegue levantamento dos valores observados no mercado paralelo. A exemplo, para frangos detectou-se, em outubro, preço médio no varejo da cidade de São Paulo de Cz\$18,93 contra o tabelado Cz\$15,00/kg de frango resfriado. Resalve-se que houve expressivo aumento nas vendas de derivados industrializados tanto de suínos como de aves e de recortes de frango (quadros 110 e 111).

Pelos tabelamentos da SUNAB, observa-se valorização das carnes de suínos e frangos relativamente à bovina, indicando artificial favorecimento ao consumo desta última, com pouca disponibilidade no mercado (quadro 112).

Os preços reais recebidos pelos pecuaristas no Estado de São Paulo de janeiro a outubro de 1986 foram superiores aos encontrados em 1985, ocorrendo o mesmo, em proporção relativamente menor, para os demais Estados da Região Centro-Sul. Os atuais valores do mercado, no entanto, não estão anormalmente fora dos padrões historicamente observados, sendo inclusive, até outubro, inferiores aos de 1984, quando a oferta foi de 2,15 mil toneladas de carne bovina (quadro 113).

O preço médio recebido pelo boi gordo em outubro de 1986 foi de Cz\$292,58/arroba, 11% inferior ao de setembro. Essa queda na cotação deveu-se à operação de desapropriação de bois gordos no pasto de pecuaristas que não estivessem negociando animais no novo preço acordado (Cz\$280,00/arroba) em 23 de setembro, após redução da alíquota de ICM de 12% para 1%, válida até novembro. Embora a operação não tenha sido coroada de êxito, teve impacto, a curto prazo, de manter a cotação e elevar o abate diário. Os efeitos foram sentidos na primeira quinzena de aplicação da Lei Delegada nº 4, com os abates fiscalizados, ao nível nacional, se elevando de 13.000 cabeças/dia até atingir 22.000 cabeças em fins de outubro. No entanto, em novembro, voltaram a decrescer (em torno de 9 a 12 mil cabeças/dia), já que existe a expectativa, por parte dos produtores, de que os preços tabelados sejam reajustados, muito embora se acredite que os novos valores não cheguem aos atualmente alcançados nas regiões pecuárias tradicionais, onde se têm notícias de preços do boi gordo em torno de Cz\$460,00 por arroba.

O panorama ao nível dos Estados da Região Centro-Sul não difere frontalmente da conjuntura nacional.

No Estado de São Paulo, os abates sob inspeção federal totalizaram 1.439.025 cabeças de bovinos, nos primeiros oito meses de 1986, cerca de 10,5% aquém dos observados no ano anterior, sendo que o abate de fêmeas passou de 18,5% a 14,7% no mesmo período. Por outro lado, as previsões de abril do Instituto de Economia Agrícola (IEA) indicavam queda de apenas 2% no total a ser abatido de bovinos. A discrepância entre as duas fontes de dados pode ser atribuída a duas razões: a redução no poder de troca entre boi gordo e boi magro e a elevação no número de abates clandestinos como forma de fugir do congelamento de preços. O abastecimento esteve seriamente comprometido, inviabilizando economicamente muitos açougues, prejudicando o comércio varejista, tornando rotineiras as filas de consumidores e o comércio com âgio nos diversos segmentos da comercialização, mesmo após o confisco de outubro. A moda da cotação do boi gordo, na

primeira quinzena de novembro de 1986, situou-se em Cz\$400,00, ou seja, 43% superior aos Cz\$280,00/arroba. Embora a estimativa de custo de produção realizada pelo Escritório Técnico de Acompanhamento Conjuntural (ETAC-RS) seja de Cz\$7,26/kg vivo em outubro/86, a venda ao valor acordado não compensa a reposição de boi magro (Cz\$4.000/cab.) (quadro 114).

O aumento no consumo de carnes e a manutenção dos bons índices de lucratividade fizeram com que seja esperado crescimento de 10% na produção de carne suína, em 1986. Já a produção de carne de frangos no Estado de São Paulo teve a expansão freada pela redução no alojamento de matrizes e baixa rentabilidade no setor nos primeiros meses do Plano Cruzado, ocasionando déficits no abastecimento e ágio ao nível de varejo. Para 1987, as expectativas são de continuidade na expansão da suinocultura (de 10% a 15%) e da avicultura (quadros 115 e 116).

No Mato Grosso do Sul, de janeiro a agosto de 1986, a queda no abate fiscalizado foi de 2,2% em relação ao mesmo período de 1985. A retração maior foi encontrada no abate de fêmeas, o qual em agosto de 1986 foi 39% do registrado no ano precedente. A retenção de matrizes ocorre na dependência dos preços de bezeros e garrotes; como a partir de março estes mantiveram-se ascendentes, a destinação de matrizes para abate reduziu-se. Espera-se, assim, maior oferta de bezeros em 1987. As boas condições das pastagens permitem engorda sem problemas nesta próxima safra.

No Paraná, é esperada uma redução nos abates de bovinos em 10% em 1986, devendo ser mantida uma tendência declinante ainda em 1987. De janeiro a setembro de 1986 foram abatidas 415.806 cabeças, 15% abaixo do abatido em igual período de 1985. Com os pecuaristas retendo gado por mais tempo no pasto, as cotações permanecem firmes, havendo negócios até a Cz\$400,00/arroba.

Para o mercado de suínos, que logo após o Plano Cruzado enfrentou problemas de escoamento da produção, a oferta foi estimulada, posteriormente, com o aquecimento da economia e estabilização dos preços dos insumos. Nessas condições o abate fiscalizado deverá situar-se em torno de 1,6 milhão de suínos, 15% superior ao ocorrido em 1985. A entrada de novos produtores na suinocultura e ampliação do sistema de integração com indústrias de óleo e frigoríficos deverão determinar aumento da produção também em 1987.

Como a suinocultura, a avicultura paranaense passa por situação de déficit de oferta, havendo grande interesse na atividade por novos produtores. Apesar do rápido ciclo, a resposta da produção tem sido limitada pelo número de matrizes, cujo alojamento foi de apenas 2% superior ao ano anterior. Assim, espera-se, para 1986, que a produção de carne de aves repita a de 1985, quando atingiu 161 milhões de cabeças. Em 1987, o setor deverá permanecer em crescimento, refletindo, então, maior expansão no número de matrizes.

Em Santa Catarina, a oferta de carnes sob inspeção, até agosto de 1986, registrou elevação de 10,9% para carnes de aves, 9,9% para carne bovina e 7,8% para carne de suínos, continuando a expansão verificada em 1985. O Estado permanece importador de carne bovina e o incremento verificado, em função de melhor composição de rebanho e preparo de alimentos para enfrentar a entressafra, não conseguiu torná-lo auto-suficiente; entretanto, não está havendo problemas no abastecimento. O aumento no volume de suínos abatidos deu-se em função das boas condições de rentabilidade a partir do 2º semestre de 1985 e deverá continuar em 1986 e 1987, já que está havendo maior procura por reprodutores, interesse na expansão da atividade e na procura por crédito para investimento. Além disso, nota-se modernização no parque de transformação da carne suína com a ampliação do mercado de derivados de carnes e produtos fatiados. As previsões são de que a produção em 1986 atinja 310 mil toneladas em equivalente-carcaça de suínos, registrando um crescimento de 12%.

A produção de carne de aves nesse Estado, com base no alojamento de aves, deverá atingir 456,0 mil toneladas em equivalente-carcaça, 10% superior a do ano anterior. Permanece firme

o interesse dos avicultores e empresários do setor em ampliar a capacidade produtiva, aproveitando o aquecimento da demanda e consolidando posições no mercado.

No Rio Grande do Sul, os abates fiscalizados de boi nos três trimestres do ano foram de 609.567 cabeças, 21,3% inferior ao registrado em igual período de 1985. Em outubro, a queda foi de 49,4%, continuando a retração em novembro. Em 1985 o abate de suínos, sob inspeção do SIF, foi 2,3% inferior ao de 1984, como reflexo da crise iniciada em 1983, tendo em vista que a suinocultura gaúcha é menos tecnicizada do que a do Paraná e Santa Catarina, onde se observou crescimento, dada a modernização da atividade, com maior atuação dos sistemas de integração. Até o final do presente ano deverão ser abatidos 2,3 milhões de suínos no Estado, redundando em crescimento de 40% em relação a 1985.

A elevação sensível do plantel reprodutor de aves no ano passado, assim como no Paraná, possibilitou um ajuste mais rápido na produção gaúcha em face ao aumento verificado na demanda, com as informações até agosto mostrando crescimento de 15% em comparação com os mesmos dados de 1985.

Segundo estimativas da EMATER, Minas Gerais, a produção total de frango deverá ser de 100,0 milhões de cabeças, 12,1% superior a de 1985. Porém, dados do SIPA mostram que, de janeiro a agosto de 1986, os abates inspecionados foram de 23.765.472 cabeças, 5,0% acima do observado em igual período de 1985. Esse quadro favorável se observa também na suinocultura, em que os abates fiscalizados, no mesmo período, cresceram 21,1% em comparação a 1985. De outra parte, como na maioria dos Estados, ocorreu decréscimo na produção de carne bovina, pois conforme dados do SIPA, de janeiro a agosto o número de cabeças abatidas (826.458) foi 19,4% inferior ao registrado no mesmo período de 1985.

Sob o panorama de continuidade do crescimento econômico, as perspectivas são de que a produção global de carnes, no Brasil, em 1987 se eleve em relação a este ano. As primeiras previsões do Ministério da Agricultura são de que no máximo seja mantida a produção de 1,8 a 2,0 milhões de toneladas de carne bovina, em função de retenção de matrizes, contrapondo-se à demanda aparente avaliada em 2,45 milhões de toneladas, sendo restrito em 200 mil toneladas o volume a ser exportado. Considerando-se o "carry over" de 200 mil toneladas importadas em 1986, prevê-se ainda repetição dos atuais problemas no abastecimento, havendo necessidade de recorrer ao mercado internacional para aquisição de cerca de 250 mil toneladas, provavelmente a preços menos favoráveis do que os registrados em 1986. Por outro lado, mantendo o desempenho verificado neste ano e com boa disponibilidade de grãos em 1987, é esperado razoável incremento na produção de carne suína, que poderá se situar em torno de 1,3 a 1,4 milhão de toneladas, face aos estímulos de preços e retorno dos investimentos do setor.

Para a avicultura de corte é esperada expansão de 6% a 18% em 1987, com as estimativas preliminares indicando de 12,3 a 12,6 milhões de aves matrizes alojadas e projetando-se produção de 1,8 a 2,0 milhões de toneladas de carne. As razões para esse aumento são o reaquecimento interno do consumo, a expectativa de melhoria dos preços internacionais do frango, boa disponibilidade de grãos para alimentação a preços estáveis e o retorno dos investimentos no setor.

(IEA, 25/11/86)

QUADRO 109. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Suínos e Relações de Preços Porco/Milho e Porco/Ração, Estado de São Paulo, 1984-86

Mês	Preço de suíno Cz\$/kg ⁽¹⁾			Relação de preço porco/milho ⁽²⁾			Relação de preço porco/ração ⁽³⁾		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	1,04	3,30	12,46	5,09	7,25	6,90	3,91	5,31	6,28
Fev.	1,25	3,60	12,84	6,03	8,62	6,56	4,62	5,39	4,94
Mar.	1,45	3,74	12,74	7,41	8,30	6,63	5,24	4,91	4,43
Abr.	1,52	3,78	12,81	7,97	7,07	7,19	5,43	4,51	4,46
Mai.	1,67	3,86	13,24	8,93	7,13	7,45	5,25	4,39	4,61
Jun.	1,76	4,26	13,94	9,75	7,85	8,58	5,88	4,41	4,85
Jul.	1,85	5,33	15,32	9,24	8,75	9,24	5,93	5,39	5,33
Ago.	1,95	7,07	16,73	8,03	9,43	9,14	5,94	6,43	5,82
Set.	2,36	8,14	18,66	9,35	9,60	9,73	6,48	6,87	6,50
Out.	2,68	9,38	19,65	8,57	9,11	10,39	6,38	6,70	6,84
Nov.	2,92	9,17	...	7,88	7,22	...	5,56	6,15	...
Dez.	3,02	11,80	...	6,97	8,45	...	5,29	7,21	...

⁽¹⁾ Referente ao suíno tipo carne.

⁽²⁾ Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

⁽³⁾ Quilograma de ração que pode ser adquirido com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 110.- Preços Médios Reais Recebidos pelo Produtor de Suíno Tipo Carne e Preço de Carne Suína no Varejo, Estado de São Paulo, 1984-86⁽¹⁾

(em Cz\$/kg)

Mês	Produtor			Varejo ⁽²⁾		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	14,85	13,54	15,11	31,07	31,77	35,99
Fev.	15,78	12,50	13,55	31,29	30,27	32,02
Mar.	16,61	11,47	12,74	30,73	27,02	29,25
Abr.	15,96	12,07	12,87	28,96	25,20	29,25
Mai.	16,18	11,40	13,27	28,76	22,05	29,79
Jun.	15,54	11,70	13,90	26,13	22,69	29,39
Jul.	14,81	13,44	15,18	26,28	25,93	28,13
Ago.	14,43	15,64	16,36	25,87	29,68	28,95
Set.	15,45	16,50	18,06	31,21	30,98	28,63
Out.	13,14	15,58	18,75	31,96	30,27	30,93
Nov.	15,45	14,83	...	31,26	36,77	...
Dez.	14,37	16,86	...	31,43	37,87	...

⁽¹⁾ Preço em cruzado de março de 1986, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (FGV).

⁽²⁾ Preço de venda de carne suína na cidade de São Paulo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 111. - Margens de Comercialização de Produtos Pecuários, Estado de São Paulo, 1984-86⁽¹⁾

Mês	Margem real de comercialização de carne bovina			Margem real de comercialização de carne suína			Margem real de comercialização de carne de frango			Margem real de comercialização de ovos		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	13,11	9,09	11,59	11,90	13,12	15,80	6,01	4,86	6,94	4,32	3,22	3,52
Fev.	11,75	9,16	11,03	10,60	11,76	13,99	6,65	3,93	4,73	3,22	3,26	3,39
Mar.	10,75	8,57	9,89	8,78	9,97	12,30	7,10	4,28	5,46	3,39	4,06	2,57
Abr.	9,26	7,70	9,59	7,84	9,13	12,12	6,66	3,86	5,76	3,30	3,79	2,74
Mai.	10,57	6,37	9,04	7,26	6,82	12,12	5,75	3,04	5,00	3,39	3,36	2,63
Jun.	9,28	6,62	7,94	7,15	7,13	10,89	5,24	3,26	4,27	3,91	3,20	2,72
Jul.	8,91	9,97	6,43	6,79	8,04	7,94	3,80	5,99	2,85	3,52	3,55	2,54
Ago.	9,34	11,34	4,45	6,83	8,87	7,19	4,64	6,15	2,53	2,91	3,59	2,53
Set.	12,07	10,11	...	10,83	9,06	...	5,34	5,79	...	2,99	3,50	...
Out.	11,26	11,29	...	11,49	9,54	...	8,66	5,33	...	3,96	3,36	...
Nov.	10,56	13,29	...	10,88	15,87	...	7,38	7,57	...	3,62	2,99	...
Dez.	9,50	12,43	...	12,51	15,43	...	6,13	7,04	...	3,38	3,35	...

⁽¹⁾ Refere-se a diferença entre os preços reais (base março 1986 = 100), registrados por quantidades equivalentes, ao nível de varejo e produtor.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 112. - Relações de Preços de Carne Bovina/Carne Suína e Carne Bovina/Carne de Frango, no Varejo da Cidade de São Paulo, 1983-86⁽¹⁾

Mês	Relação de preços de carne bovina/carne suína				Relação de preços de carne bovina/carne de frango			
	1983	1984	1985	1986	1983	1984	1985	1986
Jan.	0,78	1,05	0,84	0,84	1,69	1,79	1,93	1,57
Fev.	0,81	0,98	0,79	0,86	1,85	1,59	1,97	1,71
Mar.	0,88	0,93	0,80	0,87	1,74	1,55	1,88	1,74
Abr.	1,03	0,90	0,79	0,86	1,91	1,58	1,92	1,69
Mai.	1,03	1,05	0,81	0,84	1,60	1,97	1,79	1,69
Jun.	0,98	1,01	0,76	0,86	1,55	1,87	1,48	1,70
Jul.	1,10	1,06	0,96	0,89	2,02	1,99	1,52	1,71
Ago.	1,23	1,12	1,00	0,85	2,03	1,93	1,59	1,65
Set.	1,19	1,17	0,96	0,85	2,20	2,04	1,66	1,65
Out.	0,96	1,07	1,06	0,78	1,61	1,78	2,00	1,33
Nov.	0,98	1,00	1,01	...	1,90	1,88	1,94	...
Dez.	1,00	0,90	0,90	...	1,89	1,97	1,68	...

⁽¹⁾ Quantidade de carnes suína ou de frango, em quilogramas, que poderia ser adquirida pelo consumidor com o valor pago por quilo de carne bovina no varejo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 113. - Evolução dos Preços Reais do Boi Gordo ao Nível de Produtor, Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, 1984-1986 ⁽¹⁾
(em Cz\$/arroba)

Mês	São Paulo			Rio Grande do Sul			Mato Grosso do Sul		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	275,79	235,76	257,09	223,05	217,36	207,99	245,42	222,41	237,81
Fev.	265,69	204,63	225,98	216,28	192,62	232,05	237,21	194,11	214,93
Mar.	248,15	179,37	213,13	218,69	171,73	207,34	224,05	177,64	209,54
Abr.	233,67	169,50	215,39	214,03	157,86	205,15	215,07	164,34	212,80
Mai.	270,87	157,85	219,67	210,34	148,26	207,30	213,43	148,18	215,74
Jun.	261,30	146,56	237,18	209,28	190,01	212,07	238,76	160,08	226,21
Jul.	266,51	206,34	256,41	236,18	294,12	224,86	232,39	235,79	238,38
Ago.	274,51	254,43	277,58	244,78	262,14	234,18	228,42	255,96	247,65
Set.	342,65	272,28	279,23	268,29	240,20	...	280,26	234,54	...
Out.	318,38	287,25	319,08	283,57	222,32	...	280,93	262,41	...
Nov.	288,91	331,23	...	270,90	232,73	...	269,41	301,98	...
Dez.	260,09	299,55	...	243,74	236,20	...	243,14	288,87	...

⁽¹⁾ Base: março de 1986 - Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

QUADRO 114. - Total de Abates de Bovinos no Estado de São Paulo e Participação Percentual de Fêmeas, 1984-85
(em cabeça/ano)

Mês	1984	%	1985	%	1986	%
Jan.	190.290	31	176.822	21	171.791	26
Fev.	188.947	29	162.990	22	178.020	27
Mar.	203.893	22	171.516	22	201.368	21
Abr.	207.958	19	214.307	18	237.558	14
Mai.	234.807	16	249.720	15	224.937	10
Jun.	232.279	16	230.281	16	212.362	6
Jul.	226.422	15	238.521	18	125.335	5
Ago.	176.953	17	164.620	20	87.654	4
Set.	106.368	18	136.323	17	26.171	7
Out.	117.355	19	146.859	20
Nov.	156.123	18	110.407	23
Dez.	165.135	22	144.783	19
Total	2.207.530	20	2.147.149	19

QUADRO 115. - Número de Cabeças Abatidas e Produção Mensal de Carne Suína nos Estabelecimentos Sob Inspeção Federal, Estado de São Paulo, 1984-86

Mês	1984		1985		1986	
	Cabeça	kg	Cabeça	kg	Cabeça	kg
Jan.	42.104	2.854.640	34.515	2.225.689	36.416	2.433.433
Fev.	39.023	2.658.037	29.161	1.958.361	40.907	2.846.983
Mar.	38.518	2.702.982	32.815	2.204.290	39.008	2.729.047
Abr.	40.203	2.875.245	33.842	2.226.212	37.910	2.601.447
Mai.	44.451	3.182.129	40.994	2.838.743	34.872	2.413.854
Jun.	41.771	3.006.516	36.962	2.562.478	37.190	2.635.614
Jul.	41.549	2.946.651	41.426	2.864.200	46.409	3.151.499
Ago.	40.322	2.836.565	42.419	3.039.610	42.386	2.951.115
Set.	40.627	2.748.063	33.735	2.347.259	47.200	2.518.642
Out.	17.588	3.092.754	38.897	2.624.978
Nov.	40.292	2.693.243	42.573	2.723.555
Dez.	58.989	3.026.097	53.417	3.167.539
Total	485.437	32.622.922	460.756	30.782.914

Fonte: Serviço de Inspeção de Produto Animal em São Paulo (SERPA/SP).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 116. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Frango⁽¹⁾ e Relações de Preços Frango/Ração⁽²⁾, Estado de São Paulo, 1984-86

(em Cz\$ e Cr\$/kg)

Mês	Preço de frango/Cz\$/kg ⁽¹⁾						Relação de preço frango/ração ⁽²⁾		
	Corrente		Real		Corrente		ração ⁽²⁾		
	1984	1984 ⁽¹⁾	1985	1985 ⁽¹⁾	1986	1986 ⁽¹⁾	1984	1985	1986
Jan.	751	10,61	1.780	7,57	8.620	10,46	2,37	2,41	3,49
Fev.	865	10,88	1.817	7,01	9.073	9,57	2,68	2,28	2,83
Mar.	841	9,62	1.780	6,10	7,72	7,72	2,55	1,97	2,20
Abr.	797	8,37	1.740	5,56	7,74	7,79	2,38	1,76	2,20
Mai.	839	8,10	1.990	5,90	8,23	8,25	2,51	1,92	2,34
Jun.	937	8,27	2.587	7,11	8,95	8,93	2,61	2,30	2,55
Jul.	1.095	8,76	3.510	8,85	10,07	10,16	2,92	3,05	2,87
Ago.	1.203	8,83	4.810	10,64	10,74	10,98	3,00	3,67	3,06
Set.	1.640	10,74	5.124	10,40	11,03	11,40	3,80	3,60	3,14
Out.	1.540	8,96	4.907	9,12	11,06	11,60	3,12	3,13	3,15
Nov.	1.490	7,89	6.120	9,90	2,40	3,23	...
Dez.	1.462	7,00	7.840	11,20	2,19	3,76	...
Média Anual	1.122	9,00	3.767	8,28	2,71	2,67	...

⁽¹⁾ Preços reais com base em março de 1986, corrigido pelo "Índice 2" de conjuntura econômica, Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽²⁾ Quantidade em kg de ração para frango (1/3 corte inicial e 2/3 corte final) que se pode adquirir com o preço recebido por 1kg de frango vivo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- LEITE

- Panorama Internacional

Em 1986, a produção de leite, pelos principais países, deverá crescer em torno de 0,7%, atingindo 420,3 milhões de toneladas. As previsões, para os próximos anos 80, são de lento crescimento da produção, demanda reprimida e elevados estoques, perdurando, portanto, as características dessa década.

Os pesados estoques nos países desenvolvidos, com altos custos de manutenção, têm se defrontado com consumidores preocupados em seguir alimentação com menor teor de gordura. Cite-se que o consumo mundial de manteiga cresceu apenas 0,8% em 1985, devendo se situar praticamente no mesmo ritmo em 1986.

No 1º quadrimestre de 1986, o desastre de Chernobyl reduziu o consumo de leite fluido em alguns países europeus, que transformaram o excedente em queijos, manteiga e outros derivados, agravando a situação com a estocagem de produtos com grandes possibilidades de conter elementos radioativos.

A Comunidade Econômica Européia (CEE), que em 1985 conseguiu reter a expansão de sua produção graças a elevados abates, não consegue repetir o mesmo em 1986. Até agosto, a produção superava em 900 mil toneladas as quotas impostas e os estoques de manteiga (1,54 milhão de toneladas) e de leite em pó desnatado (1,06 milhão de toneladas) exigiram drásticas decisões, em função das limitações de orçamento.

Por sua vez, nos Estados Unidos, com o término do "Milk Diversion Programme" - que pretendia reduzir a oferta - e com os baixos preços dos concentrados a produção alcançou novo recorde, com aumento no número de matrizes, tendo a produtividade média se situado em torno de 485kg em dezembro de 1985.

A acirrada competição dos principais exportadores no comércio internacional e o contínuo crescimento dos estoques têm levado alguns países a esforçar-se em reduzi-los. Assim, na CEE, acordou-se corte de 3% nas quotas dos países membros, a ser atingida em 1987 e 1988 com pagamentos compensatórios para o produtor desistir da atividade leiteira; ampliação de doações a programas sociais; incremento do aproveitamento de manteiga desclassificada para consumo humano em tortas para consumo animal e fundos especiais para exportação.

Com o mesmo objetivo, quedas nas cotações ao nível do produtor estão sendo empregadas na Áustria. Da mesma forma, nos Estados Unidos, as medidas acionadas são: redução nos preços de garantia nas safras de 1987 e 1988, podendo continuar conforme a evolução das aquisições governamentais; ressarcimentos a produtores desistentes da atividade leiteira pelo menos por cinco anos e estímulo a doações e exportações. Com tudo isso, as previsões são, ainda, de aumento de 0,2% na produção, chegando a 65,3 milhões de toneladas.

No entanto, a União Soviética, grande importadora, que adquiriu cerca de 200 mil toneladas/ano, no período de 1979-84, poderá reduzir suas compras, haja vista as possibilidades de manutenção do recente crescimento de produção interna.

Ainda, os avanços tecnológicos aliados aos baixos preços de grãos estão levando a aumento na produtividade das matrizes, possibilitando maiores produções e estoques que tenderão a

manter em baixa os preços internacionais e mais altos os custos de exportação.

No final de 1986, caso a CEE e os Estados Unidos consigam cumprir suas metas, espera-se que os estoques mundiais se reduzam para 1,7 milhão de toneladas de manteiga, 1,4 milhão de toneladas de queijos e 1,3 milhão de toneladas de leite em pó.

– Situação Interna

Inversamente à situação do mercado internacional, a oferta nacional de leite tem se situado bem aquém da quantidade demandada em 1986. A retração é estimada em 2% na oferta de leite à indústria, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos primeiros sete meses de 1986, em relação aos de 1985. O desestímulo à produção, frente a preços tabelados a níveis inferiores aos custos, chocou-se com a expansão no consumo, estimado em torno de 18% (considerando-se apenas a elevação média da renda da população), além do crescimento da demanda institucional. Esse desequilíbrio provocou déficit no abastecimento urbano de leite, com formação de filas de consumidores e um racionamento informal criado pelos varejistas.

Para redução desse déficit, medidas a curto prazo foram acionadas pelo Governo Federal, quais sejam, subsídio de 30% ao preço recebido pelo produtor e importação de leite em pó que atingiram 167.000t. Uma avaliação das repercussões da primeira medida ainda é prematura, haja vista que o valor subsidiado é considerado insuficiente por grande parte dos produtores, embora tenha permitido menor queda em sua renda.

Por outro lado, o subsídio atingindo apenas o leite para consumo ou quando destinado à fabricação do leite em pó, conjuntamente com o fortalecimento da demanda por queijos (principalmente muzzarella e prato) em consequência também da escassez de carnes e demais derivados lácteos, proporcionou elevação do preço da matéria-prima além do instituído na tabela (Cz\$2,20/g). Registre-se que as menores margens de comercialização para os queijos desviaram grande parte do volume que deveria seguir para a indústria queijeira para a produção de iogurtes, com demanda fortemente aquecida.

A medida de importação do leite em pó foi mais contundente. Cite-se que com a oferta de leite C retraída em torno de 37% no abastecimento da Grande São Paulo, em setembro de 1986, ainda assim a oferta total de leite fluido foi 36% superior à do ano anterior, em decorrência dos incrementos de 169% na oferta de leite reconstituído e de 62% na oferta do tipo B. Assim, dos 2,37 milhões de litros de leite distribuídos diariamente, cerca de 1,03 milhão foram de leite reconstituído (quadro 117).

As perspectivas são de aumento na produção nos próximos meses, com o revigoramento das pastagens e chuvas ocorrendo normalmente a partir de setembro. No Estado de São Paulo, boa parte da produção do tipo C passou para tipo B, havendo ainda espaço para expansão do tipo A, que vem crescendo desde julho de 1985. A maior absorção dos tipos A e B tem estimulado a oferta, inclusive possibilitando recrudescimento da atividade leiteira em regiões antigas como Vale do Paraíba.

As previsões preliminares da produção paulista para a safra 1985/86 de atingir 1,68 bilhão de litros, com quebras tanto na oferta do tipo C como na do B, podem sofrer alterações, a despeito da favorável performance do tipo B, em decorrência da maior retração na produção do tipo C.

Da mesma forma, a produção de leite em Minas Gerais, principal Estado produtor, deverá situar-se 10% abaixo do nível de 1985 em função do desaquecimento de investimentos no plantel e

conseqüente queda na produtividade. O abastecimento apresentou-se normal, completado por leite reconstituído. Para a safra 1986/87, o panorama deverá ser o mesmo, caso não haja reversões nas atuais perspectivas de rentabilidade do setor.

Para o Espírito Santo, a previsão de produção de leite é de 176,5 milhões de litros, com a oferta em declínio, pouco respondendo ao subsídio de 30%, uma vez que os custos continuam superiores ao preço recebido segundo a Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário (CEPA-ES). No entanto, a distribuição local de leite em agosto p.p. situou-se 47% superior a janeiro de 1986, graças à reconstituição do leite em pó. As pastagens da região norte do Estado, em meados de outubro, ainda se encontravam em péssimo estado, não permitindo maior volume ofertado de leite, a curto prazo.

Em Santa Catarina, que em 1985 apresentara 23% de aumento na produção de leite e de onde foram exportados 18,5 milhões de litros para outros Estados, continuou a expansão do volume ofertado, com a ampliação no número de postos de recebimento e implantação de novas indústrias no setor, mais do que compensando o descontentamento com o congelamento dos preços recebidos. As previsões para 1986 são de incremento de 30% em relação à produção de 1985.

No Paraná, as estimativas de produção de janeiro a agosto indicam aumento de 4% relativamente ao mesmo período anterior. No entanto, a oferta diária de leite para consumo direto (258 mil litros em setembro) não tem sido suficiente para atender à demanda (em torno de 310 mil litros) e em Curitiba continuaram os problemas no abastecimento. O atraso no recebimento do subsídio redundou em aumento nos empréstimos das cooperativas aos produtores de leite.

No Mato Grosso do Sul, verificou-se elevação de 8,9% na oferta de leite in natura, de janeiro a agosto de 1986 comparativamente a um ano atrás. No entanto, o volume ofertado de leite pasteurizado elevou-se apenas 4,7%, inclusive retraindo-se em julho-agosto. A elevação no consumo levou à necessidade de reconstituição de 1,15 milhão de litros em agosto, ou seja, 87% do volume de leite C pasteurizado. Frente às dificuldades enfrentadas, as usinas localizadas na bacia leiteira de Campo Grande passaram a isentar o pagamento do segundo transporte pelos produtores. As boas condições das pastagens em outubro e chuvas freqüentes levam às expectativas de retorno à normalidade no abastecimento do produto neste final de ano e início de 1987. Da mesma forma, o aumento na produção mensal de leite, nos últimos meses desse ano, no Mato Grosso, deve ser creditada às melhores condições de pasto. Neste último Estado, a produção é estimada para 1986 em 110 milhões de litros de leite.

Tendo em vista o cumprimento do objetivo do Plano de Metas de se elevar a produção de leite a taxas anuais de 7,5%, a fim de atender à demanda adicional de 4 milhões de litros esperada até 1989, enfatiza-se a necessidade de significativas alterações na política para o setor. Para isso, a Comissão Interministerial para o Setor Leiteiro propõe, entre outros, a correção dos preços do leite com base tanto em planilhas de custo de produção como nas condições de rentabilidade do segmento industrial e, ainda, que o sistema de pagamento ao leite possa ser realizado em função da qualidade do produto; sugere-se, também, que o reajuste de preços ocorra em período anterior à entressafra e sempre que a evolução dos custos de produção ultrapassar o percentual acumulado de 20%. Realce-se, todavia, que além do preço, principal fator de estímulo à produção, muito se pode realizar em termos de elevação da produtividade do plantel, que não sendo alterada torna inviável o alcance do Plano de Metas.

(IEA, 29/10/86)

QUADRO 117. - Participação do Leite B na Distribuição Total de Leite, na Grande São Paulo, 1982-86

(em 1.000 litros)

Mês	1982		1983		1984		1985		1986	
	Total	B	Total	B	Total	B	Total	B	Total	B
Jan.	51.696	17.571	55.844	20.419	51.368	13.129	54.255	13.176	57.008	12.692
Fev.	47.337	15.201	48.168	18.509	50.204	13.430	52.190	12.439	52.948	12.905
Mar.	54.185	17.085	49.652	16.411	54.713	13.875	57.354	13.762	59.300	17.882
Abr.	51.165	16.796	48.784	18.447	51.472	12.572	54.944	12.542	56.127	19.200
Mai.	48.883	16.596	50.726	17.557	55.336	13.408	57.266	13.862	55.260	20.643
Jun.	44.810	16.898	50.128	17.036	53.574	14.370	55.114	13.997	56.179	21.243
Jul.	52.546	19.284	51.354	18.761	52.491	17.995	52.754	12.226	55.526	21.826
Ago.	57.011	19.795	55.751	19.731	55.047	18.582	53.211	13.617	65.912	23.361
Set.	55.911	20.969	53.557	19.150	53.712	16.931	52.378	14.748	71.232	23.897
Out.	56.726	20.941	55.176	17.080	56.346	15.175	52.583	16.959
Nov.	57.908	21.266	53.947	16.185	55.411	14.627	55.689	15.112
Dez.	57.692	20.699	48.519	14.043	56.726	14.643	60.303	13.575
Total	635.870	233.101	621.606	213.339	646.400	178.737	658.041	166.015

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

- Panorama Internacional

Em 1987, a produção mundial de ovos deverá apresentar expansão de 5%, segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Os aumentos mais significativos deverão ocorrer no Oriente Médio, África do Norte, Rússia, Japão e Brasil. Pela ordem, continuam como maiores produtores mundiais: União Soviética, Estados Unidos, Japão, México, França, Alemanha e Reino Unido. Argélia, importador tradicional de ovos, a partir de 1986 tornou-se autossuficiente, devendo aumentar em 10% a 13% sua produção em 1987, em relação ao ano anterior. Como grandes importadores figuram Alemanha Ocidental, Japão, Hong Kong, Itália e Suíça.

Em Israel, Hong Kong, Espanha, Japão, França e Estados Unidos são registrados os maiores índices de consumo de ovos per-capita, no mundo. No Brasil, o consumo, em 1985, foi de 86,9 ovos/habitante; para 1986, estima-se em 93,8 unidades per-capita, com aumento de 7,9%, em decorrência do aumento no poder de compra da população, com conseqüente ampliação no consumo de produtos animais, a partir do segundo semestre de 1985 e intensificado com o Plano Cruzado. Para 1987, as estimativas preliminares admitem que possa atingir 106,3 ovos.

- Situação Interna

No segundo semestre de 1986, com os problemas no abastecimento de carne, os ovos tornaram-se a melhor opção protéica, ainda que a relação de preços carne bovina/ovos mostre-se mais desfavorável do que nos anos anteriores; observe-se, entretanto, que a análise deve estar comprometida por não se considerar os preços praticados no mercado paralelo tanto de carne como de ovos (quadro 118).

Para enfrentar a crescente demanda, a avicultura de postura aumentou o alojamento de matrizes. Como entre a chegada dos pintos de um dia e a produção são necessários seis meses, só a partir de janeiro ou fevereiro de 1987 começarão a surgir aumentos mais significativos na oferta de ovos. O plantel mensal estimado em 53,6 milhões de poedeiras leva à projeção de crescimento de 10,3% na produção em 1986, atingindo 1.083,7 milhões de dúzias, segundo a União Brasileira de Avicultura (UBA) e a Associação Paulista de Avicultura (APA).

A avicultura brasileira de postura vem, desde 1980, apresentando crescimento oscilante, embora até o final do corrente ano tenha apresentado crescimento em torno de 40%. Segundo estimativas da UBA, São Paulo mantém a liderança na produção de ovos, com um montante estimado de mais ou menos 465 milhões de dúzias (42,8% da produção brasileira), seguido pelo Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Goiás.

Apesar do aumento de produção nacional, ainda há escassez do produto em alguns equipamentos varejistas e assim deverá continuar caso não haja melhoria no abastecimento de carnes de um modo geral. Diante dessa situação, o Governo Federal autorizou a importação de ovos "in natura" e também de ovos em pó. Esse foi um pedido da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), com prazo até 31 de dezembro para internalizar o produto e desafogar parte da demanda dos consumidores e fabricantes dos setores de massas, biscoitos, maioneses, etc.

Além dessa importação, em outubro, durante o Encontro Binacional de Dirigentes Avícolas da Argentina e Brasil, celebrou-se um acordo entre a avicultura dos dois países, no qual

a Argentina poderão exportar mensalmente ao Brasil até 15.000 caixas de 30 dúzias e o Brasil poderá exportar para a Argentina até 5.000 caixas de ovos de 30 dúzias.

As importações, embora necessárias ao abastecimento, inquietaram os meios avícolas nacionais, principalmente quanto ao âmbito de sanidade animal, com o risco de se importar doenças exóticas, não existentes no Brasil até o momento. Assim, a importação dos Estados Unidos sofre riscos com a "Influenza Aviária", doença que obrigou o Brasil a suspender as importações de pintos avós; se for de origem sul-americana, há possibilidades de contaminação com o "Tifo Aviário", "New Castle Velogênica", "Laringotraqueite", também inexistentes no País, mas incidentes nos países do Continente.

Outra queixa do setor é quanto ao prazo estipulado pelo Governo para a iniciativa privada efetuar as importações, que deveria ser até 30 de novembro, para que não haja um volume superior às necessidades, pondo em perigo a maior oferta de ovos prevista para o início de 1987 e resultando num desastre para a avicultura de postura nacional.

Prevê-se um aumento em torno de 24% na produção brasileira de ovos, para 1987, com 44,8 milhões de ovos em caixas com 30 dúzias, meta perfeitamente exequível, segundo a UBA. Para atingir essa meta, a avicultura necessita de certas alterações, como reajuste nos preços dos ovos, de forma a poder enfrentar os aumentos dos custos de produção e possibilidade de investimentos para que não ocorram desativações de granjas.

Os preços recebidos pelos produtores de ovos, pós-Plano Cruzado, vêm se situando em níveis superiores aos observados em 1985, possibilitando maior poder de troca com rações ao preço tabelado. No entanto, a falta de matérias-primas para fabricação de ração e a cobrança de ângios têm diminuído a rentabilidade do avicultor. Os custos estimados pela APA indicam elevação de 20,4% de março a outubro de 1986, com a ração participando com 85,8% dos custos. O Sindicato Nacional das Indústrias de Rações Balanceadas (Sindirações) vem apontando problemas no fornecimento de farinha de carne, farelo de soja e fosfato bicálcico, prejudicando a indústria do setor. Há, ainda, risco de déficit no mercado de farelo de soja, já com preço superior ao congelado, devido às exportações. A Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (ANFAR) defende a suspensão das exportações do farelo a fim de que não tenham que recorrer a importações do produto.

A diminuição no abate de bovinos vem ocasionando também escassez de farinha de carne, provocando aumento em torno de 80% sobre o preço congelado em fevereiro de 1986. Outro problema ligado às rações é o ICM sobre o milho, componente de maior peso na ração avícola. Em 31/12/86, vence o prazo de isenção no Estado de São Paulo e uma taxaço a partir do próximo ano comprometerá muito os custos de produção de ovos. Medida benéfica seria a inclusão do sorgo no mesmo benefício do milho, produto alternativo para o milho e de grande importância na entressafra deste cereal.

Uma nova dificuldade para o setor, para o próximo ano, relaciona-se às embalagens para ovos, visto que, segundo especialistas, as indústrias terão dificuldades em acompanhar o crescimento previsto para ovos.

Preocupado com a situação atual de abastecimento e do aumento na demanda de alimentos em geral, o Presidente da República baixou o Decreto nº 93.116, de 14/08/86, no qual se propõe uma Política Governamental para a Pecuária de Corte, envolvendo os Ministérios da Agricultura e do Planejamento. Esse Decreto, por portaria interministerial, instituiu grupos de trabalhos para avicultura, suinocultura e bovinocultura de corte, contando com representantes dos vários setores da avicultura em geral. Ao Ministério da Agricultura, por meio da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), caberá colher dados de informações sobre a avicultura, em geral. Aos avicultores e empresas do setor cabem expor a situação atual e possibilidades futuras. Espera-se que dessa união surjam soluções lógicas para que não ocorra crescimento indiscriminado de oferta de produtos avícolas, como aconteceu em 1981/82, quando o setor enfrentou séria crise.

QUADRO 118.-Preço Médio de Ovos, Recebido pelo Produtor; Relações de Preços Ovos/Ração⁽¹⁾ e Carne Bovina/Ovos⁽²⁾, Estado de São Paulo, 1984-86

(em Cr\$ e Cz\$/dz)

Mês	1984		1985		1986		Relação de preço ovo/ração			Relação de preços de carne bovina /dúzia de ovos		
	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽⁴⁾	Corrente ⁽³⁾	Real ⁽⁴⁾	Corrente ⁽³⁾	Real ⁽⁴⁾	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Jan.	407	5,75	1.089	4,63	2.911	3,53	1,49	1,72	1,37	3,29	3,46	4,39
Fev.	563	4,08	1.235	4,20	4.194	4,43	2,04	1,80	1,53	2,99	3,04	3,59
Mar.	608	6,96	1.248	4,27	5,93	5,93	2,18	1,60	1,96	2,77	2,62	3,04
Abr.	679	7,13	1.114	3,56	5,75	5,78	2,37	1,30	1,90	2,50	2,74	2,88
Mai	705	6,80	1.236	3,66	5,71	5,73	2,46	1,38	1,88	2,96	2,59	2,91
Jun.	775	6,84	1.543	4,24	5,72	5,71	2,52	1,58	1,89	2,61	2,36	2,91
Jul.	803	6,43	1.658	4,18	5,75	5,70	2,50	1,68	1,90	2,83	3,28	2,96
Ago.	868	6,28	2.213	4,90	5,79	5,66	2,50	1,97	1,91	3,17	3,56	2,92
Set.	1.061	6,95	2.377	4,82	5,78	5,59	2,81	1,94	1,99	3,70	3,65	2,87
Out.	993	5,78	2.179	4,05	2,25	1,63	...	3,51	4,44	2,74
Nov.	946	5,01	2.896	4,68	1,75	1,80	...	3,64	5,03	...
Dez.	1.088	5,21	3.506	5,01	1,88	1,97	...	3,29	4,20	...
Média anual	792	6,35	1.858	4,35	2,23	1,70

⁽¹⁾ Quantidade média de ração para poedeiras em kg, que pode ser adquirida com o preço recebido pelo produtor por uma dúzia de ovos.

⁽²⁾ Quantidade de dúzias de ovos que pode ser adquirida pelo consumidor pelo mesmo valor de um quilo de carne bovina no varejo de São Paulo.

⁽³⁾ Ponderado segundo os tipos: Extra, Grande, Médio e Pequeno.

⁽⁴⁾ Preço em cruzado de março de 1986, corrigido pelo "Índice 2" de conjuntura econômica, Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

6 – POLÍTICA AGRÍCOLA

– POLÍTICA ECONÔMICA

O fato econômico mais significativo de 1986 foi, sem dúvida, o Plano de Estabilização Econômica, divulgado pelo Governo em 28 de fevereiro, através do Decreto Lei nº 2.283, complementado em seguida pelo Decreto Lei nº 2.284. O objetivo principal do plano, que ficou conhecido também por Choque Heterodoxo e Plano Cruzado, era combater a inflação, que, além de resistir aos tratamentos convencionais, ameaçava fugir do controle das autoridades, tornando-se explosiva.

As medidas implementadas pelo programa, dentre as quais se destacam o congelamento de preços, salários, aluguéis, taxa de câmbio e tarifas públicas e a criação de uma nova unidade monetária, o cruzado, baseavam-se num diagnóstico da inflação brasileira que apontava o componente inercial como uma de suas principais causas. A teoria da inflação inercial afirma que, num ambiente cronicamente inflacionário, os agentes econômicos procuram recompor suas receitas tomando como base os picos reais. A generalização desse procedimento cria o componente inercial que garante que a inflação futura será pelo menos igual à passada. A ocorrência de choques inflacionários, de oferta ou demanda, eleva o patamar dos índices de preços, incorporando-os ao componente inercial de tal forma que os preços não retrocedem mesmo quando desaparecem os efeitos dos choques. Nesse sentido, o congelamento de preços tem o papel de eliminar o componente inercial da elevação de preços, zerando a memória do sistema econômico. A nova unidade monetária, o cruzado, tem o papel complementar de fazer com que os agentes econômicos abandonem a moeda desacreditada, que se desvaloriza diariamente, pela nova moeda estável. Esse fenômeno ocorre naturalmente nas economias hiperinflacionárias, onde a moeda oficial acaba sendo abandonada aos poucos como unidade de medida, sendo substituída, em geral, por uma moeda estrangeira de reconhecida estabilidade e, portanto, fácil curso.

O plano teve amplo apoio popular. O congelamento dos preços significava pelo menos a manutenção da renda real, que era duramente corroída no período anterior, em que a inflação já se aproximava do nível de 15% ao mês.

Em meados do ano, o Governo divulgou o Plano de Metas para o triênio 1987-89, que corresponde à quantificação dos objetivos do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, cujas prioridades são: recuperação e ampliação da infra-estrutura econômica, incentivo à renovação tecnológica da indústria e da agricultura e promoção ao desenvolvimento social. Ao lado da ênfase dada às questões sociais, esse plano identifica pontos de estrangulamento do processo de crescimento que receberão atenção especial nos próximos anos, como as áreas de transporte e energia.

O sucesso do Plano de Metas, que prevê uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7% ao ano no período 1986-89, depende essencialmente da elevação do nível de in

vestimentos da economia brasileira dos atuais 17% do PIB para aproximadamente 24%. Note-se que em meados dos anos 70 os níveis e investimento atingiram a marca de 25% do PIB. A queda registrada no período recente deveu-se, em boa medida, à redução da capacidade de investimento do setor público. Em consequência, a infra-estrutura não foi ampliada e tampouco recebeu manutenção adequada.

Mais recentemente surgiram indícios de que o plano de estabilização requer alguns ajustes. A escassez de determinados alimentos, como a carne, o leite e alguns derivados, de equipamentos e de algumas matérias-primas, além dos transtornos naturais, viabilizou a cobrança do ágio, que é a negação do plano cruzado, e tem reduzido sua base de sustentação popular. Esses problemas têm origens anteriores ao 28 de fevereiro, não obstante o plano tenha contribuído para precipitá-los ou, ao menos, torná-los mais explícitos.

Inicialmente pode ser dito que o inquestionável aumento da demanda havia se iniciado em meados de 1985, com a retomada do crescimento econômico. Nesse período, além da ampliação da base salarial, houve ganhos reais obtidos pela atuação sindical, possibilitada por um ambiente político mais oxigenado. Esse crescimento, associado ao congelamento de preços, possibilitou um aumento real ainda maior para a massa de salários. Num país como o Brasil, onde o nível de renda além de reduzido é concentrado, esse fato só pode resultar na chamada "explosão" do consumo, que nada mais é do que a tentativa de voltar a níveis semelhantes aos verificados antes da crise, vale dizer, 1980.

O lado da oferta também contribuiu para essa situação. O congelamento dos preços finais se deu num momento em que o nível de inflação não era suficientemente elevado para que os preços relativos estivessem alinhados. Dessa forma, alguns setores se beneficiaram do congelamento, alguns permaneceram indiferentes, mas outros foram claramente prejudicados. Ademais, o congelamento dos preços finais pressupunha um processo de arbitragem dentro da matriz de relações interindustriais que resultaria na redução de preços, na medida em que fosse descontada a estimativa de inflação embutida nas faturas. Apesar disso haver acontecido em alguns setores, o processo só poderia ser mais eficaz se os preços relativos estivessem alinhados. Como consequência, há escassez de bens que não conseguiram manter um nível de rentabilidade competitiva.

As sugestões de ajuste no plano cruzado têm enfatizado a demanda e, em especial, o setor público. Argumenta-se que o déficit público, estimado em 5% do PIB, é um dos principais geradores do excesso de demanda. Essa crítica não realça algumas questões importantes. Em primeiro lugar, um déficit com esse nível não é, a princípio, preocupante. Em segundo, uma redução vertical de gastos públicos, como freqüentemente sugerida, reduziria ainda mais a capacidade de investimento em infra-estrutura da economia. Finalmente, poder-se-ia lembrar que o superávit comercial também é excesso de demanda e que, por conta do estrangulamento externo, se situa em níveis comparáveis aos do déficit público - aproximadamente 6% do PIB em 1985.

Naturalmente alguns acertos deverão ser feitos no plano de estabilização, tanto na oferta quanto na procura. Entretanto, a compatibilização da estabilidade com o crescimento econômico passa necessariamente pelo setor externo, um dos itens discutidos a seguir.

O constrangimento imposto à economia brasileira pelo setor externo se atenuou a partir de 1985. Isso não significa que os problemas com os credores internacionais estejam resolvidos, mas sim que o País vive uma espécie de trégua, com razoável liberdade para determinar sua política econômica. É útil recordar que, a partir do final de 1982, quando o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) premido pela impossibilidade de saldar seus compromissos externos, o País se submeteu a um programa de ajuste de tonalidade marcadamente ortodoxa. O FMI, em troca de seus empréstimos e aval junto aos bancos internacionais, impôs ao Brasil uma série de metas de política econômica e fiscal que, mesmo não sendo atingidas, provocaram uma significativa crise econômica.

O resultado positivo do programa de ajuste do FMI foi a sensível melhora do balanço de pagamentos. A austeridade interna permitiu o acúmulo de substanciais superávits comerciais, US\$13.068 e US\$12.471 milhões em 1984 e 1985, respectivamente, além da recomposição do nível de reservas, US\$11.995 e US\$11.860, no mesmo período. Esses números não descartam a necessidade de entrada de novos recursos, pois a magnitude do serviço de dívida (amortização + juros) é maior que o superávit comercial (quadro 119).

O bom desempenho do balanço de pagamentos, associado à mudança política ocorrida em 1985, que resultou em novo enfoque da política econômica, destacando-se aí o plano cruzado, possivelmente colocou os credores externos numa posição de expectativa. Todavia, já estão sendo em tabuladas conversações entre as autoridades brasileiras e os credores, intermediadas pelo FMI, numa tentativa de equacionar o pagamento da dívida externa em novas bases que não comprometam o desenvolvimento nacional.

A crise financeira internacional ocorrida no início desta década induziu a divisão dos países em dois grupos: devedores e credores. Obviamente os países não adquiriram essas condições recentemente. Anteriormente à crise de liquidez internacional, a convivência entre esses dois blocos era razoavelmente harmoniosa e até cooperativa. Entretanto, a transferência de volúmos recursos dos devedores para os credores, necessária para salvaguardar o sistema financeiro internacional, tornou transparente o conflito de interesses. Formas convencionais de análise das relações econômicas externas foram substituídas por outras que refletem mais adequadamente os problemas atuais.

Tradicionalmente, um déficit nas transações correntes de um país é interpretado como uma absorção de recursos do exterior. O país não consegue gerar internamente o volume de poupança suficiente para seus investimentos e, então, recorre à poupança externa. Os países pobres, subdesenvolvidos, deficitários em matéria de capital, recebiam esse fator dos países ricos, desenvolvidos, que o tinham em excesso: podiam exportar poupança.

A crise financeira internacional, que se manifestou principalmente pela baixa liquidez de meios de pagamento e elevação das taxas de juros, obrigou os países devedores a transferirem grande quantidade de recursos para seus credores. Esse fenômeno pode ser melhor analisado através do conceito de hiato de recursos.

O hiato de recursos é a diferença entre as importações e exportações de bens e serviços não-fatores. Em outras palavras, é a diferença entre o déficit em transações correntes, excluídas as transferências unilaterais, e a remessa de recursos para o exterior sob a forma de remuneração de fatores de produção, como juros, lucros e dividendos.

Considerando que a remuneração dos fatores se restrinja aos juros, o que no caso brasileiro está bem próximo da verdade, o saldo em transações correntes pode ser escrito como:

$$TC = X - M^* - J$$

onde: TC = saldo em transações correntes, exclusive as transferências unilaterais;

X = exportação de bens e serviços não-fatores;

M* = importação de bens e serviços não-fatores; e

J = juros.

A partir das identidades macroeconômicas da contabilidade nacional é possível escrever:

$$PNB = D + X - M^* - J$$

onde: PNB = Produto Nacional Bruto; e

D = dispêndio público e privado.

O PIB é:

$$PIB = PNB + J = D + X - M^*$$

A relação entre o dispêndio e PIB é obtida reordenando os termos da expressão acima:

$$D = PIB + (M^* - X)$$

onde, como já foi visto, o termo $(M^* - X)$ é o hiato de recursos. Se o dispêndio for maior que o PIB, o hiato de recursos será positivo, o que significa uma entrada de recursos no País. Caso contrário, dispêndio menor que o PIB, o hiato de recursos é negativo. Nesse caso o País está transferindo recursos para o exterior. A conclusão é que o déficit em conta corrente deixa de significar absorção de recursos externos sempre que o pagamento aos fatores de produção, em especial os juros de dívida, for igual ou superior a esse déficit.

O quadro 120 apresenta o hiato de recursos do Brasil no período 1980-85. Observe-se que até 1982 houve entrada de recursos no País, mas que a partir do ano seguinte a situação se inverteu. A remessa de divisas por conta do pagamento da dívida externa superou o déficit em transações correntes. O Brasil transferiu recursos para o exterior da ordem de 5,4% e 4,4% do PIB em 1984 e 1985, respectivamente.

Essa análise sugere que a renegociação da dívida externa brasileira seja feita em bases mais favoráveis, estancando essa transferência de recursos para o exterior. Nesse ponto fica nítido o conflito entre os interesses dos credores externos e os interesses nacionais. O êxito do Plano de Metas, como já observado, depende crucialmente do aumento no nível de investimentos, de 17% para 24% do PIB, o que pressupõe elevação equivalente na poupança, interna e/ou externa. Supondo que a questão da dívida continue recebendo o mesmo tratamento, é possível projetar para os próximos anos um hiato de recursos de aproximadamente 4,5% a.a. Para um País como o Brasil, tradicional captador de poupança externa, isso significaria gerar uma poupança interna da ordem de 33,5% do PIB, que seria assim distribuída: 5% para reposição dos equipamentos depreciados; 4,5% transferido para o exterior sob forma de pagamento da dívida externa; e 24% de investimento líquido interno, segundo previsto pelo Plano de Metas.

Esses números indicam a importância do setor externo para os planos do desenvolvimento brasileiro, indicando a necessidade de uma renegociação ampla da dívida externa em termos que não comprometam demasiadamente a economia interna.

(IEA, 20/10/86)

QUADRO 119. - Saldo do Balanço de Pagamentos, Dívida Externa e Reservas Internacionais, 1980-85

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - Balança Comercial	-2.829	1.202	778	6.470	13.068	12.471
A - Exportações	20.132	23.293	20.175	21.299	27.005	25.639
A.1 - Básicos	8.488	8.920	8.238	8.517	8.766	8.739
. Agrícolas	6.766	6.938	6.256	6.847	7.176	6.717
. Minerais	1.722	1.982	1.982	1.670	1.590	2.022
A.2 - Semi manufaturados	2.349	2.116	1.433	1.786	2.823	2.725
A.3 - Manufaturados	9.028	11.884	10.253	11.289	15.107	13.895
A.4 - Operações Especiais	267	373	251	307	309	280
B - Importações	-22.961	-22.091	-19.397	-15.429	-13.937	13.168
II - Balança de Serviços (Líquido)	-10.212	-13.135	-17.050	-13.415	-13.074	-12.350
- Juros	-6.311	-10.305	-12.555	-10.263	-11.235	-9.589
- Outros	-6.904	-2.830	-4.495	-5.494	-1.839	-2.761
III - Transferências Unilaterais	155	199	-7	108	172	154
IV - Transações Correntes (I + II + III)	-12.886	-11.734	-16.279	-6.837	166	275
V - Movimento Líquido de Capitais ⁽¹⁾	9.804	12.773	7.867	1.538	-1.822	268
- Investimentos	1.146	2.326	2.542	1.359	1.535	710
- Empréstimos de financiamentos	11.070	15.554	12.517	8.153	8.536	10.616
- Amortizações	-5.020	-6.242	-6.916	-9.120	-6.796	-10.533
- Outros capitais	2.608	1.135	-276	1.146	-5.097	-525
VI - Erros e Omissões	-408	-414	-544	-670	215	-529
VII - Superávit (+) ou Déficit (-) (IV + V + VI)	-3.490	625	-8.956	-5.969	-1.441	14
VIII - Dívida Bruta ⁽²⁾	53.847	61.411	83.288	91.638	99.765	101.017
IX - Reservas Internacionais	6.913	7.507	3.994	4.563	11.995	11.860
X - Dívida Líquida (VIII - IX)	46.934	53.904	79.294	87.075	87.770	89.157

⁽¹⁾ Inclusive reinvestimento.

⁽²⁾ Inclusive dívida não registrada.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 120. - Produto Interno Bruto (PIB), Saldo em Transações Correntes (TC), Juros da Dívida Externa (J) e Hiato de Recursos (H), 1980-85
(em milhões de dólares)

Ano	PIB	TC (¹)	J	H (²)	$\frac{TC}{PIB}$ (²)	$\frac{J}{PIB}$ (²)	$\frac{H}{PIB}$ (³)
1980	249.793	-13.041	6.311	6.730	5,2	2,5	2,7
1981	275.433	-11.930	10.305	1.625	4,3	3,7	0,6
1982	283.267	-16.272	12.555	3.717	5,7	4,4	1,3
1983	208.740	-6.945	10.263	-3.318	3,3	4,9	1,6
1984	209.698	-6	11.235	-11.229	0,0	5,4	5,4
1985	219.844	121	9.589	-9.710	0,1	4,4	4,4

(¹) Exclusive transferências unilaterais.

(²) $H = - (TC + J)$.

(³) Em percentagem.

Fonte: Calculado a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Banco Central do Brasil (BACEN).

- CRÉDITO RURAL

O crédito rural foi o principal instrumento de política agrícola adotado visando a modernização da agricultura. A partir de meados da década de 60 e especialmente em boa parte da seguinte, serviu para dotar o setor agrícola de recursos necessários para a implementação de mudanças técnicas, com destaque para maior mecanização e emprego de insumos modernos.

A partir de 1977 algumas modificações foram introduzidas, sendo que o abandono dos estímulos aos investimentos no setor pode ser identificado nas estatísticas pela redução dos recursos para esta finalidade. Percebe-se, a partir de então, um maior empenho na obtenção de resultados no curto prazo, com recursos predominantemente alocados no custeio das safras.

O quadro 121 mostra a evolução real dos recursos destinados ao crédito rural por finalidade e respectiva participação no total a partir de 1979, ano marcado pela chamada prioridade agrícola. Tomando este ano como base, vê-se que o montante de recursos de crédito rural total reduziu-se sistematicamente até 1984, mostrando alguma recuperação somente no ano passado, quando o montante total distribuído alcançou pouco mais da metade do valor referente ao início da série.

A destinação predominante dos recursos para objetivos de curto prazo é plenamente identificada quando se observa que, em 1979, 50,3% dos recursos foram alocados no custeio, situação que evoluiu para uma participação de 71,1% em 1985. Os investimentos mostraram situação inversa. Se no início da série absorviam 1/4 dos recursos destinados ao crédito rural, em 1984 chegaram a 12,3%.

Para o ano de 1986, está prevista a aplicação de Cz\$89,4 bilhões em crédito rural. Este valor representa 38% do montante aplicado em 1979 e uma redução real da ordem de 28,1% em relação a 1985. Para investimento, no entanto, os recursos deverão ter um acréscimo real de 82,2%, passando a absorver 1/3 do total. Cabe ressaltar que, dentro da política agrícola recentemente implantada - parte do "Plano de Metas" - os investimentos tiveram tratamento privilegiado. Os recursos para aplicação nesta finalidade foram orçados em Cz\$29,4 bilhões em 1986, Cz\$50 bilhões em 1987, atingindo a meta de Cz\$62 bilhões em 1988.

As fontes de recursos previstas para aplicação em crédito rural são: exigibilidades sobre os bancos comerciais privados, financiamentos externos provenientes do Banco Mundial, recursos do Banco do Brasil e aportes do Tesouro Nacional. O sistema de exigibilidades dos bancos comerciais foi modificado e, a partir de 01 de maio de 1986, pautam-se sobre os seguintes percentuais dos depósitos à vista: bancos pequenos, 10%; bancos médios, 20%; e bancos grandes, 30%. Com a expansão dos depósitos à vista nos bancos comerciais, reflexo do Plano Cruzado, foi previsto montante de recursos para crédito rural, desta fonte, da ordem de Cz\$32 bilhões, já em 1986.

Os recursos provenientes das exigibilidades dos bancos comerciais estão condicionados a aplicações com mini e pequenos produtores e, também, a investimentos com percentuais de 30% em ambas as finalidades, ou seja, 60% dos recursos deverão estar comprometidos nestas aplicações. Para estimular maiores inversões em lavouras de alimentos básicos e/ou investimentos agropecuários, o Banco Central definiu um fator de 1,2 aplicável sobre o valor financiado para estes fins para cômputo da exigibilidade, contra um fator de 1,0 nas demais aplicações.

Nesta questão da disponibilidade de recursos para o setor agrícola, deu-se importante passo no sentido de evitar que esteja diretamente vinculada à conjuntura monetária. O setor viveu de um período em que, pelas necessidades de contenção de crédito global, o Governo gerava graves problemas de liquidez para os agricultores, muitas vezes em épocas cruciais para a sua

atividade que se caracteriza pela sazonalidade, inclusive na ocorrência de despesas.

A criação da Caderneta Verde e do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário são contribuições no sentido de permitir a liberação de recursos para o setor, com maior independência da política monetária global. A primeira constitui caderneta de poupança rural a ser gerida pelo Banco do Brasil, devendo funcionar como as cadernetas tradicionais. A princípio serão abertas nas agências que aplicam em crédito rural e seus recursos serão destinados a esta finalidade. O Fundo de Desenvolvimento Agropecuário conta com recursos da ordem de Cz\$63 bilhões, formado pelo retorno dos investimentos no setor agropecuário feitos pelo Banco do Brasil no ano passado (Cz\$34 bilhões), pela receita da venda dos produtos importados para o abastecimento nacional que são financiados (Cz\$2 bilhões) e pelos recursos do retorno dos investimentos feitos no corrente ano.

Quanto aos encargos financeiros, que até a implantação do plano de estabilização econômica, em fevereiro de 1986, correspondiam à correção monetária mais juros de 3% a.a., foram modificados. A nova estrutura de operação de crédito rural, divulgada através da Resolução nº 1.131 do Banco Central, após reunião do Conselho Monetário Nacional em maio, estabeleceu duas modalidades: crédito de custeio e de comercialização, tipicamente com operações de curto prazo e crédito de investimento com operações de médio prazo.

As taxas de juros serão fixadas com base na taxa anual de captação do sistema bancário para 180 dias, com rebate de 10%, e a partir de 28/02/87, ajustadas semestralmente. Assim, os créditos de curto prazo terão taxas fixas em seus contratos, enquanto que nos de longo prazo ocorrerá a repactuação semestral dos juros.

Para a safra 1986/87, os créditos de custeio e comercialização terão taxas fixas de 10% a.a. na Região Centro-Sul e taxas de 3%, 6% e 8% para as regiões da SUDAM, SUDENE, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo, para mini e pequenos, médios e grandes produtores, respectivamente. Os juros dos créditos de investimento também serão de 10%, mas, a partir da data base, sofrerão repactuações semestrais. Dito de outra forma, para as operações de curto prazo, as novas taxas incidirão apenas sobre os contratos novos, enquanto que para as de longo prazo incidirão sobre os novos, mas também sobre as operações "em ser".

Cabe ressaltar que os recursos destinados aos investimentos deverão ser aplicados prioritariamente em obras de secagem e armazenamento de grãos, recuperação de solos e expansão da agricultura irrigada.

A política agrícola traçada no "Plano de Metas" traz explícita a preocupação de proporcionar um tratamento privilegiado ao setor produtor de alimentos visando um abastecimento adequado a preços compatíveis, de forma a dar sustentação ao plano de estabilização econômica, que tem no combate à inflação sua principal meta. A minoração dos graves desequilíbrios da nossa sociedade, meta central do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, exige um bom desempenho do setor agrícola. Neste sentido, os objetivos do plano agrícola, explicitos no 1º PND/NR são: "... expandir a oferta interna de alimentos, aumentar as exportações e criar oportunidades de ocupação no setor rural".

Seguem-se comentários específicos referentes aos principais elementos da política de crédito rural, numa busca de avaliação das chances de sua efetividade em termos de estímulo ao aumento da oferta agrícola, notadamente no que diz respeito à safra 1986/87.

— Limites de Financiamentos e Taxas de Juros

Pela conjugação das metas físicas de aumento da produção de alimentos e a questão do acesso facilitado aos pequenos produtores aos recursos do crédito rural, o Governo estabeleceu que os financiamentos das safras, com base no Valor Básico de Custeio (VBC), serão contratados como segue: as culturas de arroz, feijão, milho e mandioca terão 100% do VBC para produtores pequenos e médios e 80% para os grandes; e pequenos e mini produtores terão 100% do VBC para qualquer cultura.

Essas diferenciações têm a finalidade de tornar mais baratos os créditos para aqueles produtos e/ou produtores que têm acesso a percentuais mais elevados do VBC. O quadro 122 mostra, para as principais culturas anuais, uma estimativa das taxas de juros para as diferentes categorias de produtor. Os recursos que excedem aos limites de financiamento estabelecidos poderão ser financiados, mas à taxa de juro do mercado, que no caso apresentado no quadro 122 foi de 52% a.a., valor correspondente às aplicações de curto prazo do momento do início da safra. Veja-se que, uma vez que pequenos e mini produtores têm limite de financiamento integral para qualquer cultura, pagarão sempre a taxa de 10% a.a. O caso de taxa mais elevada, exposto no quadro 122, corresponde ao algodão para grandes produtores que, obtendo somente 40% dos recursos à taxa de 10% a.a., atinge o percentual de 35,2%.

— Valor Básico de Custeio (VBC) para a Safra 1986/87

Toda a efetividade de uma política depende dos parâmetros sobre os quais se pauta. Assim, os estímulos ao aumento da área plantada estão, em parte, dependendo dos valores estabelecidos para o seu financiamento (VBC), comparativamente aos custos da produção e recursos disponíveis do produtor. O quadro 123 foi construído visando este enfoque.

A última coluna do quadro 123 mostra a relação entre VBC e custo operacional efetivo para as principais culturas anuais do Estado de São Paulo, para a safra que se inicia. A estimativa de custo operacional corresponde à região mais representativa de cada produto, não expressando, portanto, uma média para o Estado. Observando, então, a coluna 3, vê-se que, à exceção do amendoim, os demais produtos terão, na safra 1986/87, cobertura integral dos custos pelo VBC, o que denota a preocupação do Governo em estimular a produção agrícola. Produtores que obtêm financiamento integral, nesta safra, deverão prescindir de aplicação de recursos próprios. As maiores coberturas de custo pelo VBC correspondem às culturas de feijão e milho com excedente de mais de 30% e especialmente a soja que teria excedente de ordem de 54%. Os produtores de amendoim, mesmo que obtenham financiamento de 100% do VBC, precisarão complementar com recursos próprios cerca de 8% dos custos.

Com o objetivo de apresentar a disponibilidade de recursos próprios do produtor, a coluna "b" do quadro 123 apresenta a estimativa da receita obtida na safra 1985/86. A coluna "e" apresenta a relação entre esta receita e o custo operacional da safra 1986/87, onde se observa que a situação dos produtos mostrou-se bastante boa, pois a receita da safra passada cobre com sobras expressivas o custo da safra seguinte. Isto indica que os produtores dispõem de capital de giro próprio para custear, pelo menos, parte das despesas da safra que se inicia. A exceção mostra o caso do feijão das águas que, em razão de quebra de safra, de uma produtividade esperada de 960kg/ha se reduziu para 370kg/ha. Isto fez com que a receita dos produtores da região de

Sorocaba - responsável por mais de 70% da produção do Estado - cobrisse apenas 98% do custo operacional da safra seguinte. Por estas informações, os produtores de feijão, atingidos por quebra de safra seriam os que estão em pior situação para enfrentar as despesas de novo ciclo de cultivo, embora seja possível que muitos deles já tenham recomposto, pelo menos, parte das suas perdas com o cultivo da seca.

Embora os parâmetros estabelecidos para a próxima safra, de um modo geral, possam ser considerados razoáveis, é bom atentar para a questão da disponibilidade de recursos. Primeiramente, os recursos até agora previstos são inferiores aos concedidos no ano passado. Além disso, tem o aspecto da oportunidade da liberação dos recursos. Têm sido constatados atrasos nesta liberação, o que pode vir a comprometer a eficácia da política em termos de produção.

(IEA, 20/10/86)

QUADRO 121. - Crédito Rural por Finalidade, Brasil, 1979-86

Ano	Custeio		Investimento		Comercialização		Total		Custeio/ Total	Investimento/ Total	Comercializa- ção/Total
	Valor (Cz\$1.000)	%	Valor (Cz\$1.000)	%	Valor (Cz\$1.000)	%	Valor ⁽²⁾ (Cz\$1.000)	%			
1979	118.471.625	100,0	58.846.321	100,0	58.230.588	100,0	235.548.534	100,0	50,3	25,0	24,7
1980	127.597.122	107,7	42.301.321	71,9	55.606.243	95,5	225.504.687	95,7	56,6	18,8	24,6
1981	114.672.688	96,8	30.222.639	51,3	50.635.425	87,0	195.530.752	83,0	58,6	15,4	26,0
1982	121.758.160	102,8	24.824.644	42,2	42.700.977	73,3	189.283.782	80,4	64,3	13,1	22,6
1983	88.614.207	74,8	23.794.187	40,4	30.106.890	51,7	142.515.284	60,5	62,2	16,7	21,1
1984	61.546.126	52,0	10.746.320	18,3	15.022.852	25,6	87.315.297	37,1	70,5	12,3	17,2
1985	88.500.207	74,7	16.131.141	27,4	19.833.568	34,1	124.464.914	52,8	71,1	13,0	15,9
1986	29.400.000 ⁽²⁾	50,0	...	38,0	89.400.000 ⁽²⁾	38,0	...	32,9	...

⁽¹⁾ Valor constante a preço de junho de 1986. Deflator: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

⁽²⁾ Valor previsto para 1986.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 122. - Limites de Financiamentos e Taxas de Juros Média Anual Paga Pelo Produtor em Culturas Seleccionadas, Safra 1986/87
(em percentagem)

Produto	Mini e pequeno produtor		Médio produtor		Grande produtor	
	Limite de financ.	Taxa de juros ⁽¹⁾	Limite de financ.	Taxa de juros ⁽¹⁾	Limite de financ.	Taxa de juros ⁽¹⁾
Arroz	100	10,0	100	10,0	80	18,4
Feijão das águas	100	10,0	100	10,0	100	10,0
Milho	100	10,0	100	10,0	80	18,4
Amendoim das águas	100	10,0	100	10,0	100	10,0
Soja	100	10,0	60	26,8	50	31,0
Algodão	100	10,0	50	31,0	40	35,2

⁽¹⁾ Média ponderada de 10% a.a. (Juros do Crédito de Custeio) e 52% a.a. (Juros do Crédito Contratado à taxa de mercado).

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 123. - Comparação entre Valor Básico de Custeio (VBC), Custo Operacional Efetivo e Receita, Estado de São Paulo, 1985/86 e 1986/87

Produto	Produtividade (kg)	1985/86		1986/87		Relações	
		VBC Cz\$/ha (a)	Receita (Cz\$/ha) (b)	VBC (Cz\$/ha) (c)	Custo operacio- nal efetivo (Cz\$/ha) (d)	(b)/(d) (e)	(c)/(d) (f)
Algodão	2.130	3.881,00	11.076,00	6.246,20	4.925,00	2,25	1,27
Amendoim das águas	2.250	1.895,00	6.213,90	3.275,00	3.566,00	1,74	0,92
Arroz de sequeiro	1.620	1.548,00	3.522,40	2.437,00	2.279,00	1,54	1,07
Feijão das águas	960	1.408,00	2.002,60	2.787,00	2.051,00	0,98	1,36
Milho	2.700	1.354,00	4.324,30	2.002,00	1.505,00	2,87	1,33
Soja	1.800	1.475,00	4.373,10	2.340,00	1.523,00	2,87	1,54

Numa época em que boa parte do mundo encontra-se com volumosos estoques de alimentos acumulados em razão de políticas de incentivo à produção, o Brasil passa por uma de suas crises de abastecimento interno. A política agrícola norte-americana, recentemente modificada, objetiva explicitamente induzir os agricultores à redução da oferta para dar vazão aos onerosos estoques acumulados e com dificuldade de absorção pelo resto do mundo. Da mesma forma, o Mercado Comum Europeu conta com excedentes de produção, resultado de uma política de subsídios, bem sucedida no sentido de estímulo ao incremento da oferta.

No Brasil, a condução de uma política agrícola adstrita à política econômica global acabou resultando em sérios gravames, com desequilíbrios entre os subsetores da agricultura em detrimento do setor produtor de alimentos, hoje considerado um dos principais estrangulamentos para a manutenção do plano de estabilização econômica até mesmo no curto prazo.

Neste ano, uma certa recuperação da demanda vem deixando clara a precária situação brasileira neste setor. Para possibilitar a manutenção do congelamento de preços estabelecido em 28 de fevereiro, o Governo foi forçado a importar alimentos e a autorizar sua importação, o que, se resolve parte do problema no curto prazo, tem o agravante de desestimular a produção interna e criar problemas em termos de balanço de pagamentos. A médio e longo prazos esta política é insustentável.

Na busca de soluções para o problema do abastecimento interno e da necessidade de gerar excedentes exportáveis, a política agrícola do Plano de Metas tem nos preços mínimos a principal base de apoio. "A Política de Preços Mínimos visa, basicamente, aumentar a produtividade e reduzir o risco econômico, de modo a obterem-se reduções no custo de produção e nos preços dos alimentos". Para isso, foi adotada a regra da plurianuidade, antiga recomendação de estudiosos do setor, que deve dar maior garantia aos agricultores pela redução das incertezas, especialmente nos investimentos voltados para culturas de mercado interno.

A regra da plurianuidade abrange as culturas de arroz, milho, sorgo, mandioca e feijão e será aplicada conforme segue. Os preços mínimos fixados para a safra 1986/87 permanecerão constantes para os próximos três anos. A Companhia de Financiamento da Produção (CFP) passa a fazer o cálculo mensal dos Índices de Preços Pagos (IPP) pelos insumos utilizados na produção. Os preços mínimos desses cinco produtos básicos serão reajustados por esse índice pelo mesmo critério adotado para os salários, ou seja, será considerada data base o dia 01/08/86: a) a cada ano, nesta data, o Governo garantirá um reajuste de, no mínimo, 80% da variação acumulada do IPP em cada produto; b) se para algum desses produtos, o IPP acumulado atingir 20% antes da data base, o seu preço mínimo será reajustado automaticamente, a título de antecipação. Esse esquema será mantido por três anos, quando então os preços mínimos serão revistos para incorporar ganhos de produtividade. Pretende-se, com esse método, reduzir os riscos econômicos, incentivando-se aumentos de área e melhorias de produtividade.

Para os produtos de exportação - soja, amendoim, algodão e mamona - não se aplica a regra da plurianuidade, mas serão levadas em conta as cotações internacionais. Assim, esses produtos, que têm seus preços de mercado influenciados pelo comércio internacional, passam a ter também os reajustes dos preços mínimos, ora fixados, condicionados aos sinais de preços internacionais.

Também a política comercial do Governo passa a ser diferenciada por classe de produto. Na intenção de evitar choques de oferta, o Governo afiança que as aquisições dos estoques reguladores serão realizadas, de preferência por ocasião das safras, procurando evitar deprimir os preços para os agricultores. A venda desses estoques só far-se-á quando os preços de mercado estiverem muito aquecidos. Estas interferências objetivam evitar prejuízos mais graves para consumidores e produtores.

Se, no caso dos alimentos, o Governo pretende manter elevado controle sobre os estoques, o mesmo não acontece para os produtos de exportação, cuja estocagem deve ficar predominantemente a cargo do setor privado, mas com algum controle por parte do Governo. Também para esses produtos pretende-se evitar preços excessivamente baixos, desestimulando o produtor, ou preços muito elevados em prejuízo do consumidor. Ainda não foi objeto de regulamentação a forma de interferência, mesmo porque os preços internos estão oficialmente congelados. Sabe-se, no entanto, que numa busca de evitar a internalização, no mercado brasileiro, de oscilações muito acentuadas no mercado internacional, deverão ocorrer interferências através de impedimentos ou liberações ao comércio internacional. Sempre que o preço interno do produto se formar entre limites considerados razoáveis será liberada a sua comercialização externa.

— Comparação entre Preço Mínimo e Custo de Produção

Uma vez estabelecidas as regras que nortearão a política de preços mínimos a partir da safra 1986/87, foram estabelecidos também os parâmetros, no caso, os próprios preços mínimos. Para se ter uma idéia da possibilidade de impactos sobre a oferta agrícola, procedeu-se à sua comparação com os custos operacionais totais, para as principais culturas anuais (quadro 124).

A primeira parte do quadro 124 mostra a situação verificada na safra passada. Observa-se aí que, para todos os produtos apresentados, o preço mínimo suplantou o custo operacional dessas culturas. Dentre estes produtos, os casos extremos de remuneração positiva ficaram com arroz e milho, com percentuais superiores ao custo operacional total 7,9% e 81,6%, respectivamente. Sabe-se que os preços mínimos estiveram, inclusive, acima do preço de mercado para alguns produtos, forçando razoável participação do Governo na aquisição da produção.

Para a safra 1986/87, salvo em caso de quebra de safra, as margens de remuneração do preço mínimo sobre o custo operacional total deverão ser superiores a 30% para feijão, milho e soja, chegando a 67,5% no caso do milho, percentuais que podem ser considerados estimulantes ao produtor. O extremo é o caso do amendoim cujo preço mínimo foi reduzido de Cz\$73,50 para Cz\$68,00 por saca de 25kg, resultando numa margem de remuneração de -2,4%. Algodão e arroz têm margens previstas de 16,6% e 19,7%, respectivamente. Note-se que também para o algodão o preço mínimo foi reduzido relativamente à safra passada. Soja e arroz tiveram o valor mantido e, dentre as culturas apresentadas no quadro 124, apenas para feijão e milho o reajuste do preço mínimo foi positivo.

Com base nestas informações para São Paulo, pode-se dizer que, com exceção do amendoim, os preços mínimos fixados podem ser considerados razoáveis em termos de estímulo ao aumento da oferta e até muito bons nos casos de milho e soja. Se se considera que estes preços são válidos até 1989, a política de preços mínimos tem chances de dar contribuição positiva com redução dos desequilíbrios entre subsectores da agricultura, especialmente porque o Governo toma a si a responsabilidade de administrar a oferta de alimentos e manifesta explicitamente em seu Plano de Metas a preocupação com os problemas sociais do País. Com isso o Governo acaba formando parte da demanda por esses produtos, estimulando a oferta.

QUADRO 124.- Comparação entre Preço Mínimo e Custo Operacional Total (COT) de Culturas Seleccionadas, Estado de São Paulo, 1985/86 e 1986/87

Produto	Unidade (kg)	1985/86			1986/87		
		C.O.T (Cz\$/unidade) (a)	Preço/mínimo (Cz\$/unidade) (b)	(b)/(a)	C.O.T (Cz\$/unidade) (c)	Preço/mínimo (Cz\$/unidade) (d)	(d)/(c)
Algodão	15	47,70	71,85	50,6	57,39	66,90	16,6
Amendoim das águas	25	60,66	73,50	21,2	69,67	68,00	- 2,4
Arroz de sequeiro	60	123,98	133,80	7,9	111,79	133,80	19,7
Feijão das águas	60	206,20	292,20	41,7	243,75	318,60	30,7
Milho	60	43,61	79,20	81,6	50,52	84,60	67,5
Soja	60	69,16	125,40	81,3	93,33	125,40	34,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

- PROGRAMA DE SEGURO RURAL

O ano agrícola 1985/86 foi extremamente atribulado devido, basicamente, à longa e forte estiagem do segundo semestre de 1985 que afetou a Região Centro-Sul do País, além, é claro, de outros problemas menores localizados. Aqueles problemas climáticos - e as avaliações, muitas vezes, "desastradas" de seus efeitos - foram responsáveis pelo chamado "choque agrícola", que teve como consequência brusco aumento dos preços dos produtos agrícolas, elevando as taxas mensais de inflação para patamares inéditos na história da economia brasileira.

Mesmo levando em conta as possíveis imprecisões e exageros de determinadas estimativas de quebra de safra, o aumento do movimento financeiro dos programas de seguro atesta a inegável dimensão dos problemas climáticos, como pode ser observado a seguir.

- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)

Analisando-se o demonstrativo da evolução das indenizações pagas pelo PROAGRO, segundo dados de 1986, os quais refletem a demanda por coberturas de perdas derivadas da estiagem do ano anterior, observa-se que dos três principais Estados agrícolas da Região o mais prejudicado em suas safras foi o Paraná, que absorveu quase 50% do total das indenizações, seguido do Rio Grande do Sul (18%) e de São Paulo (7%). Cabe salientar que São Paulo mantém a terceira posição, mesmo quando se somam os valores das indenizações do seu programa estadual de seguro (COSESP) (quadro 125).

O valor total das coberturas financeiras do PROAGRO na Região Centro-Sul, no período jan.-jul./86 (Cz\$3,4 bilhões), cresceu 1.584% em relação a igual período de 1985 (Cz\$201,0 milhões).

As culturas mais afetadas e/ou mais contempladas pelo PROAGRO no ano agrícola findo, na Região, foram soja, com 39% do total (do período jan.-jul./86), milho (18,2%), arroz (14,4%), feijão (11,5%), trigo (6,5%) e algodão (3,8%).

- Programa de Seguro Rural Estadual de São Paulo

Este programa, oferecido pela empresa estatal paulista Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), divide com o PROAGRO (numa proporção de 40% - COSESP e 60% - PROAGRO estimada a partir dos dados de indenizações do período jan.-jul./86) as atividades de seguro agrícola neste Estado.

Os dados do quadro 126 apontam o mesmo crescimento do volume de indenizações verificado pelo PROAGRO. A relação nº de sinistros (indenização)/nº de seguros realizados no ano agrícola 1985/86 foi calculada em 0,39 ou mais que o dobro do índice verificado em 1984/85.

Os produtores que mais recorreram à COSESP para ressarcimento de prejuízos na safra

1985/86, de acordo com os dados de jan.-jul./86, foram os de feijão (35% do total de indenizações pagas), algodão (25,9%) e milho (20,8%). Entretanto, os que tiveram maiores perdas em relação ao que foi plantado, a julgar pelo índice sinistros/indenizações, foram os de feijão, amendoim, milho e tomate, nesta ordem (quadro 127).

Cabe lembrar que, apesar do avanço registrado pelo seguro estadual em termos de conquista de mercado nos últimos anos, têm se registrado crescentes reclamações por parte dos agricultores paulistas quanto à burocratização e dificuldades em obter a cobertura dos prejuízos.

— Programa de Seguro Rural Estadual de Minas Gerais

Este programa de seguro é desenvolvido pela estatal BEMGE - Companhia de Seguros de Minas Gerais, operando não só dentro do próprio Estado, como também fora deste, nas áreas de atuação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Como não se dispõe de dados do ano agrícola 1985/86, apresenta-se a evolução dos totais de prêmios e indenizações no Estado de Minas Gerais por ano civil até 1985 (quadro 128).

(IEA, 20/10/86)

QUADRO 125. - Indenizações Pagas Pelo PROAGRO e Participações Relativas, Estados da Região Centro-Sul e Brasil, 1985 e Jan.-Jul. de 1986

Estados	1985		1986	
	Cz\$	%	Cz\$	%
Espírito Santo	2.344.891	0,48	877.723	0,02
Minas Gerais	33.145.254	6,76	85.119.786	2,49
Rio de Janeiro	4.658.958	0,95	4.365.000	0,13
São Paulo	72.791.853	14,84	250.694.645	7,33
Paraná	106.538.021	21,72	1.608.597.167	47,02
Rio Grande do Sul	96.120.276	19,60	622.086.011	18,18
Santa Catarina	18.892.330	3,85	165.473.698	4,84
Distrito Federal	919.224	0,18	7.324.809	0,21
Goiás	42.755.133	8,71	195.876.642	5,72
Mato Grosso do Sul	62.168.956	12,67	421.748.349	12,33
Mato Grosso	4.809.813	0,98	23.158.822	0,68
Região Centro-Sul	445.144.709	90,74	3.385.322.652	98,95
Outras Regiões	45.430.355	9,26	35.729.494	1,05
Brasil	490.575.464	100,00	3.421.052.146	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 126. - Comportamento do Seguro Rural do Estado de São Paulo, 1983/84 a 1985/86

Ano agrícola	Seguros		Sinistros ocorridos		(b/a)
	Nº (a)	Valor (Cr\$ milhão)	Nº (b)	Valor (Cr\$ milhão)	
1983/84	29.911	2.984,5	3.716	5.902,7	0,12
1984/85	53.831	19.416,0	8.449	46.197,0	0,16
1985/86 ⁽¹⁾	51.530	81.380,6	19.911	172.879,8	0,39

⁽¹⁾ Dados até julho/86.

Fonte: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

QUADRO 127. - Comportamento do Seguro Rural para os Oito Principais Produtos Segurados, Estado de São Paulo, 1984/85 e Jan.-Jul. de 1986

Produto	Seguros realizados							
	Nº (a)				Valor do prêmio			
	1984/85	%	Jan.-Jul./86	%	1984/85	%	Jan.-Jul./86	%
Algodão	30.647	58,94	25.420	51,47	7.650.660,67	43,79	20.631.517,29	29,24
Milho	8.407	16,17	9.636	19,51	2.554.062,14	14,62	15.627.927,87	22,15
Feijão	5.891	11,33	6.959	14,09	2.496.199,86	14,29	13.981.409,41	19,82
Produtos olerícolas	2.156	4,15	2.409	4,88	890.755,83	5,09	4.810.592,85	6,82
Amendoim	1.689	3,25	1.647	3,33	700.246,64	4,01	2.649.285,97	3,76
Soja	1.453	2,79	1.793	3,63	1.003.479,25	5,74	4.670.972,95	6,62
Tomate	988	1,90	1.094	2,21	1.659.144,33	9,50	7.154.117,92	10,14
Feijão irrigado	764	1,47	430	0,87	515.889,76	2,95	1.025.795,40	1,45
Total	51.995	100,00	49.388	100,00	17.470.438,48	100,00	70.551.619,66	100,00

Produto	Sinistros ocorridos									
	Nº (b)				Valor da indenização				(b/a)	
	1984/85	%	Jan.-Jul./86	%	1984/85	%	Jan.-Jul./86	%	1984/85	Jan.-Jul./86
Algodão	2.500	31,74	4.063	35,03	8.431.355,81	20,70	42.047.347,94	25,91	0,08	0,16
Milho	1.966	24,96	2.676	23,07	7.625.407,76	18,72	33.829.607,67	20,84	0,23	0,28
Feijão	2.371	30,10	3.476	29,97	13.714.155,26	33,67	56.835.997,80	35,02	0,40	0,50
Produtos olerícolas	346	4,39	258	2,22	2.185.681,52	5,37	4.450.923,58	2,74	0,16	0,11
Amendoim	265	3,36	537	4,63	1.954.296,83	4,80	9.326.017,84	5,75	0,16	0,33
Soja	77	0,98	282	2,43	536.799,74	1,32	6.251.672,86	3,85	0,05	0,16
Tomate	300	3,81	264	2,28	5.810.289,41	14,27	7.787.676,14	4,80	0,30	0,24
Feijão irrigado	51	0,65	42	0,36	466.089,36	1,14	1.771.838,16	1,09	0,07	0,10
Total	7.876	100,00	11.598	100,00	40.724.075,69	100,00	162.301.081,99	100,00

Fonte: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

QUADRO 128. - Demonstrativo dos Prêmios Arrecadados e Indenizações Pagas, no Estado de Minas Gerais, 1978-1985

Ano	Prêmios arrecadados (P) (Cr\$1.000)	Indenizações pagas (S) (Cr\$1.000)	Índice (S)/(P) (%)
1978	10.451,8	20.540,2	196,52
1979	10.661,2	4.898,8	45,94
1980	17.014,0	4.183,6	24,59
1981	72.397,9	75.088,4	103,72
1982	184.188,3	212.850,6	115,56
1983	380.125,4	401.477,7	105,62
1984	1.253.851,4	1.716.732,0	137,00
1985	3.674.794,2	1.725.842,3	46,96
Total	5.603.484,2	4.161.613,6	74,26

Fonte: BEMGE - Companhia de Seguros de Minas Gerais.

- INFRA-ESTRUTURA

Como políticas de apoio às tradicionalmente empregadas, aparecem a de infra-estrutura e atividades complementares.

Está prevista a criação de infra-estruturas de transporte, armazenamento e irrigação, atuando-se de forma integrada, uma vez que as deficiências não ocorrem isoladamente.

No que se refere ao transporte, tomando-se por base, principalmente, as diferenças regionais, o setor agrícola será segmentado em três grandes áreas de intervenção: Centro-Oeste (incluindo-se Rondônia e Sudeste do Pará, Nordeste e Sudeste/Sul. As linhas de ação dar-se-ão fundamentalmente sobre os transportes ferroviário e hidroviário, revertendo-se a tendência, até então, de prioridade ao rodoviário. Isso se mostra altamente positivo, à medida que as eficiências física e econômica do escoamento da produção estão diretamente ligadas ao uso complementar racional desses meios de transporte alternativos.

Com relação à armazenagem, o programa prevê expansão da capacidade de armazenamento para 76,4 milhões de toneladas, 27% superior à atual. Serão prioritárias as seguintes intervenções: unidade a nível de fazendas ou armazéns comunitários; armazéns coletores (cooperativas, entidades estaduais e companhias particulares); armazéns estratégicos (estoques reguladores do Governo); e unidades terminais (industriais e portuárias). Contudo, a relação capacidade estática/produção permanecerá inalterada, atentando-se, sim, para a distribuição espacial desses armazéns, de vital importância para reduzir as perdas de produção as quais agravam o desequilíbrio entre oferta e demanda gerado pela produção insuficiente. Conseqüentemente, reduzirão os riscos do lado do produtor após a colheita, permitindo-lhe optar entre a venda e a espera de uma melhor situação de mercado. Assim, o caráter locacional não pode ser esquecido nos próximos três anos para que essa política, aliada às de preços mínimos e à intervenção clara do Governo, possa realmente beneficiar o setor agrícola.

Finalmente, aparece a irrigação, a qual se baseará no Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e no Programa Nacional de Irrigação (PRONI), buscando incorporar, até 1989, 2 milhões de hectares de área irrigada. A associação que se faz entre cultura irrigada e maior produtividade é verdadeira, assim como o risco da incerteza de chuvas. Contudo, ao se observar as metas físicas esperadas para arroz, feijão e milho, nota-se que maior parcela do crescimento da produção é esperada através do cultivo irrigado. No entanto, há que se considerar que o mesmo exige certo grau de conhecimento por parte do agricultor, ainda que se planeje uma ação efetiva da assistência técnica e extensão - por se tratar de um tecnologia "sofisticada" para a realidade brasileira. Há, ainda, o lado da capacidade de atendimento da demanda por parte das empresas fabricantes. Desse ponto de vista, as metas físicas de produção passam a ter certo grau de vulnerabilidade que não pode ser desprezado.

Quanto às atividades complementares, apesar da importância para o futuro da agricultura brasileira, ainda que alguns objetivos tenham sido colocados, o programa tratou-as de forma muito genérica, não permitindo esperar-se muito de seus resultados. Assim é o caso da pesquisa agrícola, vital para o desenvolvimento e caráter competitivo da agricultura, que tão pouca atenção recebeu nos Governos anteriores, os quais, de modo geral, preferiram optar por pacotes tecnológicos desenvolvidos em outros países. Não menos importantes aparecem a extensão rural e o manejo ecológico adequado da produção agrícola.

(IEA, 20/10/86)

- TRIBUTOS NA AGRICULTURA

As alterações mais relevantes ao setor agrícola, registradas nas áreas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto Territorial Rural (ITR) e Imposto de Renda (IR), são apresentadas a seguir.

- Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)

Para o gado em condições de abate, a Coordenação da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, fixou os valores mínimos para cálculo do ICM, com vigência a partir de 14/10/86, conforme termos da Portaria CAT nº 58, de 10/10/86, cujo valor por cabeça deve se pautar em Cz\$4.400,00 para o boi, Cz\$3.000,00 para a vaca e Cz\$1.000,00 para o suíno.

A pauta fiscal para o cálculo do ICM no referente ao quilograma da carne bovina não retalhada, conforme Portaria supra, obedece ao seguinte tabelamento: a) carne de boi: traseiro, Cz\$20,00; dianteiro, Cz\$14,50; ponta de agulha, Cz\$13,50; e boi casado ou fechado, Cz\$18,00. b) carne de vaca: traseiro, Cz\$18,00; dianteiro, Cz\$12,50; ponta de agulha, Cz\$11,50; e vaca casada ou fechada, Cz\$16,00.

O valor por cabeça do gado bovino e bufalino de criar, para se calcular o imposto, foi estabelecido em Cz\$8.000,00 para o reprodutor acima de 3 anos; Cz\$3.000,00 para o garrote acima de 30 meses ou boi p/pasto; Cz\$4.000,00 para a vaca parida com cria e Cz\$2.000 para novilha até 30 meses.

Produzindo efeitos a partir de 23/09/86, nas operações com gado bovino e com produtos comestíveis de sua matança em estado natural, resfriados ou congelados, a base de cálculo do imposto ficou reduzida (Convênio ICM - 49/86), até 30 de novembro de 1986, na seguinte proporção: a) de 94,118% nas operações internas; b) de 1,667% nas operações com destino aos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; c) de 88,889% nas operações com destino às demais unidades da Federação.

Nas operações interestaduais, o imposto será exigido antecipadamente e a guia de arrecadação deverá acompanhar a mercadoria, juntamente com a Nota Fiscal própria para fins de transporte e de aproveitamento do crédito pelo destinatário, sendo que a União providenciará os instrumentos próprios para a transferência mensal aos Estados e ao Distrito Federal de Cz\$6,60 para cada Cz\$1,00 do imposto efetivamente arrecadado, resultando, porém, que, para os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, a transferência será de Cz\$11,00 para cada Cz\$1,00 do mesmo imposto efetivamente arrecadado.

Com relação às saídas tributadas de carne bovina, de origem estrangeira, realizadas pelo estabelecimento que tiver feito a importação (Conv. ICM-37/86), vinculada à Política de Abastecimento do Governo Federal, aprovada e autorizada pelo Conselho Interministerial de Abastecimento (CINAB), e isenta do Imposto de Importação, será outorgado um crédito presumido do ICM calculado sobre o valor constante dos documentos de importação, com a respectiva conversão em cruzado à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, com o acréscimo do valor das outras despesas aduaneiras, também efetivamente pagas. Porém, o disposto acima não se aplica quando os produtos forem importados para fins de industrialização.

O mesmo procedimento supra, ou seja, obtenção de crédito presumido, se aplica às saí

das de couro bovino (Convênio ICM - 38/86); as saídas de queijos, farinha de carne, feijão, fosfato de cálcio, leite em pó, milho, óleo de soja e queijo (Convênios 17, 37 e 39/86).

O aqui disposto terá aplicação às mercadorias desembaraçadas até 31/12/86, cuja importação tenha sido autorizada pelo Conselho Interministerial de Abastecimento (CINAB) e, no caso do couro de gado bovino, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Decreto Estadual nº 23.943, de 19/09/85, em seu artigo 3º, estabeleceu até 31/12/85 um tratamento tributário especial às operações com milho, ou seja, concedendo diferimento do lançamento do ICM e determinando os respectivos momentos de pagamento. Estabeleceu-se, também, a dispensa do pagamento do imposto diferido, se o produto viesse a ser empregado na fabricação de ração animal e na avicultura, resultando desta última as saídas de ovos. O surgimento desta medida decorreu do fato de que os Estados do Paraná e de Santa Catarina outorgaram tratamento favorecido para as operações com milho, sem que houvesse o competente embasamento em convênio, colocando, assim, os contribuintes paulistas em situação desigual nas competições de mercado. Este procedimento repõe o contribuinte paulista no mesmo nível de competição com os daqueles Estados.

Posteriormente, pelo Decreto nº 24.626/86, o prazo foi prorrogado até 30/06/86 e, pelo Decreto nº 25.411, de 25/06/86, a prorrogação do regime se estendeu até o dia 31/12/86. Desta forma, até o final do presente exercício, fica diferido o lançamento do ICM, incidente nas sucessivas saídas de milho, para o momento em que ocorrer a sua saída com destino à outra Unidade da Federação, ao Exterior ou a estabelecimento varejista; na saída dos produtos resultantes de sua industrialização e na saída dos produtos da avicultura e da suinocultura, do estabelecimento onde foi o milho consumido, salvo se houver regra específica de diferimento do lançamento do imposto para essa operação, hipótese em que se observará a legislação a ela pertinente. O Decreto nº 26.305, de 25/11/86, incluiu o sorgo no tratamento tributário dispensado ao milho.

A base de cálculo do ICM nas saídas de farelo de casca e de semente de uva, destinado à fabricação de ração ou alimentação animal, conforme Convênio ICM-13/86 e Decreto Estadual nº 25.294/86, corresponderá aos seguintes percentuais do valor da operação: 75% no exercício de 1986, e 100% a partir do exercício de 1987:

O presente dispositivo, conforme estipula o Convênio supra, abrangendo os Estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, já era estendido às saídas de farinhas de peixe, de ostra, de carne, de osso e de sangue; de farelos e tortas de algodão, de amendoim, de babaçu, de linhaça, de mamona, de milho, de germe de milho, de soja e de trigo; de farelo estabilizado de arroz, assim entendido o produto obtido através de processo de extração de óleo contido no farelo de arroz integral por meio de solvente; de concentrados e suplementos para animais; e de milho e sorgo nas operações internas com destino à fabricação de ração ou alimentação animal. Esta redução não prevalecerá se as mercadorias forem posteriormente objeto de saída para o Exterior, hipótese em que se pagará a diferença de imposto com os acréscimos legais.

Visando maiores facilidade e agilidade, a Coordenação da Administração Tributária (CAT), órgão da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, disciplinou, conforme Portaria CAT nº 3, de 16/01/86, a inscrição de produtores no Cadastro de Contribuinte do ICM e o uso da Nota Fiscal do Produtor, cuja emissão fica dispensada nas saídas internas dos produtos abaixo, de produção própria, exceto quando destinados à industrialização:

a) abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, aclecrim, alface, alfavaca, alfazema, almeirão, aneto, anis, araruta, arruda, azedim;

b) batata, batata-doce, berinjela, bertalha, beterraba, brócolos, broto de bambu, broto de feijão, broto de samambaia;

- c) cacateira, cambuquira, camomila, cará, cardo, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, cominho, couves, couve-flor;
- d) endívia, erva-cidreira, erva-de-santa-maria, erva-doce, ervilha, escarola, aspargo, espinafre;
- e) funcho, flores e frutas frescas, exceto amêndoas, avelãs, castanhas, nozes, peras e maçãs;
- f) gengibre, gobo, hortelã, inhame, jiló, losna;
- g) macaxeira, mandioca, manjeriço, manjerona, maxixe, milho verde, moranga, mostarda;
- h) nabiça, nabo;
- i) palmito, pepino, pimenta e pimentão;
- j) quiabo, rabanete, raiz forte, repolho, repolho chinês, rúcula, ruibarbo, salsa, sal são, sigurelha;
- l) taioba, tampala, tomate, tomilho, vagem; e
- m) demais folhas usadas na alimentação humana.

Igualmente fica dispensada a emissão da Nota Fiscal de Produtor quando se tratar das saídas de mudas de planta, e adubos simples ou compostos e fertilizantes, desde que destinados exclusivamente a uso na pecuária, na avicultura e na agricultura.

Da mesma forma, as saídas de peixes em estado natural, resfriados, congelados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos; e as saídas de ovos, exceto quando destinados à industrialização, e pintos de um dia.

O artigo 15 da Portaria supra citada, alterado pela Portaria CAT-44, de 29/08/86, dispensa a emissão da Nota Fiscal de Produtor nas saídas dos produtos acima mencionados, enquanto não haja obrigatoriedade do pagamento do ICM, ainda que em decorrência de diferimento.

Finalmente, pelo entendimento do artigo 2º das Disposições Transitórias da Portaria CAT nº 3/86, a Nota Fiscal de Produtor começou a ser emitida a partir de 01/08/86.

— Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)

Na área de política agrícola, as principais Resoluções aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) são as seguintes:

- a) Redução para 0 (zero) da alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de carne bovina, leite em pó, desnatado; manteiga extra, sem sal; óleo de manteiga ("butter-oil"), milho em grão com casca; arroz, óleo de soja, em bruto, inclusive degomado; óleo de soja purificado/refinado, e farelo de soja, desde que estes produtos sejam internados até 31/12/86. Idêntico procedimento se aplica às importações de feijão preto e branco, desde que internado até 30/04/86. Referida redução se aplica às operações de câmbio em pagamento das importações dos produtos especificados, realizados ao amparo de guias de importação, ou documentação equivalente, emitidos ou formalizados pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX), a partir de 21/01/86, exceto para óleo de manteiga ("butter-oil"); óleo de soja, em bruto, inclusive degomado; óleo de soja, purificado/refinado e farelo de soja, cujo prazo se iniciou em 19/06/86 (Resolução BACEN nº 1.138, de 23/06/86). O prazo para internação de carne bovina, a fim de surtiro efeito supra, foi prorrogado até 31/12/87, conforme Resolução BACEN nº 1.192, de 19/06/86; para o milho, prorrogado até 31/01/87; para o óleo de soja em bruto, inclusive degomado, e para óleo de soja purificado/refinado, até 28/02/87 (Resolução BACEN nº 1.165, de 25/07/86);

- b) Reduz para o (zero) a alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de até 15.000t de leite conservado, integral ou gordo, com teor de gordura mínimo de 26% (vinte e seis por cento), destinado a reprocessamento e acondicionamento em embalagens apropriadas para consumo imediato, desde que se façam as interações até 31/10/86 (Resolução BACEN nº 1.151, de 18/07/86);
- c) Reduz para o (zero) a mesma alíquota em pagamento de importação de carnes de ovino, batata e feijão, com interação até 31/10/86, e miúdos de bovino e bovino para corte, respeitado o prazo de interação até 28/02/87 (Resolução BACEN nº 1.165, de 25/07/86);
- d) Da mesma forma, reduz para 0 (zero), conforme Resolução BACEN nº 1.167, de 30/06/86, a alíquota do IOF incidente na liquidação das operações de câmbio em pagamento de importação do leite em pó integral instantâneo, enlatado em embalagens de até 1.000 gramas apropriadas para venda direta ao varejo; queijo mussarela e queijos tipos parmezão, provolone e tilsit. Estas importações vigoram a partir de 17/07/86 e devem ser realizadas ao amparo de guias de importação emitidas pela CACEX;
- e) Igualmente foi reduzida para o (zero) a alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de carnes de suíno e de farinhas de carne, efetivadas por entidades privadas, desde que internadas até 17/11/86 e adquiridas de estabelecimentos previamente habilitados pelas autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura (Resolução BACEN nº 1.171, de 27/08/86), sendo o prazo para interação prorrogado até 31/12/87, conforme termos da Resolução BACEN nº 1.194, de 24/09/86; e
- f) Nesta linha de política, as importações de peixes de qualquer espécie, para alimentação humana, também obedecem a redução o (zero) da alíquota do IOF (Resolução BACEN nº 1.191, de 19/09/86).

— Imposto Territorial Rural (ITR)

Pela Portaria nº 31, de 11/04/86, baixada pelo Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, foi aprovada a Instrução Especial INCRA nº 36/86, que estabeleceu, para todas as Unidades da Federação, em 1986, o coeficiente de atualização de 3,34, para correção do Valor da Terra Nua declarado pelo contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e não impugnado pelo INCRA, fixando, ainda, para cada Município, o valor mínimo por hectare da terra nua.

— Imposto de Renda (IR)

As sociedades e as empresas individuais relacionadas na Lei nº 7.256/84, que trata do Estatuto da Microempresa, estão incluídas na isenção do Imposto de Renda. Pelos termos desta Lei, consideram-se microempresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais que auferirem receita bruta anual até o valor nominal de 10.000 ORTN (atualmente OTN), tomando-se por referência o valor desses títulos no mês de janeiro do ano-base.

Posteriormente, pelo advento do Decreto-Lei nº 2.287, de 23/07/86, os limites da receita bruta para isenção das microempresas, atualmente fixado em 10.000 OTN, tomando-se por base o valor do mês de janeiro do ano-base, passaram a ser expressos em cruzado, pelos valores de

Cz\$800.000,00 (oitocentos mil cruzados) e o conceito de microempresa se atêm, igualmente, às pesoas jurídicas e às firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a Cz\$800.000,00 (oitocentos mil cruzados), considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Desta forma, se a pessoa jurídica agropecuária estiver enquadrada como microempresa, ficará isenta do imposto de renda, conforme o estabelecido acima.

Não se enquadrando como microempresa, a tributação é normal, conforme preceitua o RIR (Regulamento do Imposto de Renda).

Conseqüentemente, a empresa rural que tenha por objeto exclusivo a exploração das ati-vidades agrícolas e pastoris, de apicultura, avicultura, sericicultura, piscicultura, suinocul-tura e outras de criação de pequenos animais e das indústrias extrativas vegetal e animal, terá uma alíquota de 6% a ser aplicada sobre o lucro real apurado, e a que se dedicar a atividades diversas das especificadas acima fica sujeita à alíquota de 35% sobre a totalidade de seu lucro real mais adicional de 10% (dez por cento) se for o caso.

(IEA, 20/10/86)

- REFORMA AGRÁRIA

- Retrospectiva Histórica

A análise histórica do desenvolvimento brasileiro aponta para o caráter da concentração fundiária, desde o início do processo de colonização.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, a partir da 2.^a Guerra Mundial, já foi definido por vários autores como excludente e concentrador de renda. A partir da década de 70, seus efeitos se fizeram sentir mais claramente na zona rural. Os instrumentos básicos da política agrícola - preços mínimos, crédito rural e incentivos fiscais - permitiram, por um lado, o avanço da modernização da agricultura e o incremento da produção, mas por outro estimularam a concentração fundiária e uma crise crescente no setor de alimentos.

A modernização da agricultura significou êxodo rural e urbanização, com a PEA agrícola caindo de 44,28% em 1970 para 29,83% em 1980, acentuou a concentração de renda e fundiária e ampliou os conflitos sociais.

Os estudos feitos na década de 70, com os dados do censo demográfico, apontam para uma crescente concentração de renda no setor rural (quadro 129) ⁽⁶⁾. Os índices de concentração assumem valores entre 0 e 1, significando, portanto, que os aumentos verificados são bastante elevados.

A análise sobre concentração fundiária aponta no mesmo sentido ⁽⁷⁾, como pode ser observado no quadro 130. O valor destes índices é considerado, pelos padrões mundiais, bastante alto.

Além disso, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para 1986, o total das áreas aproveitáveis e não utilizadas corresponde a 38,85% do total no País, encontrando-se principalmente no Mato Grosso (19,34%), Bahia (10,68%) e Goiás (9,48%).

O início dos anos 80 foi marcado por um quadro de crise da economia. Nos anos 1981 a 1983, a economia apresentou taxas negativas ou insignificamente positivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), na agricultura; no entanto, só o ano de 1982 mostrou um desempenho desfavorável. Por essa razão, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) houve um acréscimo de pessoal ocupado na agricultura de 5,9%, entre 1982 e 1984, acompanhado de uma redução de salários no campo. Estes dois fatores, entre outros, indicam que a área rural absorveu o excedente populacional criado pela crise. Esta nova "demanda" imposta à agricultura - absorver a mão-de-obra - tornava previsível o recrudescimento de conflitos no meio rural.

- Conflitos de Terra

Os diversos levantamentos sobre conflitos de posse e uso da terra sugerem uma tendência crescente destes eventos a partir da década de 70. Uma das fontes que permite analisar esta

⁽⁶⁾ Hoffman Rodolfo. Distribuição de renda no Brasil, em 1980 por Unidade da Federação. Revista de Economia Política, São Paulo, v.3 nº1, 1983, p.31-41; e Denslow, David Jr. e Tyler, William. Perspectives on poverty and income inequality in Brazil. In: ENCONTRO DE ECONOMIA, 1982.

⁽⁷⁾ Silva, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 192p.

evolução é a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ⁽⁸⁾; entretanto, restringe-se aos conflitos que resultaram em morte (quadro 131).

Estas informações mostram uma acentuada expansão nos anos 80, principalmente em 1984 e 1985. O MIRAD também registra este mesmo indicador, confirmando a tendência exposta (quadro 132).

O aumento da tensão social no campo se refletiu na mobilização das diversas entidades patronais - a criação da UDR em agosto de 1985 e da Frente Ampla dos Agricultores em agosto de 1986 - e na organização da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1985; e, ainda, em "novas modalidades de violência, os crimes perversos, os homicídios dolosos cometidos à bala, os suicídios e as centenas de atrocidades que se rotinizaram na área rural. Entre estas novas formas deve-se ressaltar um aspecto que consiste na variante mais comum dos delitos: o crime organizado" ⁽⁹⁾.

Segundo a Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD, 80% dos 261 casos levantados em 1985 se referem a desdobramentos de antigos conflitos.

A Região Centro-Sul, de acordo com o MST, abrigou 35% das ocorrências de 1985 e, segundo o MIRAD, 24% em 1985 e 48% até maio de 1986. Minas Gerais aparece como o Estado líder em violências com morte, seguido por Goiás e Mato Grosso.

- Evolução do PNRA

Para fazer frente a este quadro de injustiça social e de crescente violência e tensão, o Governo da Nova República concebeu o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A proposta elaborada pelo MIRAD/INCRA, em maio de 1985, encontrou grande resistência junto aos proprietários rurais, o que acabou por gerar um novo documento assinado em outubro. Através dele, o Governo se comprometeu a assentar 150.000 famílias, no ano de 1986, e 300.000 em 1987. Estes objetivos foram revistos pelo Plano de Metas para 50.000 e 250.000 famílias, respectivamente. Entretanto, até 15 de outubro de 1986, o INCRA só havia conseguido assentar 5.002 famílias ⁽¹⁰⁾ em áreas desapropriadas desde 15/03/85, das quais 1.985 (24,10%) no Centro-Sul (quadro 133).

Os assentamentos existentes no Centro-Sul têm, até agora, atendido principalmente acampados no Estado e, em escala decrescente, arrendatários ou posseiros transferidos de outras localidades e, por fim, posseiros do próprio imóvel. No Mato Grosso do Sul, os assentados são fundamentalmente "brasiguaios".

A insuficiência dos assentamentos face ao número de acampados que esperam, em condições precárias, ter acesso à terra indica a razão fundamental para os movimentos de ocupação de áreas desapropriadas, prefeituras e superintendências do INCRA que ocupavam os noticiários recentes. Em termos de áreas desapropriadas a ação do Estado está mais próxima do objetivo redefinido no Plano de Metas e cobre 21% da proposta do PNRA.

A dificuldade encontrada pelo INCRA para transformar áreas desapropriadas em assentamentos se deve a dois fatores fundamentais: problemas na justiça e o despreparo da instituição para responder de forma eficiente ao que dela se exige. O INCRA só obteve imissão de posse de 36% do total das áreas desapropriadas. A situação é mais crítica em Goiás, São Paulo, Rio de Ja

⁽⁸⁾ MST - Assassinatos no campo - Crime e impunidade 1964/1985. São Paulo, 1986.

⁽⁹⁾ MIRAD - Conflitos de terra, Brasília, v.1, 1986 (fev.)

⁽¹⁰⁾ As informações não identificadas no texto foram obtidas junto ao INCRA - Brasília 15/10/86.

neiro e Rio Grande do Sul (quadro 134).

As informações obtidas sobre as condições das desapropriações na justiça são bastante precárias. O INCRA não possui informação disponível de quantos imóveis estão com pendência judicial, embora registre o número de medidas cautelares e mandatos de segurança em andamento. Considerando que cada proprietário pode entrar com até quatro ações e que um imóvel pode ter vários proprietários entrando com ações distintas, estima-se que as 85 ações em andamento no Brasil se referem a 29% dos imóveis desapropriados no País.

No Centro-Sul, o quadro se revela mais acentuado, sendo que dos imóveis desapropriados, 39% encontram-se com imissão de posse, 39% estão, segundo estimativa, na justiça e 22% encontram-se sem definição (dado inferido por resíduo e que, portanto, pode estar subestimado).

Nota-se, portanto, que há uma relação de 1:1 entre imóveis com imissão de posse e imóveis com processo na justiça, sendo que nos imóveis sem definição temos um indicador das dificuldades internas do INCRA para realizar o PNRA. Para resolver estas questões, o MIRAD/INCRA vem defendendo a criação de Varas de Justiça Agrária e se equipou com a Instrução 39, de 25/09/86, que define as normas para agilizar o ajuizamento da ação de desapropriação.

Desde agosto de 1986, as ações de desapropriação feitas pelo INCRA passam pela avaliação das Comissões Agrárias implantadas a nível dos Estados, com objetivo de dar maior legitimidade ao processo. Até 15/10/86, já haviam sido encaminhados, desta forma, ao MIRAD 101 processos para desapropriação.

O caso de Santa Catarina permite ilustrar as dificuldades existentes na agilização do PNRA. Das 23 áreas desapropriadas seis tiveram imissão de posse há um ano e mais dez tiveram imissão de posse dada, em média, há oito meses. Entretanto, apenas sete têm projetos implantados e estão, portanto, aptas a receber recursos para infra-estrutura, educação, saúde, assistência técnica, não havendo perspectiva de criação de nenhum outro projeto ainda este ano. Estas áreas, entretanto, já estão ocupadas e enfrentarão o primeiro ano de ocupação sem nenhuma das regalias concebidas pelo PNRA.

Os recursos para o crédito a ser concedido aos assentados serão provenientes do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), que conta com trezentos milhões de cruzados. Tal programa de crédito não foi ainda regulamentado, apesar de haver inúmeros pedidos já feitos.

Os recursos, no Orçamento da União de 1987, destinados ao MIRAD são de sete bilhões de cruzados. Destes, cerca de dois bilhões e setecentos milhões não se destinam propriamente aos assentamentos, são recursos destinados ao pagamento de benfeitorias aos proprietários desapropriados. Considerando que sejam assentadas 290.000 famílias no ano de 1987, para cumprir a proposta do Plano de Metas, teríamos disponível Cz\$9.310,00 por família assentada, sendo que o PNRA estima em Cz\$14.270,76 o custo dos serviços de apoio por família/ano, exclusive crédito convertido em equivalente, a preços de fevereiro de 1986.

Para o pagamento de benfeitorias a ação de redistribuição estão alocados no Orçamento da União de 1987 Cz\$1,59 bilhão, o que corresponde a Cz\$3.651,00 por família, inferior à estimativa média para o País, que consta do PNRA, Cz\$22.526,58, a preços de fevereiro de 1986. Estes valores, apesar de estimados, dão idéia da dificuldade que se terá para cumprir as metas propostas.

A falta de recursos, as dificuldades com a justiça e o emperramento da máquina burocrática do INCRA colocam dúvidas sobre as perspectivas de evolução da reforma agrária no próximo ano agrícola; entretanto, sua continuação depende acima de tudo das pressões políticas a seu favor. A pressão dos trabalhadores rurais deve continuar onde a mobilização política for maior e/ou as condições econômicas forem mais desfavoráveis.

As próximas eleições, ao definir o quadro das forças políticas no País, deverão assumir um papel fundamental na determinação do ritmo de implementação da reforma agrária.

(IEA, 20/10/86)

QUADRO 129. - Índices de Concentração de Renda, por Região, Brasil, 1970 e 1980

Região	Gini		Theil	
	1970	1980	1970	1980
Sudeste	0,454	0,558	0,475	0,757
Nordeste	0,404	0,470	0,337	0,739
Fronteira	0,339	0,503	0,250	0,645
Brasil	0,440	0,544	0,429	0,796

Fonte: Denslow & Tyler 1982, op. cit. nota 6.

QUADRO 130. - Índices de Concentração Fundiária, por Região, Brasil, 1972 e 1978

Região	1972	1978
Norte	0,889	0,895
Nordeste	0,799	0,809
Sudeste	0,754	0,761
Sul	0,706	0,706
Centro-Oeste	0,842	0,831
Brasil	0,837	0,849

Fonte: Graziano da Silva, op. cit. nota 7.

QUADRO 131. - Conflitos de Posse e Uso da Terra que Resultaram em Morte, Brasil, 1964-85

Ano	Nº de conflitos	Ano	Nº de conflitos
1964	03	1975	38
1965	02	1976	14
1966	03	1977	31
1967	10	1978	26
1968	02	1979	43
1969	04	1980	61
1970	07	1981	44
1971	16	1982	48
1972	15	1983	59
1973	17	1984	104
1974	17	1985	148

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

QUADRO 132. - Mortos em Conflitos de Terra, Brasil, 1985 e Jan.-Mai./1986

Estados	MIRAD		Sem Terra
	1985	Jan.-Mai./1986	1985
Minas Gerais	20	5	18
Espírito Santo	-	-	-
Rio de Janeiro	9	-	-
São Paulo	3	6	1
Paraná	3	-	2
Santa Catarina	-	1	-
Rio Grande do Sul	-	2	-
Mato Grosso	8	10	18
Mato Grosso do Sul	2	1	-
Goiás	17	7	13
Centro-Sul	62	32	52
Brasil	261	67	148

Fonte: MIRAD e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

QUADRO 133. - Evolução do PNRA, 1986

Estados	Área (ha)	Nº Imóveis	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias acampadas ⁽¹⁾
Minas Gerais	2.603	1	120	-
Espírito Santo	778	1	46	500
Rio de Janeiro	-	-	-	-
São Paulo	-	-	-	3.500
Paraná	4.607	3	281	1.500
Santa Catarina	4.237	7	336	233 ⁽²⁾
Rio Grande do Sul	1.596	1	90	1.500
Mato Grosso	3.089	1	97	465
Goiás	-	-	-	142 ⁽³⁾
Mato Grosso do Sul	21.288	3	815	2.267
Centro-Sul	38.198	16	1.785	10.107

⁽¹⁾ Folha de São Paulo - 12/10/86.

⁽²⁾ ACARESC. Santa Catarina. Set./86. Considerado como acampamentos aqueles assim definidos pelo informante e que se localizam em áreas já desapropriadas, mas sem imissão de posse, ou não desapropriadas.

⁽³⁾ Carta Aberta à População. CPT, MST e outros. Goiano 30/09/86. Incluídos são os que se referem à luta pela terra no campo.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Brasília, 15/10/86.

QUADRO 134. - Área e Imóveis Desapropriados e com Imissão de Posse, por Região, 1986

Estado	Área desap. Meta PNRA (%)	Imóveis desapropriados (Nº)	Imóveis c/imissão (%)	Área c/imissão (%)
Minas Gerais	24,7	9	33,3	39,86
Espírito Santo	6,1	2	100,0	100,00
Rio de Janeiro	7,6	6	16,7	12,25
São Paulo	43,9	14	7,1	9,11
Paraná	18,9	25	60,0	69,23
Santa Catarina	57,2	23	73,9	64,69
Rio Grande do Sul	24,2	10	10,0	18,26
Mato Grosso	87,7	17	18,0	23,34
Goiás	7,9	4	50,0	4,92
Mato Grosso do Sul	41,3	12	25,0	32,20
Centro-Sul	29,8	122	35,4	24,64

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - out./1986.

Entre os assalariados rurais, no período de julho/85 a setembro/86, observaram-se movimentos grevistas somente entre os cortadores de cana e, na grande maioria, no interior paulista, registrando-se no Centro-Sul também dois casos em Minas Gerais, segundo os informes de que se dispõe. Esses movimentos envolveram cerca de 40 mil trabalhadores, totalizando pelo menos 81 dias parados (quadro 135). No Estado de São Paulo, as greves foram detonadas logo após o Acordo Coletivo de Trabalho efetivado entre a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e observaram pautas de reivindicações semelhantes, indicando a presença da organização sindical. Além de melhorias salariais, os trabalhadores priorizaram nas negociações a modificação do sistema de medição da cana cortada, embora não tenham conseguido um acordo favorável quanto a esse item. Entretanto, após as greves nas diversas regiões do Estado, se estabeleceu um adendo ao Acordo Coletivo de 25/6, estipulando: reajuste da diária de Cz\$43,68 para Cz\$50,00; pagamento de uma hora extra por dia pelo transporte ao local de trabalho e reiteração da exigência de cumprimento das cláusulas do Acordo, que se referem basicamente às condições de trabalho. Em Minas Gerais, os cortadores, durante uma greve, reivindicaram estabilidade no emprego desde fevereiro, época da greve, até maio/86.

Comparativamente aos dois anos anteriores, menor número de trabalhadores participaram de greves. Também não se observou um movimento de caráter geral dos trabalhadores das várias culturas, notadamente os da laranja. Quanto a estes últimos, as negociações para o acordo anual se prolongaram até recentemente através das Federações.

Esse refluxo aparente se deve menos a um retrocesso no desenvolvimento da organização dos trabalhadores e de sua mobilização no sentido de alterar as relações estabelecidas com os empregadores, do que a vários fatos ocorridos no período que intervieram nessa questão.

Deve-se considerar o crescimento da oferta de emprego nos setores urbanos, ligado à recuperação da economia, e que apresenta mais atrativos quanto ao padrão de contratação da mão-de-obra frente ao emprego agrícola, como o registro em carteira de trabalho, a assistência à saúde, aposentadoria, etc. A instabilidade no emprego, o contrato de trabalho via empreiteiros e a informalidade nas relações de trabalho sem registro em carteira tornam inacessíveis os direitos trabalhistas rurais, que ainda são desvantajosos frente à legislação de trabalho urbano. Esta situação do emprego rural afeta particularmente os volantes, frente ao mercado de trabalho concorrencial e unificado, como é o da Região Centro-Sul.

Somam-se a este quadro as medidas governamentais relativas ao Plano Nacional da Reforma Agrária, ao "Plano Cruzado" e posteriormente ao Plano de Metas. Estes assuntos têm polarizado os debates e mobilizado as expectativas e iniciativas práticas tanto da parte dos trabalhadores quanto dos proprietários de terra. O Decreto-Lei nº 2.283, de março de 1986, seguramente teve uma influência nas negociações do acordo anual dos canavieiros, que se iniciaram em seguida, pela expectativa de contenção da inflação que vinha incidindo corrosivamente sobre os salários, que apresentaram um crescimento real em relação ao período anterior em toda a Região Centro-Sul, como é mostrado em outra seção neste Prognóstico, embora as perdas observadas nos anteriores não tenham sido repostas.

É importante observar a atenção que os trabalhadores vêm dando às condições de trabalho oferecidas e à observância dos acordos firmados através dos sindicatos. Estes aspectos vêm

sendo considerados em várias denúncias de comissões formadas para a averiguação de seu cumprimento e constam da pauta de reivindicações de todos os movimentos grevistas. São indicadores da necessidade de reajustes nos padrões de contratação para o trabalho na agricultura e seguramente serão motivadores de novas negociações e possíveis conflitos, se não observados.

— Acidentes de Trabalho

Indícios das condições de trabalho oferecidas pela área rural são os acidentes de trabalho, que têm sido um dos problemas que se destacam na área trabalhista, embora inexistam estatísticas oficiais que deem conta de informações sistematizadas sobre essas ocorrências.

Os únicos dados disponíveis são os coletados através de compilação de periódicos e que se referem exclusivamente a acidentes rodoviários envolvendo trabalhadores rurais, que resultaram em mortes. Segundo o "Levantamento dos Conflitos de Terra", publicado pelo MIRAD, enfatizando a relatividade dos totais pelas limitações expostas, foram registrados 59 casos de morte de trabalhadores rurais em acidentes de transporte, no ano de 1985, sendo 50 na Região Centro-Sul (quadro 136).

A melhoria no transporte de trabalhadores para as áreas de trabalho no meio rural, bem como uma melhor fiscalização tem sido uma constante nas reivindicações dos trabalhadores.

Deve-se registrar, ainda, que não se dispõe de dados relativos aos acidentes provocados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, bem como sobre as ocorrências referentes ao interior do processo de produção nas empresas e fazendas, não obstante possam ser identificados em qualquer população de trabalhadores rurais, particularmente entre os volantes.

(IEA, 20/10/86)

QUADRO 135. - Movimentos Grevistas na Região Centro-Sul, Jun./85 a Set./86

Data	Localidade	Dias parados	Número de grevistas	Categoria	Reivindicações	Acordos
Ago./85	ES-Linhares	pelo menos 9	600	cortadores de cana
Jan./85	SP-Guariba	5	1.400	idem	Aumento na diária, contratação de mil volantes desempregados, fim do uso de herbicidas, cumprimento de acordo de jornada de 8 horas e des canso semanal.	Sem acordo; após intervenção da polícia e prisão de grevistas, os cortadores retornaram ao trabalho.
Fev./86	SP-Sertãozinho	pelo menos 4	1.500	idem	idem	Encaminhada negociação pela FETAESP.
	MG-Guidoval e Visconde do Rio Branco	pelo menos 13	1.500	idem	Piso salarial de um salário e meio, pagamento dos dias parados e estabilidade até maio/86.	...
Mai./86	MG-Bocaiúva	pelo menos 6	-	idem	Reajuste de 100% sobre os Cz\$20,00 pagos pelo m ³ de cana cortada.	Encaminhado julgamento pelo T.R.T., após choques da polícia com grevistas.
Jun./86	SP- Jaú, Itapui	4	800	idem	Medição da produção diária por metro linear, aumento no preço do corte, providências para cumprimento de acordos anteriores.	Acordos: criada uma Comissão de Avaliação de cumprimento de acordo, com participação de trabalhadores.
Jul./86	SP-Mogi Guaçu, Araras, Leme, Conchal	27	12.000	idem	Pagamento do corte por metro linear, sendo Cz\$1,00 metro linear de cana em pé, Cz\$1,30, para cana deixada, diária mínima de Cz\$60,00, e cumprimento de acordos pelos empregadores.	Confronto entre grevistas e polícia militar, com prisões e morte de duas pessoas e 47 feridos; o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve legal, porque o acordo não estava sendo cumprido. Proposta de aceitação do acordo de 25/6 entre FETAESP e FAESP.
Jul./86	SP-Campinas	pelo menos 6	1.000	idem	Pagamento do corte de cana por metro linear e manutenção do salário mínimo atual da região, de Cz\$ 1.166,00.	
	SP-Sertãozinho, Serrana, Santa Rosa do Viterbo, Cajuru	7	23 a 25 mil	idem	Diária de Cz\$60,00, pagamento de Cz\$18,00/tonelada de cana de 18 meses, e Cz\$17,00 para demais, redução da jornada de trabalho aos sábados.	Adendo ao acordo de 25/6, entre FETAESP e FAESP, extensivo para todo o Estado de São Paulo, de pagamento de uma hora extra por dia pelo transporte ao local de trabalho, diária reajustada de Cz\$43,68 para Cz\$ 50,00 e cumprimento das cláusulas de acordo de junho/86.
Ago./86	SP-Capivari, Rafard, Santa Bárbara D'Oeste, Monte Mor, Indaiatuba	-	11 mil	idem	idem	idem

Fonte: Boletim mensal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Informações Econômicas, boletim mensal do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 136. - Bóias-Frias Mortos em Acidentes de Trabalho na Região Centro-Sul, 1985 e 1986

Data	Nº de mortos por acidente	UF/Unicípio	Observações
1985			
03/04	01	SP-Adamantina	morta em acidente de ônibus.
16/04	01	SP-Ituverava	morto em acidente de caminhão na <u>Fa</u> zenda Santa Helena.
11/05	05	SP-Jaú	mortos em acidente de caminhão da Central Paulista de Açúcar.
17/05	01	SP-Altinópolis	morto em acidente de caminhão da <u>Fa</u> zenda Selado.
13/05	02	MG-S.Gonçalo do Abaeté	mortos em acidente de caminhão da <u>Fa</u> zenda São Lourenço.
15/07	02	MG-Manhuaçu	mortos em acidente de caminhão.
23/07	09	MG-Monte Belo	mortos em acidente de ônibus quando trabalhavam para Fazenda Muquesa.
21/08	04	SP-Guaraçatã	mortos em acidente de caminhão da Univalem.
02/09	15	SP-Pederneiras	mortos em acidente de caminhão da Usina S. José de Maçatuba.
05/09	01	SP-Araraquara	morto em acidente de caminhão da <u>Usi</u> na Santa Cruz.
06/09	05	MG-Espinosa	mortos em acidente de caminhão.
09/09	02	SP-Val Paraíso	morto em acidente de caminhão.
22/07	01	MG-Divinolândia	morto em acidente rodoviário.
27/07	02	MG-Varzelândia	mortos em acidente rodoviário.
1986 (até maio)			
10/01	01	SP	Caiu do caminhão.
23/05	01	MG-Alfenas	Choque de caminhões, ficando feridos 86 trabalhadores.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT-GO), citado no "Levantamento dos Conflitos de Terra.", MIRAD, 1985 e 1986.

COORDENAÇÃO

Devancyr Aparecido Romão, Antonio Ambrósio Amaro, Elcio Umberto Gatti, Hiroshige Okawa, José Luiz Teixeira Marques Vieira, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Richard Domingues Dulley, Maria de Lourdes do Canto Arruda e Waldemar Pires de Camargo Filho.

EDITORAÇÃO

Celuta Moreira Cesar Machado

REVISÃO GRÁFICA

Maria Áurea Cassiano

DATILOGRAFIA

Rosana Keiko da Costa e Roseli Clara Rosa.

COMISSÃO EDITORIAL

Celuta Moreira Cesar Machado, Antonio Ambrósio Amaro, Arthur Antonio Ghilardi, Flavio Condé de Carvalho, José Luiz Teixeira Marques Vieira e Maria Carlota Meloni Vicente.

ESTATÍSTICAS BÁSICAS

Luiz Henrique de Oliveira Piva, Abel Ciro Minniti Igreja, Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, Ismar Florêncio Pereira, José Roberto Vicente, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demétrio Santiago, Nilton Geraldo Santos de Albuquerque, Rosa Maria Pescarin Pellegrini e Samira Aoun Marques.

PROCESSAMENTO DE DADOS

Alice Midori Shimura, Arnaldo Lopes Junior, Maria Cristina Teixeira de Jesus, Pérsio Dutra, Vera Lúcia Ferraz dos Santos, Silvia Buzatti Filinto e Julien Sze Lee.

CONTATO EXTERNO

Luiz Carlos Miranda, Natanael Miranda dos Anjos, Pérsio de Carvalho Junqueira Vilma Aparecida Barban e Yara Chagas de Carvalho.

CAPA

Denise Pereira Castro

ARTE FINAL

Renato William de Moraes e Shirle Higa.

EQUIPE TÉCNICA

ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL

Denyse Chabaribery, Hiroshige Okawa, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Sérgio Augusto Galvão e Silvia Toledo Arruda.

POLÍTICA AGRÍCOLA

José Luiz Teixeira Marques Vieira, Cesar Roberto Leite da Silva, José Sebastião de Lima, Maria Auxiliadora de Carvalho, Regina Junko Yoshii, Valquiria da Silva, Vilma Aparecida Barban, Terezinha J.F. Franca e Yara Chagas de Carvalho.

DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

Denyse Chabaribery, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Sérgio Augusto Galvão Cesar e Silvia Toledo Arruda.

MERCADO DE FATORES

Fertilizante e Terra: Célia Regina R.P. Tavares Ferreira.

Defensivo e Trator: Mário Antonio Margarido.

Semente: Natanael Miranda dos Anjos.

Mão-de-obra: Terezinha J.F. Franca, Vilma Aparecida Barban, Yara Chagas de Carvalho e José Eduardo Rodrigues Veiga.

MERCADO DE PRODUTOS

Algodão: Flavio Condé de Carvalho

Alho: Antonio Roger Mazzei

Amendoim: Domingos Desgualdo Neto e Marisa Zeferino Barbosa

Arroz: Sylvia Regina Hellmeister

Batata e Cebola: Paulo Augusto Wiesel

Café: Claus Floriano Trench de Freitas e Maria de Lourdes do Canto Arruda

Cana-de-açúcar: Regina Junko Yoshii

Feijão: Júlio Humberto Jimenez Ossio e Luiz Carlos Miranda

Mandioca e Trigo: José Roberto da Silva

Milho e Sorgo: Alfredo Tsunehiro

Soja: Marina Brasil Rocha

Tomate: Lídia Hathue Ueno

Avicultura: Albino Eugênio Ferreira Zirlis

Carnes: Maura Maria Demétrio Santiago, Albino Eugenio Ferreira Zirlis e Carlos Roberto Ferreira Bueno

Pecuária de Leite: Yuly Ivete Miazaki de Toledo